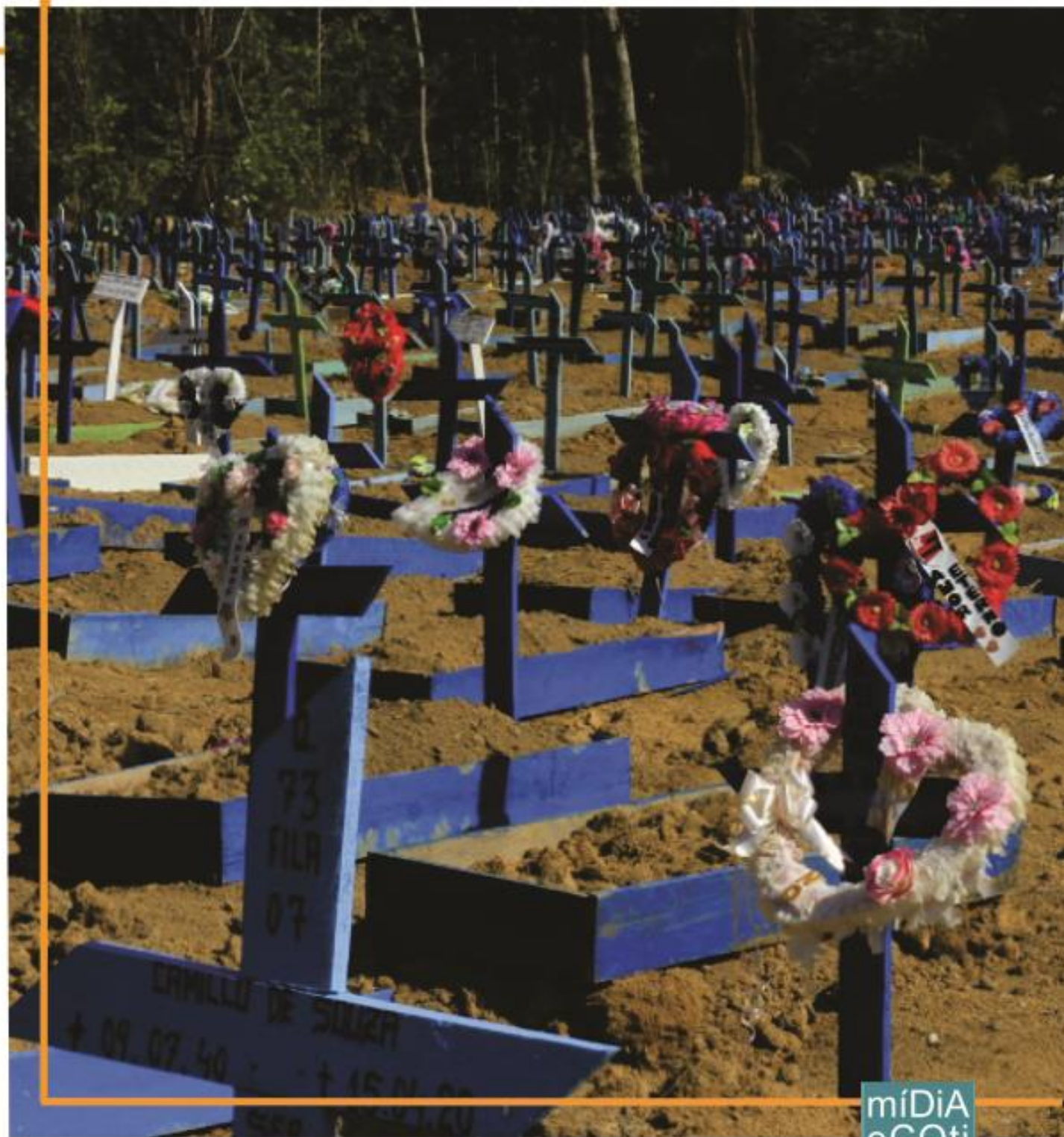


A informação e o mal: disputas éticas, políticas e epistemológicas da Comunicação em tempos extremos



míDiA  
eCOti  
DiAno

---

# Revista Mídia e Cotidiano

**ISSN: 2178-602X**

Universidade Federal Fluminense

Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano

*Revista Mídia e Cotidiano*, Niterói-RJ, v. 15, n. 3, set./dez. 2021.

---

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021

## Expediente

### Equipe Editorial

#### EDITORAS

- Denise TAVARES, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Isabella REGA, Bournemouth University, Reino Unido
- Larissa MORAIS, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Renata TOMAZ, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil

#### EDITORES DA SEÇÃO TEMÁTICA

- Marco André Schneider, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Marco Bonetti, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Brasil
- Rogério Christofolletti, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil

#### EDITORES ASSISTENTES

- Carla RAMALHO, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Davi de Menezes REBOUÇAS, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Diego de Souza COTTA, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Mateus Queiroz SARAIVA, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Max Milliano MELO, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Pedro Henrique Conceição dos SANTOS, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil

#### CAPA

- Denise TAVARES, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil  
(com projeto gráfico de Vitor Silva CHAGAS e fotografia de Rogério REIS para o Jornal do Brasil).

#### FOTO CAPA

- Marcio James/Prefeitura Municipal de Manaus. (Cemitério N.Srª.Aparecida, 05/06/2020).

## Conselho Científico

- Aimée Vega-Montiel, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM, México
- Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, Universidade Federal de Goiás - UFGO, Brasil
- Carlos Alberto Zanotti, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, Brasil
- Christina Ferraz Musse, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Brasil
- Cristiane Freitas Gutfreind, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Brasil
- Clementina Galera Casquet, Universidad de Extremadura - UEx, Espanha
- Dênis de Moraes, Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil
- Denise da Costa Oliveira Siqueira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil
- Edson Dalmonte, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil
- Francisco Karam, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil
- Gabriela Borges Martins Caravela, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Brasil
- Gabriel Kaplún, Universidad de la República Uruguay - UdelaR, Uruguai
- Guilherme Maia, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil
- Helena Sousa, Universidade do Minho - UMINHO, Portugal
- Joseph Straubhaar, University of Texas at Austin - UI, EUA
- Katia Lerner, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brasil
- Laura Loguercio Cánepa - Universidade Anhembi Monunbi - UAM, Brasil
- Leonel Aguiar - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Brasil
- Liriam Sponholz, Alpen-Adria-Universität - AAU, Áustria
- Lucília de S. Romão, Universidade de São Paulo - USP, Brasil
- Luis Albornoz, Universidad Carlos III de Madrid - UC3M, Espanha
- Marcius Freire, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Brasil
- Marcos Palácio, Universidade da Beira Interior - UBI, Portugal
- Marta Martín Llaguno, Universidad de Alicante - UA, Espanha
- Maurício Ribeiro da Silva, Universidade Paulista - UNIP/SP, Brasil
- Muniz Sodré, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil
- Nelson Zagalo, Universidade de Aveiro - UA, Portugal
- Nísia Martins do Rosário, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS, Brasil
- Osmar Gonçalves, Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil
- Raquel Paiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil

- Salvatore Scifo, Bournemouth University - BU, Reino Unido
- Sandra Fisher, Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, Brasil
- Tanja Dreher, University of New South Wales - UNSW, Austrália

### Pareceristas AdHoc desta edição

- Adriana Maria Andrade Santana, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil
- Alexandre Santos de Moraes, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Aline Paes, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Ana Enne, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Ana Paula Goulart de Andrade, Universidade da Beira Interior - UBI, Portugal
- Bruno Lima Rocha, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Brasil
- Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Brasil
- Cíntia Sanmartin, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil
- Cristiana Parente, Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil
- Cristina Ponte, Universidade Nova de Lisboa – UFCSH, Portugal
- Daniel Macedo Jr., Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil
- Dieision Maroni, Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, Brasil
- Edgard Patrício de Almeida Filho, Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil
- Edna de Mello Silva, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Brasil
- Eduardo Ritter, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Brasil
- Fabiana Piccinin, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil
- Fábio Henrique Pereira, Universidade de Brasília – UnB, Brasil
- Feliciano Bezerra, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Brasil
- Fernanda Gentil, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
- Gaio Mário Goulart Dória, Renmin University of China – RUC, China
- Guilherme Neri Atem, Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Gustavo Freire, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
- Helena Martins de Rego Barreto, Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil
- Igor Sacramento, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Brasil.
- Iluska Coutinho, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Brasil
- Ivonete Lopes, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Brasil
- José Antonio Martinuzzo, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil
- José Edgard Rebouças, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil
- Juliana Doretto, Pontifícia Universidade de Campinas – PUCCamp, Brasil

- Liziane Soares Guazina, Universidade de Brasília – UnB, Brasil
- Lucas Milhomens Fonseca, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Brasil
- Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
- Marcelo Trasel, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil
- Marcia Benetti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil
- Márcia Gomes Marques - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil
- Márcia Guena - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Brasil
- Marco Roxo - Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil
- Marcus Vinícius Giraldes - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Brasil
- Maria Clara Jobst de Aquino – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Brasil
- Mariana Olívia Santana dos Santos - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Brasil
- Maria Nélide González de Gomez – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
- Mário Jorge de Paiva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Brasil
- Orlando Maurício de Carvalho Berti - Universidade Federal do Piauí – UFPI, Brasil
- Paulo Roberto Figueira Leal - Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Brasil
- Pedro Barreto – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
- Rafael Grohmann - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Brasil
- Raquel do Monte - Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Brasil
- Raquel Recuero – Universidade Federal do Rio Grande do SUL – UFRS, Brasil
- Raquel Ritter Longhi – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil
- Renata Araújo – Universidade Mackenzie – UMack, Brasil
- Rômulo Corrêa - Universidade Federal Fluminense, UFF
- Ronivaldo Moreira de Souza – Universidade Paulista, UNIP/SP, Brasil
- Silmara Dela Silva - Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil
- Simone do Vale - Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA, Brasil
- Sonia Aguiar - Universidade Federal de Sergipe – UFS, Brasil
- Soraya Venegas - Universidade Estácio de Sá, Brasil
- Sylvia Moretzsohn – Universidade do Minho - UNMI, Portugal
- Tatiana Dourado - Fundação Getúlio Varga – FGV, Brasil
- Valquiria Michela John – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil

**Data da Publicação: 29 de setembro de 2021**

[www.ppgmidiaecotidiano.uff.br](http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br)  
[midiaecotidiano.ega@id.uff.br](mailto:midiaecotidiano.ega@id.uff.br)

## Sumário

<b>A informação e o mal: disputas éticas, políticas e epistemológicas da Comunicação em tempos extremos – EDITORIAL</b> <i>Marco Schneider, Marco Antônio Bonetti, Rogério Christofoletti</i> .....	1
<b>Desinformação, antivacina e políticas de morte: o mito (d)e virar jacaré</b> <i>Josenildo Soares Bezerra, Madja Elayne da Silva Penha Magno, Carolina Toscano Maia</i> .....	6
<b>Comunicação digital e saúde da população: análise da comunicação dos organismos e biopolítica em tempos de pandemia</b> <i>Rogelio Del Prado Florees, Rebeca-Illiana Arévalo-Martínez</i> .....	24
<b>Conspiracionismo e negacionismo político-midiático: complementaridades discursivas entre Bolsonaro e Sikêra Júnior sobre a pandemia de Covid-19</b> <i>João Malerba, Rosangela Fernandes</i> .....	51
<b>Enquadramentos e desinformação sobre vacina contra COVID-19 no Youtube: embaralhamentos entre ciência e negacionismo</b> <i>Antonio Brotas, Marcia Cristina Rocha Costa, Luisa Massarani</i> .....	73
<b>Do cientista e sua (des)legitimação: Atila Iamarino e o contexto do Coronavírus no Brasil em 2020</b> <i>Gabriela Machado Ramos de Almeida, Danielly Bezerra dos Santos</i> .....	101
<b>A “vacina chinesa de João Doria”: a influência da disputa política-ideológica na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19</b> <i>Ana Carolina Pontalti Monari, Igor Sacramento</i> .....	125
<b>A persistência do misticismo, do senso comum e do mal nas receitas milagrosas contra a Covid-19: uma proposta de interpretação</b> <i>Marcio da Silva Granez</i> .....	144
<b>Acolhimento e resistência a correções de fake news na pandemia: a experiência do robô Fátima, da agência Aos Fatos, no Twitter</b> <i>Ivan Paganotti</i> .....	169
<b>Desafios e estratégias no combate à desinformação na Pandemia: análise da cobertura telejornalística do caso Epcar em Barbacena</b> <i>Cláudia Thomé, Luciana Soares de Moraes, Ana Carolina Campos</i> .....	194
<b>O “espetáculo da vida vivida” e a história como vir a ser</b> <i>Marialva Barbosa</i> .....	218
<b>Carnavalização bakhtiniana e o arquétipo bobo da corte na produção de sentido nas mídias</b> <i>Miguel Luiz Contani, Nattalia Todeschini Vieira, Esther Gomes de Oliveira</i> .....	232
<b>O malandro no cinema: atualização da figura do malandro em Madame Satã, de Karim Ainouz</b> <i>Iago Porfírio, Márcia Gomes Marques</i> .....	255

<b>Resistência constitucional, sociedade civil interveniente e princípio poliárquico: horizontes de sobrevivência para a Empresa Brasil de Comunicação</b>	
<i>Ana Carolina Pontalti Monari, Igor Sacramento</i> .....	277
<b>Negacionismo em textos acadêmicos no Portal de Periódicos Capes</b>	
<i>Carlos Alberto Zanotti, Marcello Carvalho</i> .....	298
<b>Sobre fake news e fake History - TRADUÇÃO</b>	
<i>Rosali Fernandez de Souza, Rodrigo Aldeia Duarte, Rodrigo Aldeia Duarte</i> .....	321
<b>Ana Regina Rêgo: uma rede para combater a desinformação - ENTREVISTA</b>	
<i>Rogério Christofolletti</i> .....	339
<b>Fernando Buen Abad Domínguez: epistemologia de combate e semiótica crítica - ENTREVISTA</b>	
<i>Marco André Feldman Schneider, Marco Antônio Bonetti</i> .....	357
<b>Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder - RESENHA</b>	
<i>Patricia Silva, Jadson Maia, Cristina Almeida</i> .....	357



## A informação e o mal: disputas éticas, políticas e epistemológicas da Comunicação em tempos extremos

*Information and evil: ethical, political and epistemological disputes of Communication in extreme times*

*Información y maldad: disputas éticas, políticas y epistemológicas de la Comunicación en tiempos extremos*

Marco SCHNEIDER<sup>1</sup>

Marco Antônio BONETTI<sup>2</sup>

Rogério CHRISTOFOLETTI<sup>3</sup>

Quando lançamos a chamada de textos para esta edição, encontramos na audácia de uma afirmação o horizonte que nos guiaria para compor este número. Escrevemos: “O mal da comunicação é a desinformação”. À época, já reconhecíamos que a intensidade generalizadora da afirmação poderia ser contestada de imediato, embora algumas circunstâncias permitissem que enunciados desinformantes poderiam ser até benéficos, aceitáveis quando não desejáveis. Mencionávamos o caso de uma guerra: desorientar o inimigo pode ser estratégico, salvar vidas e levar à vitória de uma batalha, por exemplo. Mas a estratégia é um aspecto apenas de uma questão tão complexa e multifacetada que, inevitavelmente, é atravessada por dilemas e problematizações éticas.

Nos últimos meses, mergulhados no exigente processo de edição de *Mídia e Cotidiano*, tivemos a confirmação de algumas intuições sobre que contribuições colheríamos a partir da remessa de artigos que nos chegassem. A primeira intuição era de que muitos pesquisadores estão debruçados sobre o problema da desinformação, fator que enriquece o diálogo em nossa área, mas que, ao mesmo tempo, complexifica a definição de que artigos deveriam desfilarem nas próximas páginas. Confirmamos tal intuição, o que nos encheu de doses generosas de entusiasmo e receio

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). E-mail: art68schneider@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5053-9491.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marco.bonetti22@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0130-0054.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq (PQ-2). E-mail: rogerio.christofoletti@ufsc.br. ORCID: 0000-0003-1065-4764.

pela responsabilidade que isso acarretava. A segunda intuição estava relacionada à expectativa de que, com este dossiê, poderíamos avançar um pouco mais na compreensão do tema e da constelação de conceitos que o cerca. Afinal, é de um contexto extremo que estamos tratando, marcado por ecossistemas enganadores, capitalismo de vigilância, propaganda preditiva e engenharias manipulativas, de um lado, e de agências checadoras de fatos, iniciativas de educação midiática e esforços de reafirmação das verdades e dos dados, de outro. Mais uma vez, pensamos que nossa intuição não estava tão distante de um horizonte realizável. Leitoras e leitores julgarão se isso se mantém dentro do razoável.

Nas próximas páginas, descortina-se uma paisagem informacional poluída, degradada, inédita e aparentemente indomável. Sua ubiquidade ocupa a maior parte do cotidiano de cada vez mais gente, onde viralizam novas mutações – *fake news*, *deep fakes*, pós-verdade – de velhos seres do mal da comunicação. Como também imaginávamos no início desta jornada, esta paisagem é também perfurada pelo evento mais transformador dos últimos tempos, a pandemia de Covid-19, que tem suas próprias expressões do desvio, do mal e da ruína. Em tempos excepcionais, a desinformação assume nuances extremas, dramáticas, profundas, conforme se verá mais adiante.

*Desinformação, antivacina e políticas de morte* propõe, na perspectiva foucaultiana da biopolítica, uma reflexão sobre como a chancela de agentes públicos à desinformação, particularmente aos movimentos antivacina, prejudica o combate à pandemia da Covid-19. O foco da análise é o pronunciamento do presidente da República que associa a vacinação contra a doença ao mito de “virar jacaré”. Já *Comunicação digital e saúde da população. Análise da comunicação dos organismos e biopolítica em tempos de pandemia* dialoga com Foucault, investigando o impacto da comunicação sobre a pandemia no Twitter, em relatos oficiais da Organização Mundial da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde e do Subsecretário de Saúde do México, considerando a interação com seus seguidores.

Na sequência, *Conspiracionismo e negacionismo político-midiático* desvela articulações político-midiáticas calcadas em teorias conspiratórias, negacionismos, discursos populistas e de ódio, tendo como objeto vídeos sobre a pandemia do apresentador Sikêra Júnior. Os resultados sugerem uma estratégia comunicativa integrada entre mídia hegemônica e redes sociais enquanto *Enquadramentos e desinformação sobre vacina contra COVID-19 no YouTube* identifica casos de desordem informacional em narrativas de médicos, religiosos, *youtubers* e profissionais da comunicação, bem como narrativas de combate à desinformação, mediante análise de 50 frames de influenciadores brasileiros sobre vacinas contra a Covid-19 postados no YouTube em 2020, selecionados a partir do engajamento, considerando visualizações, comentários e *likes*.

Seguindo, apresentamos no dossiê o texto *Do cientista e sua (des)legitimação* que discute a chamada ‘crise da expertise’ contemporânea. Como material empírico, o artigo analisa comentários negativos a uma postagem do biólogo brasileiro Atila Iamarino no Twitter. A análise evidencia resistência ao emprego de argumentação científica e o recurso recorrente à falácia *ad hominem*. O próximo trabalho, *A “vacina chinesa de João Doria”: a influência da disputa política-ideológica na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19*, insere no debate geral a influência das disputas ideológicas no WhatsApp, analisando vídeos com teorias da conspiração que recorrem ao discurso de autoridades médicas para se legitimarem enquanto *A persistência do misticismo, do senso comum e do mal nas receitas milagrosas contra a Covid-19: uma proposta de interpretação* analisa mensagens sobre ingredientes e preparos com supostos efeitos curativos do novo coronavírus. A temática permite uma interessante reflexão sobre a relação entre religião, senso comum e o mal na interpretação da realidade, que mostra como essa interlocução pode favorecer a desinformação.

Os desafios para uma informação com credibilidade também são abordados em *Acolhimento e resistência a correções de fake news na pandemia: a experiência do robô Fátima, da agência Aos Fatos, no Twitter*. O artigo avalia a experiência da conta automatizada no Twitter, criada pela agência de checagem, para identificar e interagir com usuários dessa rede social que publicam informações falsas. E, finalmente, fechando a seção temática, trazemos *Desafios e estratégias no combate à desinformação na Pandemia*, que reflete sobre o papel do jornalismo no combate às *fake news* e na divulgação de informações no período pandêmico. O objeto de análise é o telejornalismo regional do MG1 e MG2 - Zona da Mata, da TV Integração acerca de um caso em Barbacena, Minas Gerais, envolvendo a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), entre maio e julho de 2020.

Já a Seção Livre tem início com o ensaio *“O espetáculo da vida vivida” e a história como vir a ser*, no qual a professora Marialva Barbosa nos convida a pensar sobre o cotidiano presente, a partir de rearticulações possíveis do passado. A História é apropriada não em seu sentido habitual, como um tempo vivido, mas como um passado utópico, fruto de exercício da imaginação. Em estilo poético, o texto foi redigido a partir de ideias e reflexões expostas em abril deste ano, durante palestra de Marialva para o lançamento do livro *Mídia e Cotidiano: uma cartografia de pesquisas* (2021), organizado por docentes deste programa de pós-graduação. Em seguida temos o artigo *Carnavalização bakhtiniana e o arquétipo bobo da corte na produção do Porta dos Fundos*, que toma a reflexão de Mikhail Bakhtin sobre o riso medieval como referencial de análise dos vídeos Pena e Lulonaro, do grupo humorístico Porta dos Fundos. Em seguida, *O*

*malandro no cinema: atualização da figura do malandro em Madame Satã, de Karim Ainouz* discute as apropriações do cotidiano por meio dessas personagens na cinematografia brasileira. O texto historiciza tais aparições, buscando compreender de que modo tais figurações ajudam a (re)construir contextos sociais e culturais em diferentes momentos da sociedade brasileira.

O penúltimo texto da Seção Livre, *Resistência constitucional, sociedade civil interveniente e princípio poliárquico: horizontes de sobrevivência para a Empresa Brasil de Comunicação*, discute a necessidade de uma política democrática para a comunicação pública no Brasil e analisa as experiências exitosas de outros países em articulação com uma reflexão teórica sobre a economia política da informação, da comunicação e da cultura no país. Também olhando para o país e, de certo modo, em diálogo com o dossiê desta edição, o artigo que fecha a Seção, *Negacionismo em textos acadêmicos no Portal de Periódicos Capes*, traz um mapeamento das publicações sobre o assunto, nas ciências humanas e sociais, entre os anos de 2009 e 2020 para investigar a produção bibliográfica brasileira do fenômeno contemporâneo do negacionismo.

Nesta edição da Revista Mídia e Cotidiano iniciamos a “Seção Traduções”. A proposta, aqui, é trazer textos de autores que contribuem, significativamente, para nossas pesquisas e reflexões. Inaugurando este espaço temos a tradução para o português de uma compilação de palestras do historiador norte-americano Jason Steinhauer sobre o tema das *fake news* e seu correlato no universo da História, que ele conceitua como *fake History*. Num texto introdutório, os tradutores apresentam este e alguns outros conceitos desenvolvidos por Steinhauer, no contexto de sua pesquisa sobre o papel do conhecimento histórico na vida pública. Também focando o tema tratado no dossiê a Seção Entrevistas traz duas contribuições. A primeira, de Ana Regina Rêgo, pesquisadora e professora da Universidade Federal do Piauí, idealizadora e coordenadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD) e, a segunda, do filósofo mexicano Fernando Buen Abad Domínguez, professor titular da Universidad Nacional de Lanús, Buenos Aires, que apresenta sua teoria da semiótica crítica e sua concepção do fenômeno das *fake news* como um elemento da dominação simbólica do capital em meio à configuração atual da luta de classes.

Finalmente, encerrando esta última publicação de 2021, temos a resenha que nos apresenta o livro *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. O autor, que vem se tornando conhecido do público brasileiro a partir de sua reflexão sobre a *Sociedade do cansaço* (HAN, 2015), nesta obra retoma o grande tema da relação entre o neoliberalismo e a vida psicológica dos indivíduos ao mostrar como as pessoas vêm submetendo a si mesmas a uma autoexploração produtiva permanente.

Com estas contribuições dos autores e a decisiva participação dos pareceristas que mais uma vez foram parceiros da Revista Mídia e Cotidiano, esperamos que as próximas páginas tragam mais luz sobre as zonas sombrias onde reinam o mal e a desinformação. Que as vozes presentes ao longo do dossiê e dos demais textos também suscitem mais questionamentos e mais reflexão sobre as condições abrasivas e incontornáveis desses nossos tempos.

Boa leitura!

*Marco Schneider, Marco Antônio Bonetti e Rogério Christofolletti (Ed. da Seção Temática)*

*Denise Tavares, Isabella Rega, Larissa Moraes e Renata Tomaz (Ed. da Seção Livre)*

#### **Referências Bibliográficas**

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAIS et al. (orgs). **Mídia e Cotidiano: uma cartografia de pesquisas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 20/07/2021  
Aprovado em: 21/09/2021

## Desinformação, antivacina e políticas de morte: o mito (d)e virar jacaré

*Disinformation, antivaccine and politics of death: the myth of becoming an alligator*

*Desinformación, antivacunas y política de la muerte: el mito (d)y convertirse en un caimán*

Josenildo Soares BEZERRA<sup>1</sup>  
Madja Elayne da Silva Penha MAGNO<sup>2</sup>  
Carolina Toscano MAIA<sup>3</sup>

### Resumo

Neste artigo propomos uma reflexão sobre como a desinformação (WARDLE; DERAKSHAN, 2017) e os movimentos antivacina (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020) dificultam o combate à pandemia da Covid-19, principalmente quando chancelados por agentes públicos, dada a sua visibilidade e influência na esfera social (SOARES JÚNIOR, 2020; RECUERO *et. al.*, 2021). Assim, analisamos o pronunciamento do presidente da república, Jair Bolsonaro, em que associa a vacinação contra a doença ao mito de virar jacaré. Entendendo o discurso a partir de sua materialidade discursiva, utilizamos uma perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2001; 2005; 2008; 2014), em uma vertente biopolítica e de seus dispositivos de segurança.

**Palavras-chave:** Desinformação. Antivacina. Biopolítica. Discurso.

### Abstract

In this article we propose a reflection on how misinformation (WARDLE; DERAKSHAN, 2017) and antivaccine movements (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020) hinder the fight against the Covid-19 pandemic, especially when sanctioned by public agents, given their visibility and influence in the social sphere (SOARES JÚNIOR, 2020; RECUERO *et. al.*, 2021). Thus, we analyze the statement of the president of the republic, Jair Bolsonaro, in which he associates vaccination against

<sup>1</sup> Doutor em Estudos da Linguagem (UFRN). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: soares.bezerra@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9324-6664.

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: madjamagno@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6681-0538.

<sup>3</sup> Mestranda em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: caroltmaia@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9825-1948.

the disease to the myth of turning alligator. Understanding the discourse from its discursive materiality, we use a foucauldian perspective (FOUCAULT, 2001; 2008; 2014), in a biopolitical aspect and its security devices.

**Keywords:** Disinformation. Antivaccine. Biopolitics. Discourse.

### Resumen

En este artículo proponemos una reflexión sobre cómo la desinformación (WARDLE; DERAKSHAN, 2017) y los movimientos antivacunas (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020) dificultan la lucha contra la pandemia de Covid-19, especialmente cuando son sancionados por agentes públicos, dada su visibilidad e influencia en la esfera social (SOARES JÚNIOR, 2020; RECUERO *et. al.*, 2021). Así, analizamos la declaración del presidente de la República, Jair Bolsonaro, en la que asocia la vacunación contra la enfermedad al mito de convertirse en un caimán. Entendiendo el discurso desde su materialidad discursiva, utilizamos una perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2001; 2008; 2014), en un aspecto biopolítico y sus dispositivos de seguridad.

**Palabras clave:** Desinformación. Antivacunas. Biopolítica. Discurso.

### Introdução

A desinformação e os movimentos antivacina dificultam o combate à pandemia da Covid-19, uma vez que a sociedade convive com o excesso de informações, em um cenário em que ainda permanecem dúvidas sobre a transmissão do vírus, sintomas da doença, vacinação, entre outros aspectos. Além disso, estratégias discursivas negacionistas podem ser utilizadas para reforçar a ambiência de descaso à vida, configurada por uma necropolítica, uma política de morte, idealizada de forma propositada a fim de atender interesses ilegítimos próprios<sup>4</sup>. Em artigos que problematizam aspectos relacionados à pandemia, é possível identificar a preocupação com esse tipo de conteúdo e sua influência no cumprimento de medidas preventivas à infecção, assim como na adesão da população à vacinação.

Couto *et. al.* (2021) discutem o paradoxo da hesitação e do clamor pela vacina contra a Covid-19. Para elas, a infodemia que cerca a doença e a hesitação vacinal refletem a tensão entre o risco validado e o risco percebido de modo subjetivo, reforçado pela crise de confiança na ciência. Assim, as percepções de risco e adesão extrapolaram

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pedi-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>>. Acesso em: 23 de set. 2021.

aspectos racionais, podendo ser associadas a valores e crenças conformados por dimensões política, econômica e sociocultural.

Considerando-se a complexidade, a diferenciação e a desigualdade nas sociedades contemporâneas, há uma enorme distância entre aqueles que apostam na gestão individual tanto do risco de contrair o vírus como da condição para enfrentar a doença (optando por desconsiderar medidas sanitárias de distanciamento físico e isolamento voluntário), e aqueles que ignoram ou descumprem as normativas por falta de maiores esclarecimentos sobre o risco de adoecer e/ou morrer e sobre o seu papel na corresponsabilização do enfrentamento desta crise epidêmica. (COUTO *et. al.*, 2021, p. 6).

Em relação à desinformação, Barcelos *et. al.* (2021) analisam as informações falsas disseminadas durante os primeiros seis meses da pandemia no Brasil e indicam que esse tipo de conteúdo é associado a posicionamentos políticos, a desinformação sobre número de casos e óbitos, assim como a medidas de prevenção e de tratamento, incluindo a questão da vacinação. Eles destacam que os principais veículos de divulgação foram o *WhatsApp* e o *Facebook*, com maior alcance nas regiões Sudeste e Nordeste do país. “As *fake news* disseminadas pelos meios digitais relacionadas à Covid-19 tem o potencial de influenciar o comportamento da população, prejudicando sua adesão aos cuidados comprovados pela ciência” (BARCELOS *et. al.*, 2021, p. 5).

Para Caponi (2020), a reflexão sobre a pandemia no cenário nacional está associada ao negacionismo e à razão neoliberal. Ela enfatiza que diante das negativas da gestão presidencial sobre o isolamento social, medida reconhecida pela OMS como eficaz na prevenção da infecção, “[...] a oposição não é cuidar da vida ou cuidar da economia, trata-se, pelo contrário, de uma escolha biopolítica entre proteger a vida ou expor à morte” (CAPONI, 2020, p. 219).

Neste artigo, propomos a reflexão sobre a desinformação na pandemia da Covid-19, observando as suas características de produção e circulação, assim como implicações para a sociedade. Também discutimos a articulação de movimentos antivacina, enfatizando o agravamento de recusa ao imunizante a partir da chancela de agentes públicos, dada a sua visibilidade e influência na sociedade. E, finalmente, realizamos uma análise de um trecho do pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, em 17 de



dezembro de 2020, que ficou conhecido pelo ineditismo da fala em que a vacina transformaria pessoas em jacaré. Entendendo o discurso a partir de sua materialidade discursiva, utilizamos uma perspectiva foucaultiana, em uma vertente biopolítica, e seus dispositivos de segurança, entrepondo a prática analítica aos pressupostos teóricos-metodológicos.

### **A desinformação na pandemia da Covid-19**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia da Covid-19, doença respiratória causada por um vírus identificado como Sars-Cov-2<sup>5</sup>. A infecção foi localizada inicialmente em Wuhan, uma província de Hubei, na China, que rapidamente alcançou outros países em todo o mundo. Segundo dados da Universidade Johns Hopkins, até o dia 20 de julho de 2021, foram registrados 191.090.003 casos de contaminação e 4.099.338 mortes pela doença em 191 países/regiões, e, especificamente, no Brasil, foram contabilizados 19.391.845 casos e 542.756 óbitos<sup>6</sup>.

Além dos números estarrecedores associados ao vírus e das implicações alarmantes da pandemia para a sociedade, a preocupação com a circulação de informações imprecisas ou falsas sobre a doença também é evidenciada. Para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, o surto de Covid-19 e a resposta a ele são acompanhados pelo que caracterizam como infodemia, “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p. 2) e desinformação, definida como “uma informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar” (OPAS, 2020, p. 2), conteúdos sinalizados por sua capacidade de prejudicar a saúde humana<sup>7</sup>.

Wardle (2017) indica que a desinformação corresponde à criação e compartilhamento deliberados de informações reconhecidas como falsas, com o objetivo de causar dano a algo ou alguém. Em sentido complementar, destaca-se que, entre os

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic\\_por.pdf?sequence=5](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=5)>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

diferentes tipos de desinformação, os conteúdos que afetam as emoções das pessoas possuem amplo alcance.

O conteúdo problemático mais bem-sucedido é aquele que toca nas emoções das pessoas, encorajando sentimentos de superioridade, raiva ou medo. Quando a maioria das plataformas sociais é projetada para que as pessoas as executem publicamente através de curtidas, comentários ou compartilhamentos, é fácil entender por que o conteúdo emocional viaja tão rapidamente e amplamente, mesmo quando vemos uma explosão de organizações de verificação e desmistificação de fatos. (WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p. 7, tradução nossa)<sup>8</sup>.

A *Aos Fatos*, agência checadora de fatos, realizou uma análise das informações falsas sobre a pandemia que circularam nas mídias sociais, onde foi possível identificar que em três meses, de janeiro a abril de 2020, a desinformação foi de cura milagrosa da doença à politização do isolamento social no Brasil<sup>9</sup>. De acordo com a agência, os aspectos sanitários predominaram nos conteúdos analisados (57% das verificações sobre o vírus no período), mas o teor político das postagens enganosas verificadas foi acentuado no mês de abril de 2020, acompanhando a evolução de casos de contaminação e de mortes pela doença no país (92% das checagens publicadas no intervalo). “Entre elas, destaca-se a informação falsa de que a OMS teria recuado das recomendações de isolamento social, adotando uma linha de defesa da economia similar à apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro” (AOS FATOS, 2020).

Considerando as verificações de fatos realizadas pela agência *Lupa* ao longo do ano de 2020, afirma-se que o presidente Jair Bolsonaro fez diversas declarações falsas sobre a pandemia da Covid-19<sup>10</sup>. Como exemplo, indica-se o negacionismo da gravidade

---

<sup>8</sup> The most ‘successful’ of problematic content is that which plays on people’s emotions, encouraging feelings of superiority, anger or fear. When most social platforms are engineered for people to publicly ‘perform’ through likes, comments or shares, it’s easy to understand why emotional content travels so quickly and widely, even as we see an explosion in fact-checking and debunking organizations (WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p. 7).

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/em-tres-meses-desinformacao-sobre-covid-19-foi-de-cura-milagrosa-a-politizacao-do-isolamento/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/em-tres-meses-desinformacao-sobre-covid-19-foi-de-cura-milagrosa-a-politizacao-do-isolamento/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

da pandemia, com a afirmação de que “estamos vivendo um finalzinho de pandemia”<sup>11</sup>, o apoio ao uso de medicamento ineficaz no tratamento da doença, pois “cada vez mais o uso da cloroquina se apresenta como algo eficaz”<sup>12</sup> e falsas afirmações atribuídas à OMS, “após pedirem desculpas pela hidroxicloroquina, agora a OMS conclui que pacientes assintomáticos (a grande maioria) não têm potencial de infectar outras pessoas”<sup>13</sup>.

Conteúdos que promovem a negação da pandemia, que sugerem curas milagrosas ou medicamentos ineficazes para tratamento da doença e que contrariam medidas efetivas de prevenção à infecção, trazem riscos reais à saúde das pessoas. Dado que a crença em informações falsas se dá numa dimensão simbólica que se estende às práticas, assim, a falsa sensação de segurança compromete o cumprimento de orientações confiáveis para a própria proteção dos indivíduos.

Ademais, a disseminação de informações falsas pode ser impulsionada por pronunciamentos de atores políticos que possuem visibilidade na esfera social, a exemplo do presidente Jair Bolsonaro, com expressivo poder de reforço a narrativas que legitimam a desinformação. Nesse sentido, alerta-se que “[...] a polarização política e a desinformação sobre as temáticas relacionadas à doença tornaram-se um problema no controle do vírus no Brasil” (RECUERO *et. al.*, 2020, p. 4).

### **Movimentos antivacina e a negação da vida**

A busca pelo desenvolvimento e produção de vacinas foi intensificada em todo o mundo com o objetivo de controlar o vírus. Vasconcellos-Silva e Castiel (2020) enfatizam que a imunização da população é considerada um importante advento biotecnológico no controle de doenças e redução de mortes por epidemias. Apesar disso, a politização, a desinformação e o negacionismo também alcançaram a vacinação contra a Covid-19.

---

<sup>11</sup> Fala de Jair Bolsonaro durante evento no Rio Grande do Sul em 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

<sup>12</sup> *Tweet* de Jair Bolsonaro publicado em 8 de abril de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

<sup>13</sup> *Tweet* de Jair Bolsonaro publicado em 8 de junho de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

Não obstante, a desconfiança em relação às vacinas está enraizada em acontecimentos que antecedem a pandemia. Shimizu (2018) evidencia que, no contexto mundial da Segunda Revolução Industrial, o Brasil passava por mudanças para acompanhar as transformações e havia o interesse de atrair investidores e turistas para a cidade do Rio de Janeiro, considerada a vitrine do país.

De acordo com a autora, a região sofreu uma política de remodelação urbana, uma vez que ainda apresentava características coloniais e surtos de doenças. Para acelerar o processo, o governo instaurou a imunização contra a varíola, doença que vitimava milhares de pessoas na época, de maneira compulsória, uma campanha marcada pela chamada Revolta da Vacina, no ano de 1904.

A agitação popular que, por fim, culminou com a Revolta da Vacina, foi estimulada em grande parte por políticos de oposição ao governo e pela imprensa não governista que dava voz às declarações de figuras públicas respeitadas que eram contrárias à lei da vacina. Esses discursos defendiam o direito à liberdade de escolha do cidadão, criticavam a obrigatoriedade da vacinação, e colocavam em dúvida sua segurança, chamando-a de injeção de “veneno” (SHIMIZU, 2018, p. 88).

De acordo com Vasconcellos-Silva e Castiel (2020), há exemplos de conflitos entre as intervenções públicas para vacinação e as narrativas morais, inclusive aquelas ligadas às liberdades individuais.

Na Inglaterra de 1853, o *Compulsory Vaccination Act* despertou a ira da classe média alta – um ultraje à liberdade de arbitrar sobre o estado imunológico dos filhos. Algo semelhante aconteceu no final do século XX, quando a *Internet* já ampliava vertiginosamente seu poder de influência e acesso a fontes primárias de comunicação científica entre diversos segmentos sociais. [...] Em 1998, o médico Andrew Wakefield tornou público no periódico *Lancet* um artigo sugerindo que a vacina MMR contra sarampo, caxumba e rubéola predisporia à exposição ao mercúrio e ao autismo. Apesar do pequeno tamanho da amostra (12 crianças), o desenho não controlado e a natureza especulativa das conclusões, o *paper* ofereceu uma potente narrativa de risco cientificamente validado para o movimento antivacinação e isto acrescentou novos monstros ao cenário da saúde pública. (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020, p. 6).

Para Souza *et. al.* (2020) mesmo os periódicos de confiabilidade “incontestável” podem disseminar desinformação com consequências desastrosas. Os autores consideram que a publicação no periódico *The Lancet* foi a gênese do movimento global antivacina, pois mesmo depois da revista ter lançado um editorial reconhecendo o equívoco do estudo sobre a vacina MMR, publicado em 1998, a ressonância provocada foi capaz de diminuir a cobertura vacinal em diversos países até hoje. Acrescenta-se que o caso, revelado pelo jornalista Brian Deer, então repórter do *The Sunday Times*, mostrava que “a invenção de que as vacinas causam autismo escondia, na verdade, um conflito de interesse grave do então médico, o qual desejava patentear uma vacina própria” (CANCIAN, 2020, p. 54).

Considerando o cenário nacional, Almeida e Quadros (2020) indicam que os questionamentos sobre a eficácia e a segurança das vacinas no Brasil seguem aumentando. Para elas, essa noção é facilmente percebida pelo crescimento de grupos que divulgam conteúdos antivacinação nas mídias sociais, especialmente no *Facebook*, em que foram criadas 18 comunidades com a temática antivacinação entre 2014 e 2019. As autoras destacam que esse tipo de publicação demonstra a desconfiança sobre a eficácia das vacinas, assim como a crença “de que os imunizantes são, na verdade, os causadores das doenças que deveriam proteger; a desconfiança sobre as substâncias que compõem as vacinas; e os reais propósitos de quem impõe a vacinação em massa” (ALMEIDA; QUADROS, 2020, p. 106).

O crescente movimento antivacinação também é associado ao “resultado da relação entre o fenômeno da prática do autocuidado, o horário limitado do funcionamento dos postos de vacinação e a dificuldade no transporte e na armazenagem das vacinas, além da desinformação e da hesitação em vacinar” (RIBEIRO, 2020, p. 42). Uma conjunção de fatores, em que se inclui a desinformação, que desperta o receio diante da vacinação. Para a autora, essa condição já ameaça reverter o progresso no combate às doenças evitáveis por imunização, principalmente nos países em desenvolvimento. Como no caso do sarampo, em que foi registrado um aumento de 30% nos casos de infecção em todo o mundo. No Brasil, indica-se que:

Até 2016 o Brasil tinha a certificação da Organização Pan-Americana da Saúde por ter controlado absolutamente o sarampo em todo o

território nacional. Certificação essa que foi suspensa no início de 2019, com mais de 200 casos registrados na época. Atualmente, só em São Paulo foram realizados cerca de mil registros da doença. (RIBEIRO, 2020, p. 43).

Já em relação à pandemia da Covid-19, destaca-se a pesquisa de título “Desinformação, Covid-19 e a Mídia Social no Brasil” realizada pelo laboratório MIDIARS, de março a dezembro de 2020, que identificou desinformação e negacionismo sobre a vacinação contra a doença. Como exemplo, os pesquisadores evidenciam o enquadramento político da vacina do Instituto Butantan, que utiliza insumos chineses em sua produção, ao aumento da discussão sobre a origem das vacinas como um critério para comprovação de sua eficácia. A partir dessa relação, foi possível identificar, de modo frequente, a presença de posicionamentos antivacina em grupos radicalizados nas mídias sociais.

Esse posicionamento, legitimado pelos grupos, fortalece a narrativa conspiratória de que a vacina não funcione e não tenha eficácia, sendo apenas uma construção para mudar o foco das mortes. A vacina aparece também como mais uma parte de um complô da China na fabricação e disseminação do vírus, que agora lucraria também com a oferta da vacina. (RECUERO *et. al.*, 2021, p. 29).

A partir disso, os autores alertam que a desconfiança gerada é relevante e abrangente, principalmente por enquadrar o ato de vacinação como uma ação político-partidária. Assim, “os efeitos do descrédito das vacinas podem ainda perdurar por um longo prazo, gerando também efeitos negativos em futuras campanhas de vacinação na população brasileira” (RECUERO *et. al.*, 2021, p. 30). Nota-se que a desinformação é capaz de reforçar a ambiência negacionista direcionada à vacinação contra a Covid-19. Que pode ser ainda mais danosa quando emitida por agentes públicos, dada a sua influência na sociedade, visto que cancelam a recusa a um imunizante que garante proteção contra um vírus causador de tantas mortes, atuando assim na negação da própria vida.

## **Infodemia e Políticas de Morte**

Em um cenário infodêmico, o discurso do presidente Jair Bolsonaro tem conduzido um manual de intoxicação<sup>14</sup>, semeando dúvidas e conspirações na população. “Vacinas chinesas” não são confiáveis. Quem já foi infectado pelo novo coronavírus não precisa se vacinar. Efeitos colaterais graves. “*Morte, invalidez, anomalia*. Esta é a vacina que o Doria queria obrigar todos os paulistanos a tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais seria obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”<sup>15</sup> (grifo nosso). Declarações que aumentam a insegurança. De acordo com o estudo, *Conspiracy Beliefs, Rejection of Vaccination, and Support for hydroxychloroquine: A Conceptual Replication-Extension in the COVID-19 Pandemic Context*<sup>16</sup>, existe uma relação direta entre acreditar em desinformações e rejeitar uma vacina contra a Covid-19. Uma escolha privada e ideológica com impactos na saúde coletiva.

Como uma doutrina, assente em uma apropriação do discurso do Outro, seu eleitorado “têm por norma obedecer e acreditar naquilo que é dito pelo seu chefe e, assim, lutar pelo sonho de sociedade que está no imaginário de um governo de extrema-direita, na qual o coronavírus é uma fantasia” (SOARES JÚNIOR, 2020, p. 114). Em sentido complementar, indica-se que “é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca” (FOUCAULT, 2014, p. 39-40). Pela identificação e valorização dos iguais, cria-se uma prática excludente, uma governamentalidade com características fascistas (ECO, 2018). “Assim, os discursos do chefe do Poder Executivo não são desprovidos de intencionalidades, ao contrário, cada uma de suas expressões funcionam como um grande procedimento de sujeição, de alijamento, de sonoridades berrantes” (SOARES JÚNIOR, 2020, p. 115), para agregar e encorajar aliados que se tornaram os olhos, os braços e as armas que protegem o tirano.

---

<sup>14</sup> Termo criado por Alfons Cornellá, em 1996, a partir da adjeção das palavras “informação” e “intoxicação”, apontando um excesso de informação não “digerida” por completo.

<sup>15</sup> Quando a Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, suspendeu por dois dias os testes da Coronavac, em novembro de 2020, até que fosse confirmada a desconexão entre a morte de um voluntário e o imunizante, Bolsonaro comemorou o episódio como uma vitória pessoal. Publicação no Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/jornaldacbn/status/1326127878241742849/photo/1>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://psyarxiv.com/rz78k>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

No dia 17 de dezembro de 2020, quando o país contabilizou 184.876 mortos e 7.111.527 casos diagnosticados com a doença<sup>17</sup>, durante um pronunciamento em um evento, o presidente fez as seguintes alegações, as quais subscrevemos:

A vacina uma vez certificada pela Anvisa vai ser extensiva a todos. Que [sic] quem não tomá-la? Eu não vou tomar. Alguns falam que eu tô [sic] dando um péssimo exemplo. Ôh, imbecil! (aplausos) O idiota que tá [sic] dizendo que eu dou um péssimo exemplo, eu já tive o vírus. Eu já tenho anticorpos. Pra que tomar vacina de novo? E outra coisa que tem que ficar bem claro aqui Dra. \*\*\* (não compreensível). Lá, na Pfizer, tá bem claro lá no contrato: nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema de você [sic], pô! Não vou falar outro bicho, porque vou começar aqui a falar besteira aqui [sic], né? Se você virar Super-Homem, se nascer barba igual [sic] [em alguma] mulher, ou, ou, algum homem começar a falar fino, eles não tem nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas! Como você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a terceira fase? Ainda tá na experimental. E depois... Agora, parlamentar é pra vocês. Tem um projeto, uma medida provisória que chegou alterada pra mim, o artigo que dizia que a Anvisa tinha 72 horas para certificar. Se não certificasse, certificado estava. Eu vetei. O Congresso derrubou o veto. Estamos mexendo com vidas! Cadê a nossa liberdade? Que a gente fala tanto em liberdade. (aplausos) E outra coisa, quem não quiser tomar a vacina, se porventura contra \*\*\* (não compreensível), a vacina for comprovadamente eficaz lá na frente, que a gente não sabe ainda, a responsabilidade é deles<sup>18</sup>. (BOLSONARO, 2020).

Em uma análise sobre a epidemia de varíola e as campanhas de inoculação, a partir de 1720, e de vacinação, em 1800, o surto é apresentado como um “fenômeno amplamente endêmico, de mortalidade elevadíssima” (FOUCAULT, 2008, p. 76), no qual o número de mortos era de 1 a cada 7,782<sup>19</sup>. Doravante as análises quantitativas, “a doença vai deixar de ser compreendida naquela categoria que ainda era muito sólida, muito consistente, dentro do pensamento médico e da prática médica da época” (FOUCAULT, 2008, p. 79), apresentando-se como uma distribuição de casos,

---

<sup>17</sup> Brasil volta a superar mais de 1 mil mortes por Covid-19; 16 estados e o DF estão com tendência de alta. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/17/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-17-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1BCXkVOEH-8>>. Acesso em 15 jun. 2021.

<sup>19</sup> A taxa de mortalidade por COVID-19, no Brasil, é de 232,3 a cada 100 mil habitantes. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 15 jun. 2021.



identificando os riscos para cada indivíduo, sua noção de perigo e fenômenos de disparada (ou momentos de crise), como conhecemos hoje. Uma disciplinaridade dos corpos, em uma anátomo-política<sup>20</sup>, assim como a própria administração da vida em sua governamentalidade. Por anátomo-política, conceito trabalhado por Foucault na década de 70, em seus estudos genealógicos, o exercício do poder dá-se no disciplinamento e castigo aplicados ao corpo do indivíduo (separação, alinhamento e uma série de vigilâncias). O governo das almas e do corpo produz, além do disciplinamento, verdades acerca do sujeito. Como aponta Foucault (2005), é na manutenção da vida que se exerce o poder.

Com a difusão do chamado tratamento precoce, à base de medicamentos como hidroxicloroquina (para malária) e ivermectina (vermífugo), o líder governamental, alvitando dúvidas, nega a vacina, “eu não vou tomar”, justificado pela certeza de que não seria possível uma reinfecção. “O idiota que tá [sic] dizendo que eu dou um péssimo exemplo, eu já tive o vírus. Eu já tenho anticorpos. Pra que tomar a vacina de novo?”. A reinfecção pelo novo coronavírus já foi comprovada cientificamente. “Temos cepas que apresentam maior capacidade de transmissibilidade circulando em todo país, principalmente a P.1 [de Manaus]. Como elas são transmitidas com muito mais facilidade, há um risco maior de quem já teve a infecção possa adquirir novamente”<sup>21</sup> (ROCHA, 2021). O estudo *Genetic evidence and host immune response in persons reinfected with SARS-CoV-2*<sup>22</sup>, desenvolvido por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz, mostra ainda que a segunda infecção por Covid-19 pode provocar sintomas mais fortes que a primeira. Nessa esteira, “nega-se [...] qualquer voz, vinda da ciência e veiculada pelas diversas mídias, que contrarie a ideologia propulsora do negacionismo” (LOPES, 2021, p. 105).

---

<sup>20</sup> A anátomo-política, instaurada no decorrer do século XVIII, refere-se aos dispositivos disciplinares que incidem sobre o corpo, a fim de extrair sua força produtiva, mediante o controle.

<sup>21</sup> Rodrigo Molina, infectologista e professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). 7 fatos sobre reinfecção pela Covid-19. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/15/7-fatos-sobre-reinfeccao-pela-covid-19>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

<sup>22</sup> Disponível em: <[https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/27/5/20-4912\\_article](https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/27/5/20-4912_article)>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Contra a vacinação e sua obrigatoriedade, o presidente incentiva o movimento antivacina. “Vacina obrigatória só aqui no Faísca”<sup>23</sup>. Na contramão da biopolítica, uma vez que a vacinação é um dos seus dispositivos de segurança, o discurso governamental expõe suas garras soberanas e gerencia a morte. “Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura [...]. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos*<sup>24</sup> do espaço político em que ainda vivemos” (MBEMBE, 2018, p. 11).

Imerso em uma necrobiopolítica, que é uma forma de governo, mas também um discurso, declara: “Se você virar um jacaré, é problema de você [*sic*], pô! Não vou falar outro bicho, porque vou começar aqui a falar besteira aqui [*sic*], né? Se você virar Super-Homem, se nascer barba igual [*sic*] [em alguma] mulher, ou, ou, algum homem começar a falar fino”. A farmacêutica que não se responsabiliza pelos efeitos colaterais da vacina, poderia, no dito do presidente, transformar indivíduos em animais, em um homem com poderes sobrenaturais, ou mudar o seu gênero. Em *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault “aponta para a normatização das práticas sociais a partir das relações de saber-poder, que as codificam segundo um regime de verdades misógino, preconceituoso e excludente, justificando a heteronormatividade compulsória e a lesbofobia” (RAGO, 2020, p. 212). Se a morte não acontece no corpo, ela já começa nas palavras. O chefe do Executivo provoca: “eles não têm nada a ver com isso”. Eles, a Pfizer, não se responsabilizam pelos “prejuízos”, pelas “faltas”, pelos “danos” causados. “Parece-me que encontramos aí, da soberania infame à autoridade ridícula, todos os graus do que poderíamos chamar de indignidade do poder” (FOUCAULT, 2001, p. 16).

Em inúmeros momentos, o presidente levanta dúvidas sobre a eficácia da vacina: “uma vez certificada pela Anvisa”, “mexer no sistema imunológico”, “não completou a terceira fase”, “que a gente não sabe ainda”. Embora atuar no sistema imunológico seja o principal objetivo da vacinação, uma vez que estimula o sistema imune a produzir anticorpos, como um dispositivo de segurança e prevenção, a informação apresenta uma

---

<sup>23</sup> Publicação do presidente Jair Bolsonaro, no Twitter, fazendo referência ao seu cachorro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1320132151690645504>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

<sup>24</sup> Nomos é, na mitologia grega, o *daemon* das leis, estatutos e normas.

conotação negativa, “segundo o qual as vacinas são formas de prevenção com eficácia não comprovada e/ou com ação prejudicial ao organismo dos indivíduos, os quais poderiam, no limite, ter um chip implantado em seus corpos e seus DNAs alterados como uma intervenção diabólica” (LOPES, 2021, p. 109). O próprio Congresso também é questionado, quando retrata: “Tem um projeto, uma medida provisória que chegou *alterada* pra mim, o artigo que dizia que a Anvisa tinha 72 horas para certificar. Se não certificasse, certificado estava. Eu vetei. O Congresso derrubou o veto” (grifo nosso). O uso da palavra *alterada*, nesse contexto, indica um ato fraudulento, espúrio, desequilibrado dos parlamentares, visto que “estamos mexendo com vidas”.

Nesse ponto, recorre à liberdade. “Cadê a nossa liberdade? Que a gente fala tanto em liberdade”. Favorecendo-se de um discurso libertário, parte de uma abnegação do eixo soberano-súditos, como uma estratégia de proibição, em que os mecanismos de segurança não podem funcionar. Entretanto, esquece que, no âmbito da população, é preciso “deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, [...] fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados” (FOUCAULT, 2008, p. 85). É possível constatar que, apesar de utilizar a expressão “a gente”, o presidente fala a um Outro que reivindica. Um momento em que é aclamado. São dois instantes em que surgem aplausos, quando insulta um crítico do seu comportamento de “imbecil” e nessa fala. No processo no qual Foucault (*apud* DEYFUS; RABINOW, 1995, p. 231) denomina como “práticas divisoras”<sup>25</sup>, estabelecemos uma alteridade, um Outro que é estrangeiro e, portanto, um inimigo, que precisa ser ridicularizado, banido, agredido; eventualmente, morto. Se “a vacina for comprovadamente eficaz lá na frente, [...] a responsabilidade é *deles*” (grifo nosso). Nas suas próprias palavras, o sucesso pela vacinação também seria do Outro: da Pfizer, de quem acreditou. *Deles*.

## Considerações finais

---

<sup>25</sup> “O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’”. (FOUCAULT *apud* DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 231).

A desinformação não é apenas um problema de comunicação, mas também uma questão que assola os âmbitos governamentais em todas as suas esferas. Corresponde a um fenômeno complexo, dinâmico e persistente. Alcança diferentes esferas sociais e, no campo governamental, pode se tornar instrumento para manipulação da opinião pública sobre determinadas temáticas. A instauração do engano, a fim de justificar práticas nebulosas e narrativas populistas fundamentadas pelo fascismo (ECO, 2018), ameaça a própria vida. “Nesse caso, reflito sobre uma história que ainda não possui um final, mas cenas bordadas com a lâmina do medo, da agulha da dor e do bisturi da morte” (SOARES JÚNIOR, 2020, p. 98). É fato que, quando o chefe do Poder Executivo nega um dispositivo de segurança, constituinte da biopolítica, resolve-se, então, aderir a uma nova estratégia de governo. Quando há uma recusa sistemática para a administração da vida, a única alternativa é a gerência da morte.

De acordo com a CPI da Covid-19 no Senado, 81 *e-mails* foram enviados pela Pfizer ao governo federal, entre março de 2020 e abril de 2021, sem obtenção de resposta. O governo que, em 17 de dezembro de 2021, levantou dúvidas sobre a eficácia da vacina e a responsabilidade da farmacêutica, três meses depois, fechou o primeiro contrato<sup>26</sup>. É importante lembrar que março de 2021 foi o mês com maior número de mortes registradas, desde o início da pandemia, somando 58.675<sup>27</sup>. Se a vacina era tão prejudicial quanto o discurso afirmava, uma mudança em pouco tempo, decerto, possa intuir que não havia uma crença efetiva na informação, mas uma escolha privada com intenções políticas, um emprego deliberado de desinformação que conduziu parte da população para a morte.

“As maneiras de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível” (MBEMBE, 2018, p. 60). Pessoas que se tornam dados

---

<sup>26</sup> Após ignorar e-mails da Pfizer, Bolsonaro agora pede antecipação da entrega de doses. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/06/apos-ignorar-emails-da-pfizer-bolsonaro-agora-pede-antecipacao-da-entrega-de-doses.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

<sup>27</sup> Março teve todos os 31 dias em que a covid mais matou no Brasil. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/marco-teve-todos-os-31-dias-em-que-a-covid-mais-matou-no-brasil/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

estatísticos. Nesse artigo discutimos a infodemia e a desinformação, no âmbito da necrobiopolítica a qual vivemos, em um exercício de comunicação e poder. Um ato biopolítico para a segurança e defesa da vida.

## Referências

ALMEIDA, A., QUADROS, C. **Movimento antivacinas na internet: da apropriação e recirculação do jornalismo de saúde ao empoderamento de grupos no Facebook.** Fake News e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília, Brasília, 2020.

AOS FATOS. **Em três meses, desinformação sobre Covid-19 foi de cura milagrosa à politização do isolamento.** Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/em-tres-meses-desinformacao-sobre-covid-19-foi-de-cura-milagrosa-a-politizacao-do-isolamento/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

BARCELOS, T., MUNIZ, L.; DANTAS, D.; JUNIOR, D.; CAVALCANTE, J.; FAERSTEIN, E. **Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.** Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2021.v45/e65/pt>>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

CAPONI, S. **Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

CANCIAN, N. **Vacinas, fake news e o papel do jornalista de saúde.** Fake News e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília, Brasília, 2020.

COUTO, M.; BARBIERI, C.; MATOS, C. **Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rQFs3PMLgZprt3hkJMyS8mN/?lang=pt>>. Acesso em 11 de jun. 2021.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica; para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ECO, U. **O fascismo eterno.** 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FOUCAULT, M. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOPES, C. R. A biopolítica do risco e o discurso negacionista sobre vacinação contra Covid-19. **Porto das Letras**, 7(2), 2021. p. 103-117. Disponível em: <<https://sistemas.uff.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11556>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 4 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OPAS. **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

RAGO, M. Feminismos e resistências: viver diferentemente o presente. In: BRAGA, A. (org.) et al. **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 207-227.

RECUERO, R.; SOARES, F.; VINHAS, O.; VOLCAN, T.; ZAGO, G.; STUMPF, E.; VIEGAS, P.; HÜTTNER, L.; BONOTO, C.; SILVA, G.; PASSOS, I.; SALGUEIRO, I.; SODRÉ, G. **Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil**. [livro eletrônico] Relatório, resultados e estratégias de combate. 1. ed. - Pelotas, RS: MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais, 2021.

RECUERO, R., SOARES, F., ZAGO, G. **Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter**. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>>. Acesso em 5 de jun. 2021.

ROCHA, L. 7 fatos sobre reinfecção pela Covid-19. **CNN**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/15/7-fatos-sobre-reinfeccao-pela-covid-19>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SOARES JÚNIOR, A. Histórias de resistências ao coronavírus e ao vírus do autoritarismo. In: BRAGA, A. (org.) et al. **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 95-123.

SOUZA, G., ALMEIDA, T. OLIVEIRA, Y. **Fake news em saúde e mídias sociais: como funcionam, quais seus impactos e possíveis soluções**. Fake News e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília, Brasília, 2020.

SHIMIZU, N. **MOVIMENTO ANTIVACINA: A MEMÓRIA FUNCIONANDO NO/PELO (PER)CURSO DOS SENTIDOS E DOS SUJEITOS NA SOCIEDADE E-URBANA**. Revista do EDICC [online]. 2018, v. 5, n. 5. Disponível em: <<https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5963>>. Acesso em: 23 de set. 2021.

VASCONCELLOS-SILVA, P., CASTIEL, L. **COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas**. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00101920>>. Acesso em: 7 de jun. 2021.

WARDLE, C. **Fake News. It's Complicated.** 2017. Disponível em:  
<<https://firstdraftnews.com/fake-news-complicated/>>. Acesso em: 4 de jun. 2021.

WARDLE, C.; DERAKSHAN, H. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making.** Strasbourg: Council of Europe. 2017.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 29/07/2021  
Aprovado em: 18/09/2021

## Comunicação digital e saúde da população: análise da comunicação dos organismos e biopolítica em tempos de pandemia

*Digital communication and health of the population: analysis of the communication of organisms and biopolitics in times of pandemic*

*Comunicación digital y salud de la población: análisis sobre la comunicación de organismos y biopolítica en tiempos de pandemia*

Rogelio del Prado FLORES<sup>1</sup>  
Rebeca Illiana Arévalo MARTÍNEZ<sup>2</sup>

### Resumo

Com uma abordagem teórica que envolve estudos da linguagem, da sociologia da comunicação, das organizações e da psicologia, esta pesquisa visa investigar o impacto da comunicação digital sobre a pandemia no Twitter, nos relatos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Subsecretário de Saúde do México (Hugo López Gatell) na interação (favoritos, retuítos e comentários) com seus seguidores; e analisar as mensagens (tuítos) a partir das categorias de significância da estrutura visual, código e estrutura argumentativa, a fim de conhecer a relação com a sua interação. A metodologia qualitativa sobre as imagens, considera a cor, texto, atitude dos personagens (ação / passividade). A descoberta mais importante é que a conta de um oficial no Twitter produz mais interação do que as contas oficiais de organizações internacionais em tempos de pandemia.

**Palavras-chave:** Comunicação. Organizações. Twitter. Pandemia. Biopolítica.

### Abstract

<sup>1</sup> Miembro del Sistema Nacional de Investigadores del CONACYT, Nivel 1. Profesor investigador de la Facultad de Comunicación de la Universidad Anáhuac México. Autor de los libros Ética de la Comunicación, Edit. Gedisa (2018) y de Políticas para la justicia y la comunicación, Limusa (2016). Coordinador Editorial de Sintaxis, Revista Científica del Centro de Investigación para la Comunicación Aplicada. rogelio.delprado2@anahuac.mx ORCID: [0000-0002-2181-2724](https://orcid.org/0000-0002-2181-2724).

<sup>2</sup> Doctora en Comunicación Aplicada, Universidad Anáhuac México. Miembro Sistema Nacional de Investigadores CONACYT Nivel I. Directora del Centro de Investigación para Comunicación Aplicada (CICA), Coordinadora Doctorado en Investigación de la Comunicación (PNPC CONACYT), Facultad de Comunicación, Universidad Anáhuac México. Co-coordinadora GT2 ALAIC. Presidenta AMIPCO. Ganadora Gold Quill IABC. rebeca.arevalo@anahuac.mx ORCID: [0000-0003-1163-675](https://orcid.org/0000-0003-1163-675).



With a theoretical approach that takes up studies of language, the sociology of communication, organizations and psychology, this research aims to investigate the impact of digital communication on the pandemic on Twitter, in the official accounts of the World Organization of Health (WHO), the Pan American Health Organization (PAHO) and the Undersecretary of Health of Mexico (Hugo López Gatell) in the interaction (favorites, retweets and comments) with their followers; and analyze the messages (tweets) from the categories of significance of the visual structure, code and argumentative structure, in order to know the relationship with their interaction. The qualitative methodology on the images, considers the color, text, attitude of the characters (action / passivity). The most important finding is that the Twitter account of an official produces more interaction than the official accounts of international organizations in times of pandemic.

**Keywords:** Communication. Organizations. Twitter. Pandemic. Biopolitics.

### Resumen

Con un enfoque teórico que retoma estudios del lenguaje, la sociología de la comunicación, las organizaciones y la psicología, la presente investigación tiene por objetivos: 1) indagar respecto al impacto de la comunicación digital sobre la pandemia en Twitter, en las cuentas oficiales de la Organización Mundial de la Salud (OMS), la Organización Panamericana de la Salud (PAHO) y el Subsecretario de Salud de México (Hugo López Gatell) en la interacción (favoritos, retweets y comentarios) con sus seguidores; y 2) analizar los mensajes (tweets) desde las categorías de significación de la estructura visual, código y estructura argumentativa, con la finalidad de conocer la relación con la interacción de los mismos. La metodología cualitativa sobre las imágenes, considera el color, texto, actitud de personajes (acción / pasividad). El hallazgo más importante es que la cuenta de Twitter de un funcionario produce más interacción que las cuentas oficiales de los organismos internacionales en tiempos de pandemia.

**Palabras clave:** Comunicación. Organizaciones. Twitter. Pandemia. Biopolítica.

### Introducción

Nuestro tiempo está marcado por la incertidumbre provocada por la presencia del virus SARS-CoV2 y sus diversas variantes como la denominada Delta y Gama; de tal forma que aún no es posible hablar de una sociedad posCovid, por el contrario, las incógnitas siguen apareciendo sobre las mutaciones del virus conforme se avanza en el mundo en las campañas de vacunación, la cuales han sido diferentes dependiendo de los poderes adquisitivos de los gobiernos. Esta desigualdad se ha visto presente desde el inicio de la pandemia. Se trata de una falta de equidad estructural en los Estados, en las economías y en las instituciones mundiales encargadas de implementar acciones que

salvaguarden la salud de la población, pues sus decisiones favorecen a algunos grupos sociales, que no alcanzan a cubrir la diversidad de comunidades. La comunicación es reflejo pero también es causa de la desigualdad sistemática en las estrategias de contención del virus. Como se sabe, la comunicación institucional no es solo una herramienta por la que se transmite información, sino que revela la esencia social del que se comunica, es decir, por la acción de comunicar se ponen en juego las dimensiones constitutivas que atraviesan la condición humana, de tal forma, que las fallas en la comunicación dirigida al cuidado de la salud provocan la desigualdad social. Grupos poblacionales han quedado marginados de la dinámica comunicativa de las instituciones de salud debido a que las ondas expansivas de información no están traducidas a su lengua, ni a sus valores y creencias. Solo las comunidades enroladas en el vertiginoso intercambio digital de la información han sabido bajarla y tomar las decisiones que les permita sobreponerse a la contingencia del virus.

La presente investigación analiza la comunicación oficial de organismos de salud en Twitter a través de líneas transdisciplinarias, recuperando elementos de semiótica, sociología crítica, lingüística y de las ciencias de la comunicación, desde las categorías de significación de la estructura visual, código y estructura argumentativa a partir de la propuesta teórica de SAUSSURE (1945), COLLIER y COLLIER (1967), CASETTI y DI CHIO (1999), ECO (2000) y de crítica derridiana (DERRIDA, 2006), con la pretensión de conocer el impacto que tiene la comunicación digital en la interacción con usuarios (favoritos, retweets y comentarios); ligado a lo anterior, otro objetivo analiza los diversos contenidos de los mensajes en Twitter, denominados tweets a partir de: 1) conocer la diferencia entre los niveles de interacción de las tres cuentas analizadas; 2) identificar las diferencias significativas en su estructura visual, código y estructura argumentativa; 3) ponderar la estructura visual, el código lingüístico y la estructura argumentativa que produce el mayor número de comentarios. El análisis se realizó a una muestra total de 92 tweets publicados entre el 31 de agosto y el 30 de octubre de 2020 por la Organización Mundial de la Salud, la Organización Panamericana de la Salud y la cuenta oficial del Subsecretario de Salud de México (Hugo López Gatell). Algunos de los principales hallazgos demuestran que la comunicación institucional en Twitter depende de dos factores, por un lado, el impacto de la interacción digital está ligada a la

personalidad del emisor, y por otro lado, el impacto en la intencionalidad de las interacciones digitales está correlacionado directamente al contexto social, es decir hay una esencial interdependencia comunicativa entre lo real y lo virtual en materia del cuidado de la salud de la población.

## **Marco teórico**

### ***Comunicación y organismos públicos sanitarios***

La sabiduría y el grado de civilización de los pueblos se reconoce en parte por las medidas de higiene y cuidado de la salud. Aunque la salud siempre ha preocupado a los hombres, las prácticas han cambiado conforme se avanza en el conocimiento de la salud del cuerpo y de los elementos de la naturaleza que ayudan a aliviar sus malestares. El uso de fármacos como es el veneno en dosis adecuadas para curar el cuerpo, así como el cuidado de sí mismo para la salud del alma o de la vida interior se encuentran en la literatura antigua (FOUCAULT, 2006). Esta estrategia Foucault la describe en términos de biopolítica, se trata de dejar vivir o dejar morir a grupos poblacionales (2007). Los maestros, los sacerdotes, los chamanes, y los filósofos han contribuido a generar una cultura de salud. La autoridad de estos personajes ha sido pieza importante para difundir y adoptar las mejores recomendaciones para curar las dolencias que aquejan a los seres humanos. La sociología de la comunicación se creó de manera silvestre o de manera intuitiva, para asegurar el arte de sobrevivir dentro de la diversidad, creando diferentes comunidades que comparten rituales, espacios acotados de libertades, con el objetivo de navegar de una forma relativamente compacta y relativamente segura para evitar el hundimiento de la balsa donde se navega (SLOTERDIJK, 1994). El prestigio se gana a partir de qué personas se hayan sanado atendiendo a los consejos y a la eficacia de los remedios sugeridos por estos personajes. Una vez que el remedio, el consejo de vida y el fármaco van siendo efectivos a diversas personas, se empieza a difundir y a extender su uso por personas que desconocen la autoridad o prestigio de quien recomendó inicialmente el tratamiento. Independientemente de la época se crea otra vía alterna al prestigio del médico, una vía donde las creencias en la eficacia del fármaco o del consejo de vida está desligado de la autoridad del médico. Así se conforma una cultura popular

basada en creencias que ya no están validadas necesariamente por el conocimiento de un médico. La cultura popular en materia de salud está conformada por elementos simbólicos que tiene su validez no en el conocimiento basado en la autoridad del médico, sino en elementos sociales tales como la cercanía y el parentesco, o por habilidades comunicativas como la persuasión, la imposición y la sanción. Las creencias en materia de salud son el resultado de múltiples componentes culturales (FREUD, 1992), de ahí que su valor no radica solo en el conocimiento, por lo que se va conformando grupos poblacionales con deficiencias en salud, en el desarrollo y crecimiento tanto en lo corporal como en lo anímico; de esta manera, la desigualdad sanitaria es un reflejo del malestar en la cultura dado que no hay una sola cadena de significantes culturales homogénea y libre de contradicciones.

De acuerdo con SAUSSURE (1945), un significante lingüístico no tiene un significado en sí mismo, sino que el significado está en relación a otros significantes. El significado va conformándose a través de una cadena de significantes que se extienden en el tiempo y a través de diferentes espacios sociales, sin embargo, es inevitable la diseminación del sentido más allá del control del emisor (DERRIDA, 2006). Lo relevante es que la cultura es resultado de la estructura estructurante de significantes lingüísticos que animan, modelan y conforman no solo el tipo de creencias, sino que energizan el movimiento de los cuerpos sociales (FOUCAULT, 1999). Paradójicamente, la cultura produce contradicciones en la adopción de los valores que pretende instaurar, dado que no hay un eje sancionador fuerte que impida la interpretación plural de los significantes. La consecuencia de la errancia en la unificación interpretativa implica la aparición de síntomas en la salud de las personas que no solo reflejan decisiones racionales, sino la adopción de creencias populares y dispersas en temas como la salud; el dolor corporal y el sufrimiento anímico están asociadas a las cadenas de significantes, estos síntomas no se pueden curar sólo con fármacos, sino que requieren una transformación de la cultura de salud (FREUD, 1992). El problema y la paradoja de esta necesidad es que el sujeto no puede librarse de la cadena de significantes, es hasta cierto punto resultado de la diseminación de componentes lingüísticos-territorializados. La subjetividad emerge estructurada en capas entrelazadas de interacciones lingüísticas en la que se constituye la imagen de conciencia de uno, pero preñada de la intervención del otro social.

La comunicación constituye al Yo al ligarlo al deseo del otro, sin embargo, el Yo también se constituye al comunicarse al otro, no solo apropiándose del deseo del otro, sino además al hacerle saber sus necesidades de satisfacción de demandas corporales, anímicas y espirituales. Se trata de una dialéctica entre el Yo y el Otro, pero no de una forma simétrica. Por el contrario, la comunicación es siempre asimétrica; quien domina estructuralmente es el deseo del otro (LACAN, 1996). El deseo del otro es anterior al Yo. Así, la comunicación está preñada del deseo del otro y de demandas subjetivas insaciables del yo (LEVINAS, 1991; LACAN, 1996). La comunicación es un rizoma entre deseos y demandas. En un ámbito estructural intersubjetivo, el Yo demanda reconocimiento del otro (HEGEL, 2017; LACAN, 2010). Así, el entorno social estaría conformado por deseos y demandas, por un lado, la subjetividad busca la satisfacción de sus demandas de reconocimiento, por otro lado, el otro comunica hasta instaurar en la subjetividad sus deseos; de este modo la interacción social reproduce la dialéctica del amo y del esclavo de HEGEL (2017).

Ahora bien, el deseo del otro no consiste en solo desear la salud del propio cuerpo, ni se reduce a desear la salud del cuerpo social, hay algo más que se escapa y que no se deja apresar en el deseo del otro; una especie de abertura o de grieta atraviesa al deseo del otro que le impide su saturación o satisfacción plena; una hiancia representa al deseo del otro (LACAN, 1996) que paradójicamente no se deja representar, se trata de una ausencia sin significado, un vacío como significado incomprensible por la cadena de significantes, más allá de lo simbolizable, pero que tiende su lazos hacia la cadena de significantes, sin dejarse apresar por esta misma (LACAN, 2010); empleando una fórmula de FREUD (1914), las estructuras psíquicas repiten, recuerdan y reelaboran los puntos fijos, las huellas mnémicas de las cadenas de significantes.

### ***Comunicación y biopolítica***

Como se sabe desde la antigüedad, el cuerpo poblacional no es una entidad cerrada, monolítica, donde se puedan atenuar permanentemente las diferencias, aunque éste sea el sueño de la autoridad política (BAUMAN, 2011). Por el contrario, la población se caracteriza por una interminable demanda de satisfacción de necesidades y deseos de diferentes comunidades y sujetos; las demandas son siempre insistentes y parmanentes,

desde la satisfacción equitativa de necesidades básicas o bienes primarios hasta la exigencia de reconocimiento del otro, de la autoridad sobre todo, so pena de elevar las demandas en conflictos divisorios (RAWLS, 2002). Bajo este enfoque, la comunicación es el vehículo y el vínculo que une a los seres humanos, pero también es el resultado del deseo del otro (LEVINAS, 1991; LACAN, 1996). El otro desea que sea reconocido como autoridad, aunque paradójicamente su deseo lo sitúa en una posición conflictiva, pues las demandas sociales son imposibles de cubrir. Se trata de la dialéctica entre el amo y el esclavo donde ambos extremos están unidos por una tensión extenuante de un lazo simbólico, aunque HEGEL sugiera ver esta realidad de forma optimista, es decir, con una mirada racional (2017).

La amenaza de un conflicto divisorio ha llevado a que los hombres conformen organizaciones para unir esfuerzos en la solución de sus demandas (ARÉVALO, 2019). De igual forma, la autoridad política crea instituciones para solventar las exigencias de la población. Las organizaciones y las instituciones tienen estructuras diferentes pero tienen una finalidad similar, la de buscar condensar la información, reducir a sus mínimos la infinidad de elementos de la realidad. De esta forma, las organizaciones y las instituciones buscan evitar los peligros de la división, moldeando o unificando deseos y demandas, aglutinando subjetividades, unificando las diferencias. La comunicación es aquí el proyector de un componente imaginario donde las personas mantienen una unidad real (LACAN, 2010).

Ahora bien, como se sabe, desde el siglo XVII la comunicación en materia de salud constituye uno de los elementos fundamentales de las instituciones del Estado y de las organizaciones. La modernidad se caracteriza por poner el tema de la higiene como un componente esencial dentro de la sociedad (FOUCAULT, 2006). El significante *salud* en el mundo moderno está cargado de elementos simbólicos y es manejado por múltiples polos de intereses. El Estado, las empresas farmacéuticas, las comunidades de científicos, la población cada uno entiende la salud con diferentes propósitos. El significante *salud de la población* se vuelve equívoco por conjuntar elementos de autoridad, poder, intereses, cargados de elementos culturales antagónicos, con múltiples fronteras, entre ellas, con el margen de una enfermedad *mortal* (DERRIDA, 2006). En una dialéctica

entre salud y enfermedad mortal, en el juego entre vida y muerte, se juega también una cadena de significantes que recorren su circunferencia de lo biopolítico.

El Estado y los organismos internacionales buscan acotar la cadena de significantes culturales a un conjunto de elementos más o menos limitados, aunque esta tarea es imposible por la misma naturaleza del lenguaje (LACAN, 1996). La discursividad científica de igual forma pretende dar un significado estrecho a las enfermedades con el deseo de poder normar, dicar la ley y las reglas, para hacerse entender y obedecer por los gobiernos y el conjunto de la población. Culturalmente, los pueblos entienden los términos salud y enfermedad dentro del marco de tradiciones religiosas. Estos tres universos simbólicos coexisten, cada uno busca tener mayor fuerza y dominio. La tensión simbólica se ve reflejada por la conducta de los individuos, no todas las personas siguen la información científica respecto a la salud y la enfermedad. Por otro lado, analizando el significante salud desde los estudios de lingüística, parece que el término *salud* resiste a ser reducido a una sola interpretación, como evitando ser una palabra cosa, como si deseara ser multivalente esencialmente (DERRIDA, 2006). Los rodeos significantes alrededor del significado no hacen otra cosa que ocultar la claridad del concepto de *salud*.

Sin embargo, la enfermedad de la COVID-19 permitió ver que una adecuada comunicación es el gran desafío de las relaciones humanas. Los rumores sobre este virus han sido inevitables en todos los países. La comunicación científica y de los gobiernos no han eliminado la propagación de las cadenas de significantes que traducen parte de los temores de la población y sobre la manera de sanarse o protegerse de la COVID-19. Los gobiernos e instituciones internacionales han utilizado los medios de comunicación para evitar la desinformación. Pero las creencias populares suelen arraigarse rápidamente. Los rumores están inscritos en la misma cadena de significantes y el entorno simbólico que rodea a la población en búsqueda de remedios caseros o medicamentos que ponga a salvo a las personas de ser hospitalizadas. La interacción de significantes cobra relevancia gracias a la participación, dispersión y diseminación de la información cuestión que se acelera por la inmediatez virtual de la información (CHÁVEZ-ÁNGELES Y SÁNCHEZ-MEDINA, 2013). En ese sentido, la comunicación digital juega una contradicción, dado que puede ser el medio ideal para llegar a la población mundial y dotarla de información

seria y veraz, pero también el medio digital permite su contraparte que suele estar acompañada de elementos culturales que la hacen más virulenta (SÁNCHEZ et.al., 2018).

El desafío desde que el medio digital se convirtió en una herramienta global, es tener una *presencia estratégica en redes sociales* para lograr un flujo comunicativo de calidad que no sólo transmita información, sino que construya y conserve vínculos con distintos lenguajes (HERRERA Y ARÉVALO, 2014). Se suele pensar que la estrategia implica tener mensaje central con sentido compartido, es decir, con valor cultural para los involucrados (SÁNCHEZ-HERVÁS Y SUBIELA-HERNÁNDEZ, 2020). Sin embargo, la cadena de significantes rebasa la frontera de las las organizaciones, dado que proviene de una pluralidad de elementos culturales y no solo de una identidad (MUÑOZ, SEBASTIÁN Y NÚÑEZ, 2019). La necesidad de revisar las estrategias de la comunicación de las organizaciones es un imperativo ético para evitar los rumores y distorsiones en el flujo de la comunicación (ARÉVALO Y REBEIL, 2017); además habría que revisar los juegos de poder que las redes sociales digitales hacen factible para imponer una sola opinión y evitar el diálogo y el debate constructivo (DEL PRADO, 2014); los derechos de los participantes en el diálogo en redes sociales suelen ser pasados por alto por la misma comunidad virtual, dado que la estructura de una comunicación virtual privilegia la instantaneidad, el morbo, y el espectáculo (DEL PRADO, 2018).

El examen de responsabilidad social en el diseño y manejo la comunicación en las organizaciones, debe considerar los tipos de capitales que en están en juego, como el simbólico y el social (ARÉVALO, 2019). La evaluación integral implica considerar siempre la participación de los usuarios en la transmisión de las cadenas de significantes de alto impacto (CALLEJA-REINA, PANIAGUA Y VICTORIA, 2018). Como se ha establecido anteriormente, la necesidad de comunicarse obedece al deseo de reconocimiento del otro (LACAN, 2010), pues tal reconocimiento permite que las organizaciones interactúen de forma inteligente, retomando e incorporando elementos valiosos de todos los participantes (CAPRIOTTI, ET AL., 2019; MONSERRAT-GAUCHI ET al., 2017). En el caso de la pandemia terminable e interminable, Twitter se convirtió en una herramienta global en materia de salud pública, de igual forma los líderes mundiales se han comunicado de manera constante generando reacciones polémicas sobre



la naturaleza del virus y sobre las medidas que la población debe adoptar (RIFAI Y BUNCE, 2020). Los líderes de los países emplean las redes sociales digitales no sólo para informar a la población, sino además como herramienta para intervenir en la moral y manejar las incertidumbres y miedos que provoca la pandemia, lo cual se vio con claridad en el caso de Alemania que las utilizó de manera estratégica (TEUFEL et al., 2020). En el caso contrario, el peligro que hasta ahora no se ha podido suprimir, es el uso para extender dudas sobre la vacunación, promoviendo teorías sobre conspiración mundial en contra de la población (THELWALL, KOUSHA Y TEHLWALL, 2021) que dificulta el control mundial de la pandemia que sigue viva.

### **Metodología**

Esta investigación tiene los objetivos de indagar sobre el impacto de la comunicación digital sobre pandemia en Twitter, en las cuentas oficiales de la Organización Mundial de la Salud (OMS), la Organización Panamericana de salud (PAHO) y el Subsecretario de Salud de México (Hugo López Gatell) en la interacción (favoritos, retweets y comentarios) con sus seguidores; y analizar los mensajes (tweets) desde las categorías de significación de la estructura visual, código y estructura argumentativa con la finalidad de conocer su relación con la interacción de los mismos. La metodología cualitativa sobre las imágenes, considera el encuadre, dado que la cámara fotográfica permite ver lo que nuestro ojo no es capaz de ver (COLLIER Y COLLIER, 1967). Por otra parte, la investigación retoma la propuesta de análisis textual de materiales audiovisuales de CASETTI y DI CHIO (1999) que identifica cuatro categorías: 1) sujetos e interacciones (tiempo y espacio, comportamiento, función y rol narrativo), textos verbales (peso, estilo, contenido, tratamiento y valoraciones), historias (número y orden, estructura temporal y relación entre historias) y puesta en escena (características definidas por el autor, control de espacios bisagra, relaciones entre figuras y estructura espacial). Esta investigación analiza los tweets de una muestra sobre las variables de interacción, estructura visual, código y estructura argumentativa; las definiciones se muestran en la Tabla 1. Las variables se analizaron en una primera fase de manera descriptiva y comparativa entre las tres cuentas de Twitter y en una segunda fase de manera inferencial con tablas cruzadas o de contingencia para comprobar las hipótesis planteadas.

**Tabla 1 – Definición de variables**

<b>Variable</b>	<b>Descripción</b>	<b>Definición operacional</b>
Interacción	Suma de las tres dimensiones de las acciones tomadas por los seguidores frente a cada tweet.	Favoritos: Dar un like al tweet. Retweet: Compartir el tweet. Comentario: Hacer un comentario sobre el tweet.
Estructura visual	Tipo de contenido publicado en el tweet.	Analizar el contenido del tweet para identificar si menciona al emisor. Analizar el contenido señalando si incluye texto, fotografía y/o un gráfico.
Código	Analizar el contenido de la imagen o el texto del tweet.	En el caso de los tweets con fotografías identificar si se trata de un sujeto activo o pasivo, e identificar si es un ciudadano o es un funcionario. El sujeto en la fotografía puede estar realizando una acción (sujeto activo) o no realizando nada, simplemente aparecer en la fotografía o ser el receptor de la acción de otro sujeto (sujeto pasivo) En el caso de los tweets con texto, identificar si es un mensaje monocromático o policromático: el primero implica que sólo tiene un color y el segundo significa que hay más de un solo color en la imagen.
Estructura argumentativa	Analizar el contenido publicado en el tweet para identificar qué objetivo cumple.	Analizar el contenido para identificar si sólo informa o si motiva la acción del usuario.

Fonte: Elaboración propia.

Las preguntas que guiaron la investigación fueron: 1) ¿Cuál es la diferencia en los modos de interactuar en Twitter de las tres cuentas analizadas?; 2) ¿Qué diferencias significativas se encuentran en la estructura visual, código y estructura argumentativa que manejan las tres cuentas de Twitter analizadas?; 3) ¿Qué estructura visual produce un mayor número de comentarios?; 4) ¿Qué código lingüístico recibe el mayor número de comentarios?; y 5) ¿Qué estructura argumentativa permite el mayor número de comentarios?

Con base en lo anterior se plantearon las siguientes hipótesis:

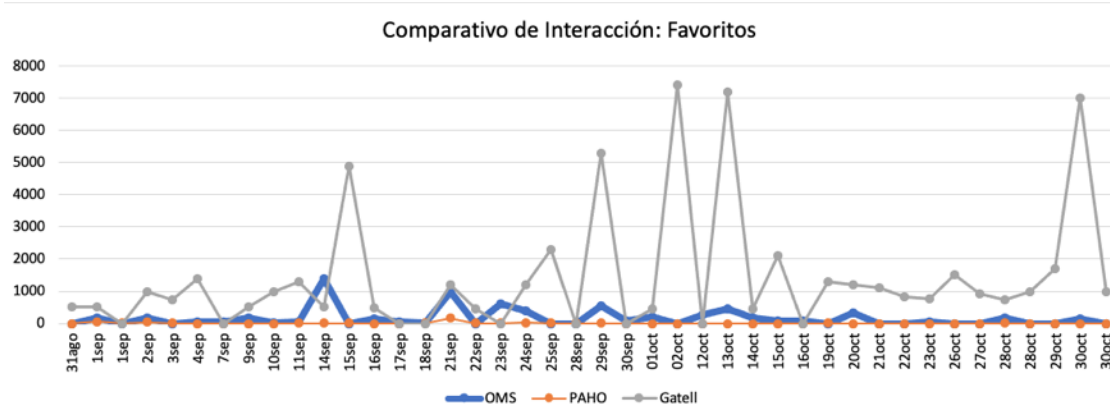
- H1 Los tweets con estructura visual que hacen referencia al emisor tienen mayor interacción.
- H2 Los tweets con estructura visual que incluye una fotografía tienen mayor interacción.
- H3 Los tweets con estructura visual de únicamente texto tienen mayor interacción.
- H4 Los tweets con fotografías y un código que incluye algún sujeto activo tienen mayor interacción.
- H5 Los tweets con estructura argumentativa que motiva a la acción son los que tienen mayor interacción.

La investigación es de corte cuantitativa y en ella se analizaron noventa y dos tweets realizados entre el 31 de agosto y el 30 de octubre de 2020 por la Organización Mundial de la Salud, la Organización Panamericana de la Salud y la cuenta oficial del Subsecretario de Salud de México (Hugo López Gatell). Se trata de un periodo importante en el desarrollo de la pandemia, pues refleja el uso político, biopolítico, de la comunicación digital por parte de las organizaciones internacionales encargadas de la salud pública del mundo, y en el contraste con el uso del Gobierno de México de la información sanitaria.

## Resultados

La primera fase de investigación estadística descriptiva para cada una de las variables planteadas y comparando las tres cuentas de Twitter. En la Gráfica 1, se muestra que la interacción a través de favoritos tuvo mayores variaciones y niveles elevados en la cuenta del Subsecretario de Salud de México (Gatell); en segundo lugar, la cuenta de la OMS que alcanzó los 1,400 favoritos (corazones), excepto el día 22 de octubre que tuvo un total de 80,200. En tercer lugar se encuentra la cuenta de la PAHO que tuvo el menor número de favoritos con un máximo de 158, el día 21 de septiembre de 2020 (Imagen 3).

Gráfica 1 – Comparativo de la interacción a través de favoritos



Fuente: Elaboración propia.<sup>3</sup>

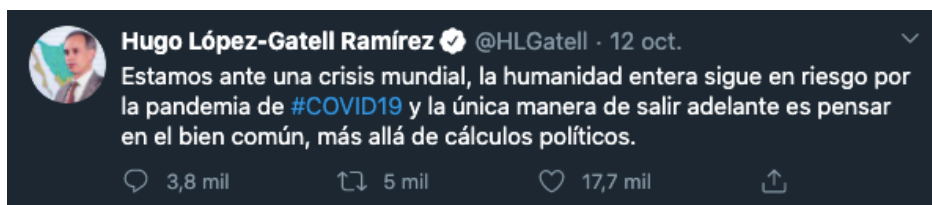
Imagen 1 – Tweet con mayor número de likes de la cuenta de Twitter de la Organización Mundial de la Salud



Fuente: Word Health Organization, 2020a.

<sup>3</sup> Para mejorar la visualización se eliminaron los dos mayores Favoritos: a) 80,200 en la cuenta OMS el 22-oct-20 (Imagen 1) y b) 17,700 en la cuenta Gatell el 12-oct-20 (Imagen 2).

**Imagen 2 – Tweet con mayor número de likes de la cuenta de Twitter del Subsecretario de Salud de México**



Fuente: LÓPEZ-GATELL, 2020a.

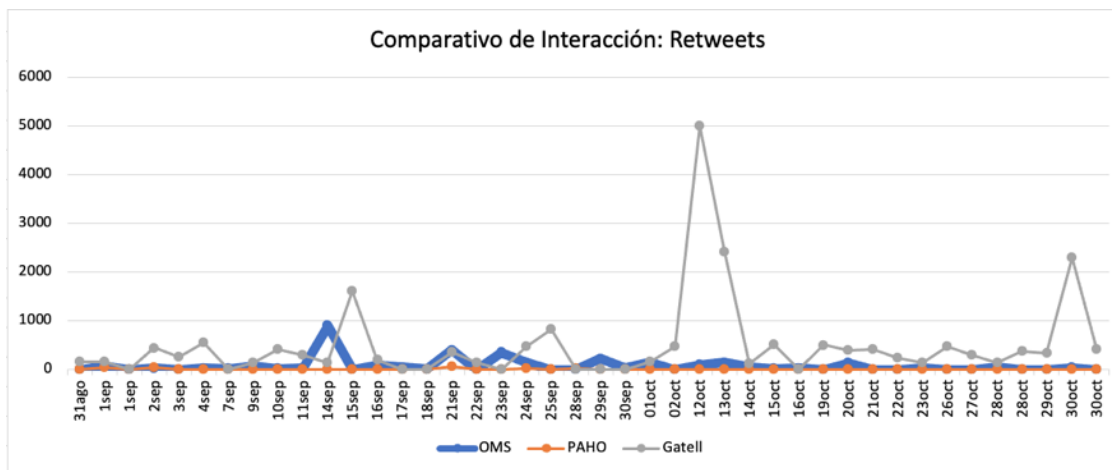
**Imagen 3 – Tweet con mayor número de likes de la cuenta de Twitter de la PAHO**



Fuente: PAHO-WHO, 2020a.

La Gráfica 2 presenta un comparativo de Interacción a través de los retweets. En este caso, el mayor número de retweets fueron de la cuenta del funcionario Gatell, seguido de la OMS y en tercer lugar de la PAHO. El número mayor de interacción de Gatell fue de 18,000, después descendió a 5000 y luego en 2000 retweets, mientras que el máximo de la OMS fue de 29,000 el día 22 de octubre, pero por el resto del periodo analizado sus máximos fueron de 893 y 403. En la cuenta de la PAHO la máxima interacción fue de 69 retweets (Imagen 3), seguida de 48; cabe destacar que en la mitad del periodo analizado (17 de los 25 días en que publicaron tweets) hubo cero retweets.

Gráfica 2 – Comparativo de la interacción a través de retweets



Fuente: Elaboración propia.<sup>4</sup>

Imagen 4 – Tweet con mayor número de retweets de la cuenta de Twitter del Subsecretario de Salud de México



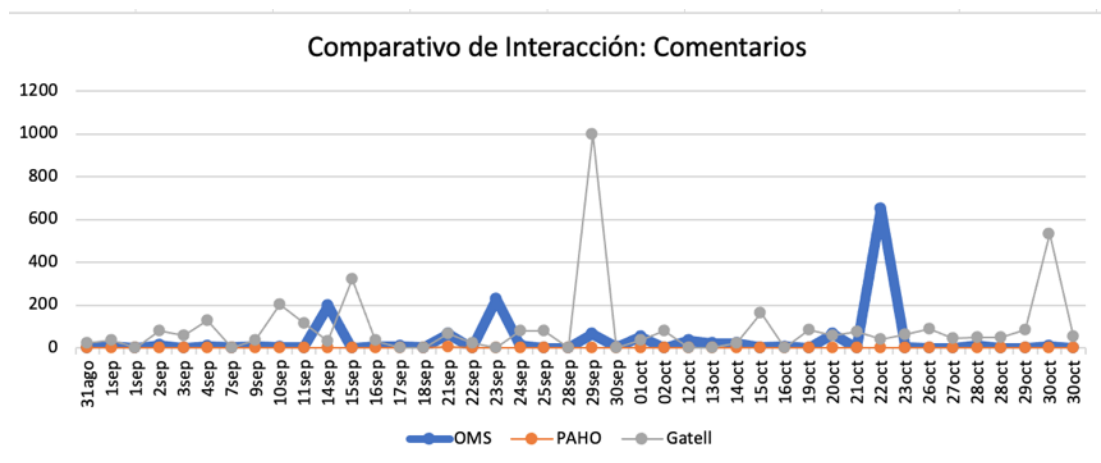
Fuente: LÓPEZ-GATELL, 2020b.

Sobre el comparativo de interacción sobre el número de comentarios recibidos, en la Gráfica 3, se observa que la cuenta de Twitter de Gatell tuvo un mayor número, en segundo lugar la OMS, y en tercero la PAHO. El número mayor de comentarios recibidos en la cuenta de Gatell fue de 3,800; en el caso de la cuenta de la OMS fue de 649 (Imagen

<sup>4</sup> Con fines de mejorar la visualización se eliminaron los dos mayores Retweets: 1) 29,000 en la cuenta de la OMS el 22-oct-20 (Imagen 1); 2) 18,000 en la cuenta de Gatell el 29-sep-20 (Imagen 4).

1); la cuenta de la PAHO el número máximo de comentarios fue de 6 (Imagen 3), otros seis tweets tuvieron un comentario, 18 tweets no tuvieron comentarios.

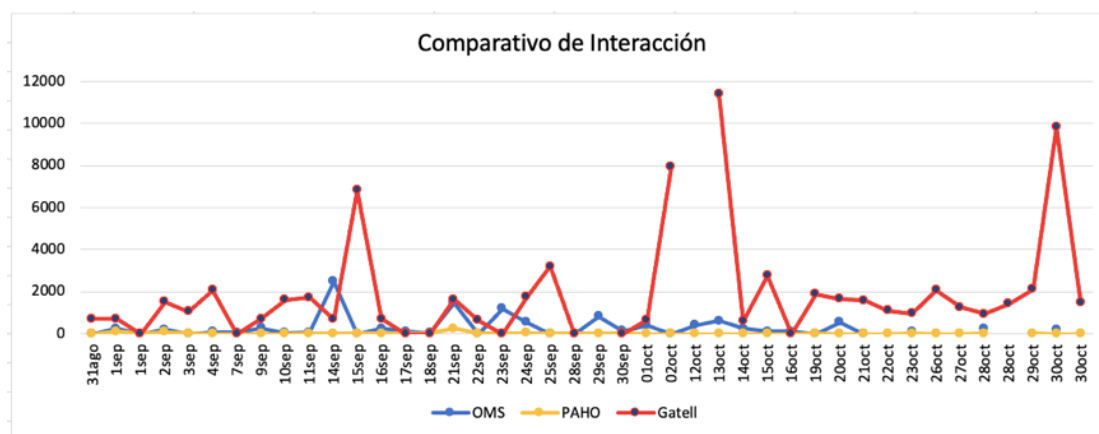
**Gráfica 3 – Comparativo de la interacción a través de comentarios**



Fuente: Elaboración propia.<sup>5</sup>

En la Gráfica 4 se muestra el comparativo de interacción total de las tres cuentas de Twitter. El primer lugar la cuenta de Gatell, luego la la OMS y en tercer lugar la PAHO.

**Gráfica 4 – Comparativo general de la interacción**



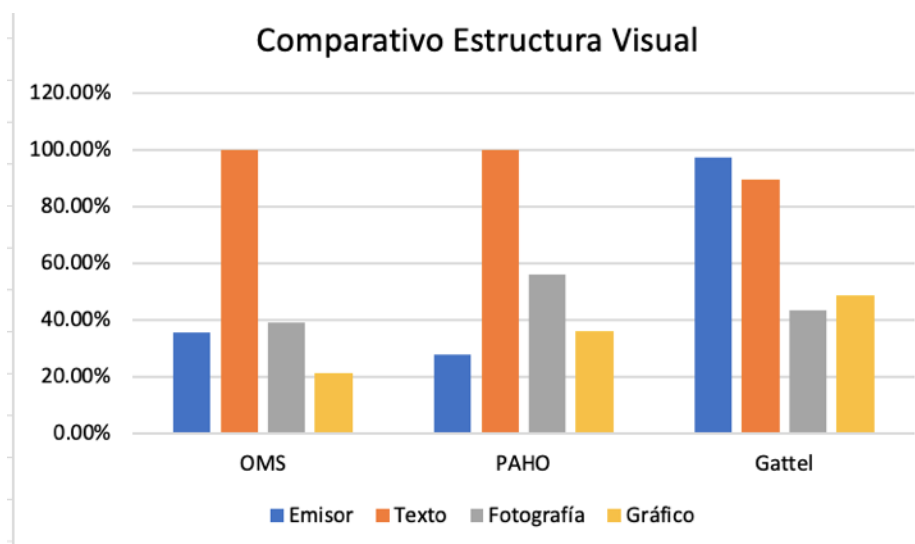
Fuente: Elaboración propia.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Con fines de mejorar la visualización se eliminaron las dos mayores cantidades de Comentarios: 1) 3,800 en la cuenta de Gatell el 12-oct-20 (Imagen 2); 2) 1,800 en la cuenta de Gatell el 13-oct-20.

<sup>6</sup> Con fines de mejorar la visualización se eliminaron los tres mayores datos de Interacción: a) 109,849 de la cuenta de OMS el 22-oct-20 (Imagen 1); b) 26,500 de la cuenta de Gatell el 12-oct-20 (Imagen 2); y c) 24,300 de la cuenta de Gatell el 29-sep-20 (Imagen 4).

En la Gráfica 5 es un comparativo de la estructura visual de los tweets en las dimensiones de emisor, texto, fotografía y/o gráfico. En la cuenta de Gatell el 97.4% de los tweets hacen referencia al emisor del mensaje, mientras que en la OMS sólo 35.7% y en la PAHO 28%. Las cuenta de la OMS y de la PAHO el su 100% de sus publicaciones tienen texto, en Gatell el 89.7% cuenta con texto. El 56% de los tweets de la PAHO tienen una fotografía, el 43.6% de Gatell y 39.3% de la OMS cuentan con fotografías. Los tweets con gráficos, Gatell 48.7% el 36% PAHO y un 21.4% la OMS.

**Gráfica 5 – Comparativo de la estructura visual**



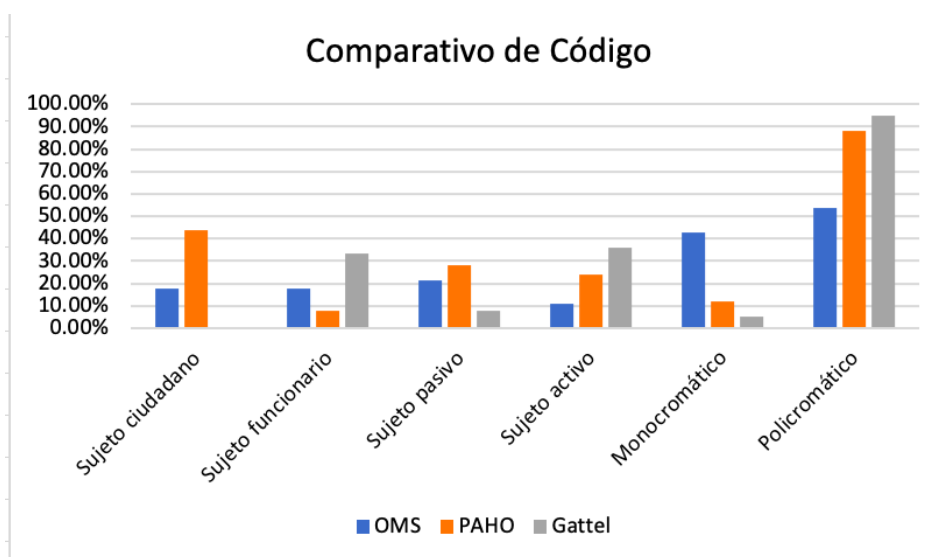
Fuente: Elaboración propia.

Para el comparativo del código de los tweets analizados, se realizó una división de tweets con fotografías y los que tenían únicamente texto. Los Tweets que contaban con fotografías, se contabilizó la existencia de un sujeto o persona, ya sea que fuera ciudadano o funcionario, también se contabilizó si el sujeto reflejaba una situación pasiva o activa. Los tweets con texto la revisión consistió en contabilizar si la escritura o texto era monocromático o policromático. La Gráfica 6 se muestra la comparación del código, las fotografías de la PAHO más de 40% cuenta con sujetos ciudadanos, el 30% de ellos reflejan un estado pasivo como puede verse en el ejemplo de la Imagen 5. La OMS, el 17.8% de los tweets presentan un sujeto ciudadano y un 17.8% un sujeto funcionario; el 21.4% de dichos sujetos reflejan una actitud pasiva y el 10.7% en una actitud activa, un ejemplo puede verse en la Imagen 6. La cuenta de Gatell no presenta sujetos ciudadanos,



sólo funcionarios un 33.3% como puede verse en el ejemplo de la Imagen 7; el sujeto activo en 35.9% de los tweets, un 7.7% de sujetos pasivos. Sobre los tweets de texto escritura las tres son policromáticas; sin embargo, la OMS el 40% son monocromáticos, domina el color azul.

**Gráfica 6 – Comparativo del Código**



Fuente: Elaboración propia.

**Imagen 5 – Ejemplo de tweet con sujeto pasivo en la cuenta de la PAHO**



Fuente: PAHO-WHO, 2020b.

Imagen 6 – Ejemplo de tweet con sujeto activo en la cuenta de la OMS



Fuente: WORD HEALTH ORGANIZATION, 2020b.

Imagen 7 – Ejemplo de tweet con sujeto funcionario en la cuenta del Subsecretario de Salud de México

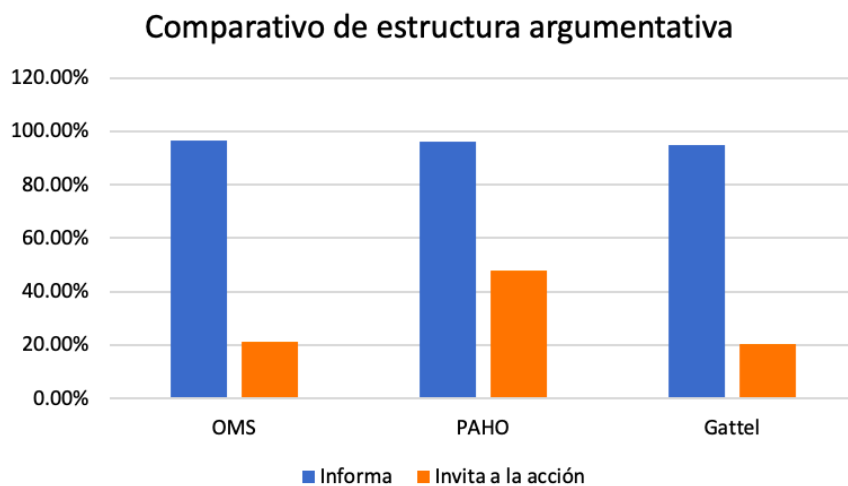


Fuente: LÓPEZ-GATELL, 2020c.

En la Gráfica 7 se presenta el comparativo de la estructura argumentativa de los tweets, con las dimensiones de informar e invitar a la acción. Casi todos los tweets informan; OMS 96.4% (un ejemplo puede verse en la Imagen 8), PAHO 96% y Gatell

94.9%; los tweets que invitan a la acción, la PAHO con 48% (un ejemplo puede verse en la Imagen 9), el 21.5% en Gatell, y un 21.4% en la OMS.

**Gráfica 7 – Comparativo de la estructura argumentativa**



Fuente: Elaboración propia.

**Imagen 8 – Ejemplo de tweet informativo en la cuenta de la Organización Mundial de la Salud**



Fuente: WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020c.

Imagen 9 – Ejemplo de tweet que invita a la acción en la cuenta de la PAHO



Fuente: PAHO-WHO, 2020c.

Ahora bien, respecto a los resultados de las hipótesis. La H1 *Los tweets con estructura visual que hacen referencia al emisor tienen mayor interacción*, se confirma para la OMS (Imagen 1) y para López-Gatell (Imagen 2), pero no para la PAHO quien tiene la mayor interacción en un tweet que no hace referencia al emisor (Imagen 3). Respecto a la H2 *Los tweets con estructura visual que incluye una fotografía tienen mayor interacción*, ésta se comprueba para la OMS y la PAHO, no para la cuenta de Gatell, en este caso, la mayor interacción se da en un tweet sin fotografía (Imagen 2). Sobre la H3 *Los tweets con estructura visual de únicamente texto tienen mayor interacción*, se confirma para las tres cuentas, OMS, PAHO y Gatell. Sobre la H4 *Los tweets con fotografías y un código que incluye algún sujeto activo tienen mayor interacción*, esta hipótesis no se valida en ninguna de las tres cuentas. Respecto a la última la H5 *Los tweets con estructura argumentativa que motiva a la acción son los que tienen mayor interacción*, no se comprueba para la PAHO (Imagen 3), pero sí para la cuenta de la OMS (Imagen1) y la de López- Gatell (Imagen 2).

### Análisis y discusión

La hipótesis que se plantearon y las preguntas que las fundamentan obedecen a la opinión generalizada que se viene construyendo en la cultura contemporánea, es decir,

que la interacción aunque sea plural y que responde a diferentes elementos simbólicos, y de capitales sociales en aparente contradicción, sin embargo, se piensa que hay un núcleo donde convergen razonablemente en un tema de interés superior para toda la población; sin embargo, los elementos razonables que hacían suponer que la interacción en Twitter podría estar atravesada por un deseo legítimo de participación no se confirma. La información científica, o proveniente de la autoridad no genera las respuestas positivas que se esperan. Por otro lado, estando la estructura digital compuesta de elementos lingüísticos ricos en elementos socioculturales, cabría esperar que los diseñadores, y quienes son responsables de las cuentas oficiales de los organismos internacionales en Twitter podrían retomar estos significantes para producir el interés por participar en la conversación, haciendo preguntas, comentando, compartiendo la información, pero esto no sucedió, como si hubiera la intención de acotar los códigos y evitar la conversación. Como si el interés fuera solo informar y no conversar (CHÁVEZ-ÁNGELES Y SÁNCHEZ-MEDINA, 2013) y no persuadir para lograr el beneficio esperado, que es la colaboración de la población frente a la pandemia (Sánchez et al., 2018). Estando en una cultura de la imagen, cabría suponer que los tweets que contenían fotografías generarían mayor interacción entre los usuarios, pero la realidad fue distinta (Imagen 2), los mensajes más álgidos obedecían a texto escrito y correspondían a la situación de riesgo y peligro que en ese momento se tenía, como si la nueva hipótesis permitiría conjeturar que la interacción obedece al deseo de contradecir a la autoridad o a quejarse, o hacerle ver sus errores. La teoría de la comunicación para las organizaciones tendría que incorporar nuevos elementos para cumplir con su objetivo de transmitir valores a los seguidores de una cuenta en tiempos de crisis (Sánchez-HERVÁS Y SUBIELA-HERNÁNDEZ, 2020). Es evidente que el texto con información precisa hace suponer que se cumple con el objetivo (Imagen 8) y a la planeación para una cuenta oficial de un organismo internacional (CAPRIOTTI, et al., 2019; MONSERRAT- Gauchi et al., 2017); sin embargo aunque el objetivo se cumpla, es difícil suponer que la población obedezca tal cual como dice la organización, dado que la sociedad tiene experiencia en que la información es solo un instrumento superficial y contradictorio con las acciones que en realidad lleva a cabo una institución, como si las cuentas en Twitter solo fuera un mecanismo de apariencia, de maquillaje (FOUCAULT, 1999), como si el texto oficial

solo fuera un elemento más de cultura líquida en el juego del Estado debilitado (BAUMAN, 2011), y más en situación de una crisis sanitaria mundial.

Como puede verse, contabilizar interacciones no lleva a conocer la comunicación en redes sociales digitales como Twitter, justamente porque en estudios de este tipo hace falta más allá de la estadística el incorporar otras perspectivas de análisis crítico (ROGERS en OMENA, 2019). Asimismo, la llamada economía de los likes que analizaron GERLITZ y HELMOND (2013) es una realidad, pues detrás de toda esta llamada a una experiencia más social de la Web como lo llama Facebook, lo que prevalece es una serie de algoritmos que son utilizados como dispositivos de seguimiento a los usuarios. Estas perspectivas teóricas, sin duda, deberían retomarse para futuras investigaciones.

## Conclusiones

La presente investigación permite comprender que la comunicación es un rizoma conformado por elementos simbólicos, capitales sociales, intereses particulares, en una dinámica de ejercer la persuasión como mecanismo de poder. La comunicación no se entiende sin el deseo de poder, de mayor reconocimiento y de asegurar que dicha estructura comunicativa por donde se ejerce el control, no se pierda. El poder consiste en no perder el poder, como dice FOUCAULT. Esta aseveración cruda, no deja lugar a dudas en tiempos de crisis sanitaria. La biopolítica que consiste en el manejo discrecional de dejar vivir dejar morir, se confirma cuando no es posible observar que haya una sintonía comunicativa en las redes digitales entre la autoridad y la población, como si se tratara de utilizar los significantes más escuetos posibles para informar y solo eso. El objetivo de la autoridad es manejar una cadena de significantes apegados a una narrativa libre de elementos simbólicos con la finalidad de evitar la distorsión. La austeridad del discurso de la autoridad refleja una visión monolítica de la sociedad, como si fuera uno solo el destinatario, ignorando la diversidad de grupos sociales que componen la población. En este sentido, los más letrados, los grupos sociales más acostumbrados a interactuar con una información pobre en elementos simbólicos supieron codificar el mensaje de la autoridad y cambiar sus rutinas para evitar la enfermedad, como si el dato estadístico fuera suficiente para ser creíble. Pero otros grupos poblacionales, que están

acostumbrados a interactuar con una cadena de significantes que están ligados a elementos simbólicos de su realidad concreta, encontraron la información despersonalizada y poco atractiva para interactuar con ella. Habría que pensar que las imágenes para estos grupos poblaciones pudiera quizá tener más sentido, eso considerando que todos ellos tuvieran acceso a las redes sociales digitales, que no hubiera brecha digital. Por otro lado, parece que el deseo de contestar a la autoridad era más deseable. Esta hipótesis es plausible porque la cuenta del funcionario mexicano presentó más interacción que las cuentas oficiales de los organismos internacionales en materia de salud (Gráfica 4). El objetivo no era interactuar con la información, sino disputar con el personaje. La comunicación digital en Twitter desde el enfoque oficialista cumple con la meta de informar, y nada más (Gráfica 7). La comunicación es reducida a su elemento más pobre. La comunicación pierde su sentido cuando de lo que se trata es producir mensajes apelando solo a razón, mientras que la población sigue a la deriva, en el barco biopolítico de la pandemia, sigue siendo útil para la sobrevivencia de quienes tienen la rutina de adecuar su conducta a las estadísticas. Salvarse de la enfermedad implica estar en sintonía con los organismos mundiales, arriesgarse en la marea de los contagios depende de qué tan acostumbrado se esté con una comunicación basada en el contenido científico, independientemente del tipo de relación que se tenga con la autoridad. La comunicación en tiempos de pandemia, es la comunicación impersonal. Las diferencias simbólicas que reflejan la diversidad y multifacetas del lenguaje puede jugar en contra de quien obedece un rumor proveniente de un usuario conocido, es decir, con una relación de por medio. La comunicación humana es central en tiempos de crisis para salvar vidas. La comunicación de los organismos internacionales es eficaz para un grupo de interlocutores, no para toda la población.

## Referências

ARÉVALO, R. **Comunicación integral para las organizaciones. Liderazgo y creación de valor**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones. 197 p., 2019.

ARÉVALO, R. Y REBEIL, M. Presencia, interacción y responsabilidad social organizacional en las redes sociales digitales de organizaciones privadas en Iberoamérica. En R. ARÉVALO y M. REBEIL (Coords.). **Responsabilidad Social en la Comunicación Digital Organizacional**. México: Tirant Humanidades y Universidad Anáhuac México, p. 17-51, 2017.

BAUMAN, Z. **Sociedad sitiada**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CALLEJA-REINA, M.A., PANIAGUA, F.J. Y VICTORIA, J.S. Herramientas digitales y comunicación de crisis: El papel de las redes sociales según la voz de los expertos. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, 24(2), 1147-1167. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5209/ESMP.62206>, 2018.

CAPRIOTTI, P., ZELER, I. Y OLIVEIRA, A. Comunicación dialógica 2.0 en Facebook. Análisis de la interacción en las organizaciones de América Latina. **Revista Latina de Comunicación Social**, 74, 1094 -1113. Recuperado de: <http://www.revistalatinacs.org/074paper/1373/56es.html>. DOI: 10.4185/RLCS-2019-1373, 2019.

CASETTI, F. & DI CHIO, F. **Análisis de la televisión. Instrumentos, métodos y prácticas de investigación**. España: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

CHÁVEZ-ÁNGELES, M. Y SÁNCHEZ-MEDINA, P. (2013). Las tecnologías de la información y comunicación (TIC) como recurso común: Coordinación, competencia y brecha digital en ocho municipios de Oaxaca. **Gestión y comunicación política**, 22, p. 137-170. Recuperado de: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S140510792013000400005&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140510792013000400005&lng=es&tlng=es), 2013.

COLLIER, J. & COLLIER, M. **Visual Anthropology. Photography as a Research Method**. Alburquerque: University of New Mexico Press. ISBN 9780826308993, 1967.

DEL PRADO, R. **Ética y Redes Sociales**. México: Tirant Humanidades e Investigaciones y Estudios Superiores S.C, 318 p., 2014.

DEL PRADO, R. **Ética de la comunicación**. Barcelona: Gedisa y Universidad Anáhuac México, 219 p., 2018.

DERRIDA, J. **Dar la muerte**. Barcelona: Paidós, 2006.

ECO, U. **Tratado de semiótica general**. España: Editorial Lumen, 2000.

FOUCAULT, M. **El orden del discurso**. Barcelona: Tusquets, 1999.

FOUCAULT, M. **Seguridad, Territorio y Población**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FOUCAULT, M. **Nacimiento de la biopolítica**. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FREUD, S. “Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica de psicoanálisis II)”, en **Obras completas**, tomo XII, Buenos Aires: Amorrortu ediciones.

FREUD, S. **Obras completas. El porvenir de una ilusión; El malestar en la cultura**. Vol. XXI. Buenos Aires: Amorrortu, 1914.



GERLITZ, C. Y HELMOND, A. (2013). The like economy: Social buttons and the data-intensive web. *New Media & Society*, 15(8), 1348–1365.

<https://doi.org/10.1177/1461444812472322>

HEGEL, G.W.F. **Fenomenología del espíritu**. México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

HERRERA, M. Y ARÉVALO, R. Key leadership challenges and factors in Public Relations and Communications in Mexico. En B. Berger y J. Meng (Comp.). **Public Relations Leaders as Sensemakers**. A global study of leadership in public relations and communication management. Nueva York: Routledge. pp. 262-277, 2014.

LACAN, J. **El Seminario 17. El reverso del psicoanálisis**. Clase 1: Producción de los cuatro discursos. Buenos Aires: Paidós, 1996.

LACAN, J. **El Seminario 5. Las formaciones del inconsciente**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

LEVINAS, E. **Ética e infinito**. Madrid: La balsa de la medusa, 1991.

LÓPEZ-GATELL, H. [@HLGatell]. **Estamos ante una crisis mundial, la humanidad entera sigue em riesgo por la pandemia de #COVID19 y la única manera de salir adelante es pensar em el bien común, más allá de cálculos políticos**. Recuperado el 12 de octubre de 2020. <https://twitter.com/HLGatell> [LÓPEZ-GATELL, 2020a].

LÓPEZ-GATELL, H. [@HLGatell]. **La epidemia de #COVID19 está em descenso. No relajemos las medidas. Conferencia matutina**. Recuperado el 29 de septiembre de 2020. <https://twitter.com/HLGatell> [LÓPEZ-GATELL, 2020b].

LÓPEZ-GATELL, H. [@HLGatell]. **Hacemos um llamado a evitar hacer reuniones massivas durante las fiestas pátrias y a mantener las medidas preventivas para que logremos continuar el ritmo de disminución de los contagios de #COVID19**. Recuperado el 15 de septiembre de 2020. <https://twitter.com/HLGatell> [LÓPEZ-GATELL, 2020c].

MONSERRAT-GAUCHI, J., QUILES-SOLER, M. Y MARTÍNEZ-SALA, A. La participación ciudadana en la comunicación de las organizaciones. Análisis de las franquicias de salud-belleza, decoración y restauración. *Prisma Social*, 18, 540-560. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6220248>, 2017.

MUÑOZ, D., SEBASTIÁN, A. Y NÚÑEZ, M. La cultura corporativa: Claves de la palanca para la verdadera transformación digital. *Revista Prisma Social*, 25, 439-463. Recuperado de: <https://revistaprismasocial.es/article/view/2675>, 2019.

OMENA, J. **Digital Methods. Teoría, práctica, crítica**. Lisboa: Icnova, 2019.

PAHO-WHO. [@pahowho]. **Nine candidate #COVID19 vaccines are currently being supported by @CEPIvaccines; eight of which are currently in clinical trials**. Recuperado el 21 de septiembre de 2020. <https://cutt.ly/2WNvrE4> [PAHO-WHO, 2020a].

PAHO-WHO. [@pahowho]. **Coronavirus is affecting the mental health of many people, especially health workers. Data from recent studies show increased distress, anxiety and**

**depression.** Recuperado el 11 de septiembre de 2020. <https://cutt.ly/2WNVrE4> [PAHO-WHO, 2020b].

PAHO-WHO. [@pahowho]. **If you have blood pressure, taking good care of yourself is more important than ever. Take your medications regularly as prescribed. Ensure that you have an adequate supply of your medicines. Talk to your doctor if you experienced any COVID-19 symptoms.** Recuperado el 17 de septiembre de 2020. <https://cutt.ly/2WNVrE4> [PAHO-WHO, 2020c].

RIFAI, S. & BUNCE, C. World leaders' usage of Twitter in response to the COVID-19 pandemic: a content analysis. **Journal of Public Health**, 42(3), 510–516, <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdaa049>, 2020.

SÁNCHEZ, M., CORREIA, M. & DE MATOS, N. Principales temas utilizados en la comunicación social de las ONG de inmigración en España a través de la red social Facebook. **Doxa Comunicación**, 27, 213-232. Recuperado de: <https://doi.org/10.31921/doxacom.n27a10>, 2018.

SÁNCHEZ-HERVÁS, D. Y SUBIELA-HERNÁNDEZ, B-J. Organizaciones nativas responsables: La RSC en la cultura de las startups digitales españolas. **Revista Prisma Social**, 29, 138-154. Recuperado de <https://revistaprismasocial.es/article/view/3579>, 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística general.** Buenos Aires: Losada, 1945.

SLOTERDIJK, P. **En el mismo barco. Ensayo sobre la hiperpolítica.** Madrid: Siruela, 1994.

TEUFEL, M.; SCHWEDA, A.; DÖRRIE, N.; MUSCHE, V.; HETKAMP, M.; WEISMÜLLER, B.; LENZEN, H.; STETTNER, M.; KOHLER, H.; BÄUERLE, A.; SKODA, E. Not all world leaders use Twitter in response to the COVID-19 pandemic: impact of the way of Angela Merkel on psychological distress, behaviour and risk perception, **Journal of Public Health**, 42(3), 644–646, <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdaa060>, 2020.

THELWALL, M.; KOUSHA, K. Y THELWALL, S. Covid-19 vaccine hesitancy on English-language Twitter. **Profesional de la Información**, 30(2), e300212. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.mar.12>, 2021.

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO) [@WHO]. **What a very thoughtful message from @BTS\_twt Jimin.** Recuperado el 22 de octubre de 2020 de <https://twitter.com/who> [Word Health Organization, 2020a].

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO) [@WHO]. **Building upon WHO-vetted checklist of 143 actions, “WHO Partners’ Platform’ helps countries to better prepare for & respond to #COVID19 in a comprehensive, timely and transparent manner.** Recuperado el 30 de septiembre de 2020 de <https://twitter.com/who> [Word Health Organization, 2020b].

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO) [@WHO]. **64 higher income economies have now joined the COVAX Facility, a global initiative bringing together governments and manufacturers to ensure eventual #COVID19 vaccines reach those in greatest need, whoever they are wherever they live.** Recuperado el 21 de septiembre de 2020 de <https://twitter.com/who> [Word Health Organization, 2020c].

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Livre  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2020  
Submetido em: 20/07/2021  
Aprovado em: 24/09/2021

## **Conspiracionismo e negacionismo político-midiático: complementaridades discursivas entre Bolsonaro e Sikêra Júnior sobre a pandemia de Covid-19**

*Conspiracionism and media-political denial: discursive complementarities between Bolsonaro and Sikêra Júnior on the Covid-19 pandemic*

*Conspiración, negación, medios y política: complementariedades entre los discursos de Bolsonaro y Sikêra Júnior sobre la pandemia de Covid-19*

João Paulo MALERBA<sup>1</sup>  
Rosangela FERNANDES<sup>2</sup>

### **Resumo**

O estudo investiga articulações político-midiáticas em favor de uma narrativa comum sobre a pandemia de Covid-19 baseada em teorias conspiratórias e negacionistas e pautada em discursos populistas e de ódio. A análise tem como foco vídeos sobre a pandemia do apresentador do programa policiaisco Alerta Nacional, Sikêra Júnior. Os resultados apontam para uma lógica de complementaridade entre o comunicador e o discurso do presidente Jair Bolsonaro, em uma estratégia comunicativa que integra mídia hegemônica e redes sociais como forma de potencializar a disseminação de desinformações, além de trazer indícios de relações que preservam as raízes clientelistas do sistema de comunicação brasileiro.

**Palavras-chave:** Conspiracionismo. Negacionismo. TV. Covid-19. Desinformação.

### **Abstract**

The study investigates articulations between media and politics in favour of a common narrative about the Covid-19 pandemic based on conspiracy and denialism theories and making use of populist and hate speeches. The analysis focuses on videos about the pandemic by Sikêra Júnior, the presenter of the TV program Alerta Nacional. The results suggest complementarities between the communicator and the speech of President Jair Bolsonaro, in a communicative strategy that integrates hegemonic media and social

---

1 Doutor em Comunicação e Cultura pelo PPGCom/UFRJ, professor substituto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ). E-mail: joapaulomalerba@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4003-9850.

2 Doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ e pesquisadora do grupo de pesquisas em Políticas e Economia Política da Informação e Comunicação (PEIC/UFRJ). E-mail: rosangela.fernandes@discentes.eco.ufrj.br. ORCID: 0000-0001-7669-1539.

networks as a way to enhance the dissemination of misinformation. There are also evidences of relationships that preserve the patron-client roots of the Brazilian communication system.

**Keywords:** Conspiracionism. Negationism. TV. Covid-19. Disinformation.

### Resumen

El estudio investiga las articulaciones entre los medios y la política a favor de una narrativa común sobre la pandemia de Covid-19 basada en teorías de conspiración y negación y haciendo uso de discursos populistas y de odio. El análisis se centra en videos sobre la pandemia de Sikêra Júnior, presentador del programa de televisión Alerta Nacional. Los resultados sugieren complementariedades entre el comunicador y el discurso del presidente Jair Bolsonaro, en una estrategia comunicativa que integra medios hegemónicos y redes sociales como forma de potenciar la difusión de desinformación. También hay evidencias de relaciones que preservan las raíces clientelistas del sistema de comunicación brasileño.

**Palabras clave:** Conspiración. Negacionismo. TV. COVID-19. Desinformación.

### Considerações iniciais

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior, ainda em suas explorações iniciais<sup>3</sup>, interessada em identificar o papel da televisão brasileira na recente ascensão de lideranças conservadoras ao poder ao reverberar suas pautas e o seu discurso de ódio. A pesquisa investiga particularmente como as emissoras atuaram na construção da imagem do ainda candidato Bolsonaro e, após sua vitória, se mantêm como sustentáculo do seu mandato presidencial e de suas políticas, numa articulação que busca preservar as raízes clientelistas do sistema de comunicação brasileiro que privilegia historicamente os interesses comerciais em detrimento dos interesses públicos (AIRES e SANTOS, 2017). A complementariedade da mídia hegemônica, particularmente da TV aberta, em relação às mídias sociais como forma de potencializar a disseminação de desinformações é um dos pontos centrais do estudo.

Na análise aqui proposta aprofundamos o acionamento das teorias conspiratórias pautadas no negacionismo como estratégia conservadora que contribui com (e se vale do)

---

3 Trata-se da pesquisa de doutorado Discurso de ódio na TV (2017/2020): A legitimação da retórica de Bolsonaro, orientado pela prof. Suzy Santos.

populismo de extrema direita hoje no poder no Brasil. Teremos como interesse central as narrativas adotadas em relação à pandemia de Covid-19 através de teorias conspiratórias disseminadas por governantes e comunicadores em cumplicidade, de forma cíclica e complementar, atravessadas por interesses políticos e comerciais. Restringimos o corpus deste estudo a vídeos de Sikêra Júnior, apresentador do programa policiaisco Alerta Nacional, levando em conta seu permanente apoio a Bolsonaro, sua família, seu governo e seus discursos. Analisamos os vídeos postados em redes sociais ou com transmissão através da TV A Crítica, além de entrevistas, com foco em temáticas relacionadas à pandemia da Covid-19. Após o levantamento inicial do período de março de 2020 a junho de 2021, foram buscados indícios de narrativas baseadas em teorias conspiratórias e selecionados vídeos e entrevistas para análise.

Nosso estudo compreende que o projeto de poder em curso no país se baseia em uma complexa rede de legitimação e circulação simbólica cuja tessitura se inicia bem antes da onda conservadora que inundaria as urnas eleitorais brasileiras em 2018. Segundo Luis Felipe Miguel (2018), esse projeto atua “para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar” e rompendo as bases do discurso político razoável que “incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social” (p. 23). Ainda que haja razoável consenso (ALMEIDA, 2019; CESARINO, 2020) de que a vitória eleitoral da extrema direita teve como elemento central as redes sociais – notadamente os aplicativos de mensagem instantânea e particularmente o WhatsApp –, não podemos perder de vista que a disseminação de informação (e desinformação) que galvanizaria aceitação social e apoio político aos seus partidos e candidatos já acontecia bem antes e através da radiodifusão. Uma das hipóteses da pesquisa maior em que este estudo se insere é de que a convivência de emissoras brasileiras de rádio e de TV com as pautas da extrema direita e com o seu discurso de ódio reforçou valores conservadores arraigados na sociedade brasileira através de programas jornalísticos, de entretenimento e notadamente os policiaiscos. Através desses espaços teria sido gestado um mecanismo primeiramente testado e consolidado na radiodifusão e que então ganharia a potência e a capilaridade da internet. De todo modo, a ascensão das redes sociais permitiu não só equivalências entre

as estratégias comunicacionais da nova e da velha mídia, mas também as articulou em uma lógica de complementaridade: a comunicação multimídia possibilitou que o que era enunciado numa plataforma pudesse agora ser replicado, editado, realçado e/ou comentado, alcançando novos públicos (e anunciantes), além de promover a reiteração, retroalimentação e complementação tática de discursos *conspiracionistas*, *negacionistas* e/ou *populistas*.

Quando analisamos a questão a partir de uma perspectiva macro e com a hipótese de um projeto político, social e midiático de longo prazo, notamos que as equivalências e as complementaridades abarcam, mas vão muito além das estratégias comunicacionais. Há equivalências de *método e conteúdo* que se evidenciam e se inserem no próprio *modus operandi* dos *políticos* alçados ao poder, notadamente na autoridade máxima da República, e desde aí inspirando e retroalimentando os demais políticos. E nessa lógica de reciprocidade, a mídia hegemônica cumpre papel decisivo na circulação das mensagens. A jornalista da Folha de São Paulo, Patrícia Campos Mello, considera que ao repercutir e destacar agressões e mentiras proferidas por políticos de extrema direita, a mídia tradicional colabora com a estratégia imposta por eles. Tratar como polêmicas as inverdades e, muitas vezes, colocar o tema em debate, resulta em emprestar às narrativas conservadoras extremistas um “verniz de legitimidade a esses disparates” (MELLO, 2020, p. 164). A mídia comercial, mesmo a que se posiciona criticamente, seria atraída para as pautas de interesse de governantes como Bolsonaro, a partir da força de declarações ofensivas que os mantêm em evidência. Por outro lado, os grupos de comunicação aliados são frequentemente instados, de modo calculado, a colaborar com o processo coordenado de agendamento. Segundo o diretor da consultoria Bites, Manoel Fernandes, haveria uma “liturgia bolsonarista” para disseminar narrativas e garantir sua repercussão:

O primeiro movimento envolve uma entrevista a um veículo de mídia profissional (...). Com a informação avalizada pela credibilidade jornalística, o segundo movimento é colocado em operação. Formadores de opinião do mundo bolsonarista, como o próprio filho do presidente e influenciadores digitais, entram divulgando o conteúdo da entrevista e convocando a militância a republicar (FERNANDES, 2020).

Nesse contexto, nosso intuito, dentro do recorte escolhido, é analisar indícios de uma ação articulada entre comunicadores e políticos em torno de uma mesma narrativa sobre a pandemia de Covid-19, tendo como recurso teorias conspiratórias e negacionistas em discursos pautados no ódio e no modo de agir populista da extrema direita.

### **O *modus operandi* da extrema direita: neoconspiracionismo, negacionismo e populismo**

A recente ascensão da extrema direita no Brasil não se deu de forma isolada do cenário mundial contemporâneo e muito menos por uma ação espontânea ou original do presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados. A necessidade de garantir a este artigo um recorte específico não nos permite ampliar sua abordagem para as conexões e articulações internacionais existentes entre governantes populistas alçados ao poder nas últimas décadas, especialmente Bolsonaro e Donald Trump (MELLO, 2020). Na presente investigação, ativemo-nos às equivalências de método e conteúdo da extrema direita na construção de narrativas acerca da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Nossa análise se inicia sob a ótica da reconfiguração do conspiracionismo. As teorias conspiratórias não são novas e desde sempre figuraram nas disputas políticas. Mas, para além do alcance e instantaneidade das redes sociais, há fatos e modos novos que permitem compreender o conspiracionismo atual como de novo tipo. Em *A lot of people are saying: the new conspiracism and the assault on democracy*, Muirhead e Rosenblum (2019) destacam a originalidade das conspirações contemporâneas por dispensarem hipóteses complexas, provas, explicações ou mesmo qualquer teoria. Se antes dependiam de ginásticas mentais mirabolantes que conectavam evidências exaustivamente acumuladas, o sucesso atual das teorias conspiratórias tem como base a afirmação tautológica de ideias simples: “para os novos conspiracionistas, toda a energia é direcionada para a repetição e a afirmação. A repetição é o oxigênio do novo conspiracionismo e, às vezes parece, todo o seu propósito” (p. 27, tradução nossa). Nesse sentido, a limitação de caracteres, a preponderância da imagem (em seu caráter essencialmente performativo) e a capacidade de viralização das redes sociais tornam-nas o palco ideal desse conspiracionismo sem teoria e sem evidências. Da mesma forma, a

espetacularização e o sensacionalismo característicos dos programas policiaiscos, com seu ritmo nervoso, discursos inflamados, acionamento permanente das emoções ao arrepio princípios éticos do jornalismo, se adequam de forma eficaz a tal estratégia.

Os autores destacam a tendência à *insinuação*, que normalmente se apresenta através de perguntas que se propõem reveladoras de um segredo nunca por fim revelado. Tais insinuações não são respondidas, tampouco desdobradas em provas, e servem tão-somente para substituir as explicações inerentemente complexas de questões sociais igualmente complexas. De fato, a característica marcante da simplicidade se opõe ao “fardo da explicação”. Acontece que o funcionamento da democracia depende da verificação dos fatos e do diálogo racional acerca das questões sociais: “o ataque aos modos compartilhados de compreensão é fatigante. As consequências das acusações incessantes de conspirações secretas e conspiradores nefastos são políticas” (MUIRHEAD E ROSENBLUM, 2019, p. 22, tradução nossa). Uma delas é a desorientação (individual e coletiva) em que “quanto mais insondável a acusação, maior o grau de desorientação, incredulidade e raiva que ela provoca em seus alvos” (p. 38, idem). Outra consequência é a deslegitimação das instituições democráticas e a destruição dos próprios fundamentos da democracia. Trata-se de um desgaste lento e contínuo que corrói “não apenas a confiança nas instituições, mas também em seu significado, valor e autoridade” (p. 14, idem). De fato, os alvos finais de todas as novas teorias conspiratórias são a própria democracia e as instituições que a sustentam e legitimam. No meio do caminho, vão sendo delineados os inimigos – normalmente indivíduos ou entidades ligadas às instituições que sustentam a democracia – facilmente rotulados e alvejados pelas milícias digitais<sup>4</sup> organizadas para a pura negatividade (a destruição sem reposição): “a nova conspiração esgota a sensação de que o governo democrático é legítimo sem fornecer qualquer padrão alternativo. Opera ao nível das atitudes e emoções dos cidadãos,

---

4 De acordo com Lobo, Morais e Nemer (2020), milícia digital “pode ser entendida como uma associação de pessoas interligadas de forma mais ou menos flexível e sem um arranjo jurídico-legal, que agem de maneira coordenada ou orquestrada na web, em sua grande maioria pelas redes sociais, se utilizando de robôs, contas automatizadas e perfis falsos, promovendo campanhas de ataques e/ou cancelamento de imagens e reputações de adversários ocasionais” (p. 260).



insistindo que os elementos definidores da ordem política não são dignos de apoio” (MUIRHEAD E ROSENBLUM, 2019, p.33, tradução nossa).

Na dinâmica da extrema direita de nomeação e revelação de inimigos, as principais emoções são lenta e habilmente articuladas em discursos de ódio. A preocupação com o crescimento da chamada “retórica tóxica” tem se ampliado internacionalmente, a ponto de o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, defender a adoção de medidas restritivas urgentes, diante de seus riscos:

Nós reconhecemos o discurso do ódio como um ataque contra a tolerância, a inclusão, a diversidade e a essência de nossas normas e princípios de direitos humanos. Mais amplamente, ele compromete a coesão social, desgasta valores compartilhados e pode criar a base para a violência, retardando a causa da paz, da estabilidade, do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana (GUTERRES, 2019).

Em meados de 2020, Guterres voltaria ao tema para alertar para o tsunami não só de ódio, mas também de medo, de bodes expiatórios e de confusões decorrente da pandemia de Covid-19<sup>5</sup>. De fato, era provável que um fato tão complexo e multifacetado como uma pandemia global fosse terreno fértil para desinformações e o surgimento de teorias conspiratórias diversas. No Brasil, e em diversos países, a pandemia foi acompanhada de uma avalanche digital de desinformações, em muitos casos, organizadas e narradas a partir do discurso conspiracionista negacionista. Como se sabe, o *negacionismo* tem origem no uso que o historiador francês Henry Rousso fez do termo para se referir àqueles que negavam o Holocausto. Onde quer que prospere, o negacionismo articula um campo político-intelectual normalmente de alcance internacional e ancorado a uma prática com fins políticos e econômicos, como fica evidente no negacionismo climático financiado por grandes corporações ligadas aos combustíveis fósseis (MORAES, 2018). Perini (apud MOREL, 2021) analisa as narrativas negacionistas no mundo e destaca o papel ambíguo das novas tecnologias de

---

5 Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712962>. Acesso em 19 jun. 2021.

comunicacionais ao, por um lado, democratizar o acesso à informação e, por outro, facilitar a circulação de desinformação “ganhando considerável repercussão por se apoiar justamente na reprodução de valores conservadores”.

No caso brasileiro, Morel (2021) também destaca os vínculos políticos e sua diversidade, como os negacionismos científico (em que os movimentos antivacina e terraplanistas seriam expoentes), histórico (marcado pela negação do Golpe de 1964) e racial (ancorado no mito da democracia racial). De tal modo que aqui o negacionismo da pandemia encontrou articulações fecundas num Brasil social e politicamente polarizado. A pesquisadora tem o cuidado de discernir os “negacionistas profissionais” – pessoas e grupos financiados com a intenção deliberada de confundir e disseminar desinformação – dos que negam uma realidade de que são vítimas e/ou que, convencidos da narrativa mentirosa, são motivados pelo desejo de participar e de produzir as próprias teorias. Ainda que impute aos “profissionais” a maior responsabilidade pela necropolítica em curso, Morel destaca nos “não profissionais”.

O conforto emocional possibilitado por compartilhar narrativas e notícias que, mesmo que irreais, desqualificam valores opostos aos seus. Elas favorecem o combate contra grupos tidos como inimigos (chineses, feministas, comunistas e gays, para usar alguns exemplos comuns) ao mesmo tempo em que reforçam os valores de determinado grupo, ao qual dão uma sensação de pertencimento. Nesse emaranhado, não podemos subestimar o crescimento das religiões neopentecostais e sua relação com o crescimento do negacionismo (MOREL, 2021).

Ainda que escapem do escopo deste artigo, será objeto de nossas pesquisas futuras o aprofundamento das interconexões entre os sistemas midiático, religioso e político nacionais. Considera-se uma particularidade da conjuntura atual brasileira, com uma espécie de borramento das fronteiras entre religião, política e comunicação, como revelam os dados apresentados por Aires e Santos (2020): o percentual de TVs vinculadas a políticos e igrejas no país passou de 3,2% em 2003 para 15,9% em 2018 (AIRES e SANTOS, 2020). As pesquisadoras ressaltam que católicos e evangélicos têm ampliado seus domínios na mídia: “a disputa por hegemonia no campo religioso, hoje, é fundamentalmente midiática” (AIRES e SANTOS, 2017, p 104). Esse quadro vem sendo

aprofundado no governo Bolsonaro pelo deslocamento dos recursos públicos para publicidade entre as emissoras de TV, com destaque para o beneficiamento de grupos da base de apoio ao governo. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União, a Rede Record, do líder da Igreja Universal Bispo Edir Macedo, apesar de ocupar o segundo lugar em audiência no país, passou a ser a maior beneficiada pelas verbas da Secretaria de Comunicação da Presidência no primeiro ano do mandato de Bolsonaro. Sua fatia foi ampliada de 31% em 2018 para 43% em 2019. Já a Rede Globo, líder de audiência, registrou, no mesmo período, redução de 39% para 16% de participação nesses recursos<sup>6</sup>. Ainda que o relatório do TCU se restrinja às três emissoras de maior audiência, a Rede TV, quinta no ranking, que em 2019 registrava apenas 1,03% de *share*<sup>7</sup> (contrastando com a Globo com 37,48% e a Record com 12,92%), tem sido agraciada com generosos repasses de recursos governamentais para seus apresentadores. Entre eles, há registro de pagamento por *merchandising* de R\$ 50 mil para o jornalista Luís Ernesto Lacombe, R\$ 51 mil para Luciana Gimenez e R\$ 120 mil para Sikêra Júnior. No caso deste último, objeto deste estudo, o acionamento das pautas morais se encontra entrelaçado ao discurso religioso em suas performances midiáticas.

Por fim, ao analisarmos as performances e as mensagens dos produtos/atores midiáticos e os políticos aos quais estão alinhados sobressaem o cerne comum *populista*. Sem desconsiderar as diferentes e por vezes opostas abordagens<sup>8</sup>, adotamos a compreensão do populismo como:

Uma estratégia política empregada por um tipo específico de líder que busca governar com base no apoio direto e imediato de seus seguidores. [...] Uma figura forte e carismática, que concentra o poder e mantém uma relação direta conexão com as massas [e adota] comportamento

6 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/tcu-ve-falta-de-criterio-do-governo-bolsonaro-no-rateio-de-verbas-para-tvs.shtml> Acesso em 3 ago. 2020.

7 Share representa, em porcentagem, a participação de determinado programa ou emissora no total de televisores ligados dentro de uma faixa horária.

8 Nesse sentido, Mudde e Kaltwasser (2017) destacam que o populismo é um conceito essencialmente contestado, abarcando desde abordagens críticas da filosofia política, como a de Laclau e Mouffe – que consideram o populismo “não apenas como a essência da política, mas também como uma força emancipatória” (p. 3) –, até perspectivas socioeconômicas de economistas como Dornbusch e Sachs, que enquadram o populismo “como um tipo de política econômica irresponsável” (p.4, traduções nossa).

político amadorístico e não profissional que visa maximizar a atenção da mídia e o apoio popular. Ao desrespeitar o código de vestimenta e os modos de linguagem, os atores populistas são capazes de se apresentar não apenas como diferentes e inovadores, mas também como líderes corajosos que estão com “o povo” em oposição à “elite” (MUDDE e KALTWASSER, 2017, p. 4, tradução e grifos nossos).

Central na retórica e no modo populista de ver o mundo e as questões sociais (p. 7) é essa distinção monista e maniqueísta da sociedade entre os homogeneamente *bons* (o povo) e os incuravelmente *maus* (a elite). Autointitulado porta-voz legítimo do povo, o político populista rejeita intermediários: sua ligação é direta com o poder (Deus, verdade, saber) e, por isso, não precisa se ater aos dados e às informações avalizadas pelas instituições que sustentam a democracia. Ao contrário, especialistas, cientistas, jornalistas são desvelados como inimigos do povo, inclusive porque se encontram justamente onde o povo não está: “a solução envolve rejeitar a expertise ostensivamente objetiva e todas as instituições, valores, normas, procedimentos e pessoas que acompanham tal expertise e, em vez disso, valorizar uma combinação de experiência cotidiana e os sentimentos, impulsos, crenças e intuições de pessoas comuns” (ROSENFELD, 2019, p. 78, tradução nossa).

Rosenfeld (2019), ao compreender o populismo como um “quadro narrativo para conceituar e moldar o poder político” (p. 78, *idem*), lança luz para o seu caráter ficcional e performático: há um “enredo” construído e explorado pelo populista, no qual se autodeclara protagonista e capaz de apontar aliados e vilões numa trama conspiratória. Na ficção populista da realidade, o passado é reinterpretado para ser desejado como futuro e o presente deve ser desvelado: “o populismo, como forma de pensar e narrar o destino da verdade e do poder, exige duas ações corretivas básicas: revelação – ou exposição da conspiração – e restauração de um status quo melhor e mais justo” (p. 79, *idem*). Sua performance heroica, mas demasiadamente humana envolve extravagância, arrojado verbal, atitudes ousadas em que o descontrole é revelador de seu caráter de pessoa comum. Como veremos a seguir, as coincidências de estilo, conteúdo e interesses entre os políticos e comunicadores populistas vão muito além das aparências.

### **Programas policiaiscos: as vozes e as faces da extrema direita na TV**

Exemplos eloquentes do discurso populista na radiodifusão podem ser encontrados nos programas policiaiscos, aqueles destinados a narrar ocorrências sobre violências e criminalidades, tendo normalmente à frente apresentadores carismáticos e burlescos. Estão no ar há muitas décadas, multiplicando-se nas afiliadas das redes de emissoras de TV de Norte a Sul do Brasil. Chegam a bater recordes de audiência<sup>9</sup> (e a atrair cada vez mais anunciantes) com um sensacionalismo que explora imagens de assassinatos, cadáveres e suspeitos em delegacias, quase sempre no período vespertino, em horários não protegidos pela classificação indicativa.

As análises acadêmicas sobre esses programas destacam normalmente seu caráter punitivista. Na obra *Populismo Penal Midiático*, Gomes e Almeida (2013) defendem que os meios de comunicação se sobressaem entre os vários agentes do chamado *populismo penal*, compreendido como um discurso que “explora o senso comum, o saber popular, as emoções e as demandas geradas pelo delito, assim como pelo medo do delito, buscando o consenso ou o apoio popular para exigir mais rigor penal, como suposta ‘solução’ para o problema da criminalidade” (CAETANO, 2016, p. 30). Seu populismo fica evidente no *simplismo* com que lidam com a complexidade do tema da segurança pública no Brasil: desconsiderando explicações mais estruturais para a violência e criminalidade, não há qualquer questionamento sobre as injustiças sociais, sobre a legitimidade da ordem social e econômica ou sobre as raízes históricas das desigualdades. Além disso, sua narrativa populista constrói uma *dicotomia* que divide “a sociedade em pessoas decentes, de um lado, e criminosas, de outro” (GOMES e ALMEIDA, 2013, p. 99). Suas câmeras eloquentes e repetidos close-ups reforçam os preconceitos que estruturam uma sociedade marcada por séculos de escravidão e desigualdades sociais. Seguindo a cartilha populista, os jovens, negros e pobres são delineados como *inimigos*, aos quais se somam quem quer que advogue por seus direitos (“esquerdistas”, “defensores de bandidos”). No limite, chegam a defender o próprio fim do Estado democrático de direito, eliminando direitos e garantias constitucionais e internacionais, já que, como foi dito, um dos principais

---

9 Disponível em <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/audiencia-da-tv/2019/03/audiencia-da-tv-11-03-cidade-alerta-bate-recorde-de-audiencia>. Acesso em 17 de julho de 2021.

arbítrios é a violação da presunção da inocência e o valor das garantias do devido processo legal. A relação dos apresentadores de programas policiaiscos com os políticos conservadores extrapola a mera reverberação de pautas, sendo comum tornarem-se “comunicadores-políticos” ao se candidatarem e se elegerem tendo como bandeiras o maior rigor penal, a defesa da família tradicional cristã, a redução da maioria penal entre outras pautas conservadoras (AIRES et al, 2017).

Comungando dessas características, no programa policiaisco Alerta Nacional, objeto de nosso estudo, as mortes dos “suspeitos” são comemoradas com palmas e gargalhadas enquanto os integrantes da equipe desfilam carregando o “CPF cancelado” ao som do *jingle*, que versa “CPF cancelado, que coisa boa, CPF cancelado pra alegria do coroa; CPF cancelado, daqui a pouco tem mais, vamos encher de bandido a casa de Satanás”. Foi segurando esse mesmo cartão que seu apresentador, Sikêra Júnior, posou sorridente para uma foto em companhia do presidente Jair Bolsonaro, em abril de 2021, quando o país ultrapassava 380 mil mortos por Covid-19<sup>10</sup>.

Em sua performance, Sikêra Júnior desenvolve estilo próprio: em um momento, a indignação como marca do discurso; no outro, a ironia ou a religiosidade; em todos, o tom de diálogo familiar com a audiência. Em posts nas redes sociais ou no programa popular transmitido em rede nacional, estabelece intimidade com quem o assiste, como aquele amigo que tem sempre algo de interessante a contar, informações exclusivas, coragem de tornar pública sua opinião sobre os temas polêmicos e o dom da narrativa que prende a atenção. Lançando afirmações e perguntas em ritmo rápido, expressões fortes e muitos gestos, a receita adotada pelo comunicador inclui também doses de humor, com direito a risadas no estúdio. A linguagem agressiva dirigida aos que são acusados de crimes se combina com a devoção emocionada a Jesus Cristo, em um acionamento alternado de emoções.

Em coincidência com os seus pares policiaiscos, o apresentador tem um longo histórico de ataques aos direitos humanos. Em 2018, quando trabalhava na TV Arapuã, em João Pessoa, suas falas misóginas e gordofóbicas causaram protestos que levaram à

---

10 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-ignora-mortes-por-covid-e-positiva-para-foto-com-placa-cpf-cancelado/> Acesso em 01 jul. 2021.

interferência do Ministério Público da Paraíba e do Ministério Público Federal que exigiram a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta da emissora. Mais recentemente, em junho de 2021, em mais uma fala homofóbica, associou à pedofilia um comercial que celebrava o respeito à diversidade, às vésperas do Dia do Orgulho LGBTQIA+, e afirmou que os homossexuais são uma “raça desgraçada”. A reação nas redes levou à suspensão de dezenas de patrocínios e à posterior retratação pública do apresentador.

O discurso de ódio adotado por Sikêra Júnior ganhou repercussão nacional a partir de 2019. Em janeiro daquele ano o programa que comandava, Alerta Amazonas, se transformou em Alerta Nacional e passou a ser transmitido em rede. A ascensão coincide com o início do mandato de Jair Bolsonaro na presidência da República. Há muito em comum entre o apresentador e os políticos da família Bolsonaro: sintonia entre as pautas abordadas, frequência das entrevistas, encontros presenciais, além do repasse de recursos.

A estreia do Alerta Nacional foi comemorada, na época, pelo filho do presidente, o Senador Flávio Bolsonaro. “É hoje! Arrebenta!”, estimulava o parlamentar em post nas redes sociais. O apoio de Jair Bolsonaro foi dado ao compartilhar trecho de uma edição do programa em fevereiro do mesmo ano parabenizando Sikêra. No mesmo dia em que outro filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, resumia sua admiração em uma postagem “Você sabe o que é ser conservador? Não precisa estudar, ler livros e fazer cursos. Se você concorda com o Sikêra Júnior, parabéns! Você é um”<sup>11</sup>. Desde 2019, o presidente vem colecionando encontros com o comandante do Alerta Nacional, referências em discursos e posts e entrevistas exclusivas. Entre os elogios, está o realizado em discurso durante ato político em São Paulo. “Alô Sikêra. Parabéns pelo programa. Pena que não posso assistir, tenho muito trabalho aqui. Você transmite a verdade, um programa isento, que cada vez mais cativa brasileiros. Nós precisamos de gente como você, que trabalhe desta forma”<sup>12</sup>.

---

11 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/sikera-junior-apresentador-dos-bolsonaros-24262607> Acesso em 04 jul. 2021.

12 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/Sikêra-junior-apresentador-dos-bolsonaros-24262607>. Acesso em 10 jul. 2021.

O estilo que agrada o presidente, também vem conquistando novos fãs. O jornalista registrava em julho de 2021, além do crescimento do número de telespectadores na Rede TV!, resultados significativos nas redes sociais: seis milhões e duzentos mil seguidores no Instagram; quatro milhões, 860 mil inscritos em seu canal do *Youtube*; 668 mil seguidores no *Twitter*; 210 mil no *Facebook* Sikêra Jr. oficial, além de várias páginas de fãs, como a Sikêra Júnior Fãs, que contabilizava 408 mil curtidas. Apenas no *Youtube*, o apresentador soma 1 milhão e 430 mil inscritos a mais do que Bolsonaro.

O governo tem investido nesse espaço. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 revelou o pagamento de R\$ 120 mil ao apresentador no período entre dezembro de 2020 a abril de 2021<sup>13</sup>. Segundo a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), os pagamentos seriam justificados por “serviços de utilidade pública”. Em entrevista de Bolsonaro, em abril de 2021, Sikêra fez questão de elogiar o órgão “Vocês não têm ideia do trabalho, não tem ideia da Secom. Muito obrigado a todos da Secom pela colaboração”<sup>14</sup>. Uma relação que remete à tradicional dependência do fomento estatal pela maior parte do sistema midiático brasileiro (AIRES; SANTOS, 2017). Como as autoras apontam, apesar de se autoproclamarem comerciais e independentes dos laços políticos, são raras as emissoras de rádio e TV que garantem a sustentabilidade sem recursos obtidos através de verbas oficiais, relações de clientelismo e compadrio (AIRES; SANTOS, 2017, p. 7).

### **Conspiracionismo e negacionismo pandêmico político-midiático: complementaridade discursiva**

Além da transmissão diária do programa Alerta Nacional, pela TV A Crítica e pela Rede TV!, Sikêra Júnior faz da produção de vídeos uma prática constante. Assim como trechos dos programas, suas gravações caseiras são divulgadas nas redes sociais com grande repercussão, diante da multidão de seguidores que citamos anteriormente.

---

13 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/governo-bolsonaro-pagou-r-268-mil-a-apresentadores-bolsonaristas-e-de-tv-aliada.shtml>. Acesso em 19 jul. 2021.

14 Alerta Especial – Entrevista exclusiva com o presidente Bolsonaro. 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yAE1dVrVYC4> Acesso em 14 jul. 2021.



Para este estudo, realizamos levantamento de vídeos do apresentador a partir do início da pandemia no Brasil, março de 2020, até o mês de junho de 2021. A seleção do corpus teve como critério a abordagem de temáticas relacionadas à Covi-19, com foco na discursividade baseada nas teorias conspiratórias e atravessadas pelo discurso de ódio ou religioso. Nos 16 meses analisados, foram selecionados para a análise nove vídeos e entre eles duas entrevistas exclusivas do presidente.

O apresentador, assim como o presidente, constrói narrativa de desvelamento de uma realidade que estaria sendo ocultada da população. Mesmo nas edições do programa transmitido na TV aberta, ou seja, na mídia hegemônica, adota discurso como se estivesse em um espaço privilegiado, sem compromissos ou intenções que não sejam os de proteger sua audiência fiel de informações supostamente manipuladas, que segundo ele são divulgadas pelos veículos de oposição ao governo. No que diz respeito à pandemia, o esforço seria para desconstruir o que o apresentador, em acordo com a argumentação usual do presidente, considera como pavor injustificado, alarde que atenderia apenas aos inimigos da população. Nos vídeos que são objeto dessa pesquisa, Sikêra Júnior defende a tese de que não há gravidade na disseminação do novo coronavírus, aponta interesses ocultos e os responsáveis por disseminar o medo.

Sikêra, em atitude característica do neoconspiracionismo, faz de insinuações e perguntas lançadas ao ar uma prática. Mais do que as respostas, interessa semear a dúvida, fazendo da repetição uma rotina. Estratégia em sintonia com a utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro, estabelecendo uma espécie de complementaridade no discurso. Na entrevista ao vivo por telefone concedida pelo presidente, em março de 2020, Sikêra questionava:

As pessoas que se aproximam de mim sempre perguntam: será que o presidente Messias Jair Bolsonaro não tem uma informação privilegiada e por isso tem essa segurança em falar que não é tão perigoso quanto se desenha na imprensa? (...) Ele por ser um militar do Exército Brasileiro, ele que tem conhecimento militar..<sup>15</sup>

---

15 Exclusivo: Sikêra Jr. Entrevista Presidente Jair Bolsonaro. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bEvwK9PskSc> Acesso em 15 jul. 2021.

Sem responder diretamente à pergunta, o presidente reforça a ideia de que o alarde era injustificado: “O H1N1 há 10 anos atrás, que foi muito mais terrível, não trouxe esse pânico pra nós”. E prosseguiu: “Alguns morrerão? Sim, alguns morrerão. Lamentamos? Lamentamos. Mas muitos outros morrerão de outras doenças também, mas não podemos viver nessa histeria, nesse clima de terror”<sup>16</sup>**Erro! Indicador não definido.**

Um ano depois, em 23 de abril de 2021, dia em que o país registrou 2.914 óbitos por Covid-19, somando mais de 386 mil vidas perdidas, Bolsonaro voltava a ser entrevistado no Alerta Nacional, desta vez, presencialmente. E insistia na tese de que o pavor era injustificado e, inclusive, causador das mortes:

Você pode ver, o pavor mina a sua resistência. Eu até perguntei pro médico outro dia. Gêmeos, quanto ao vírus hoje. Uma pessoa que tá tranquila, outra pessoa que tá apavorada com o vírus. Qual a chance de um deles sobreviver? É o que está tranquilo”<sup>16</sup>.

Além de minimizar os efeitos da pandemia, o discurso é de deslegitimação das estatísticas. Sikêra Júnior alimenta a desconfiança ao relatar, durante o programa, casos não comprovados, até mesmo sem identificação, de registros falsos da doença.

Já começa a aparecer algumas mortes por outras causas mortis e estão colocando na conta do coronavírus. Vou dar um exemplo que aconteceu no final de semana em Pernambuco. Vamos conferir se procede. Um borracheiro consertando, trocando pneu... estourou no rosto dele a calota do pneu e no atestado de óbito dele colocaram com coronavírus.**Erro! Indicador não definido.**

Em outros momentos, questiona o destaque dado às vidas perdidas durante a pandemia por veículos de imprensa que ele define como “imprensa fumadora de maconha, cheiradora de pó”. Foi o caso do programa veiculado no dia 26 de março de 2021. O país batia recorde de mortes em 24 horas, mas Sikêra Júnior, entusiasmado ao som de palmas e gritos da equipe, afirmava: “É pra comemorar. Já são 10 milhões 772 mil 549 recuperados da doença. 10 milhões 772 mil 549 de vidas salvas, recuperadas, que

---

16Alerta Especial – Entrevista exclusiva com o presidente Bolsonaro. 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yAE1dVrVYC4> Acesso em 14 jul. 2021.

já estão em casa, com as suas famílias. Eu vou repetir o número. Atenção Brasil!”<sup>17</sup>. A crítica do apresentador à divulgação do número de vítimas é recorrente: “Não tem um canal hoje que você não ligue a televisão que não seja a atualização de mortos. Mortos, mortos, mortos. Onde é que vocês querem chegar? O que vocês querem, pelo amor de Deus? Que prazer é esse?”<sup>18</sup>.

Nas edições do Alerta Nacional analisadas, entre os fios que formam a teia do conspiracionismo, a desconfiança sobre a China ganhou destaque: “Eu nunca vi um negócio da China durar tanto. Rapaz, não é? É bom que nossa Senhora. Tudo o que eu comprei lá quebrou, não é?”<sup>17</sup>. Da mesma forma, o ataque à vacina produzida no país asiático: “Eu não quero tomar essa vacina. Sabe, eu não sei de onde vem. Quem fez? Aliás, a gente sabe de onde vem. Vem da China. Todo mundo sabe disso. Quem quiser tomar, pode tomar na jaca porque eu não vou tomar não”.<sup>19</sup>

Além de atacar o imunizante, o apresentador fez coro com o presidente na defesa de medicamentos que não têm eficiência comprovada contra o novo coronavírus: “A cloroquina, finalmente liberaram. Finalmente, porra. Isso já era para estar na mão do povo”<sup>20</sup>. Ele foi ainda um dos principais opositores ao isolamento social como forma de prevenção: “Nós vamos quebrar, vamos matar o povo antes do tempo. Antes do vírus matar a gente mata. Vocês estão testando a paciência do brasileiro, brincando mesmo”<sup>18</sup>.

Como é característico das teorias conspiratórias, Sikêra apresenta a justificativa para a situação em tom de revelação. “Se a gente não for inteligente, nós vamos estar igual à Venezuela, comendo cachorro, comendo gato. Acorda, Brasil, pelo amor de Deus! É covardia o que vocês estão fazendo com o povo brasileiro! Estão matando e dominando o povo aos poucos”<sup>18</sup>. A culpa pela pandemia, na ótica do comunicador, é da esquerda, alvo constante de ataques, sempre marcados pelo discurso de ódio: “Esse povo safado da esquerda quer liberar sabe o quê? Maconha, cocaína, LSD, aborto, menor solto matando

---

17 Sikêra comenta: "10 milhões de recuperados e ninguém tá falando" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DbY2OiqTcmI> Acesso em 10 jul. 2021.

18 Carta Capital: Sem constrangimento, Sikêra Jr. dispara contra isolamento social. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/sem-constrangimento-Sikêra-jr-dispara-contra-isolamento-social/> Acesso em 10 jul. 2021

19 Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=775058133438339> Acesso em 02 jul.2021.

20 Disponível em: [https://twitter.com/a\\_araujonasc/status/1262848128442667008](https://twitter.com/a_araujonasc/status/1262848128442667008) Acesso em 18 jul. 2021.

um monte de gente. Eles querem liberar tudo o que não presta. Remédio não. Se arrumar cura, a esquerda fica contra”<sup>20</sup>.

Desde o início da pandemia, o tema tem sido presente nas performances de Sikêra Júnior, mas também na sua vida privada. O apresentador foi diagnosticado com Covid-19 ainda no início da pandemia, em abril de 2020. E, ao contrário do que havia declarado, não rejeitou a vacina: foi imunizado em abril de 2021 com a CoronaVac, que havia sido alvo de suas críticas.

Depois de adoecer, Sikêra chegou a admitir que havia minimizado a gravidade da Covid-19: “A gente acha que só pega fogo na casa do vizinho e a vida me dá essa lição”<sup>21</sup>. Ainda assim, não deixou de defender a cloroquina. Em entrevista à Rádio Jovem Pan declarou: “Aconselho cloroquina porque resolveu. Se eu tivesse tomado no início do tratamento eu não teria sofrido tanto”<sup>22</sup>.

O retorno ao programa, depois de recuperado, foi marcado por discurso emocionado e religioso. Com voz embargada, o apresentador se ajoelhou para agradecer a cura.

Jesus, comigo, ele é muito meu amigo. É muito forte. E pra falar com ele não precisa de operadora não, basta ajoelhar. E é isso que vou fazer isso agora. E eu digo pra você de casa uma coisa. (...) Você quer esmagar seu inimigo agora, no bom sentido? Você quer calar o seu inimigo agora, quer? Basta isso aqui, obrigado meu senhor Jesus Cristo. Muito obrigado por deixar eu voltar a trabalhar.<sup>23</sup>

O tom de pregação é identificado em outras edições do Alerta Nacional, alternando com as falas marcadas pelo ódio. A entrevista exclusiva do presidente, realizada por telefone, em março de 2020, foi encerrada com uma bênção ao vivo. “Que o senhor Jesus Cristo esteja com o senhor lhe dando proteção que proteja o nosso Brasil. (...) Que Deus esteja com o senhor e salve o Brasil”<sup>15</sup>. A resposta de Bolsonaro confirma

---

21 Disponível em [https://twitter.com/a\\_araujonasc/status/1262848128442667008](https://twitter.com/a_araujonasc/status/1262848128442667008) Acesso em 15 jul.2021.

22 Entrevista à Rádio Jovem Pan em 8 jul. 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/jovem-pan-morning-show/Sikêra-junior-morning-show-ao-vivo-08-07-20.html> Acesso em 2 de jul. 2021.

23 Alerta Nacional: O Retorno de Sikêra Júnior em 26 mai. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_oT4J8a4pGo](https://www.youtube.com/watch?v=_oT4J8a4pGo) Acesso em 03 jun. 2021.

a sintonia entre os discursos: “Como eu tenho dito sempre, nosso Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Tenham fé e tenho certeza que ele não nos faltará”.

### Considerações finais

A UNESCO tem utilizado o termo *desinfodemia* para designar uma verdadeira pandemia paralela de desinformação relacionada à Covid-19 já desde os primeiros casos confirmados da doença. Sendo essa uma realidade mundial, o caso brasileiro é singular por ter na figura do Presidente da República um dos principais vetores de desinformação sobre prevenção, tratamento e vacina do novo coronavírus<sup>24</sup>, além de sua permanente negação à gravidade da doença, desencorajamento à vacinação por motivos conspiratórios e recusa a apoiar medidas de contenção ao vírus, como o uso de máscaras, o isolamento social e a adoção do *lockdown*, o que tem sido realizado não apenas em discursos, mas ao promover aglomerações e contatos físicos. Levando em conta a atual polarização política e a influência do seu cargo, tal disseminação gera um efeito em cascata, abarcando não somente as políticas públicas de âmbito federal, mas também influenciando governos estaduais e municipais a adotarem medidas comprovadamente não eficazes na prevenção ou tratamento da Covid-19, colocando suas populações em risco. Para além da esfera pública e da visibilidade do seu cargo, o protagonismo conspiracionista e negacionista do Presidente tem impulsionado o comportamento de risco não somente através de seus seguidores e suas redes sociais, mas por meio de influenciadores na internet e na radiodifusão.

A convivência e colaboração de emissoras de televisão com tais estratégias desinformadoras acontecem no marco de concessões públicas e do protagonismo que a TV aberta ainda preserva no país, retroalimentada pelo crescimento das redes sociais. Em 2019, nas residências brasileiras, 96,3% contavam com aparelho de televisão, em 82,7% havia internet<sup>25</sup>. Com a pandemia, registrou-se aumento na audiência das TVs. Segundo

---

24 Uma listagens dessas desinformações pode ser encontrada em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>. Acesso em 19 jul. 2021.

25 Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html> Acesso em 02 jul. 2021.

a pesquisa Kantar Ibope Media<sup>26</sup>, em 2020, cada brasileiro passou mais 37 minutos com sua TV ligada do que em 2019. O estudo revela ainda que a TV aberta foi responsável por 90% dos mais de 363 milhões de *tweets* gerados a partir de conteúdos em vídeo em 2020.

Os resultados do presente estudo apontam para uma ação calculada e coordenada entre comunicadores e governantes acerca de uma mesma narrativa conspiratória e negacionista sobre a pandemia de Covid-19, com indícios de relações político-midiáticas que preservam as raízes clientelistas do sistema de comunicação brasileiro, historicamente marcado por troca de favores; ataque a inimigos e elogios a aliados políticos, e; favoritismo na distribuição de verbas governamentais. A novidade é uma estratégia comunicativa que agora integra mídia hegemônica e redes sociais para a replicação, retroalimentação e complementação tática dos discursos.

Mantêm-se e potencializam-se as práticas, renovam-se os atores e ajustam-se os temas.

A análise dos vídeos do apresentador Sikera Júnior relacionados à pandemia no Brasil demonstra a mesma utilização que o presidente faz de métodos típicos do neoconspiracionismo e do negacionismo, como o uso e a repetição exaustiva de ideias simples (e simplistas); as insinuações sem provas; o descrédito às instituições, seus procedimentos e resultados; o convite para que pessoas comuns desvelem uma trama nunca por fim revelada. Tanto as performances quanto seu discurso seguem a cartilha populista de *parecer ser* figura forte, carismática e de forte apelo popular. Suas falas apaixonadas se propõem a revelar bons e maus, distinguir os que estão ao lado do povo daqueles que merecem seu discurso de ódio em sua Cruzada pela família tradicional e pelos valores cristãos. Não são coincidências as simetrias de método e conteúdo entre Sikêra Júnior e o discurso conspiratório, negacionista e populista de Bolsonaro.

A comunicação não é coadjuvante na estratégia que tem se traduzido como o modo de governar da extrema direita no Brasil. Na crise da covid-19 e além dela, a complementaridade entre redes sociais e a parcela da mídia hegemônica aliada ao presidente leva à reverberação de discursos com potencial para atender os interesses de

---

26 Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/inside-video-download/> Acesso em 10 jul. 2021.

disputas políticas do governante em detrimento do interesse público. Assim, torna-se necessário seguir pesquisando e refletindo sobre a complementaridade entre redes sociais e TV aberta, que tem se revelado como estruturante desta forma de fazer política e sido responsável, em alguma medida, pela deslegitimação das instituições e abalo à democracia em nosso país.

## Referências

AIRES, J.; SANTOS, S. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2017.

\_\_\_\_\_. et al. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. In **Revista Eptic**. Vol. 19, nº 2, mai-ago 2017.

\_\_\_\_\_. **A Radiodifusão na Ascensão da Extrema Direita no Brasil**. 2020. Slides. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GYG1vyXL9RA> Acesso em 12 out. 2020.

Artigo I. ALMEIDA, R., **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Revista Novos estudos CEBRAP 38 (1) • Jan-Apr 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?lang=pt> Acesso em 10 jul. 2021.

Artigo II. CAETANO, F. R. **Espetacularização do processo penal e as consequências do populismo penal midiático**. Faculdade de Direito, PUC-RS. Porto Alegre, 2016.

CESARNO, L.. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil**. Revista InternetLab <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>

FERNANDES, M.. **O maior ataque da história contra Rodrigo Maia**. Disponível em: <https://www.revistavoto.com.br/o-maior-ataque-da-historia-contra-rodriigo-maia/> Acesso em 02 out. 2020.

GOMES, L. F.; ALMEIDA, D. S. **Populismo Penal Midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. São Paulo: Saraiva, 2013

GUTERRES, A. **As chamadas do discurso de ódio**. Folha de S. Paulo, 30/06/2019.

LOBO, E.; MORAIS, J. L. B., NEMER, D.. Democracia Algorítmica: O futuro da democracia e o combate às milícias digitais no Brasil. In: **Culturas jurídicas** v. 7 n. 17 (2020): Democracia nas culturas jurídicas: entre novos e velhos desafios (maio-ago 2020).

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**. São Paulo. Companhia das Letras. 2020.

MIGUEL, L. F. et al. Organização Esther Solano Gallego. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2018.

MORAES, L. E. S.. **O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado**. Anais da ANPUH, SP, 2008. Disponível em:  
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501\\_ARQUIVO\\_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis\\_Edmundo-Moraes.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf) Acesso em 02 jul. 2021.

Artigo III. MOREL, A. P. M.. **Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica**. Trab. educ. saúde 19 • 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/?lang=pt> Acesso em 02 jun. 2021.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **POPULISM. A Very Short Introduction**. Oxford University Press. 2012.

MUIRHEAD R; ROSENBLUM N.L. **A Lot of People Are Saying: The New Conspiracism and the Assault on Democracy**. Princeton UP. 2019.

NUSSBAUM, M. **Hiding from humanity. Disgust, shame and the law**. Princeton New Jersey. Princeton University Press. 2004.

ROSENFELD, S.. **Democracy and Truth A Short History**. University of Pennsylvania Press. 2012.

SANTOS, S.. **E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras**. in Revista da Compós; dezembro/2006; pp. 2-27.



Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Livre  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 20/07/2021  
Aprovado em: 24/09/2021

## Enquadramentos e desinformação sobre vacina contra COVID-19 no YouTube: embaralhamentos entre ciência e negacionismo

*Framings and misinformation about COVID-19 vaccine on YouTube: scrambles between science and denial*

*Encadres y desinformación sobre la vacuna COVID-19 en YouTube: revueltas entre ciencia y negación*

Luisa MASSARANI<sup>1</sup>  
Márcia Cristina Rocha COSTA<sup>2</sup>  
Antonio BROTAS<sup>3</sup>

### Resumo

Este estudo analisa os enquadramentos (*framing*) e sua relação com a desinformação sobre vacinas contra a COVID-19 em 50 vídeos postados no YouTube em 2020, em canais de influenciadores brasileiros, selecionados a partir do engajamento, considerando visualizações, comentários e likes. Como caminho teórico-metodológico, adota-se a ideia de quadros (*frames*) como “pacotes interpretativos” que produzem sentidos e têm ressonância na cultura. Os resultados apontam que os quadros “risco e incerteza científica” e “política pública e estratégia política”, apesar de subordinados ao *frame* dominante “novo desenvolvimento tecnológico”, foram os mais associados à ocorrência da desordem informacional em narrativas de médicos, religiosos, youtubers e profissionais da comunicação. A desinformação presente nos discursos antivacina também ocorre em narrativas que defendem a ciência e a vacina, evidenciando as tensões e/ou ambiguidades que podem ocorrer no enquadramento midiático. O *frame* “novo desenvolvimento tecnológico” foi predominante na amostra e no enfrentamento à

1 Coordenadora do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). Professora do Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz e do Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Educação, Difusão e Gestão em Biociências da UFRJ. Doutora em Educação, Gestão e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista produtividade do CNPq 1B. Cientista do nosso estado da Faperj. E-mail: luisa.massarani8@gmail.com. ORCID: [0000-0002-5710-7242](https://orcid.org/0000-0002-5710-7242).

2 Professora adjunta do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: marciarocha.jor@gmail.com. ORCID: [0000-0002-9455-843X](https://orcid.org/0000-0002-9455-843X).

3 Professor do Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), pesquisador do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), jornalista e assessor de comunicação da Fiocruz Bahia. E-mail: antonio.brotas@fiocruz.br. ORCID: [0000-0001-8438-2445](https://orcid.org/0000-0001-8438-2445).

desinformação, destacando-se narrativas de pesquisadores e divulgadores da ciência, que demonstram a importância da divulgação científica.

**Palavras-chave:** Desinformação. Vacina contra Covid 19. Enquadramento.

### **Abstract**

This study analyzes framing and its relationship with misinformation in 50 videos from Brazilian influencers about COVID-19 vaccines posted on YouTube in 2020, selected from the engagement, considering views, comments and likes. As a theoretical-methodological path, the idea of frames is adopted as “interpretatives packages” that produce meanings and have resonance in culture. The results show that the frames 'Risk and Scientific Uncertainty' and 'Public Policy and Political Strategy', although subordinated to the dominant frame 'New Technological Development', were the most triggered in the occurrence of informational disorder in the narratives of doctors, religious, YouTubers and communication professionals. The misinformation present in anti-vaccine discourses also occurs in narratives that defend science and the vaccine, highlighting the tensions and/or ambiguities that can occur in the media framework. The 'New Technological Development' frame was predominant in the sample and in the fight against misinformation, highlighting the narratives of researchers and science disseminators, which demonstrate the importance of scientific dissemination.

**Keywords:** Misinformation. Vaccine against COVID-19. Framing.

### **Resumen**

Este estudio analiza los encuadres y su relación con la desinformación en 50 videos de influencers brasileños sobre las vacunas COVID-19 publicados en YouTube en 2020, seleccionados del compromiso, considerando las visualizaciones, los comentarios y los 'me gusta'. Como camino teórico-metodológico, se adopta la idea de los encuadres como “paquetes interpretativos” que producen significados y tienen resonancia en la cultura. Los resultados muestran que los encuadres 'Riesgo e Incertidumbre Científicos' y 'Política Pública y Estrategia Política', aunque subordinados al marco dominante 'Nuevo Desarrollo Tecnológico', fueron los más desencadenados en la ocurrencia de desorden informacional en las narrativas de médicos, religiosos, youtubers y profesionales de la comunicación. La desinformación presente en los discursos antivacunas también se da en narrativas que defienden la ciencia y la vacuna, destacando las tensiones y/o ambigüedades que pueden darse en el encuadre mediático. El encuadre del 'Nuevo Desarrollo Tecnológico' predominó en la muestra y en la lucha contra la desinformación, destacando las narrativas de investigadores y divulgadores de la ciencia, que demuestran la importancia de la divulgación científica.

**Palabras-clave:** Desinformación. Vacuna contra COVID-19. Encuadres.

## Introdução

A expectativa em torno da descoberta de uma vacina contra a COVID-19 movimentou os debates dentro e fora dos laboratórios, ampliando a participação da sociedade que, inserida no contexto veloz das mídias sociais, produziu conteúdos tanto favoráveis quanto prejudiciais à saúde pública. No imbricamento entre informações corretas, erradas, imprecisas e enganosas disseminadas em plataformas digitais, como o YouTube, a “desordem informacional” (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) aponta a complexidade de um fenômeno que faz habitar, numa mesma narrativa, a defesa da ciência e da vacina com o negacionismo científico.

Diante da produção acelerada de novas tecnologias da saúde, a desinformação desencadeia sentimentos de medo, insegurança e desconfiança em relação à vacina, considerada a única solução possível para o retorno de uma relativa normalidade. A hesitação se agrava quando a disseminação de desinformação está relacionada a falhas no planejamento de políticas públicas, que dificultam a vacinação em massa da população, mesmo o Brasil dispendo de um bem-sucedido Programa Nacional de Imunizações (PNI). A associação da vacina com a ideia de ameaça à saúde ou de disputa política pode trazer consequências ainda maiores quando é espalhada por mediadores com poder de influenciar um grande número de seguidores na decisão de tomar ou recusar a vacina.

Neste estudo, analisamos os enquadramentos e sua relação com a desinformação em 50 vídeos de influenciadores em português do Brasil, publicados no YouTube em 2020, a partir de uma coleta realizada com os termos “vacina” e “COVID” presentes nos títulos ou na descrição dos vídeos. De cunho qualitativo, a pesquisa segue pressupostos dos estudos de *framing* que compreendem os quadros como parte da cultura (VAN GORP, 2007; REESE, 2007), e como “pacotes interpretativos” (GAMSON; MODGLIANI, 1989) que funcionam como molduras. A identificação dos quadros sinaliza os sentidos interpretativos mais associados à ocorrência de desinformação, expondo incoerências, contradições internas no discurso e estratégias narrativas de diferentes perfis de influenciadores.

### **Ciência e sociedade: os desafios da desinformação**

Diferente do negacionismo (SCUDELLARI, 2010), a corrente dos Estudos Sociais da Ciência refuta a representação dominante de um conhecimento científico como resultado de observação de fenômenos tais como são, sem a interferência humana interna ou externa, apenas com base em lógicas, experimentações, racionalidades. Em ambientes de tensões e conflitos sociais, políticos, ambientais e culturais, o caráter humano, social e histórico sobre a prática científica redireciona e traz outras perspectivas na conformação e estabilização dos seus objetos, considerando que esses aspectos são inerentes à produção científica dentro e fora dos laboratórios. (LATOURE; WOOLGAR, 1997). Com a pandemia de COVID-19, esses lugares sofreram novos deslocamentos, em função da entrada em cena das narrativas contestatórias ou divisionistas da importância da autoridade científica sobre esses objetos. Atores alheios aos métodos, procedimentos e modos de produção de conhecimento científico, como políticos, reivindicam para si autoridade para falar sobre a COVID-19, disputando narrativas sobre a gravidade da doença, as formas de prevenção e até mesmo indicando terapêuticas (USCINSKI *et al.*, 2020).

Para compreender o cenário científico em que emergiu a disputa pela vacina contra a COVID-19, adotamos alguns direcionamentos dos Estudos Sociais da Ciência, compreendendo que o conhecimento científico ultrapassaria os limites dos laboratórios e envolveria uma série de agentes, políticas, tecnologias, numa rede heterogênea que consolidam as “invenções”. O conhecimento é corporificado em várias formas materiais e, no contexto de desenvolvimento de vacinas para COVID-19, os laboratórios são centros estratégicos na produção de fatos científicos, de onde sai a matéria-prima que vai municiar as redes e fontes de informação sobre os imunizantes (LATOURE, 2000).

As narrativas antivacina e o trabalho de diferentes produtores de conteúdo, principalmente da divulgação científica, para mitigá-las, também compõem o labirinto que se formou em torno da desordem informacional. Diante das dúvidas e desconfianças que o fenômeno de desinformação provoca em torno da pandemia e da vacina, destaca-se o esforço de cientistas, instituições de pesquisa, organismos multilaterais de ciência e tecnologia, meios de comunicação e indivíduos espalhados nas mídias sociais para comunicar a ciência. Como contraponto, há uma avalanche de informações falsas,

enganosas, distorcidas, as quais, em conjunto com as informações de qualidade, configuraram o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu como infodemia – o excesso de informações que se espalham como um vírus numa crise sanitária, impactando a saúde pública (ZAROCOSTAS, 2020).

A desinformação não é um fenômeno novo, mas a ubiquidade do digital potencializou sua produção e circulação, tornando-se uma ameaça ao pleno funcionamento da democracia. As eleições presidenciais estadunidenses de 2016 foram impulsionadoras para que a desinformação ganhasse maior atenção também entre pesquisadores de diferentes áreas como comunicação, política e ciências sociais, principalmente lançando mão de um termo correlato, *fake news*, expressão associada à produção e distribuição de informações que simulam o conteúdo noticioso dos veículos jornalísticos tradicionais sem, no entanto, seguir as normas editoriais de precisão, verdade e veracidade, e com o fim de obter vantagens políticas ou econômicas (FREELON; WELLS, 2020).

Neste estudo, adotamos o termo “desinformação” por oferecer uma melhor compreensão da desordem informacional sintetizada nos discursos de mediadores sobre vacina que não tiveram como principal estratégia discursiva disseminar informações falsas para parecerem verdadeiras, a partir da estrutura simbólica que caracteriza a credibilidade do jornalismo. Wardle e Derakhshan (2017) apostam no conceito de desordem informacional e utilizam os seguintes termos para caracterizá-lo: *misinformation*, que diz respeito à disseminação de informações erradas, sem intenção de causar dano; *dis-information*, quando o compartilhamento de informações falsas é intencional; e *malinformation*, que se refere a uma informação baseada na realidade, mas usada de forma maliciosa para causar danos à imagem de alguém, de uma instituição ou país. Além de apresentarem uma concepção que considera níveis de acurácia e intencionalidades, os autores debatem a criação, a produção e a distribuição da desinformação no ecossistema midiático, observando três elementos: o agente, que produz a desinformação e tem uma audiência potencial, de acordo com motivações financeiras, políticas, sociais ou de prestígio pessoal; a mensagem e o grau de acurácia das informações ali contidas, os aspectos legais dos discursos e durabilidade deste conteúdo destinado a uma audiência que deseja influenciar, bem como a presença de

assinaturas ou marcas falsas de instituições para parecer algo de credibilidade; e o intérprete, que, ao receber a mensagem, pode ignorar ou compartilhar, aderindo ou se opondo à ideia do mediador.

No âmbito da ciência e da saúde, a desinformação pode ser compreendida como informação que se opõe ao consenso epistêmico vigente em uma comunidade científica (SWIRE-THOMPSON; LAZER, 2020), e um dos caminhos utilizados para sua identificação seria mediante o consenso correto ou incorreto adotado pelos especialistas. Vraga e Bode (2020) defendem que há um limite nessa estratégia, bastante utilizada pelas agências de checagem, e apontam dois problemas: a definição de quem seria o especialista, uma vez que os disseminadores de desinformação geralmente acionam falsos especialistas para legitimar seus conteúdos; e a falta de consenso dos especialistas em questões emergentes, como a crise sanitária provocada pelo Zika Vírus nos anos de 2015 e 2016. As autoras propõem que a definição da desinformação migre dos especialistas para as melhores evidências disponíveis no momento, principalmente quando não há consenso.

### **Vacinas em contexto de pandemia e desinformação**

A demora ou ausência em relação à definição de um quadro conceitual e técnico estabilizado sobre o SARS-CoV-2 – da profilaxia aos sintomas e formas de tratamento – gerou ansiedade e medo de morte na população, principalmente nos primeiros meses da pandemia. O pouco conhecimento desenvolvido até então era alvo constante de campanhas de desinformação, que funcionavam em uma lógica global, com adesão facilitada pelas crenças negacionistas sobre mudanças climáticas, movimentos antivacina, racistas e extremistas (BALL, 2020). Enders (*et al.*, 2020) identificaram que a promoção partidária de teorias da conspiração, como a do exagero no número de mortes por COVID-19 e a do vírus como arma biológica, é capaz de promover maior adesão do que a informação sobre o tratamento e transmissibilidade da COVID-19. Figuras partidárias, a exemplo do ex-presidente estadunidense Donald Trump e seus seguidores, foram decisivas no caso da hidroxicloroquina ao estimularam a desconfiança nos cientistas e especialistas. No Brasil, a desinformação como arma política também ocorreu com a participação do atual presidente, Jair Bolsonaro, seja na defesa do uso da

cloroquina/hidroxicloroquina ou no desestímulo ao isolamento social, contrariando recomendações de especialistas e organizações de saúde para prevenir a propagação do vírus (RICARD; MEDEIROS, 2020).

Na pandemia de COVID-19, as vacinas, mesmo quando ainda eram uma possibilidade remota, já se constituíam como um dos principais temas de interesse social, com aumento na participação do debate público. A mobilização de atores para duvidar ou negar a importância, segurança e a efetividade das vacinas antecede a pandemia, aparecendo como um dos principais temas de desinformação em saúde em revisão sistemática realizada por Wang (*et al.*, 2019). A hesitação vacinal, definida pela OMS como o atraso na aceitação ou recusa de vacinas, envolve dimensões que incluem a desconfiança no sistema de saúde e na indústria farmacêutica, assim como fatores socioculturais, políticos e pessoais, que justificariam a recusa ou a opção por esquemas alternativos. As mídias sociais têm se constituído como um dos principais espaços de disseminação de desinformação sobre vacina, com ocorrências importantes nos Estados Unidos, Reino Unido, Itália e Brasil (BROTAS *et al.*, 2021).

Partindo da premissa de que há o embaralhamento de informações corretas e erradas nos vídeos do YouTube, este estudo propõe a identificação dos agentes e dos enquadramentos acionados na ocorrência de desinformação em narrativas de influenciadores sobre a vacina contra a COVID-19. Trata-se de um esforço no sentido de compreender as lógicas que motivam a desordem informacional e suas consequências na comunicação da saúde pública.

## **Metodologia**

A escolha do YouTube como repositório dos objetos de análise se justifica pelo alcance de mobilização da plataforma. Como espaço de mediação e influência que se tornou o principal site para acessar vídeos, o YouTube tem mais de dois bilhões de usuários logados mensalmente. O percurso metodológico do estudo nesse ambiente compreende, numa primeira etapa, a coleta automatizada de vídeos sobre vacina postados

durante o ano de 2020, por meio da linguagem de programação R<sup>4</sup>, utilizando um código que captou 6.735 vídeos com o termo “vacina”. Numa segunda etapa, foram selecionados os vídeos que continham as palavras “coronavírus” e/ou “COVID” nos títulos e/ou nos seus metadados, excluindo vídeos repetidos ou que utilizaram o termo “vacina” como figura de linguagem ou sem conexão com a vacina contra a COVID-19. Do total de 2.216 produções, 718 foram identificadas como narrativas de influenciadores, chegando-se ao *corpus* de 50 vídeos (em português brasileiro) de 29 influenciadores que alcançaram maior engajamento pela quantidade de visualizações, comentários e likes, reunindo diferentes perfis de influenciadores e vídeos que tiveram de 20 mil a mais de 730 mil visualizações. Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar o debate epistemológico sobre o conceito de engajamento e suas diversas noções (GROHMANN, 2018) convém destacar que, para além das métricas que servem como parâmetro no recorte deste estudo, consideramos pertinente a crítica de Bastos (2020) sobre o uso do conceito de engajamento apenas como performance das narrativas midiáticas, uma perspectiva que se alinha ao capitalismo e aos algoritmos das redes sociais, esvaziando os sentidos históricos de ação política e transformação social do termo. As lógicas operacionalizadas nas plataformas digitais, dessa forma, devem ser observadas tomando como premissa o engajamento crítico e a consciência de fazer parte de processos e práticas socioculturais hegemônicas, que formam gostos culturais, políticos e até científicos.

Na análise qualitativa realizada neste estudo, consideramos que a ideia de *framing* midiático dialoga com essa percepção crítica, em que os *frames* (quadros) são “pacotes interpretativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que resultam de um processo de construção social. Os quadros e suas associações requerem a identificação de manifestações discursivas frequentes, sinalizadas por palavras, expressões e argumentos presentes nas narrativas e que salientam aspectos da realidade, como afirma Entman

---

4 O R (R Core Team, 2016) é um ambiente e linguagem de programação voltado à análise estatística de dados. Algumas das razões que tornam seu uso popular na comunidade científica, sobretudo nas áreas que se debruçam sobre análises quantitativas, são: ser open source, gratuito, de caráter colaborativo, produzir gráficos de boa qualidade, garantir reprodutibilidade, e ter um quantitativo de pacotes que somam mais de 13 mil, com os quais é possível realizar diversas funções, como extração e manipulação de dados, treinamento de modelos de aprendizado de máquina para problemas de predição e classificação (BOLLMANN et al. 2017).



(1993, p.52), “de tal modo que se promova uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento”.

O caminho teórico-metodológico do *framing*, utilizado em diversas pesquisas em comunicação, política, ciência e tecnologia, principalmente para compreender as disputas que ocorrem em temas controversos, pressupõe que os quadros (*frames*) são consequência da relação lógica entre os dispositivos de enquadramento e de raciocínio, mas sua identificação não está restrita à frequência de determinados aspectos de um conteúdo. Reese (2001) elenca seis características de um quadro: organização, princípios, persistência, compartilhamento, simbolismo e estrutura. O quadro se organiza a partir das dimensões cultural e cognitiva, envolve um princípio abstrato numa “cadeia de significação”, que compreende esquemas de interpretação de produtores de conteúdo, fontes e audiência, é persistente, inserido na rotina produtiva dos profissionais e acionado frequentemente antes de evoluir para novas formas. Os quadros se comunicam por vários dispositivos simbólicos, mas não basta identificar as características visuais e textuais. Eles não são construídos individualmente, mas podem ser encontrados nos códigos, valores e crenças compartilhados na memória coletiva da sociedade (VAN GORP, 2007). Embora tenham caráter persistente, os quadros se movimentam ao longo do tempo, de acordo com a redefinição de posturas dos atores sociais envolvidos numa questão, seja motivada por um novo contexto ou desafios propostos por novos agentes que entram no debate, a partir da articulação de movimentos sociais e/ou políticos. Como envolve um sentido cultural, o *frame* se manifesta nos textos, nas relações e tensões entre o dito, o silenciado e as ambiguidades (REESE, 2007). Os dispositivos de enquadramento se referem à escolha de palavras, metáforas, exemplos, descrições, argumentos e imagens que se manifestam no conteúdo midiático e, juntos, formam a ideia organizadora central.

Para a pesquisa exploratória, partiu-se da revisão de literatura bibliográfica e do discurso público inerentes ao tema, bem como da verificação direta dos vídeos que compõem a amostra a ser analisada, para a identificação dos dispositivos de enquadramento mais salientes, de modo a verificar a conformidade ou necessidade de adaptação dos quadros de referência, construídos e adotados pelo grupo de pesquisa em estudos anteriores. Desse procedimento resultou a tabela atualizada dos quadros de referência para este estudo, conforme expressos na tabela 1.

**Tabela 1 – Enquadramentos de referência**

(continua)

Quadros	Descrição dos enquadramentos	Dispositivos de enquadramento
Nova Pesquisa	Trata da descrição das bases científicas e médicas das novas pesquisas e descobertas sobre vacina.	Descoberta, avanço, pesquisa, conhecimento, ciência, cientistas trabalham, cientistas descobriram.
Novo Desenvolvimento Tecnológico	Trata do anúncio da aplicação de descobertas, de novas vacinas, e de novos resultados experimentais e de ensaios clínicos.	Fase de testes, ensaios clínicos, eficácia, eficiência, resposta imune, produção em massa, melhora da vacina, tem desenvolvido, aumenta a proteção, nova tecnologia, nova vacina, novos resultados clínicos.
Impacto da C&T	Trata do impacto que a ciência gera na sociedade e na qualidade de vida (individual e coletiva).	Benefícios, melhorias, combate, combater, evitar mortes/surto/doenças, melhoria da saúde, proteger, permitiu viver.
Bioético e/ou jurídico	Trata de princípios éticos e diz respeito a julgamentos entre certo e errado, verdadeiro e falso. Aponta para as fronteiras e os limites, não técnicos, da vacina. Discute o negacionismo em oposição às evidências científicas. Aborda a verificação de conteúdos falsos disseminados. Julga a aceitabilidade dos riscos conhecidos. Destaca posições da bioética. Questiona a obrigatoriedade da vacina com base nas liberdades individuais. Discute aspectos legais para punir os pais que não vacinam seus filhos. Coloca em debate a natureza, os valores e condições do humano e da vida.	Ético, falso, mentira, não é verdade, enganoso, <i>fake news</i> , punição jurídico, legal, autonomia, liberdade, individual, ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, lei, obrigação, multa, prisão, pena, denúncia, crime, Conselho Regional de Medicina, CRM, exigências, o filho(a) é meu e eu sei cuidar dele, os pais sabem o que é melhor para seus filhos(as), o ECA não vale para a vacina, responsabilidade, eu amo meu filho para dar vacina, eu amo meu filho(a) para não dar vacina, mandado, escolha dos pais.
Controvérsias Científicas	Tem foco nas controvérsias científicas relacionadas à vacina e vacinação.	Controvérsia, controverso, não está estabelecido, debate, discussão, contestar os resultados, cientistas se opõem, lados opostos, lados diferentes.
Incertezas Científicas	Trata o risco como ameaça à saúde do ser humano, para quem é a favor ou	Risco de doença, risco de morte, efeitos adversos, advertência, riscos, incerteza, insegura, veneno,

**Tabela 1 – Enquadramentos de referência**

(continuação)

Incertezas Científicas	contra a vacinação. Trata da probabilidade dos efeitos adversos na vacina. Aborda os limites da ciência na produção de conhecimento e as vulnerabilidades na gestão de riscos no presente e no futuro. Indica incertezas sobre as ações de proteção das vacinas e suas consequências sobre a saúde do indivíduo	autismo, autista, contaminação, efeito rebanho, risco coletivo, desproteção, dúvidas sobre eficácia, não sabemos, insegurança, reações, dor, sangramento, hematomas, diarreia, dano, exposição, afetar.
Personalização	Tem destaque para algum personagem que faça parte da questão da vacina abordada pela matéria. O enquadramento aqui é a narrativa pessoal, o depoimento, o testemunho ou a experiência com a vacina.	Cidadão, paciente, criança, pais, estudo de caso, voluntários, participante, exemplo, cônjuge, familiares, parente, vítima, me vacinei, minha caderneta está em dia.
Antecedentes/ <i>Background</i> Científico	Trata dos antecedentes científicos gerais da questão. Descrição de pesquisas anteriores, recapitulação dos resultados e conclusões já conhecidas sobre vacina.	Erradicou, resultados anteriores, cronologia da pesquisa, linha do tempo, as primeiras versões, primeiros resultados.
Políticas Públicas e Estratégia Política	Trata das estratégias e disputas de poder em relação à vacina; conflito entre atores políticos, das gestões governamentais sobre a saúde coletiva no quesito do desenvolvimento, produção, distribuição da vacina no Brasil, incluindo a definição públicos prioritários em campanhas e sua cobertura vacinal. Retrata os debates sobre vacina que integram a pauta política dentro e fora do congresso ou proposta por partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. Trata da desconfiança e descrença com o serviço público. Aborda o resultado de políticas públicas em relação à vacina. Se relaciona com os serviços de saúde disponibilizados nos SUS, como Programa Nacional de Imunização (PNI), a aplicação das vacinas e as campanhas publicitárias do Ministério da Saúde.	Direito, SUS, Sistema Único de Saúde, posto de saúde, governo, Ministério da Saúde, Bolsonaro, Dória, governo comunista chinês, projeto de lei, campanha de vacinação, calendário vacinal, cobertura vacinal, PNI, Programa Nacional de Imunização, filas, falta de vacina/estoque, estoque, qualidade, acesso, disponibilidade, previsão, distribuição, cidadão, problema de estoque, rede pública, Secretaria Municipal de Saúde, demanda, escalonamento, público-alvo, público prioritários, OMS, Organização Mundial da Saúde, cartão de vacina, federal, oficial, político, partido, o governo determinou, relatório.

**Tabela 1 – Enquadramentos de referência**

(continuação)

Sociocultural e Ambiental	e	Trata da harmonia com a natureza em vez de dominância sobre ela. Aborda o sistema de crenças e doutrinas condicionadas a aspectos religiosos, culturais e sociais. Trata-se de reflexões sobre filosofias alternativas de vida.	Social, natural, limpo, vitamina D, orgânico, saudável, vida alternativa, poluir o corpo, eu acredito, vida natural, imunidade natural, vacina natural, fé, religião, pastor, padre, igreja, acreditar, orar, rezar, benção.
Econômico e mercadológico	e	Tem foco nas pesquisas para ações de empresas de biotecnologia. Destaca preços, oportunidades de negócio e competitividade nacional frente aos mercados globalizados; Dá ênfase aos investimentos e possibilidades de retorno para as empresas. Aponta a necessidade de patenteamento. Trata do custo-benefício em relação ao gasto privado ou investimento em relação a economia do tesouro nacional.	Custo, patente, investimento, lucro, mercado, privado, propriedade industrial, custo-benefício, economia da saúde, custo-efetividade, economia pública, privatização dos resultados, redução de custo, comércio internacional/local/nacional, importação, compras, venda, bolsa de valores, ações, preço, valor.
Caixa Pandora	de	Trata dos impactos ou catástrofes produzidas pela vacina. Destaca a impossibilidade de controle absoluto sobre esta tecnologia, com possibilidade de criação de monstros (efeito Frankenstein). Dá como certo o retorno negativo em relação às vacinas, uma espécie de fatalismo, do qual a sociedade não pode escapar – seria o preço pelo caminho escolhido.	Ameaça, catástrofe, redução populacional, extermínio, Bill Gates, interesses, poderosos, controle, não sabemos, cobaias, rebanho, gado, Nova Ordem Mundial, Illuminati, genocídio, verdade, fim dos tempos, vacina contamina, Big Pharma, apocalipse.

Fonte: quadros de referência desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Mídias Sociais, Jornalismo e Vacina do INCT-CPCT.

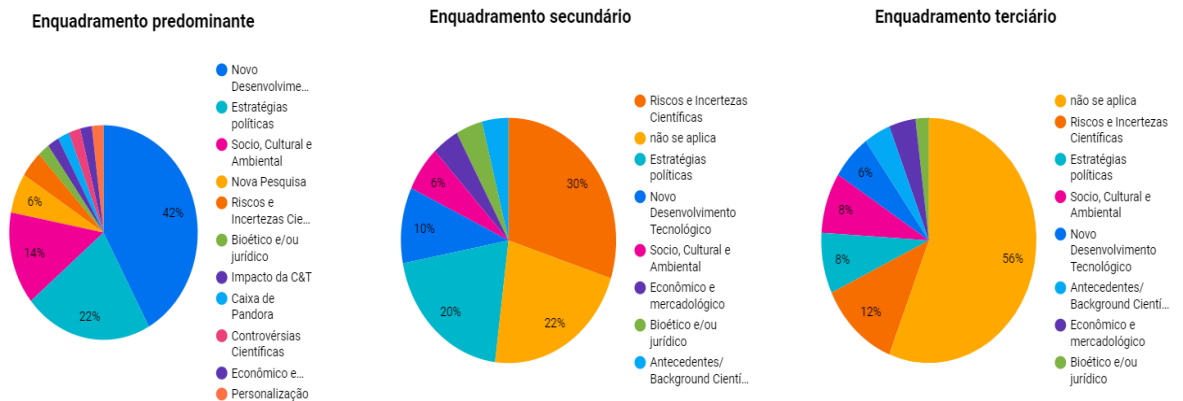
Para mapear os dados dos vídeos tomados como unidade de análise, foi produzido um formulário com o auxílio do *Google Forms*, no qual foram registradas informações como tempo de duração, número de visualizações, comentários, as categorias temáticas atribuídas aos canais, assim como os responsáveis pela condução da narrativa, o perfil do influenciador, os quadros predominantes e secundários em cada vídeo. O posicionamento dos mediadores em relação às vacinas e à desinformação também foi avaliado. Todas essas variáveis puderam ser cruzadas com o auxílio do *Google Data Studio*, ferramenta que permite criar relatórios de diferentes bancos de

dados. Após a identificação dos quadros, optou-se por fazer a correlação entre os *frames* das narrativas e os sentidos interpretativos presentes nos trechos dos vídeos que disseminaram algum tipo de desinformação, sem a pretensão de operacionalizar o conceito de desordem informacional, pois consideramos que há variáveis que dificultam apontar intencionalidades, embora alguns aspectos tenham sido observados com base nas formulações de Wardle e Derakhshan (2017). Convém ressaltar a característica dinâmica do enquadramento que, como afirma Reese (2007), requer negociação de sentido e depende da ação dos agentes envolvidos nas disputas interpretativas. A ocorrência do quadro não significa que os seus enunciadores tenham o mesmo posicionamento ou as mesmas justificativas para uma questão. Sendo assim, a presença do quadro predominante e suas associações com os quadros secundários foram constatadas tanto em produções de informações confiáveis quanto em narrativas que disseminaram algum tipo de desinformação e/ou imprecisão.

### **Resultados e discussão**

Do total de 50 vídeos, que acionaram 7.124.876 interações em seu conjunto, 16 (32%) propagaram algum tipo de desinformação, relacionando a vacina contra a COVID-19 a boatos e rumores disseminados nas mídias sociais, como a desconfiança em torno da vacina chinesa, a vacina como marca da besta, a presença de microchip para controle da população ou desconfiança do processo científico. Outros vídeos, principalmente de vozes da medicina, abordaram a defesa da hidroxicloroquina como alternativa de tratamento, a associação da vitamina D à redução de mortes pela COVID-19 e como auxiliar na prevenção do coronavírus, além de interpretações precipitadas de cura sobre uma vacina em desenvolvimento ou ainda a ideia de que, quem já teve a doença, estaria imunizado. Apesar de o *frame* “novo desenvolvimento tecnológico ter sido acionado em 29 vídeos, sendo predominante em 21 deles (42% da amostra), a desinformação sobre a vacina contra a COVID-19 se evidencia de forma mais próxima com os *frames* secundários “risco e incerteza científica” (15 vídeos, 30%) e “política pública e estratégia política” (10 vídeos, 20%).

**Figura 2: enquadramentos principal e secundários**



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Os demais *frames* tiveram baixa ocorrência como enquadramento secundário. Em 12 vídeos (24%), a narrativa não apresentou associação com um *frame* secundário. Os *frames* “personalização”, “caixa de Pandora” e “controvérsia científica” apareceram nesse *corpus* como quadro predominante em um vídeo (2%) cada um, mas a desinformação só foi constatada no quadro “caixa de Pandora” que, pela própria descrição do quadro, já o associa às teorias conspiratórias de controle da população mundial e catástrofes produzidas pela vacina. O enquadramento “política pública e estratégia política”, por sua vez, surge como o principal sentido em 11 vídeos (22%), enquanto o “risco e incerteza científica” é o quadro predominante em 2 vídeos (4%). Como enquadramento tangencial nas narrativas, o quadro “política pública e estratégia política” é acionado em 4 vídeos (8%), enquanto “risco e incerteza” se verifica em 6 vídeos (12%). No conjunto da amostra, são quadros praticamente equivalentes, considerando o somatório de ocorrências como *frame* principal e secundários.

Em 43 vídeos (86% da amostra), a narrativa foi conduzida pelo mediador, enquanto o mediador e o entrevistado comandaram a discussão sobre a vacina em 4 vídeos e a fonte-protagonista em 3 vídeos. Em relação ao perfil do mediador, os médicos lideram a produção de narrativas (14 vídeos), seguidos pelos youtubers divulgadores da ciência (10 vídeos) e youtubers (9 vídeos). Os médicos, pesquisadores e youtubers divulgadores científicos tornaram-se aqueles que mais produziram conteúdo relacionado à vacina no YouTube, dentro do período de análise, sobretudo médicos (28%), que se fizeram

presentes no debate de forma mais significativa. Além dos frames “risco e incerteza científica” e “política pública e estratégia política”, o fenômeno da desinformação também se manifestou, de forma tangencial, com a ocorrência do *frame* “sociocultural e ambiental”, vinculado à ideia de uma vacina natural contra a COVID-19 e a crenças religiosas; e do *frame* “bioético e/ou jurídico”, que reivindica as liberdades individuais diante da discussão sobre obrigatoriedade de tomar a vacina.

### **Narrativas e desinformação: enquadramentos da desordem**

No contexto da desinformação, o enquadramento “risco e incerteza científica” só foi acionado como *frame* principal em narrativas que produziram uma ideia de vacina como ameaça à saúde do ser humano, questionando sua segurança e eficácia, principalmente pela desconfiança do processo científico, por conta do tempo acelerado de produção. Esse sentido ocorreu até mesmo em obras de humor e ficção, voltadas ao entretenimento, como o vídeo “Os signos tomando vacina do covid”, postado em 29 de dezembro 2020 pelo canal da youtuber de humor e/ou comédia, Kel Freire, que está entre os 10 vídeos da amostra com maior engajamento (204.024 interações). Ao encenar diferentes personagens e suas reações diante da vacina, a partir das características de cada signo do zodíaco, a narrativa dissemina medo, dúvida e hesitação quando mostra, em sua maioria, cenas de pessoas correndo para não tomar a vacina, entortando a boca ou caindo como simulações de efeitos adversos. Nos papéis de repórter e entrevistada, as personagens representadas pela mediadora desconfiam da vacina em função do tempo de produção, prevalecendo o sentido de risco à saúde, a partir de expressões como “medo”, “efeitos colaterais”, “morte”, como se verifica nos seguintes trechos:

[...] a vacina contra o coronavírus foi produzida rapidamente. Teve pouco tempo de teste, mas já está sendo aplicada. Senhora, a senhora está com medo? [...] Quem me garante que eu não vou tomar e cair aqui durinha? Eu não vou tomar vacina coisa nenhuma (FREIRE, 2020, s. p.).

A ausência de informações baseadas em evidências científicas na construção da narrativa promove uma conexão equivocada entre tempo de produção e qualidade da vacina, que pode ser interpretada como um risco coletivo. Esse, inclusive, é um dos

principais argumentos de conteúdos que adotam um discurso explicitamente antivacina contra a COVID-19. No vídeo “Vacina covid em menos de 1 ano? Dr. Alessandro Loiola e Fernando Beteti”, publicado em 14 de agosto de 2020, o mediador repercute o anúncio da vacina russa numa entrevista com o médico Alessandro Loiola, cuja especialidade não é informada. A narrativa nega a vacina e a credibilidade da ciência de modo a estimular a hesitação vacinal, o que tende a causar uma desordem de maior impacto quando se trata de uma voz identificada como da medicina. “[...] nenhuma dessas vacinas teve tempo suficiente para cumprir esses protocolos. Então, nenhuma delas dá pra ser considerada segura e eficaz” (BETETI, 2020, s. p.). Em outro vídeo do mesmo canal, “Porque o Brasil é escolhido para testar vacina do COVID? Boletim Repórter Saúde”, publicado em 28 de setembro de 2020, o mediador assume que não vai tomar a vacina e se referencia nas fontes que entrevista, todos com vídeos recomendados pelo canal. Na perspectiva natural de prevenção pelo medo da vacina, o mediador defende o uso de vitamina D e um tratamento precoce que não existe para a COVID-19.

[...] Eu não vou tomar a vacina. Eu vou manter a minha vitamina D sempre lá em cima, vou fazer o tratamento precoce [...] pra tomar vacina, eu preciso ter certeza absoluta do efeito colateral dela [...] (BETETI, 2020, s. p.).

A correlação entre o enquadramento “política pública e estratégia política” e a desinformação ganha aderência em narrativas que se coadunam a discursos de atores políticos em defesa de medicamento sem evidência científica ou desconfiam da vacina, especialmente a produzida na China. A disputa política ocorre geralmente com a repercussão de declarações do presidente Jair Bolsonaro, um agente frequente de mensagens com potencial antivacinação, as quais descredenciam acordos do país asiático com adversários políticos. No vídeo do canal Doug Vlogs, “URGENTE! LUCIANO HUCK REBATE BOLSONARO BRASILEIROS PRECISAM SABER DISSO SOBRE VACINA COVID!”, publicado em 4 de setembro de 2020, as letras em caps lock e a exclamação no título chamam a atenção para o enquadramento “política pública e estratégia política”, abordando o conflito entre o presidente e o apresentador da Rede Globo, que criticou Bolsonaro por desestimular a vacinação quando este declarou que ninguém é obrigado a se vacinar. Como estratégia de construção narrativa, o influenciador



lê um texto noticioso sobre o episódio, convoca sua audiência a opinar e os comentários são exibidos na tela, enquanto alguns são lidos pelo mediador. Apesar da ocorrência de opiniões favoráveis à vacina, a maioria concorda com a posição do influenciador, que reforça a hesitação vacinal presente na declaração do presidente. Em outro vídeo, “URGENTE! BOLSONARO DECLARA ISSO SOBRE VACINA PARA COVID BRASIL PRECISA SABER E DESAFIO AMENDRONTA!”, publicado em 29 de dezembro de 2020 no mesmo canal, o mediador, mais uma vez, se alia às declarações do presidente em relação à vacina e propõe uma enquete para saber se a vacina deve ser obrigatória ou não. Os comentários são majoritariamente contrários à vacina produzida pela China, alvo de desconfiança, medo e teorias da conspiração.

A Rosa falou: se for vacina da China não vou tomar [...] E a Maria falou: é a vacina da China comunista que não dá pra confiar [...] A Ilza falou o mesmo que eu falei. Então vai lá e toma primeiro Luciano Huck. Se tomar primeiro, você, Angélica e sua família aí, quem sabe a gente toma também, tá bom? (DOUG VLOGS, 2020, s. p.).

Nas formulações de Wardle e Derakhshan (2017), propostas para análise dos elementos da desinformação, além da acurácia e do agente produtor da mensagem, o intérprete também é um elemento fundamental na circularidade da desordem informativa, uma vez que ele pode compartilhar, aderindo ou não à ideia do emissor que, neste estudo, corresponde ao influenciador, o agente que produz e distribui a mensagem, a partir de uma narrativa individual ou em parceria com uma fonte-protagonista. No exemplo a seguir, a vacinação, enquanto estratégia de controle da pandemia, é refutada pela fonte-protagonista do vídeo, a partir da defesa da hidroxiclороquina como alternativa de tratamento mais segura e eficaz do que a vacina. A voz médica aciona o *frame* “política pública e estratégia política” para criticar políticos favoráveis à vacinação e fazer conexões entre o medicamento e o sucesso de um suposto tratamento precoce, à revelia das evidências científicas.

[...] É como se você tivesse dois padrões pra poder comparar: eu tenho uma vacina, que foi desenvolvida às pressas, só Deus sabe como, um processo que levaria cinco anos diz que foi feito em oito meses [...] do outro lado do ringue, a gente tem a hidroxiclороquina. Os países que empregaram precocemente o tratamento de hidroxiclороquina, a

Rússia, por exemplo, teve 105 mortes pra cada milhão de habitantes (BETETI, 2020, s. p.).

A defesa da hidroxicloroquina serve como exemplo da politização que ocorre na desinformação, até mesmo em vídeos de mediadores que transitaram entre a exaltação dos resultados da ciência e o negacionismo científico, configurando um tipo de narrativa protagonizada, principalmente, pelo agente médico.

### **Embaralhados entre informação e desinformação**

Na desordem informacional, informações corretas e erradas se misturam em narrativas conduzidas por influenciadores que defendem a vacina, a ciência e até esclarecem dúvidas da sua audiência provenientes de boatos e crenças que circulam pela internet. Esse tipo de narrativa mostra as variáveis que perpassam o fenômeno da desinformação, aliado a discursos de fé, religião, medicina natural e política. Nesse grupo de vídeos, o quadro “política pública e estratégia política” foi o que mais se relacionou com a desinformação, apesar do registro de ocorrências com os frames “risco e incerteza científica” e “sociocultural e ambiental”.

Embora vídeos de perfil médico tenham sido mais frequentes nesse embaralhamento, o vídeo de maior engajamento da amostra “ISRAEL DESCOBRIU A CURA PARA O CORONAVÍRUS? | Anticorpo e Vacina |” é do pastor Lamartine Posella, publicado em 7 de maio 2020, ainda no início da pandemia. O *frame* “política pública e estratégia política” é sinalizado desde o título em *caps lock*, para exaltar o sucesso de Israel enquanto nação que inspira muitos religiosos. A conexão equivocada ocorre ao associar a cura da COVID-19 a uma vacina que os cientistas ainda estavam tentando desenvolver e que, na verdade, serve para prevenção e não para tratamento e/ou cura da doença.

[...] quando você fala que descobriu o anticorpo, você descobriu a cura, né? Porque o anticorpo combate a doença. É isso que a vacina faz [...] Mais uma vez, bater palma pro povo judeu, que povo extraordinário, que povo abençoado (POSELLA, 2020, s. p.).

A criação, produção e distribuição de um conteúdo por um determinado tipo de agente, como é o caso desse mediador religioso, busca conexão com um grupo de pessoas

motivadas pelas crenças e organizadas por interesses comuns. O engajamento de 778.854 mil interações, maior entre todos os vídeos da amostra, aponta a capacidade de disseminação de interpretações erradas pelo público potencial de um agente da desinformação, ainda que haja ou não intenção de causar danos. Assim como a empolgação por uma benção não se concretiza em fato científico, o mesmo ocorre com narrativas que, contraditoriamente, são aliadas da vacina, exaltam as boas notícias da ciência, mas se desvinculam das melhores evidências científicas na defesa de suas opiniões. As produções do canal Dr. Marcelo Lima, que se apresenta como médico e homem de fé, somam oito vídeos no conjunto da amostra; em seis deles observamos a relação imbricada entre informações corretas, informações sem validação da comunidade científica e combate à desinformação, o que pode ocorrer numa mesma narrativa.

Na *live* “Coronavírus – nova vacina em teste”, realizada no dia 24 de abril, o médico aborda com otimismo o desenvolvimento de uma vacina, principalmente aquela vinda de Israel, faz a defesa da hidroxiclороquina como medicamento para tratamento da COVID-19 e desmente a relação entre COVID-19 e vídeos falsos disseminados no início da pandemia, segundo os quais chineses estariam morrendo no meio da rua. Em outro vídeo, “Coronavírus – vacina oral tem data para começar, publicado em 12 de abril 2020, o mediador, na interação com sua audiência, combate a desinformação de que chá de boldo serve para evitar COVID-19 e, mais uma vez, defende a hidroxiclороquina como alternativa enquanto não há vacina, ao ler o comentário de um seguidor. A interação evidencia a adesão do seguidor à ideia do agente que produz a mensagem, o que amplia as possibilidades de circulação com o respaldo de um profissional da saúde. O discurso pautado pela autorreferência técnica se repete no vídeo “Coronavírus – excelentes notícias”, de 26 de maio de 2020, em que o mediador cita estudo sem a referência do autor ou da instituição de pesquisa, recorrendo ao divisionismo como estratégia narrativa para rebater evidências científicas sobre a ineficácia do medicamento e sugere que há interesses econômicos e/ou políticos envolvidos.

[...] Carlos diz: acreditando que com o uso da hidroxiclороquina teremos uma melhora significativa até sair a vacina. Eu também acho. É o que a gente tem. (LIMA, 2020, s. p.).

[...] A hidroxiclороquina não tem patente. É gratuito...você não paga royalties pra ninguém não [...] não vou nem entrar no mérito da vacina,

tá? Tô entrando no mérito do medicamento [...] aí você vem com uma hidroxiclороquina, você pode vir com uma ivermectina, com uma annita<sup>5</sup> e você resolver um problema [...] (LIMA, 2020, s. p.).

A relação do quadro “risco e incerteza científica” com a ideia de vacina como ameaça à saúde não ocorreu em vídeos desse *corpus* que misturam informações corretas, incorretas e/ou imprecisas. Nesse grupo de vídeos, o *frame* foi acionado em função de narrativas sujeitas a interpretações ambíguas e precipitadas, que podem confundir a audiência e comprometer as medidas de proteção, a exemplo da discussão sobre a imunidade adquirida pela infecção por coronavírus. Entretanto, os efeitos adversos das vacinas foram apontados como algo normal de ocorrer. No vídeo “Coronavírus – vacina oral tem data para começar”, de 12 de abril, o médico admite que o conhecimento científico não está atrelado à certeza, ao mesmo tempo em que considera pouco provável a possibilidade de reinfecção. Em outro vídeo, “Coronavírus – promessa de uma nova vacina”, de 14 de abril de 2020, a probabilidade se repete quase como uma certeza, sustentada na opinião e experiência do mediador como médico.

[...] Por isso que todo mundo que já teve a doença está curado e não vai ter a doença de novo. Ah, mas doutor, eu escutei falar que tem pessoal que tá pegando a doença de novo. Cara, eu acho isso muito pouco provável (LIMA, 2020, s. p.).

Ainda que faça a ressalva de que não havia evidências no momento de produção do vídeo, o mediador não contribui com uma informação precisa e cautelosa para evitar a desordem informacional. Afinal, as pesquisas sobre o novo vírus não eram conclusivas a esse respeito no início da pandemia, e os vídeos continuam disponíveis na plataforma, mesmo hoje quando já está comprovado que há casos de reinfecção e ainda não se sabe quanto tempo dura a proteção para quem já tomou a vacina.

Em menor ocorrência, o *frame* “sociocultural e ambiental” é acionado para propagar uma perspectiva de imunidade natural, que pode confundir e atrapalhar condutas de proteção contra a COVID-19, argumento também usado nos discursos antivacina. No vídeo “VACINA CONTRA A COVID-19?”, publicado em 29 de junho, a Dra. Lorena

---

5 Annita é o nome da marca de um antiparasitário que foi defendido pelo governo federal como um remédio promissor no tratamento da COVID-19 no início da infecção, cujas evidências científicas já demonstraram não ter efeito para a doença.

Velho relaciona a falta de vitamina D ao número de mortes por COVID-19, apresentando resultados de estudos sem consenso científico e/ou conclusivos a respeito do assunto. Ainda que comprovadamente a vitamina D traga benefícios à saúde, a narrativa sugere uma espécie de vacina natural com a exposição ao sol para aumentar a imunidade, o que pode influenciar interpretações equivocadas de que a vitamina D funcione como medida de proteção contra o coronavírus. A desinformação também se manifesta no frame “sociocultural e ambiental” pela crença religiosa, como ocorre no vídeo do mediador Eduardo Sabbag, do canal Espiritismo Raiz, publicado em 27 de dezembro de 2020, que recomenda a vacina e revela já ter se exposto ao vírus sem ser infectado porque está protegido pelos espíritos. Essa mistura de intencionalidades incoerentes e paradoxais expõe a complexidade do fenômeno da desinformação e a importância de atores que atuem de forma mais efetiva no combate às dúvidas provenientes de rumores, boatos e mentiras sobre as vacinas.

### **Narrativas de enfrentamento à desinformação**

A expectativa em torno da produção de uma vacina contra a COVID-19 e de sua eficácia conduziu narrativas de diferentes influenciadores, que deram explicações técnicas, desconstruindo dúvidas e medos sobre as vacinas. O *frame* “novo desenvolvimento tecnológico” foi predominante no conjunto dos vídeos dessa amostra, acionado por mediadores especialistas e não especialistas da área, a partir de expressões frequentes como “testes”, “ensaios clínicos”, “fase de testes”, “eficácia”, “eficaz”, “resposta imunológica” e “produção em massa”, que são alguns dos dispositivos desse enquadramento de narrativas sobre os resultados dos testes realizados em voluntários por diversos laboratórios e centros de pesquisa, as metodologias utilizadas na produção, bem como o nível de proteção alcançado e as previsões de entrega da nova tecnologia para vacinação em larga escala.

Apesar da liderança de profissionais da medicina na produção de vídeos sobre o tema, são os pesquisadores/professores e, principalmente, os youtubers divulgadores científicos que mais contribuíram para o enfrentamento de boatos e mentiras que circularam nas mídias sociais. O vídeo “Vacina Coronavac contra coronavírus: Quem tomou e o que aconteceu?”, do professor e cientista da Unesp/Marília, Vítor Engrácia

Valenti, publicado em 19 dezembro de 2020, traz resultados de testes e efeitos adversos observados na fase dois dessa vacina, numa narrativa que reconhece o receio que muitas pessoas têm sobre a vacina produzida na China, mas ressalta que efeitos adversos ocorrem com qualquer vacina. Dessa forma, associa os frames “novo desenvolvimento tecnológico” e “risco e incerteza científicas” para combater a desinformação, utilizando a conexão entre as evidências científicas e uma experiência bem-sucedida com vacina desenvolvida pelos chineses.

[...] A Sinovac foi a mesma entidade que está desenvolvendo a CoronaVac e que desenvolveu a vacina h1n1 e até o momento não vimos nenhum efeito grave da h1n1[...] Você já tomou vacina no braço? Doeu? É essa a reação adversa mais comum... efeitos adversos em vacina acontecem [...] (VALENTI, 2020, s. p.).

A eficácia, segurança e durabilidade da vacina centralizaram os questionamentos nas narrativas que se preocuparam em explicar os riscos e incertezas na produção de uma vacina, do ponto de vista científico. A maioria dos mediadores se mostrou otimista e favorável à medida que os avanços eram divulgados nas etapas 1, 2 e 3 de desenvolvimento. Porém, apenas vídeos de pesquisadores e divulgadores da ciência explicaram sobre a quarta fase, silenciada pela maioria dos mediadores. A ideia desse tipo de agente é esclarecer as etapas da produção de conhecimento em torno da vacina, pontuando que riscos e falhas são inerentes ao processo científico, assim como os níveis de proteção que podem ser alcançados ou não quando a pessoa for imunizada.

A produção de youtubers divulgadores da ciência tem o diferencial da performance audiovisual, compreendida aqui como os recursos de edição de imagem e som na construção da narrativa. No entanto, a maioria dos vídeos que compõem essa amostra explorou pouco esses recursos, geralmente limitada a cenários caseiros – quarto, sala de estar, fundo neutro sem marcas ou referências do canal –, cenários virtuais com uso de chroma key e recursos gráficos na identificação do mediador, fontes e reforçando a interação com textos que lembram a audiência para se inscrever no canal, dar likes, fazer comentários e compartilhar. Nesse quesito, os vídeos de youtubers divulgadores da ciência se destacam pela linguagem mais coloquial, o que facilita a compreensão da audiência não especializada, além de ilustrações animadas, infográficos, metáforas e

analogias. Entre os 10 vídeos de divulgadores científicos deste estudo, oito são do canal Olá Ciência! e estão entre os vídeos com maior engajamento sobre vacina em 2020. Esse agente atuou diretamente contra mentiras espalhadas sobre a vacina contra a COVID-19 que utiliza a tecnologia do RNA mensageiro. O vídeo “VACINA da PFIZER para COVID: RISCO de ALTERAÇÃO GENÉTICA??”, publicado em 12 de dezembro de 2020 e que ocupa a sexta posição em engajamento (253.349 mil) comemora a aprovação da primeira vacina contra a COVID-19 de RNA aprovada no mundo. O frame “novo desenvolvimento tecnológico” é acionado para informar sobre as características, resultados e método da nova vacina. Enquanto o enquadramento secundário, “antecedentes/background” é sinalizado em recapitulações do mediador para explicar que o processo científico de produção do imunizante não é recente, mas resultado de um acúmulo de conhecimento. A explicação didática, ilustrada com imagens, mostra que o RNA mensageiro atua sem passar pelo núcleo da célula e, portanto, não tem fundamento dizer que provoca alteração genética.

[...] as pesquisas com essas vacinas de RNA já começaram há mais ou menos 30 anos pra outros vírus e doenças [...] então, quando alguém fala que esse tipo de vacina nunca foi testado em humanos, que a gente vai ser cobaia, essas coisas, essa pessoa não sabe nada de vacina (OLÁ CIÊNCIA!, 2020, s. p.).

O uso do frame “antecedentes/background” foi mais presente nas narrativas de divulgadores científicos para dar suporte aos esclarecimentos, principalmente em temas que necessitavam de explicações mais abrangentes sobre a vacina e suas técnicas ao longo do tempo. Apesar dos benefícios de proteção coletiva demonstrados na erradicação e no controle de várias doenças, o repertório do discurso antivacina se atualiza com desinformação sobre o RNA mensageiro e repete velhas teorias recorrentes em narrativas religiosas, como a do microchip para controle da população mundial, que agora ganha a versão de marca da besta na vacina contra a COVID-19.

Outros perfis de influenciadores contribuíram no combate à desordem informacional nas mídias sociais, de forma menos didática e técnica, mas rebatendo argumentos de negacionistas da pandemia que prejudicam a aceitação da vacina e a vacinação. É o caso do vídeo do canal Galãs Feios, intitulado “Bolsonminios não querem

tomar vacina contra covid”, publicado em 3 de setembro de 2020, no qual o mediador une crítica e humor para explicar o que considera o *modus operandi* bolsonarista de propagar desinformação sobre a vacina nas redes sociais. A narrativa evidencia o enquadramento “bioético e/ou jurídico” associado ao quadro “política pública e estratégia política” quando questiona declarações e condutas de atores políticos, como o presidente, que provocam desconfiança e desestimulam as pessoas a se vacinarem contra a COVID-19. De um modo geral, as narrativas desses mediadores defenderam a ideia de que vacinas são tecnologias desenvolvidas para salvar vidas e os benefícios superam os riscos quando o coletivo se sobrepõe ao individual, às opiniões pessoais ou disputas políticas.

### **Considerações finais**

A desordem informacional presente nas narrativas do YouTube sobre a vacina contra a COVID-19, durante o seu desenvolvimento no ano de 2020, demonstra que os sentidos interpretativos disseminados pelos mediadores, com ou sem intenção de causar danos, associa vacina à ideia de ameaça à saúde pública e coloca o imunizante no centro de discussões políticas, seja sobre a obrigatoriedade ou não de tomar ou ainda na defesa da hidroxiquina como alternativa às vacinas. Os quadros “risco e incerteza científica” e “política pública e estratégia política” reforçaram a hesitação vacinal pela exploração dos sentimentos de medo, insegurança e desconfiança em relação à efetividade e necessidade de vacina enquanto estratégia de prevenção da doença e controle da pandemia. No embaralhamento entre informações corretas, erradas e/ou imprecisas, o que pode ocorrer numa mesma narrativa, há vídeos de diferentes perfis: médicos, religiosos, youtubers, profissional da comunicação, youtuber de humor e/ou comédia. Os vídeos de mediadores médicos, além de lideraram as narrativas sobre a vacina contra a COVID-19, também se destacaram nas ocorrências de desinformação ao validarem informações não comprovadas pela ciência, embora, paradoxalmente, divulgassem resultados de estudos e avanços científicos no desenvolvimento da vacina, muitas vezes sem referenciar a fonte da informação.

Na contramão dessa desordem informacional, youtubers divulgadores científicos e pesquisadores/professores ligados às universidades aderiram ao frame “novo desenvolvimento tecnológico” não apenas para defender a importância da vacina, mas



como ação de enfrentamento à desinformação, explicando as etapas de desenvolvimento, situando a incerteza como algo inerente à produção do conhecimento, munindo a audiência com informações para compreender que os benefícios de uma vacina tornam os riscos aceitáveis, principalmente em relação à proteção coletiva. Essa discussão foi incorporada às narrativas vinculadas às evidências científicas de que uma ampla cobertura vacinal depende de ações do Estado para garantir distribuição e acesso à vacina. São sentidos interpretativos que decorrem da ação comunicativa entre agentes que, apesar de acionarem os mesmos quadros associados à desinformação, fazem recomendações distintas. Os resultados indicam que os rastros da desinformação exigem o fortalecimento de produções de influenciadores divulgadores da ciência que, ao ofertarem um repertório de informações confiáveis, ajudem os cidadãos a tomarem decisões que impactem na saúde pública e na sua qualidade de vida.

## Referências

BALL, P. The epidemiology of misinformation: The disturbing story of how the web is weaving weird connections between hippies, Nazis, Russian agents and the rest of us to spread lies about Covid-19. **Prospect**. 2020. Disponível em: <https://www.prospectmagazine.co.uk/science-and-technology/epidemiology-misinformation-coronavirus-covid19-conspiracy-theory>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **MATRIZES**, v. 14, nº 1 jan/abr. 2020. p.193-220, São Paulo – Brasil. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157540>. Acesso em: 10 set. 2021.

BETETI, Fernando. Vacina Covid em menos de 1 ano? Dr. Alessandro Loiola e Fernando Beteti (vídeo – 2’38”). **YouTube**, 14/08/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u8Bb0V6p9-0>.

BETETI, Fernando. Porque o Brasil é escolhido para testar vacina do COVID? Boletim Repórter Saúde - Fernando Beteti (vídeo - 29’26”). **YouTube**. 28/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BuJhLDiGZIs>.

BOLLMANN, S., D. Cook, J. Dumas, J. Fox, J. Josse, O. Keyes, C. Strobl, H. Turner, and R. Debelak. A first survey on the diversity of the R community. **R Journal**, 9:541–552, 2017. Disponível em: <https://journal.r-project.org/archive/2017-2/forwards.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

BROTAS, A. *et al.* Discurso antivacina no YouTube: a mediação de influenciadores. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.72-91, jan./mar, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2281>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DOUG VLOGS. URGENTE! BOLSONARO DECLARA ISSO SOBRE VACINA PARA COVID BRASIL PRECISA SABER E DESAFIO AMENDRONTA! (vídeo - 20'32"). **YouTube**. 29/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RyRjnQILUXg>.

DOUG VLOGS. URGENTE! LUCIANO HUCK REBATE BOLSONARO BRASILEIROS PRECISAM SABER DISSO SOBRE VACINA COVID! (vídeo - 11'40"). **YouTube**, 04/09/2020. de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bveNAlnOCEY>.

ENDERS, A. *et al.* 2020. The different forms of COVID-19 misinformation and their consequences. **Harvard Kennedy School**. Disponível em: <https://misinfoeview.hks.harvard.edu/article/the-different-forms-of-covid-19-misinformation-and-their-consequences>. Acesso em: 8 mai. 2021.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, 43(4):51-58, 1993. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 10 set. 2021.

ESPIRITISMO RAIZ - Eduardo Sabbag. [VACINA Covid -19 Vai Curar? Pode Tomar? Os Espíritos Me Falaram! Espiritismo Eduardo Sabbag]. (vídeo - 8'44"). **YouTube**. 27/12/2020. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=IEMiourv3Pc>].

FREELON, D., & WELLS, C. Disinformation as political communication. **Political Communication**, 37(2), 145–156, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/10584609.2020.1723755>. Acesso em: 10 set. 2021.

FREIRE, Kel. Os signos tomando vacina do covid (vídeo - 6'49"). **YouTube**, 29/12/ 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CLVFopZ9xiY>.

GALÃS FEIOS. Bolsominions não querem tomar vacina contra covid | Galãs Feios (vídeo 14'53"). **YouTube**, 03/09/2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IU\\_Bspw2WIE](https://www.youtube.com/watch?v=IU_Bspw2WIE).

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **The American Journal of Sociology**. Vol. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GROHMANN, Rafael. A Noção de Engajamento: sentidos e armadilhas para a pesquisa em comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-17. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29387>.

LATOURETTE, B e WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOURETTE, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LIMA, Marcelo Lima. Coronavírus - Nova Vacina em Teste - com Dr. Marcelo Lima (vídeo - 1h 25'59"). **YouTube**, 24/04/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRz1dfbKM0>.

LIMA, Marcelo Lima. Coronavírus - Vacina Oral Tem Data Para Começar - Dr. Marcelo Lima (vídeo - 29'01"). **YouTube**, 12/04/ 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QAHG5\\_CEG88](https://www.youtube.com/watch?v=QAHG5_CEG88).

LIMA, Marcelo Lima. Coronavírus: Excelentes Notícias - Dr. Marcelo Lima (vídeo - 44'04"). **YouTube**, 26/05/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WtLsWINqACM>.

LIMA, Marcelo. Coronavírus - Promessa de Uma Nova Vacina - Dr. Marcelo Lima (vídeo - 31'57"). **YouTube**, 14/04/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ibNaEP1Be5s>.

OLÁ, CIÊNCIA! VACINA da PFIZER para COVID: RISCO de ALTERAÇÃO GENÉTICA?? (vídeo - 11'29"). **YouTube**, 12/12/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KOu4jNnnl4k>.

POSELLA, Lamartine. ISRAEL DESCOBRIU A CURA PARA O CORONAVÍRUS? | Anticorpo e Vacina | Lamartine Posella. (vídeo - 6'57"). **YouTube**, 07/05/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkVMHZ8ctCc>.

R Core Team. R. A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna. Disponível em: <https://www.R-project.org>. Acesso em: 10 set. 2021.

REESE, S. The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. **Journal of Communication**, Oxford, v.57, p.148-154, 2007.

REESE, S. Prologue – framing public life: A bridging model for media research. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Eds.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p.7-31, 2001.

RICARD, J., MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review**. v.1, n.1, Cambridge, april, 2020. Disponível em: [https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/42661741/final\\_brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/42661741/final_brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 5 jun. 2020.

SCUDELLARI, M. State of denial. **Nat Med**. 16, 248, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1038/nm0310-248a>. Acesso em 5 ago. 2019.

SWIRE-THOMPSON, B; LAZER, D. Public Health and Online Misinformation: Challenges and Recommendations. **Annual Review of Public Health**, 41:1, 433-451, 2020. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-publhealth-040119-094127>. Acesso em: 5 dez. 2020.

USCINSKI et al. 2020. Why do people believe COVID-19 conspiracy theories?. **Harvard Kennedy School**, Disponível em: <https://misinfreview.hks.harvard.edu/article/why-do-people-believe-covid-19-conspiracy-theories/#0>. Acesso em: 15 dez. 2020.

- VALENTI, Vítor Engrácia. Vacina Coronavac contra coronavírus: Quem tomou e o que aconteceu? (vídeo - 11'45"). **YouTube**, 19/12/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxfFyf7VbI4>.
- VAN GORP, B. The constructionist approach to framing: bringing culture back. **Journal of Communication**, 57 (1), p. 60-78, 2007.
- VELHO, Lorena. VACINA CONTRA A COVID-19? | Dra. Lorena Velho. (vídeo - 3'52"). **YouTube**, 29/06/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DdyOuZ3M6Lc>
- VRAGA, E; BODE, L. Defining Misinformation and Understanding its Bounded Nature: Using Expertise and Evidence for Describing Misinformation. **Political Communication**, 37:1, 136-144, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10584609.2020.1716500?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- WARDLE, Claire; DERAKHASHAN, Hossein. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**. 27 set. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/InformationDisorderReport>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- WANG, Y. *et al.* Systematic literature review on the spread of health-related misinformation on social media. **Social Science and Medicine**, v. 240: 1-12, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953619305465>. Acesso em :10 fev. 2021.
- ZAROCOSTAS, J. Como combater um infodêmico. **The Lancet**, 395 (10225), 676, 2020.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 20/07/2021  
Aprovado em: 20/09/2021

## Do cientista e sua (des)legitimação: Atila Iamarino e o contexto do Coronavírus no Brasil em 2020

*From the scientist and his (dis)legitimation: Atila Iamarino and the context of Coronavirus in Brazil in 2020*

*Del científico y su (des)legitimación: Atila Iamarino y el contexto del Coronavirus en Brasil en 2020*

Gabriela Machado Ramos de ALMEIDA<sup>1</sup>  
Danielly Bezerra dos SANTOS<sup>2</sup>

### Resumo

Neste texto, partimos das apreciações conceituais da pós-modernidade propostas por Jean-François Lyotard (2020) para observar e discutir a posição de legitimidade do cientista enquanto especialista envolvido na chamada 'crise da *expertise*' contemporânea, apresentada pelo autor Gil Eyal (2019). No percurso, refletimos brevemente sobre as principais mudanças na formação da ciência moderna, a ocorrência da pós-modernidade e a tensão nas relações de especialização. O material empírico se refere a uma série de comentários negativos a uma postagem opinativa do biólogo brasileiro Atila Iamarino na rede social Twitter, em junho de 2020. Na avaliação sobre quais elementos são evidenciados por usuários críticos ao cientista, as análises demonstraram a ausência de argumentos por parte dos opositores e a resistência ao uso de uma argumentação científica totalizante, com críticas não ao trabalho, mas à pessoa do cientista.

**Palavras-chave:** Modernidade e Pós-modernidade. Ciência. *Expertise*. Pandemia de Covid-19. Atila Iamarino.

### Abstract

In this text, we start from the conceptual assessments of postmodernity proposed by Jean-François Lyotard (2020) to observe and discuss the legitimacy position of the scientist as a specialist involved in the so-called contemporary 'expertise crisis', presented by the author Gil Eyal (2019). Along the way, we briefly reflect on the main changes in the

<sup>1</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM (PPGCOM ESPM). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [gabriela.mralmeida@gmail.com](mailto:gabriela.mralmeida@gmail.com). ORCID: 0000-0001-8676-7621

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação e Práticas de Consumo no PPGCOM ESPM. E-mail: [daniellybdossantos@gmail.com](mailto:daniellybdossantos@gmail.com). ORCID: 0000-0003-1945-2236

formation of modern science, the occurrence of postmodernity and the tension in specialization relations. The empirical material refers to a series of negative comments to an opinion post by Brazilian biologist Atila Iamarino on the social network Twitter, in June 2020. In the assessment of which elements are evidenced by users who are critical of the scientist, the analyzes demonstrated the absence of arguments on the part of opponents and the resistance to the use of a totalizing scientific argumentation, with criticism not of the work, but of the person of the scientist.

**Keywords:** Modernity and Postmodernity. Science. Expertise. Covid-19 pandemic. Atila Iamarino.

### Resumen

En este artículo partimos de las valoraciones conceptuales sobre la posmodernidad propuestas por Jean-François Lyotard (2020) para observar y discutir la posición de legitimidad del cientista como experto involucrado en la llamada 'crisis de la *expertise*' contemporánea, presentada por el autor Gil Eyal (2019). En el camino, reflexionamos brevemente sobre los principales cambios en la formación de la ciencia moderna, la aparición de la posmodernidad y la tensión en las relaciones de especialización. El material empírico se refiere a una serie de comentarios negativos a una publicación de opinión de lo biólogo brasileño Atila Iamarino en la red social Twitter, en junio de 2020. En la valoración de qué elementos evidencian los usuarios críticos al cientista, los análisis demostraron la ausencia de argumentos por parte de los opositores y la resistencia al uso de una argumentación científica totalizadora, con críticas no a la obra, sino a la persona del cientista.

**Palabras clave:** Modernidad y Posmodernidad. Ciencia. *Expertise*. Pandemia del Covid-19. Atila Iamarino.

### Introdução

O século XXI tem desalojado estruturas da vida social que por muito estiveram em posição de segurança e verdade. A construção paulatina e cumulativa do conhecimento nos últimos cinco séculos passou a experimentar perturbações após a segunda metade do século XX, momento em que autores como Jean-François Lyotard colocaram em discussão a simultânea mudança na aceitação do discurso científico e a própria constituição do que se categorizou como novo período, chamado de pós-modernidade (LYOTARD, 2020).

Partindo desta perspectiva, é interessante compreender a diferença entre a faixa histórica contemporânea e o período que lhe antecedeu no mundo ocidental, a modernidade. Esta travessia é indicada e defendida na ótica lyotardiana como um jogo de mobilização de recursos discursivos, de questionamento ou negação da legitimidade científica, tendo em vista que o autor foi responsável pela popularização do termo pós-modernidade. Lyotard elucidou que a perspectiva pós-moderna “vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado” (GIDDENS, 1991, p. 12).

Com o percurso do Iluminismo, se acomoda no entendimento social uma renovada ideia de reflexividade, em que esta dimensão reflexiva é abrigada pelas práticas humanas com um novo embasamento, o do Conhecimento científico e comprovável, que por sua vez não é dependente das tradições sociais passadas. A esse respeito, Giddens esclarece que “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 49).

A dualidade entre a dita transição da modernidade para a pós-modernidade ainda não se vê acomodada por completo, ao passo que o campo lida com diversas e conflitantes perspectivas sobre essa mesma existência (ALMEIDA, 2006). Aceitando-se a condição de tensão como estabelecida e o contemporâneo como pós-moderno, nota-se que as transformações tecnológicas digitais, embora não geradoras propriamente das problemáticas sociais, despertam aspectos intrigantes como se colocam as relações da sociedade contemporânea com o discurso científico tradicional no ambiente digital.

Na crise sanitária global iniciada entre 2019-2020, a pandemia do Coronavírus se apresenta como um espaço de intensa disputa entre versões e perspectivas divergentes a respeito da factualidade cientificamente comprovável. Com a circulação das diversas produções acadêmicas, pareceres técnicos e opiniões de especialistas no domínio da saúde, chama a atenção o confronto público ocorrido nas mídias brasileiras travado diante dos dados e/ou posicionamentos apresentados por tais profissionais da saúde, questionados por lógicas alheias à tecnicidade e cientificidade tradicionais.

Neste trabalho, pretendemos discutir quais elementos são evidenciados pelos seguidores que questionam as afirmações dos dados produzidos em relação ao Coronavírus no Brasil e que são veiculados no perfil particular do biólogo brasileiro Atila Iamarino na rede social Twitter, em meados de 2020. Com essa proposta no horizonte, as reflexões lyotardianas sobre a legitimidade do saber se encontrarão com uma perspectiva emergente e pertinente na ocorrência da pandemia, a saber, uma *crise da expertise* ou *especialização* (EYAL, 2019) em curso e em fluência com uma crise das autoridades epistêmicas e negacionismos no tempo presente.

### **Da Ciência moderna à pós-modernidade**

Para Bachelard (apud NOVAES, 2007), são três os períodos científicos que marcam a história nos últimos 500 anos, a saber: o estado Pré-científico (entre os séculos XVI e XVIII); o estado Científico (entre o fim do séc. XVIII até os anos 1900); e o Novo Espírito Científico (iniciado em 1905 com a chamada ‘relatividade einsteiniana’ até o presente). O Renascimento evidenciou sutilmente as questões basilares do pensamento científico e antecedeu o verdadeiro movimento histórico que viria apresentar ao mundo ocidental uma nova atmosfera produtora de saberes, o Iluminismo. É nesse momento que a sociedade, sobretudo na Europa Ocidental, se ordena no uso da razão para a liberdade e felicidade humanas, abandonando a visão geral teológica (NOVAES, 2007).

A partir de então, a construção do conhecimento seria valorada sob a égide dos aspectos científicos racionalmente respaldados, o que se tornou base para a ciência moderna que viria séculos adiante. Nesse cenário de debates e avanços, surgiu e se consolidou o Positivismo como uma radicalização do próprio racionalismo defendido como *modus operandi* da produção de conhecimento, tendo Augusto Comte (1798-1857) como seu expoente (BRAGA Et al, 2008). A gradativa acentuação do sentido de especificidade técnica nas áreas hoje denominadas como ciências exatas, biológicas e humanas, iniciada nos séculos XVI-XVII, propôs na chegada do século XX a intensificação dessa forma especializada e objetiva, na tentativa posterior de apresentar



uma filosofia de base científica sustentando o Positivismo Lógico<sup>3</sup> (RICHARDSON, 2012).

A discussão sobre a estruturação do campo científico no mundo na chegada do século XX coincide com o próprio entendimento da modernidade, de modo que tratar de ciência moderna é sumariamente refletir sobre os valores presentes na formação da sociedade moderna como, por exemplo, a acomodação do capitalismo de um lado e o amadurecimento da ‘moderna empresa científica’ do outro (COTRIM, 1999; GRENZ, 1997 apud NOVAES, 2007). Analisar o século XX com uma distância histórica e crítica pode inspirar quanto ao desenho de possíveis relações de causa e efeito na resistência a discursos e instituições há tanto estabelecidos em seus lugares epistêmicos, tendo as nuances da dualidade modernidade *versus* pós-modernidade como pano de fundo.

Definida por Giddens, a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11). No outro lado, o historiador britânico Arnold Toynbee deu forma ao termo ‘pós-modernidade’ como marco temporal que sucederia a modernidade (entre os anos 1940-50) (LEONEL; MESQUITA, 2014). Essa primeira metade do século XX é vista, portanto, como o momento em que a sociedade passa a ser atraída por relativismos e por certa versão ‘irracional’ de si mesma. As consideradas falhas da prática racional do sujeito moderno – a exemplo dos horrores produzidos pelo nazismo alemão e os demais conflitos armados – são reinterpretadas pela sociedade como sinais de uma modernidade que fracassou em seu projeto de melhoramento da civilização (NOVAES, 2007).

Quando de uma exata definição do termo pós-modernidade, aparecem, então, as discordâncias e interpretações multifacetadas na própria comunidade que se dispõe a hama -la. O filósofo Richard Rorty comentava sobre não haver certeza quanto ao significado do termo, levantando a questão de que seja mesmo uma tarefa quase inalcançável (ALMEIDA, 2006). De acordo com Almeida (2006, p. 6), “[a pós-modernidade] não é propriamente a substituição da mundividência moderna, mas uma

---

<sup>3</sup> Como um dos membros mais significativos da corrente tem-se Ludwig Wittgenstein, idealizador da ‘teoria dos jogos de linguagem’, inspiração para a discussão do autor Jean-François Lyotard em sua obra aqui abordada, *A condição pós-moderna*.

tomada de consciência das limitações resultantes da implementação dos seus postulados”. As autoras Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob, no livro *Telling the Truth About History* (“Contando a verdade sobre a história”, em tradução livre), mencionam a qualidade poliédrica do termo:

é um rótulo claramente escorregadio. Às vezes, parece que todo mundo é pós-moderno; em outras, que todo mundo evita uma categoria que pode ser sinônimo de niilismo e de uma posição ridícula para si mesmo. (Se você pensar em Jacques Derrida e Madonna como, ambos, pós-modernistas, terá uma ideia do problema desta definição.) (APPLEBY *et al* apud ALMEIDA, 2006, p. 1, tradução nossa).<sup>4</sup>

Concentrando o olhar na temporalidade que os conceitos representam, vê-se que é na transição da modernidade para a pós-modernidade que a problemática sobre a legitimação da autoridade ganha contornos mais nítidos. Primeiramente, porque toda posição de autoridade será questionada em virtude do enfraquecimento dos discursos universalizantes ou meta-sistemas explicativos e pretensamente colocados como verdades absolutas. E, em segundo lugar, pela “emergência de critérios técnicos e instrumentais de justificação do saber científico pautado nas noções de ‘produtividade’ e ‘desempenho’”, como um modelo cientificista voltado à funcionalidade operacional da ciência (MIRANDA; COSTA, 2014, p. 289). Definindo desse modo, foram empregadas as contribuições filosóficas de Lyotard em *A condição pós-moderna*, buscando descrever o que motiva o questionamento dessa autoridade científica no século XX.

Lyotard julga pós-moderna “a incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 2020), em que a ciência se torna, a partir de então, apenas mais uma das variadas metanarrativas disponíveis à apropriação dos sujeitos sociais. A ciência, que era um dos pilares da modernidade enquanto estágio avançado de civilização, se mostra em vias de recrudescimento na pós-modernidade. Sobre essa esfera, Lyotard comenta:

Originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se

---

<sup>4</sup> No original: “it is a notoriously slippery label. At times, it seems as if everyone is a postmod ernist; at others, that everyone avoids a category that can be synonymous with nihilism and ridiculous self-posturing. (If you think of both Jacques Derrida and Madonna as postmodernists you get some sense of the definitional problem.)”.

como fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras de jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar. (LYOTARD, 2020, p. xv).

Todo esse processo envolve, na realidade, a sucessiva quebra de paradigmas que é reconhecida como um dos processos pelos quais se constitui o permanente avanço do conhecimento científico, mas que é enxergada, curiosamente, como insuficiente para responder às demandas do sentimento de segurança pela e na sociedade. As fábulas mencionadas por Lyotard podem ser entendidas como o sistema de crenças e/ou religiões (que retornam ao centro do debate no século XXI), afinal, o instinto humano por segurança física e emocional impulsiona os seres sociais à procura de tipos de narrativas que melhor lidem com esses aspectos, de acordo com cada variação cultural (NOVAES, 2007). Essa ideia é explicada pelo autor Charles Lemert quando interpreta Lyotard:

A ciência e outras formas de conhecimento dependem da legitimidade em que a cultura as mantém. A modernidade é, assim, a cultura que acredita em certas metanarrativas ou histórias amplamente partilhadas, sobre o valor e a “verdade” da ciência (...). A pós-modernidade é uma cultura em que essas metanarrativas são consideradas completamente ilegítimas e, assim, não são universalmente tidas como críveis por completo (LEMERT apud NOVAES, 2007, p. 13).

A pós-modernidade traz, portanto, a inversão de valores que, ao serem gradativamente atribuídos ao discurso científico, o legitimaram ao longo dos últimos três ou quatro séculos. Eles são, agora, revogados por esses sujeitos atores da contemporaneidade, que se sentem com propriedade para fazê-lo – não necessariamente a partir das mesmas lógicas operativas, nesse caso o método científico. O que se coloca em disputa é uma perspectiva outra de leitura do mundo, considerada tão válida quanto as demais.

Os diagnósticos da pós-modernidade “sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado em manufatura de bens materiais para outro relacionado mais

centralmente com informações” (GIDDENS, 1991, p. 12). A formação de cientistas, pesquisadores e professores, em número crescente ao longo das décadas recentes, é atravessada pela especificidade da técnica ou conhecimento específico que passou a englobar todas as áreas do saber e das profissões.

### **A *expertise* como o X da questão**

Uma contextualização do percurso do conhecimento na grande fase moderna elucidada o cenário contemporâneo da presença da superespecialização e da técnica, e o valor que possui essa nova ordem de disposição das práticas e regulamentações na vida social. A presença dos especialistas no espaço público de discussão tem sido problematizada nas últimas décadas, no que se relaciona com uma maior presença da Ciência no circuito midiático. Detendo o olhar sobre a participação cada vez mais atuante dos especialistas na mídia e em diálogo com a sociedade, o sociólogo estadunidense e professor da Universidade de Columbia, Gil Eyal, desenha e explora esse tema observando a circulação de especialistas e a contestação deles nos tempos recentes, que culmina no que chama de ‘crise da *expertise* ou especialização’ em obra do mesmo título (mais precisamente ‘crise da perícia’ em sua tradução direta<sup>5</sup>).

O termo *expertise* (ou especialização) é uma particularidade no vocabulário ocidental do último século. Aparecendo pela primeira vez em 1876 em um artigo do jornal estadunidense *The Times*, atualmente a palavra é referida em mais de 350 milhões de resultados via pesquisas no Google. A palavra foi introduzida na língua inglesa através do francês, inicialmente dando significado à prática (exame, medição), e que foi transformada ao longo do século XX em condição de conhecimento de um indivíduo (especializado e técnico), explodindo em sua recorrência a partir dos anos 1960 (EYAL, 2019).

O sociólogo Eyal entende a menção à *expertise* como sintomática de uma sociedade do conhecimento que atravessou uma mudança determinante em sua estrutura industrial para pós-industrial em que os detentores da especialização passaram a constituir

---

<sup>5</sup> No título original, em inglês, *The crisis of expertise*. Neste espaço, utilizaremos o termo ‘expertise’ com significado de ‘especialização’, visto que ‘perícia’ possui um significado porventura distante do tema central deste estudo.

os ditos ‘sistemas especialistas’ e integrar os espaços de discussão e decisão da política, da economia, da saúde e da vida cotidiana como um todo. Há uma associação natural entre os indivíduos especialistas e as instituições científicas públicas e privadas (sendo elas locais de formação original, vínculos empregatícios, ligações voluntárias ou organismos reguladores). Esse elo sempre esteve presente quando da circulação desses sujeitos, mas mudanças na postura social têm apontado para resistências a esse conjunto de autoridade pelo conhecimento (EYAL, 2019).

Ao emitir interpretações e diagnósticos, os *experts* acabam por estabelecer (de forma voluntária ou involuntária) determinações efetivas nas vidas das pessoas, e esse caráter regulatório, mesmo que pautado no conhecimento, desperta a oposição por parte dos críticos a esse modelo. Mais detidamente, há um traço subjetivo que ocupa a parcela “resistente às siglas” das instituições desses especialistas, que seria o ressentimento de grupos que se veem frustrados com as incoerências ou erros dessa classe especializada. Ao serem renegadas essas posições, no entanto, são instrumentalizados os questionamentos legítimos da sociedade para atender a interesses de indivíduos ou grupos políticos específicos, se aproximando de uma agnotologia e das intenções escusas dos chamados ‘mercadores da dúvida’ (REGO; BARBOSA, 2020).

Nesse mesmo espaço, aparece um paradoxo. Ao mesmo tempo em que esse conjunto de dúvidas é levantado, é inegável o significado das credenciais especializadas perante a sociedade, de modo que a palavra se tornou propriamente um superlativo ao se dizer que alguém seja, por exemplo, “uma padeira especialista” (EYAL, 2019, p. 10, tradução nossa)<sup>6</sup>. Essa valorização, que preenche grande parte do imaginário hoje, coaduna com a experiência de uma sociedade que nunca esteve tão ligada ou dependente dessa ‘instância especializada’ para orientação e confiança de suas próprias decisões.

A pauta contemporânea de um movimento de anti-intelectualismo não seria uma particularidade disseminada pelo contexto tecnológico digital ou sublinhada exclusivamente pela pandemia do Coronavírus, mas teria suas primeiras manifestações ainda em meados do século XX. Uma vez que já não era possível prescindir da *expertise* na vida moderna, a resistência se manifesta na forma da provocação e da ridicularização

---

<sup>6</sup> No original: “she’s an expert baker”.

(de professores e cientistas), inclusive endossando lideranças políticas que encarnam esse sentimento. O sociólogo Eyal explica:

Mais de meio século atrás, Richard Hofstadter fabricou essencialmente a mesma observação. O anti-intelectualismo na vida americana, disse ele, é “uma manifestação não de um declínio na posição (do intelectual), mas de sua crescente proeminência”. Entre os sintomas de anti-intelectualismo, ele incluiu a ridicularização do “sabichão”, “a velha Antipatia Jacksoniana por experts e especialistas”, afirma que pessoas comuns são tão competentes quanto os especialistas (“todos nós somos economistas por necessidade”), outra retórica que soa assustadoramente familiar hoje. (EYAL, 2019, p. 11, tradução nossa)<sup>7</sup>

Pensadores contemporâneos retratam a mesma conjuntura ao lembrar que “o ressentimento é o combustível que alimenta as chamas do sentimento anti-*expert*” (EYAL, 2019, p. 11, tradução nossa)<sup>8</sup>. Essa resistência, aparentemente estimulada a partir da profusão de indivíduos especialistas com notável formação técnica e/ou superior, é o espaço justificado para o acirramento das disputas simbólicas em sociedade, considerando oposições ao campo acadêmico-científico no inverso da legitimação e reconhecimento de outrora (BOURDIEU, 2004).

Frente a esses questionamentos, mostra-se necessário um esforço do campo científico-acadêmico para dialogar com as queixas presentes na sociedade, investigando as dificuldades de interpretação do saber especializado pelo público vulgarmente chamado ‘leigo’. Há afirmações de especialistas justamente rebatidas e invalidadas, alterando a percepção da sociedade sobre essa legitimidade, e as controvérsias científicas acabam, por vezes, não exploradas nos espaços de discussão e divulgação científica. Hesitar quanto a possíveis inconsistências ou conflitos internos de perspectiva não aplaina os questionamentos do senso comum, mas, ao contrário, acende as suspeitas da sociedade sobre a seriedade do trabalho científico e do seu compromisso com o método, visto que as controvérsias inevitavelmente retornam ao debate público (ALMEIDA, 2020).

---

<sup>7</sup> No original: “More than half a century ago, Richard Hofstadter made essentially the same observation. Anti-intellectualism in American life, he said, is “a manifestation not of a decline in [the intellectual's] position but of his increasing prominence.” Among the symptoms of antiintellectualism he included the ridicule of “eggheads,” “the old Jacksonian dislike of experts and specialists,” assertions that common people are just as competent as the experts (“all of us are economists by necessity”), and other rhetoric that sounds eerily familiar today”.

<sup>8</sup> No original: “Resentment is the fuel feeding the flames of anti-expert sentiment”.

Isto leva a outro aspecto importante das reflexões trazidas por Eyal, que, apoiado em Hofstadter, propõe a problematização do termo ‘fato’ no seu uso impositivo enquanto sinônimo de ‘versão incontestável’ no debate público. A ocorrência da pandemia do Coronavírus expôs certa fragilidade do modelo de argumentação apoiado na factualidade (como comprovação de sentidos de interpretação). Sobre essa histórica associação, já percebida por John Dewey nos anos 1920, o autor comenta:

“Muitas pessoas parecem supor”, disse John Dewey muito tempo atrás, “que os fatos carregam consigo mesmos um significado. Acumule um número suficiente de fatos, e a interpretação estará pronta para você”. Este não é o caso. “Ninguém é forçado apenas pela coleção de fatos a aceitar uma teoria particular e seu significado, a menos que alguém detenha intacta alguma outra doutrina pela qual possa organizá-los”. Além disso, quando se trata de questões centrais de debates atuais, chama-los de “fatos” é um abuso de linguagem. Eles são estimativas, modelos, previsões, diretrizes, pontos em um gráfico, julgamentos de especialistas, mas eles não são “fatos”. Mais do que qualquer outra coisa, são maneiras de avaliar e gerenciar a incerteza. Chamá-los de “fatos” é dizer que eles o são indiscutivelmente, mas quem de nós poderia realmente verificar isso com independência? (EYAL, 2019, p. 12, tradução nossa)<sup>9</sup>.

A ciência possui uma lógica organizativa que em muito difere da disposição da vida comum. As interpretações e leituras dos fatos podem se dar a partir de análises em ambientes controlados como laboratórios, onde, segundo o autor, “o fato é indiscutivelmente um fato” (EYAL, 2019, p. 12). A imposição dessas interpretações é possivelmente um fator na hostilidade e resistência da sociedade às leituras conjunturais dos especialistas. A crise sanitária da Covid-19 amplificou as análises dos especialistas, e foi como reação a essas interpretações que se deram as muitas disputas de versões. No

---

<sup>9</sup> No original: “Many persons seem to suppose,” said John Dewey long ago, “that facts carry their meaning along with themselves on their face. Accumulate enough of them, and their interpretation stares out at you.” This is not the case. “No one is ever forced by just the collection of facts to accept a particular theory of their meaning, so long as one retains intact some other doctrine by which he can marshal them.” Moreover, when it comes to the issues at the heart of current debates, to call them “facts” is an abuse of language. They are estimates, models, predictions, forecasts, guidelines, points on a graph, expert judgments, but they are not “facts.” More than anything else, they are ways of assessing and managing uncertainty. To call them “facts” is to say that they are indisputably the case, but who of us could really check this for ourselves?”.

Brasil, aspectos político-partidários e ações do governo em vigência foram determinantes neste acirramento.

### **A pandemia do Coronavírus em 2020**

Com o primeiro caso de Covid-19 registrado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo (SP) (AGÊNCIA BRASIL, 2021), houve uma gradual mobilização dos debates sobre as ações necessárias para minimizar os efeitos da doença, declarada epidemia em 11 de março pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (CHADE, 2020).

A primeira morte por Covid-19, registrada no Brasil em março, intensificou a pauta de saúde pública em todo o país. Nesse cenário, a presença de especialistas em saúde pública, epidemiologia e áreas próximas se tornou rotineira nos noticiários e espaços de produção de conteúdo informativo a fim de comunicar à população as medidas sanitárias a serem praticadas para proteção e controle do Coronavírus, além dos esclarecimentos e chamamentos para a posterior vacinação. Nesse contexto, os grandes veículos de imprensa registraram crescimento de 119% no tema ‘A ascensão do jornalismo’ em relação a 2019 (KANTAR IBOPE MEDIA, 2021).

As redes sociais foram, também, ocupadas pela temática e se tornaram ferramenta de fundamental importância na veiculação de informações sobre a situação da pandemia por todo o país. Pertencente ao grupo dos *experts* que circula com projeção na internet, Atila Iamarino é graduado em Biologia e possui doutorado em Microbiologia, ambas as formações cumpridas na Universidade de São Paulo (USP)<sup>10</sup>. Nos anos mais recentes, tem trabalhado também com divulgação científica na internet, onde mantém perfis ativos e atualizados nas redes Instagram, Twitter e YouTube. Em outubro de 2020, publicou em parceria com a bióloga brasileira Sônia Lopes o livro *Coronavírus - Explorando a pandemia que mudou o mundo* (editora Moderna).

Na trajetória da pandemia no Brasil, o pesquisador se tornou um personagem proeminente ao se dedicar ao esclarecimento sobre os estudos, dados e projeções a

---

<sup>10</sup> Informações fornecidas pelo próprio citado em seu currículo na Plataforma Lattes <<http://lattes.cnpq.br/4978322672579487>>. Acesso em 19 mai. 2021.



respeito do Coronavírus, tornando-o o principal influenciador do Twitter na esfera científica de pesquisadores e instituições científicas (MEIRELLES, 2020). Figura já conhecida nos canais citados, sua participação no tradicional programa de entrevistas *Roda Viva* (TV Cultura), no início da pandemia, amplificou o alcance das análises produzidas e circuladas em suas redes sociais particulares. Durante a exibição ao vivo em 30 de março de 2020, o programa alcançou 1.8 ponto de média de público na região metropolitana de São Paulo, segundo a TV Linear/Instituto Kantar Ibope. No YouTube (aonde ocorreu a transmissão simultânea), foram registradas cerca de um milhão de visualizações em 24 horas (PADIGLIONE, 2020). Também se manteve como assunto mais comentado no Twitter brasileiro e terceiro na lista mundial horas depois da transmissão, com a *hashtag* #RodaViva<sup>11</sup>.

Ao observar a divulgação e consequente análise de alguns dos dados veiculados pelo cientista Atila Iamarino no Twitter<sup>12</sup> em junho de 2020, quando o número de brasileiros mortos por Covid-19 se aproximava de 50 mil, é possível perceber que uma parte dos usuários que se dispôs a comentar esses materiais se referiu ao biólogo com postura crítica e questionadora, por vezes não relativa ao conteúdo em si. Além das análises, no Twitter o cientista também comenta matérias jornalísticas, responde dúvidas dos usuários, esclarece as melhores práticas de proteção durante a pandemia e opina em demais assuntos. Possuindo a verificação do Twitter<sup>13</sup>, o perfil se concentra na temática central do Coronavírus e nos acontecimentos relativos a ele no Brasil e no mundo, sendo uma espécie de perfil ‘autônomo-profissional’ do biólogo.

### Apontamentos Metodológicos

Como exposto, a presença do cientista Atila Iamarino nos espaços midiáticos passou a provocar um número considerável de reações por parte dos usuários em suas redes sociais, espaços nos quais não se encontram exclusivamente apoiadores seus. A

---

<sup>11</sup> Dados indicados pela apresentadora do programa, a jornalista Vera Magalhães, em postagem no seu perfil no Twitter: <<https://bit.ly/2HJRULz>>. Acesso em 19 mai. 2021.

<sup>12</sup> Onde o perfil oficial se localiza em <<https://twitter.com/oatila>>, em que responde por @oatila. Acesso em 19 mai. 2021.

<sup>13</sup> A verificação é fornecida pelo gerenciamento da própria rede social que, ao confirmar a veracidade do proprietário do perfil, concede um selo azul visível a todos os usuários da rede.

repercussão aqui analisada do posicionamento do influenciador (nos primeiros meses da pandemia) está por ressaltar alguns aspectos de interesse do ponto de vista interacional, para os quais nos propomos à discussão nesse espaço.

Para entender como se colocam as relações de oposição ao discurso de natureza científica (como se expressa o biólogo), pretendemos expor um trecho retirado de seu perfil oficial no Twitter e que pode ser acessado e comentado/replicado/curtido por qualquer usuário da rede (mesmo que este não seja um seguidor do perfil em questão).

Os comentários presentes na amostra foram coletados a partir da observação do Twitter do biólogo, onde nos concentramos apenas no tweet (post/postagem) fixado na rede no momento da realização da coleta. Por estar fixo entre os meses de março e junho de 2020, o tweet concentrava um número significativo de ações (comentários, retuítes e o ‘favoritar’) uma vez que essa postagem fixada é o primeiro conteúdo disponível aos visitantes do perfil, inclusive para os não-seguidores. Esse último dado leva a associar o caráter dos comentários ao tipo de usuário que se deteve apenas a interagir com este tweet (seguidores ou não-seguidores do perfil).

Entendendo o Twitter como parte das ‘redes emergentes’ nos usos sociais da internet, será considerada a análise de redes sociais definida por Fragoso et al (2011). Sobre a propriedade dos dados para este trabalho, entenda-se o ‘Capital Social Cognitivo’ pertencente aos ‘Dados de composição’ de uma análise nas redes. O conceito mais amplo diz respeito a como os dados obtidos revelam a qualidade dos vínculos mantidos e a percepção dos atores nessas redes. O capital social representa, nesse enquadramento, o conjunto de valores compartilhados na determinada rede pelos atores daquele vínculo formado, em que o recurso cognitivo é especificamente a junção ou compartilhamento do conhecimento e informação disponível naquele espaço comum.

### **Com a palavra, @oatila**

O perfil do cientista Atila Iamarino contabilizava no período desta coleta cerca de 980 mil seguidores na rede social Twitter. Para esta análise, está sendo considerada a sequência do tweet fixado, postado em 06 de março de 2020, e primeiras respostas na coleta realizada entre os dias 16 e 17 de junho de 2020. Uma ressalva particular para os comentários capturados: a lógica interna de funcionamento da rede social não indica que

a ordem de exibição se dá cronologicamente, de modo que para esta coleta foram considerados os '10 primeiros' comentários assim apresentados para o perfil pessoal das autoras do texto. Não há condições para definir neste momento quais critérios podem ordenar a exibição, mas destacamos que não houve manipulação da preferência ou interação com os comentários presentes, uma vez que isso poderia conduzir algoritmicamente os comentários para a nossa coleta.

Optamos por colher o tweet fixado por entender que este tipo se trata da 'mensagem de entrada' para os usuários que acessam o perfil de outros usuários pela primeira vez. Ressaltamos que a postagem não faz referência a dados objetivos, textos acadêmicos ou matérias jornalísticas – embora sejam conteúdos frequentemente veiculados nesse perfil. Entretanto, o foco nessa postagem opinativa pode apontar para os recursos utilizados na via de desqualificação do biólogo Atila enquanto cientista/especialista. O interesse é, assim, descrever os elementos presentes nos comentários postados e refletir sobre possíveis práticas generalizantes nesse grupo discordante, aparentemente não articulado entre si.

Figura 1 – Perfil do biólogo Atila Iamarino na rede social Twitter



Fonte: *Print screen* do cabeçalho do perfil ‘Atila Iamarino’. Acessado e registrado em 17 jun. 2020.

A respeito dos dez primeiros comentários considerados para análise, não foi percebida a interação do cientista com quaisquer desses usuários. Para preservar a identidade dos autores e seus perfis pessoais, os comentários serão reproduzidos aqui em formato de texto, obedecendo à ordem de exibição na rede e sem quaisquer intervenções das pesquisadoras deste estudo. Os comentários foram postados entre os dias 3 e 14 de abril de 2020. Todos receberam respostas sumárias, mas não se mostra viável expandir a análise para todos as respostas subsequentes<sup>14</sup>. Concentramo-nos em apresentar as publicações iniciais e interpretar suas colocações.

<sup>14</sup> A rede Twitter trabalha numa lógica de interações múltiplas entre os comentários e respostas cruzadas a eles, de modo que qualquer comentário pode estar ligado a uma sequência não-linear de comentários anteriores.

**Tabela 1 – Relação dos dez primeiros comentários à postagem do biólogo Atila Iamarino em sua rede social Twitter**

<b>Usuários</b>	<b>Mensagens</b>
Usuário 1	<i>How dare you</i> [postagem de uma imagem-montagem da ativista Greta Thunberg com o resto do biólogo Atila inserido digitalmente]  Curtidas: 228
Usuário 2 (em resposta ao usuário 1)	<i>O Atila Iamarino é o Al Gore tupiniquim! Faça um lockdown na boca deste idiota urgente!</i> [Através de compartilhamento de um tweet próprio, do mesmo dia]  Curtidas: 19
Usuária 3 (em resposta ao usuário 1)	<i>Dó da mente minúscula e vazia de vocês</i>  Curtidas: 22
Usuário 4 (em resposta ao usuário 1)	[Compartilhamento de um texto intitulado 'A "ciência" da pandemia' no portal brasilsemmedo.com] sem comentários próprios além do compartilhamento  Curtidas: 3
Usuária 5	<i>(emoji de menina com a mão na testa) ainda tem pessoas q te da credibilidade</i>  Curtidas: 67
Usuário 6	<i>Seu comédia... alarmista, errou feio a sua projeção, peça desculpas à população</i>  Curtidas: 117
Usuário 7	<i>azar daqueles que escolheram a esquerda, oras</i>  Curtidas: 80
Usuário 8	<i>Fica triste por quê? Pelas pessoas terem o direito de escolher em que e quem acreditar? Agora você é o poderoso dono da verdade??!! Se basear em um único estudo e apresentar modelos sem saber fazer um de verdade é navegar em um barco já fadado a afundar (emoji de homem dando de ombros)</i>

*"1 milhão de mortos" (emoji de risada)*

Curtidas: 88

Usuário 9

**ATILA YOUTUBER DE MERDA**

[Com associação ao perfil do jornalista Allan dos Santos, do portal Terça Livre. Inclusa postagem de vídeo de 1'14" gravado pelo jornalista Allan dos Santos]

Curtidas: 14

Usuário 10

***Átila ajuda a traduzir e divulgar o estudo brasileiro que acabou de sair do forno: 'Chloroquine diphosphate in two different dosages...'***

[postagem do link do texto no site medrxiv.org]

Curtidas: 0

---

Em itálico, os comentários/respostas ao tweet principal da Imagem 1. Fonte: Twitter. Acessado e registrado em 17 jun. 2020.

Com base nesses comentários, faremos algumas apreciações sobre as respostas colocadas ao tweet principal, de modo a descrever as primeiras impressões:

Usuário 1: A frase 'How dare you'<sup>15</sup> acompanha uma imagem manipulada da ativista Greta Thunberg (2019) na qual foi acrescentada o rosto do biólogo. Diante do contexto no qual a adolescente sueca recebeu extensas críticas por suas demandas ambientais, é comum associá-la à esquerda no espectro político. Essa montagem se coloca, assim, como uma tentativa de criticar a figura do biólogo.

Respostas ao Usuário 1: Um dos usuários menciona o político estadunidense Al Gore e faz uma comparação com o biólogo Atila no que parece ser mais um rebaixamento por comparação ao espectro da esquerda. Não há um argumento claro colocado sobre a comparação ou sobre a rejeição ao biólogo, a quem esse usuário chama de 'idiota'. Com a intervenção de uma usuária, que se opõe à resposta anterior, outro comentário se segue com apenas um link que direciona para o portal 'Brasil sem medo'. O texto se trata de um artigo de opinião que se contrapõe às restrições do uso da cloroquina e é endossado por um conjunto de pesquisadores brasileiros de universidades/centros de pesquisa nacionais

---

<sup>15</sup> Trecho proferido pela ativista climática sueca Greta Thunberg (16 anos), na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2019, aonde questionava a atitude dos líderes mundiais diante da crise climática global iminente.

variados. A imagem associada ao texto traz aparentemente profissionais da saúde com máscaras de modelo incomum, ao menos no Brasil, com um tom sombrio.

Usuária 5: A usuária demonstra insatisfação com a posição de reconhecimento do biólogo, embora não explique o motivo que deva fazê-lo ser desconsiderado.

Usuário 6: A projeção à qual se refere o seguidor diz respeito ao estudo elaborado por Atila quando do início da pandemia e que foi amplamente disseminado (na mídia tradicional e nas redes sociais), quando se estimava mais de 1 milhão de mortos por Covid-19 no Brasil em 2020 caso nenhuma medida de contenção da pandemia fosse adotada<sup>16</sup>. Não há um argumento claro que justifique a colocação do usuário.

Usuário 7: Aqui há um posicionamento claro de oposição política quando o usuário menciona a ‘esquerda’ como um problema. Não há argumentação mais aprofundada apresentada para justificar essa colocação.

Usuário 8: Neste comentário estão colocadas algumas questões argumentativas mais profundas, a saber: a liberdade de escolha que a sociedade reivindica conscientemente ter (seja para consumo material ou simbólico); a sugestão de que os títulos acadêmicos (doutorado) não são prerrogativas para afirmações “oficiais”; e crítica ao próprio processo científico de referência e continuidade de trabalhos anteriores e já consolidados (avaliados por pares, publicados em periódicos indexados, etc).

Usuário 9: Ao xingamento está atrelado o vídeo do jornalista Allan dos Santos, do portal Terça Livre (apoiador público do atual governo Jair Bolsonaro até aquele momento), mas não há argumentação direta em relação ao tweet.

No conjunto dos comentários, o aspecto da não-argumentação se mostra recorrente. Embora invocando diferentes opiniões sobre a figura do biólogo em si, nenhum dos usuários foi mais específico para justificar a discordância ou uma possível alternativa de interpretação. Isso posto, retomamos com destaque os comentários dos usuários 6 e 8, que permitem melhor explanação por frases completas e mais extensas que os demais (sobretudo o 8) e procedemos à sua análise:

Ao afirmar que a sociedade tem o direito de creditar legitimidade aos argumentos e informações as quais lhe são mais interessantes, a fala deixa transparecer que no

---

<sup>16</sup> No período desta coleta, o Brasil registrava cerca de 50 mil mortos por Covid-19 em dados oficiais.

imaginário popular o conceito de ‘verdade’ estaria se deslocando de um determinado espaço de factualidade para outro que não exatamente a terá (ou precisará comprovadamente ter). Pelo que se expressa, passa a vigorar uma espécie de autoridade pela experiência, num movimento de desconfiança com as autoridades epistêmicas do tempo presente (REGO; BARBOSA, 2020). No campo das discussões político-partidárias e das ciências humanas em geral, o critério de ‘opinião’ é muito mais presente e aceito, dada a multiplicidade de perspectivas a serem consideradas diante de um fenômeno social. No entanto, questionar informações de natureza biológica, com materialidades visíveis a quaisquer sujeitos no cotidiano é um fato inusitado e reflete as aspirações e desafios do tempo presente, como a pós-verdade e a crise da *expertise*, inclusive na saúde (SACRAMENTO; PAIVA, 2020).

Com a pergunta-retórica sobre a ‘posse da verdade’, o que aparece é a indicação implícita de que a formação acadêmica, mesmo na área de Biologia (correlata à Epidemiologia, dadas as circunstâncias do Coronavírus), não representaria para o conjunto social arcabouço suficiente para a pronta aceitação das informações interpretadas e veiculadas. Essa oposição é, inclusive, contraditória com a própria hiperespecialização do cientista a partir dos pressupostos da ciência moderna, em que o conhecimento é cada vez mais concentrado, subdividido em áreas e dominado por sujeitos dedicados particularmente a elas.

Embora tenha como lógica consolidada de operação a utilização de teorias, experimentos e metodologias anteriores e já provadas, com acumulação de conhecimento, a produção do saber científico também se fez avançar a partir do rompimento com pressupostos anteriores e consagrados. Essa dualidade no modo de funcionamento é naturalmente compreendida e validada pelos sujeitos desse ambiente acadêmico-científico, mas parece incomodar aqueles que a entendem como fratura, sinal de incerteza, de não-coesão, de desorganização. Desqualificar uma pesquisa apenas por esta se referenciar a outra anteriormente publicada e disseminada pela comunidade científica (internacional, neste caso) deixa subentendido o desconhecimento da lógica acadêmica em particular.

A respeito da associação entre o ‘fato’ e a verdade, discutida na crise vigente da *expertise*, a produção de um estudo científico, a partir de um pesquisador influente na



rede e com credenciais acadêmicas que respaldam seus levantamentos, não se mostra convincente para o seguidor, que não enxerga materialidade nas projeções feitas pelo biólogo. O descolamento das impressões populares desse método argumentativo complexifica o desafio do esclarecimento quanto às precauções necessárias nesse contexto particularmente problemático de pandemia.

A fala do usuário 6 demonstra dois aspectos que cercam a discussão sobre a transição da modernidade para a pós-modernidade: o enfraquecimento dos discursos totalizantes. A concepção de verdade factual e da materialidade das comprovações fornecidas pela racionalidade moderna fizeram da ciência um pilar firmado na narrativa de confiabilidade e tecnicidade. No presente pós-moderno, os sujeitos passam a ignorar as lógicas universais de verdade e a se permitir adotar outras interpretações de mundo que consideram tão legítima quanto essa que aqui se apresenta. O movimento de questionamento e negação às interpretações dos dados produzidos por um cientista acende o debate sobre o fenômeno complexo e intrigante para o nosso campo, a saber uma *crise de legitimidade da autoridade científica* e os desafios que cercam a circulação de cientistas e instituições no entendimento social geral.

### **Considerações finais**

Se, ao longo do século XX, a ciência moderna evoluiu aliada ao desenvolvimento tecnológico exponencialmente colocado, a pós-modernidade experimentada particularmente no século XXI dá sinais de uma afronta não-auto justificada quanto ao conhecimento produzido por qualquer instância de autoridade e sobre qualquer pressuposto. Quando a legitimidade científica, gradualmente estabelecida ao longo dos últimos quatro séculos, se vê novamente questionada por lógicas operativas alheias à sua própria gênese/formação, problemáticas comunicacionais importantes também estarão em jogo, ao pensar no imbricamento de ruídos de comunicação e diálogo e divulgação científica, nas diversas instâncias sociais.

Conceitos como Pós-verdade e Pseudocientificismo também podem ser considerados para o presente debate quando, na relativização de fatos ou eventos objetivamente observáveis, sujeitos optam por desviar dos dados colhidos e analisados em busca de uma outra versão. Os exemplos acima reunidos propõem ainda novas

questões, como a não-neutralidade do fazer científico, o movimento de partidarização ou instrumentalização do discurso científico na medida em que determinados dados são apropriados para justificar ou negar a validade do conhecimento científico disseminado, e a sobreposição das experiências vividas no tecido social frente à construção teórica e metodológica que respalda a pesquisa científica em sua esfera de origem.

Quanto ao aspecto da partidarização da ciência a partir da constatação da falibilidade da neutralidade ou imparcialidade científica, salta a suposição permanente da figura do cientista como partidário ou militante de esquerda no espectro político. Essa mentalidade aparece como pressuposto na maioria das discussões que se iniciam (de caráter científico ou em um espaço para tal, usando como exemplo as coletas), mesmo que o pesquisador em questão não se identifique publicamente com determinada corrente política.

A crise das autoridades epistêmicas também é uma leitura que ganha aprofundamento na discussão e na literatura recente em virtude das fraturas crescentes e incisivas em torno da posição exclusiva de garantidora da verdade que possui, por exemplo, a Ciência. Soma-se essa crise de credibilidade dos *experts* que têm sua palavra instrumentalizada nas disputas políticas atuais, sobretudo no Brasil (ROQUE, 2021). A ocorrência da pandemia do novo Coronavírus em 2020-2021 tem exposto sujeitos e narrativas desafiantes dessa lógica científica de compreensão da realidade, justamente em meio ao enfrentamento de um vírus que, pelos números de mortos e infectados, deixa marcas visíveis e comprováveis de sua existência. A disputa que ocorre pelo imaginário a respeito da efetividade da resposta científica quanto à mitigação da crise sanitária atual sugere um olhar mais atento sobre quais são, portanto, os subterfúgios que abrigam essas convicções dissidentes.

### **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001).

## Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, Brasília, 26 fev. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- ALMEIDA, O. Modernidade, pós-modernidade e outras nublosidades. In: **Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias**, V. 22, 2006.
- ALMEIDA, C. “‘Make science great again’? O impacto da Covid-19 na percepção pública da ciência”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia, 2020.
- BOURDIEU, P. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.
- BRAGA, M. Et al. **Breve história da ciência moderna**, volume 4: a belle-époque da ciência. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHADE, Jamil. OMS classifica coronavírus como pandemia e cobra ação de governos. **UOL**, s.l., 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/11/proliferao-de-coronavirus-leva-oms-a-declarar-pandemia.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- EYAL, G. **The Crisis of Expertise**. Boston, Estados Unidos: Editora Polity, 2019.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- KANTAR IBOPE MEDIA. Inside Video - A (re)descoberta. **Kantar IBOPE Media**, s.l., 09 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/estudos-type/inside-video/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.
- LEONEL, M.; MESQUITA, M. A versão encantada da pós-modernidade. In: **Revista de Estudos Culturais**. 2014.
- LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2020.
- MEIRELLES, P. **Principais vozes da ciência no Twitter: Mapeando a conversa de cientistas e especialistas sobre a COVID-19**. Relatório. Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD): Brasília, 2020.
- MIRANDA, J.; COSTA, G. Reconfigurações do saber científico e implicações para o ensino superior. In: **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 2, p. 288-296, maio-ago. 2014.
- NOVAES, A. A ciência na pós-modernidade: a falência das metanarrativas e suas implicações na construção do paradigma científico contemporâneo. In: **Acta Científica**. Ciências Humanas,

1(12), 9-21, 2007. Disponível em: <<https://unasp.emnuvens.com.br/acch/article/view/456>>. Acesso em 22 jun. 2020.

PADIGLIONE, Cristina. Audiência de Roda Viva com biólogo é a maior desde edição com Bolsonaro, em 2018. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://telepadi.folha.uol.com.br/entrevista-com-biologo-no-roda-viva-e-a-maior-desde-edicao-com-bolsonaro-em-2018/>>. Acesso em: Acesso em 19 mai. 2021.

REGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância**: o mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

ROQUE, T. A queda dos experts. **Revista Piauí**, São Paulo, mai. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/queda-dos-experts/>>. Acesso em: 10 Mai. 2021.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. In: **Revista Matrizes**, V. 14, n. 1 jan./abr. 2020, São Paulo - Brasil.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 20/07/2021  
Aprovado em: 25/09/2021

## A “vacina chinesa de João Doria”: a influência da disputa política-ideológica na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19

*The “João Doria’s chinese vaccine”: The influence of political-ideological dispute on disinformation about vaccination against Covid-19*

*La “vacuna china de João Doria”: la influencia de la disputa político-ideológica en la desinformación sobre la vacunación contra Covid-19*

Ana Carolina Pontalti MONARI <sup>1</sup>  
Igor SACRAMENTO <sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo analisa a influência das disputas políticas e ideológicas na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19 no *WhatsApp*. Por meio das estratégias discursivas de legitimação para o conteúdo desinformativo (SOARES et al., 2021b), foram investigados nove vídeos que circularam no aplicativo de mensagens entre 30 de novembro de 2020 e 30 de janeiro de 2021 para compreender 1) quais seriam as características da desinformação sobre a vacina contra Covid-19 que circularam no aplicativo durante o período e 2) de que forma o discurso político-ideológico influenciou os conteúdos desinformativos sobre o imunizante. Em nosso estudo, observou-se que a desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19 opera por meio de teorias da conspiração que se utilizam, sobretudo, de autoridades médicas para validar o seu discurso.

**Palavras-chave:** Vacinação. Covid-19. Estratégias de Legitimação. Disputas políticas e ideológicas.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), onde também é graduada em Comunicação Social - Jornalismo. Bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS - Fiocruz/UFRJ). E-mail: capmonari@gmail.com. ORCID: [0000-0002-7474-7903](https://orcid.org/0000-0002-7474-7903).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da UFRJ, e em Informação e Comunicação em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde também é coordenador. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS - Fiocruz/UFRJ). E-mail: igorsacramento@gmail.com. ORCID: [0000-0003-1509-4778](https://orcid.org/0000-0003-1509-4778).

**Abstract**

This article analyzes the influence of political and ideological disputes on disinformation about Covid-19 vaccination on *WhatsApp*. Through discursive legitimation strategies for disinformation content (SOARES et al., 2021b), nine vídeos - circulated in the app between November 30, 2020 to January, 30, 2021 - were investigated to understand 1) what would be the disinformation characteristics about the Covid-19 vaccine that circulated in the app during the period and 2) how the political-ideological discourse influenced the disinformation contents about the vaccine. In our study, it was observed that disinformation about Covid-19 vaccination operates through conspiracy theories that use, above all, medical authorities to validate their discourse.

**Keywords:** Vaccination. Covid-19. Legitimation strategies. Political and ideological disputes.

**Resumen**

Este artículo analiza la influencia de las disputas políticas e ideológicas en la desinformación sobre la vacunación Covid-19 en *WhatsApp*. Mediante las estrategias de legitimación discursivas para contenidos no informativos (SOARES et al., 2021b), fueron investigados nueve videos que circularon en la app entre el 30 de noviembre de 2020 y el 30 de enero de 2021 para comprender 1) cuáles serían las características de la desinformación sobre la vacuna de Covid-19 que circuló en la aplicación durante el período y 2) cómo el discurso político-ideológico influyó los contenidos no informativos sobre el agente inmunizante. En nuestro estudio, se observó que la desinformación sobre la vacunación contra Covid-19 opera mediante teorías conspirativas que utilizan autoridades médicas para validar su discurso.

**Palabras clave:** Vacunación. Covid-19. Estrategias de legitimación. Disputas políticas e ideológicas.

**Introdução**

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo vive uma pandemia do novo coronavírus. Quase um ano depois, os desafios trazidos pelo Sars-CoV-2 ainda estão presentes na vida da população que, além de conviver com uma doença grave e mortal, também precisa lidar com os efeitos desencadeados por uma superabundância de informações - algumas precisas e outras não -, que dificultam o acesso das pessoas a fontes e orientações confiáveis quando necessitam. Este fenômeno é chamado pela OMS de infodemia e representa um sério risco para a saúde da população (OMS, 2020).

Neste cenário de profusão de informações, diferentes atores disputam espaço na disseminação de narrativas sobre ciência. De acordo com Oliveira (2020a), esta é uma grande problemática, pois não se trata de falta de informações, mas de um conjunto de crenças consolidadas que vão de encontro aos valores estabelecidos em torno das instituições científicas como espaço de produção de dados, evidências e informações confiáveis para tomadas de decisão. Ela explica que esse conjunto de crenças está ligado a um processo político e ideológico voltado para a desconfiança sobre as instituições epistêmicas.

O fenômeno da infodemia compreende, além dos embates narrativos, o advento da desinformação. No Brasil, em especial, o conteúdo desinformativo sobre a Covid-19 tem sido impulsionado pelo discurso político e pela ausência de alinhamento entre as autoridades (RECUERO; SOARES, 2020). Desde o início da pandemia, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e os governadores dos Estados estão em lados opostos quando o assunto é o combate ao novo coronavírus. Baseado em uma lógica neoliberalista e respaldado pelas ações do ex-presidente americano Donald Trump, Bolsonaro centrou sua atuação contra a doença em três linhas: 1) relaxamento das medidas de isolamento social em prol da economia; 2) incentivo ao “tratamento precoce” com o uso de medicamentos sem comprovação científica; e 3) vacinação não obrigatória visando a liberdade individual.

Em relação a este último tópico, Bolsonaro acabou entrando em uma disputa narrativa pelo capital simbólico da primeira pessoa a ser vacinada no país com o governador de São Paulo, João Doria (G1, 2020). O político paulistano ficou conhecido na mídia por ser um dos principais opositores das medidas de combate à Covid-19 implementadas pelo governo federal, optando pelo isolamento social em seu estado e firmando parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac para a produção da vacina CoronaVac no Instituto Butantã, em São Paulo. O governo federal, por outro lado, estabeleceu acordo com a farmacêutica AstraZeneca e a Universidade de Oxford para a compra de lotes e transferência de tecnologia da Covishield, que será produzida na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro (Fiocruz, 2020).

Com os bons resultados apresentados pela CoronaVac nos testes clínicos no fim de 2020, Doria e Bolsonaro acirraram o embate político sobre a utilização ou não deste medicamento em suas redes sociais digitais e seus discursos passaram a refletir um uso da ciência de acordo com suas próprias crenças e ideologias (MONARI; SANTOS; SACRAMENTO, 2020). Parte desses argumentos acabaram sendo representados em desinformações que circularam neste mesmo período, sobretudo, no *WhatsApp*.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a influência das disputas políticas e ideológicas na desinformação sobre a vacina contra a Covid-19 no *WhatsApp*. Para isso, serão investigadas mensagens que circularam no aplicativo de mensagens pessoais durante o período de 30 de novembro de 2020 a 30 de janeiro de 2021, ou seja, um mês antes da primeira pessoa ser vacinada contra a doença fora dos testes clínicos no Brasil (BBC, 2021).

Este estudo parte de duas questões principais: 1) quais são as características da desinformação sobre a vacina contra Covid-19 que circularam no *WhatsApp* durante o período? e 2) de que forma o discurso político-ideológico influencia os conteúdos desinformativos sobre o imunizante?

### ***WhatsApp*, desinformação e estratégias discursivas**

O *WhatsApp* é uma plataforma de mídia social, que permite aos usuários espaços ilimitados para armazenar ferramentas com o intuito de organizar, promover e transmitir seus pensamentos, opiniões, comportamentos e demais conteúdos para outras pessoas (SOUZA; ARAÚJO; PAULA, 2015). Em outras palavras, é um espaço de interação entre usuários, que reflete tanto as redes sociais quanto os discursos que permeiam a sociedade.

O aplicativo de mensagens é composto por um design de rede privada com criptografia ponta-a-ponta, porém as estruturas de rede decorrentes de suas apropriações sociais no Brasil o transformaram em uma poderosa e valiosa ferramenta de disseminação de informações para grandes públicos. O fato de oferecer o serviço de mensagens *mobile* sem custos de internet acabou atraindo inúmeras pessoas que não têm acesso à rede de outro modo, o que contribuiu para o aplicativo alcançar 120 milhões de usuários ativos em 2018 (SANTOS et al., 2019). Diante disso, é possível depreender que o *WhatsApp*



tem um papel fundamental na disseminação de desinformação (NEWMAN et al., 2020), sendo, inclusive, um dos grandes responsáveis pelo espalhamento de conteúdos desinformativos nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil (REIS et al., 2020).

Esta ferramenta, bem como outras mídias sociais, tem mecanismos que contribuem para a forma como a desinformação é produzida e difundida para o público. Ou seja, o uso do *WhatsApp* é influenciado por suas estruturas tecnológicas, que são os modos pelos quais as pessoas se engajam com os mesmos (BOYD, 2010). No caso do aplicativo de mensagens pessoais, esses recursos dão ao usuário a percepção de privacidade, afetando as suas ações e interações com outros usuários. Isso também traz uma particularidade para a desinformação que circula neste ambiente, pois ela não pode ser rastreada ou verificada publicamente por agências de *fact-checking* (SOARES et al., 2021a).

Neste trabalho, entende-se desinformação a partir do conceito elaborado por Wardle & Derakshan (2017), que o elenca como um dos três elementos da desordem informacional. Segundo os autores, esta noção seria dividida em *disinformation* (informação falsa que é criada deliberadamente para prejudicar uma pessoa, grupo social, organização ou país), *misinformation* (informação falsa, mas não criada com a intenção de causar prejuízo) e *mal-information* (informação que é baseada na realidade, porém usada para causar prejuízos para uma pessoa, organização ou país).

Baines e Elliott (2020, p.12) afirmam que a má-informação requer "intenção e equivalência e muitas vezes envolve uma redefinição do valor de verdade da informação para fins enganosos". Portanto, *misinformation* é informação imprecisa, aberta a múltiplas compreensões e usos; *disinformation* é a informação deliberadamente enganosa, com intenção de enganar ou não; e *mal-information* é a informação sensível (verdadeira) que é estrategicamente usada para causar vantagem.

Para que a desinformação seja disseminada, no entanto, são necessárias estratégias discursivas para legitimar e aumentar a visibilidade dessas mensagens (SOARES et al., 2021b). De acordo com a análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), as estratégias textuais estão associadas às práticas discursivas, sendo estas relacionadas às práticas socioculturais. É possível afirmar, portanto, que as estratégias discursivas são

usadas para estabelecer um determinado enquadramento de um discurso, cujas estruturas do texto são concebidas para legitimá-lo.

Wodak (2001) trabalha com a ideia de que a estratégia discursiva é uma prática de negociação de poder. De acordo com a autora, o conceito pode ser definido como um conjunto mais ou menos intencional de práticas, incluindo as práticas discursivas, que visam atingir um propósito social, político, psicológico ou linguístico.

Van Leeuwen (2007), por outro lado, defende a noção de estratégias de legitimação para as práticas discursivas, sendo estas utilizadas para reconhecer e validar certas práticas sociais e enquadramentos discursivos. De acordo com ele, há quatro modos de legitimação: a) autorização, quando o texto remete a uma autoridade pessoal (indivíduo com posição ou autoridade institucional) ou impessoal (tradição, costume ou lei); b) avaliação moral, quando a legitimação está baseada em sistema de valores de uma sociedade ou grupo; c) racionalização, quando a validação está amparada no conhecimento, argumentação ou cognição; e d) *mythopoesis*, em que a legitimação é feita pela construção de narrativas ou histórias, seja de cunho moral ou que visam um alerta.

Neste estudo, optou-se pela análise de três estratégias discursivas de legitimação construídas por Soares et al. (2021b) a partir do *framework* da análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Essas categorias são:

1) **Uso de opinião (O):** é a estratégia relacionada à forma como a desinformação é apresentada, sendo considerada tanto a opinião pessoal quanto a reprodução de opiniões de terceiros. Ela é uma estratégia argumentativa de validação de um discurso, uma vez que o locutor expressa sua concordância com ele. A opinião pode utilizar diversos modos de legitimação, mas geralmente foca-se na avaliação moral ou racionalização;

2) **Uso de autoridades (A):** é uma estratégia que se utiliza da reputação de um indivíduo ou organização. Seu uso aparece como uma forma de legitimação do discurso em razão do indivíduo ou instituição utilizados para dar credibilidade ao discurso. Pode ser uma estratégia de perspectivação (construção da legitimação a partir da proximidade do locutor com a questão) ou de intensificação (potencializa e fortalece a mensagem);

**Call to action (CA):** serve para motivar usuários a realizar determinada ação – por exemplo, o compartilhamento de mensagens. É uma estratégia de intensificação da mensagem (agrega senso de urgência) e de perspectivação.

### **Estratégias discursivas de legitimação da desinformação sobre a vacina contra Covid-19**

Para analisar a influência das disputas políticas e ideológicas na desinformação sobre a vacina contra Covid-19, optou-se por uma amostra de estudo não probabilística (por conveniência), sendo que as mensagens foram coletadas entre 30 de novembro de 2020 e 30 de janeiro de 2021 por um dos autores em seu próprio aplicativo de *WhatsApp* mediante solicitação a amigos e familiares. Durante o período - que corresponde ao mês anterior à data da primeira pessoa imunizada no Brasil fora dos testes clínicos (BBC, 2021) -, foram coletadas 29 mensagens. Em virtude da limitação de espaço e compreendendo que as formas visuais apresentam maior alcance, além de serem mais persuasivas que conteúdos textuais (WARDLE; DERAKSHAN, 2017), optou-se por analisar apenas os formatos audiovisuais - totalizando nove vídeos.

Os conteúdos foram submetidos às estratégias discursivas de legitimação para o conteúdo desinformativo, que foram sistematizadas por Soares et al. (2021b) com base no *framework* da análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Os dados podem ser conferidos abaixo<sup>3</sup>.

**Tabela 1 – Conteúdos desinformativos e suas estratégias discursivas de legitimação**

(continua)

<b>Data de recebimento da mensagem no <i>whatsapp</i></b>	<b>Conteúdo desinformativo</b>	<b>Estratégia discursiva de legitimação</b>
01/12/2020	Dra. Raíssa Soares aborda realidades do público e do privado.	O, A

<sup>3</sup> Os conteúdos dos vídeos foram apresentados de forma reduzida em virtude do espaço. No entanto, eles foram armazenados na íntegra no Google Drive pelos autores, podendo ser conferidos pelo link: <https://bit.ly/3urYf15>. A autoria da mensagem foi preservada.

**Tabela 1 – Conteúdos desinformativos e suas estratégias discursivas de legitimação**

(continuação)		
01/12/2020	Enfermeiro de Cabo Frio (RJ) comenta sobre suposta morte de médico em virtude da vacina contra Covid-19.	O, A, CA
03/12/2020	Dra. Christine Northrup traça relações entre a vacina contra Covid-19 e alterações de DNA humano.	O, A
05/12/2020	Homem não identificado faz questionamentos sobre o isolamento social.	O, CA
05/12/2020	Dr. Marcelo Frazão <sup>4</sup> comenta que a vacina contra Covid-19 pode alterar o código genético.	O, A
09/12/2020	Dr. Anthony Wong argumenta sobre a execução rápida dos testes clínicos das vacinas contra Covid-19.	O, A
24/12/2020	Dr. Paulo Porto, em entrevista para a jornalista Leda Nagle, comenta sobre os possíveis riscos relacionados à vacina contra Covid-19.	O, A
06/01/2021	Pastor Silas Malafaia questiona a rapidez dos testes clínicos da vacina contra Covid-19.	O, A, CA

---

<sup>4</sup> Embora se apresente com o título de doutor, Marcelo Frazão é engenheiro. Ele não possui registro profissional no Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) e seu currículo na plataforma Lattes não apresenta nenhuma formação que comprove sua suposta titularidade acadêmica (COSTA, 2020).

**Tabela 1 – Conteúdos desinformativos e suas estratégias discursivas de legitimação**

(continuação)

07/01/2021	Médico não identificado afirma que vacinas podem alterar o código genético.	A
------------	---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Nos vídeos analisados, observou-se que a maioria das mensagens (cinco, no total) empregou as estratégias do uso de opiniões (O) e autoridades (A) para legitimar o seu discurso. Em seguida, outros dois vídeos apontaram para o uso de opinião (O), autoridades (A) e *call to action* (CA) como táticas discursivas.

#### **Uso de opinião (O) e uso de autoridades (A)**

Em cinco dos nove vídeos investigados neste estudo, a desinformação é apresentada por meio da opinião de um especialista (médico). Seus pareceres, enquanto médicos (ou supostos médicos), ganham legitimidade em virtude da própria instituição que esses indivíduos representam. Diante disso, frases como “não temos vacina verdadeira”, “não somos cobaias” e a “vida tem que voltar ao normal” (01/12/2020 – Dra. Raíssa Soares) acabam sendo intensificadas em razão da posição ocupada por esses peritos.

As técnicas de perspectivação e intensificação, que estão presentes na estratégia discursiva de legitimação do uso de autoridades (SOARES et al., 2021b), são reforçadas pelos médicos e pretensos médicos, graças a construções argumentativas com supostos dados (“leva-se 15 anos para fabricar uma vacina” – 05/12/2020 – e “recomendação da NHS” – 24/12/2020) e conselhos (“não aconselho vocês a fazer isso [se vacinar]” – 05/12/2020).

O desempenho da opinião também parte de uma legitimação pela avaliação moral e pela *mythopoesis*, pois há a construção de narrativas visando alertar a população sobre possíveis perigos (vacina pode ocasionar alterações do material genético – 03 e 05/12/2020; e vacina da Pfizer mata duas pessoas e deixa quatro com paralisia facial – 24/12/2020).

O emprego de teorias da conspiração é evidente nesta categoria em frases como “vacina foi feita para reduzir a população mundial” (05/12/2020) e “China estaria dando a 3ª dose da CoronaVac” (09/12/2020). Em relação à esta última afirmação, é válido mencionar que o vídeo (09/12/2020) em que o médico pediatra e toxicologista Anthony Wong aborda essa questão traz o argumento conspiratório de que um terço dos voluntários da CoronaVac ainda não tinham tomado a 2ª dose do imunizante, o que inviabilizaria a comprovação da eficácia da pesquisa clínica e, respectivamente, a imunização desse grupo.

Os dados apontam para o uso dos termos “China” e “comunista” como formas de combate aos opositores do atual governo do presidente Jair Bolsonaro (SOARES et al., 2021a). Frases como “essa vacina é uma pauta comunista” (05/12/2020), “governador de São Paulo, esse comunista” (05/12/2020) e “você tem uma vacina chinesa que tem várias inconformidades que precisam ser solucionadas” (24/12/2020) ilustram esse fato.

Conforme abordado em outro trabalho (SACRAMENTO; MONARI; CHEN, 2020), no início da pandemia houve a disseminação de peças desinformativas com a ideia de um “vírus chinês”, sendo esta uma possível estratégia de guerrilha biológica promovida pela China para uma possível conquista mundial. Com os dados obtidos neste estudo, é possível perceber que esse conflito de alteridade entre ocidentais e orientais continua o mesmo quase um ano depois, mas, desta vez, o foco é voltado para a vacina, criando uma ideia xenófoba de suspeição do imunizante em razão da localização da farmacêutica responsável por ele.

Por outro lado, é interessante notar a maneira como a ciência é empregada discursivamente nestes conteúdos. No vídeo (01/12/2020) em que a Dra. Raíssa Soares aborda supostas diferenças entre as realidades de saúde pública e privada, a médica ressalta a necessidade de que a vacina contra Covid-19 passe por todos os testes clínicos e recomenda que as pessoas só tomem o imunizante após “estudos comprovados”, mas não diz o mesmo em relação ao “tratamento precoce”. Ela diz que o “remédio de piolho” (ivermectina) é ótimo para os momentos em que as pessoas “aglomeraram”. Não há, entretanto, pesquisas científicas que comprovem a eficácia da ivermectina como recurso terapêutico para Covid-19, apontando, portanto, para um uso interessado da ciência

(MONARI; SANTOS; SACRAMENTO 2020; MONARI, 2020), em que o discurso científico só é utilizado quando atende a determinados propósitos – no caso, negar a vacina e promover o “tratamento precoce”.

### **Uso de opinião (O), uso de autoridades (A) e *call to action* (CA)**

Nesta categoria, que contabiliza dois vídeos, a apresentação da desinformação é feita novamente por meio da opinião de especialistas (pretense enfermeiro e pastor evangélico), contudo há ainda o chamado para ação (*call to action*), que serve para motivar os usuários a realizar determinado comportamento. Com solicitações de “compartilhem esse vídeo” (01/12/2020 – enfermeiro de Cabo Frio-RJ), “assista esse vídeo até o fim” (06/01/2021) e “se você acha importante... compartilha com outros” (06/01/2021), os conteúdos audiovisuais empregam estratégias de intensificação, que agregam senso de urgência para o público (SOARES et al., 2021b).

Os dados analisados neste grupo também apontam para a desinformação como uma forma das pessoas minimizarem estratégias de saúde e não seguirem evidências científicas em virtude de suas visões políticas (SOARES et al., 2021a). Esse fato é ilustrado, por exemplo, com o suposto comparativo que envolve a ingestão de ivermectina e baixos índices de casos de Covid-19 no continente africano (06/01/2021) feito pelo pastor Silas Malafaia.

A transformação da vacinação contra Covid-19 de questão de saúde para questão política está presente nos dois vídeos investigados. Isso fica evidente quando o suposto enfermeiro de Cabo Frio (01/12/2020) diz que “Doria, esse corrupto de São Paulo, quer obrigar as pessoas a serem vacinadas”, remetendo às declarações do governador paulista sobre a possibilidade de obrigar a população do Estado a tomar a vacina (G1, 2020) e a questão da liberdade do indivíduo de se vacinar ou não – algo defendido pelo atual presidente e que reflete a polarização política estabelecida no país (RECUERO; SOARES, 2020). Outro elemento que contribui para esse fato é o pedido feito por Malafaia (06/01/2021), quando ele afirma “vamos parar com essa politicagem baixa” em contraposição à tese de que a vacinação no Brasil estaria atrasada e reforçando a ideia de

que o imunizante feito pelo Butantã em parceria com a Sinovac seria inferior, uma vez que supostamente não existiriam países desenvolvidos utilizando a droga.

Os dados expostos nas demais categorias não diferem das duas apresentadas anteriormente neste estudo. Nestes dois segmentos (uso de autoridades e uso de opinião e *call to action*), entretanto, a questão da liberdade do indivíduo fica bem evidente, principalmente no vídeo de 05/12/2020, quando o locutor (não identificado) utiliza sua opinião para validar argumentos morais.

### **Discussão**

Os conteúdos analisados neste trabalho evidenciam que a desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19 opera por meio das teorias da conspiração. Em, pelo menos, seis vídeos, há afirmações conspiratórias de que o imunizante alteraria o código genético humano (07/01/2021), que a presença de metais tóxicos na vacina transformaria o corpo humano em uma antena com sinal 5G (3/12/2020) e que ela seria capaz de tirar dados biométricos e armazená-los na nuvem (3/12/2020) – fato que estaria ligado à Fundação Bill e Melinda Gates.

Aupers (2012) afirma que a cultura conspiratória não é um antídoto da modernidade, mas uma radical e generalizada manifestação da desconfiança, que está embutida em uma lógica cultural da própria modernidade. Segundo ele, em sua forma tradicional, as teorias da conspiração trabalham com a ideia de "nós" versus "eles", porém, na atualidade, elas focam menos nesse “outro imaginário” e mais em paranoias sobre as instituições epistêmicas.

O inimigo, portanto, estaria “dentro do sistema” e seria representado por políticos, pela indústria farmacêutica, pelas multinacionais, pelos laboratórios e pelos cientistas. Sendo assim, esses conteúdos conspiratórios contestariam a autoridade epistêmica da ciência e resistiram ao regime de verdade em que a ciência tem o poder legítimo de definir, descrever e explicar os domínios da realidade (HARAMBAM; AUPERS, 2015).

É importante ressaltar que parte da crise que a ciência está instalada na contemporaneidade é proveniente da própria comunicação da ciência. Oliveira (2020b) explica que, com a chegada das plataformas digitais, o conhecimento científico, que antes



ficava nas mãos dos jornalistas, pode ser agora distribuído pelos próprios pesquisadores em suas redes. Contudo, essa ampla divulgação tem entraves impostos pelas próprias plataformas, que trabalham com algoritmos, e pela chegada de diferentes atores que disputam a informação científica.

Para além disso, esse conflito do nós versus eles também é apropriado por políticos com aproximações populistas (PARZIANELLO, 2020), pois estes trabalham com o antagonismo entre povo e elite, em que os membros da elite seriam corruptos, conspiratórios e indispostos a atender às demandas do povo (MEDE; SCHÄFER, 2020). Essa narrativa de confronto entre o populismo e a elite é utilizada pelo presidente Bolsonaro em diversos momentos da questão da vacinação contra Covid-19 (G1, 2020) e parte desses argumentos pode ser encontrada na desinformação sobre o assunto, especialmente em relação a Doria.

Nas peças desinformativas investigadas, o governador paulista faria parte dessa elite, que opera junto a outros membros (cientistas, por exemplo), para impedir a opção de escolhas pessoais do indivíduo. Segundo Harambam & Aupers (2015), os adeptos das teorias da conspiração clamam pela necessidade de escolhas pessoais e para que haja uma discussão aberta com experts sobre os tópicos que desejam analisar ao invés de serem falados sobre o que fazer de forma autoritária.

Doria, ao dizer que a vacina contra a Covid-19 seria compulsória em São Paulo, estaria, portanto, contrariando essa possibilidade de decisão. Bolsonaro, por outro lado, ao afirmar que o imunizante seria disponibilizado à população de forma não obrigatória visando à liberdade do indivíduo de escolher se vacinar ou não iria a favor dessa ideia e, por isso, atenderia às demandas do povo.

Embora as teorias da conspiração se valham do descrédito das instituições epistêmicas, no caso analisado por este estudo, a autoridade médica acabou sendo usada para validar os argumentos antivacina. Ou seja, quando o conteúdo vai ao encontro de suas crenças, o discurso proferido por um médico – que supostamente faria parte dessa elite corrupta e conspiratória – acaba sendo um reforço do argumento, dando credibilidade e respaldo a ele (OLIVEIRA, 2020b).

Essas dinâmicas informacionais balizam o que Jayson Harsin (2015) chama de regime de pós-verdade, que amplamente explora novas “liberdades” para participar, produzir e expressar, bem como consumir, difundir e avaliar discursos e experiências pessoais, não necessariamente baseados em evidências científicas, como verdadeiros. Esses desenvolvimentos correspondem ainda àquilo que Harsin (2015) nomeia pós-política e pós-democracia, em que questões, discursos e agências para a mudança sociopolítica permanecem restritos, apesar da habilitação de uma nova gama de participação cultural e pseudopolítica em torno, entre outras coisas, da verdade. O regime de pós-verdade surge de estratégias pós-políticas/pós-democráticas comuns às sociedades contemporâneas, onde atores políticos especialmente ricos em recursos tentam usar o conhecimento analítico de dados para gerenciar o campo de aparência e participação, por meio da atenção e do afeto. O regime de pós-verdade, particularmente como experiência afetiva, está no centro das lutas pelo poder epistêmico. Os desafios enfrentados ao fazê-lo são o objeto da análise aqui realizada. Esta investigação enfoca as dimensões-chave de duas posições epistemológicas desenvolvidas dentro da transformação do regime de verdade contemporâneo. Em primeiro lugar, a discussão leva em conta a afirmação fundacionalista de que o mundo é vivenciado diferencialmente pelas lentes da experiência pessoal e que, como resultado, as pessoas conhecem o mundo de um ponto de vista distinto e epistemologicamente superior. Isso é seguido por um exame das perspectivas anti-fundacionalistas que enfatizam que, como o conhecimento se origina de locais sociais específicos, o que pode ser conhecido é sempre parcial e, como tal, não pode ser reduzido a uma verdade universal e singular. As principais suposições associadas a cada posição materializam-se nas lutas atuais de pós-verdade sobre o poder epistêmico concernente, em primeiro lugar, a quem pode fazer reivindicações válidas e, em segundo lugar, o que pode ser legitimamente reivindicado.

Surge uma visão de que não há nenhuma realidade externa "verdadeira" a ser descoberta por um sujeito cognoscente autônomo; que há apenas uma pluralidade de perspectivas parciais que são cultural e historicamente contingentes; que produzir conhecimento com uma premissa de objetividade obscurece o funcionamento do poder em assegurar versões da "verdade"; e que, se a verdade é um efeito do discurso, devemos

analisar a variedade de narrativas ou representações que constituem nossas experiências como se fossem reais. Nesse sentido, a pós-verdade passa a ser definida como um adjetivo relacionado a ou denotando circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal.

Aquilo que pode ser entendido como evidência factual é, assim, colocado em disputa, introduzindo um padrão muito diferente para medir a verdade das reivindicações. O resultado é um nivelamento das posições a partir das quais a verdade emana uma "democratização da epistemologia" (SISMONDO, 2017), que em seu coração é movido por uma suspeita de "elites", autoridades estabelecidas e minorias que parecem ter recebido uma posição privilegiada que é injustificada.

A retórica da pós-verdade exige status de autoridade a ser devolvido a indivíduos "normais", que são incitados a falar a verdade de sua própria experiência individual através das lentes do que é classificado como sendo de bom senso. Esta conexão entre verdade e experiência ressoa com debates que têm destaque na epistemologia contemporânea. Há uma intensa presença social de ativismos que buscam justiça com base na experiência; são reivindicações baseadas no sensível, na crença, na afinidade e na identificação pessoais.

Existe, como estamos observando, uma afinidade entre o populismo e as práticas de comunicação da pós-verdade, com o populismo se opondo aos princípios fundamentais da comunicação democrática, nomeadamente a necessidade de um debate fundamentado e baseado em factos, tolerância e solidariedade - princípios essenciais para uma vida pública viável nas sociedades atuais.

### **Considerações finais**

Por meio da análise da desinformação sobre a vacina contra a Covid-19, pode-se depreender que os conteúdos falsos apresentaram características específicas, tais como o grande uso de opiniões e reforços de autoridade, em especial a médica. Baseados, sobretudo, em teorias da conspiração, os nove vídeos investigados trazem a concepção da pandemia como conspiração e que as medidas para combatê-la seriam, na verdade,

estratégias para minar ou diminuir o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (SOARES et al., 2021a).

O discurso político e ideológico também influencia os conteúdos desinformativos sobre o imunizante, principalmente a partir do embate entre o presidente e os governadores dos estados, em especial João Doria. Isso fica evidente não apenas pelo emprego da lógica do "nós" (povo) versus "eles" (elite), mas também na associação xenófoba entre o vírus e a China (SACRAMENTO; MONARI; CHEN, 2020), que foi trasladada para a questão da vacina desenvolvida contra a doença.

Diante de todo o exposto, é inegável o fato de que a circulação da desinformação nas plataformas digitais (em especial, o *WhatsApp*) está inserida em um contexto populista e de crise epistêmica, que é reflexo da passagem de um regime de verdade baseado na confiança nas instituições para outro regulado pela crença individual e pela experiência pessoal, o que garante voz a movimentos conspiratórios (OLIVEIRA, 2020b).

Este sentimento anti-elitista do populismo contemporâneo não visa apenas os políticos, mas também outros representantes do suposto sistema - incluindo cientistas e instituições acadêmicas. No entanto, as especificidades desse populismo relacionado à ciência ainda não foram conceituadas. Pretendemos fazer isso, integrando estudos sobre populismo político, a "virada participativa" e epistemologias alternativas. Propomos conceituar o populismo relacionado à ciência como um conjunto de ideias que sugere que há um antagonismo moralmente carregado entre pessoas comuns (supostamente) virtuosas e uma elite acadêmica (supostamente) não virtuosa, e que esse antagonismo se deve ao fato de a elite alegar ilegitimamente que as pessoas não têm soberania de tomada de decisão relacionada à ciência e nem de falar a verdade. Assim, a ciência passa a ser suspeita, e a verdade é relativa.

Trata-se de um populismo epistemológico que se estabelece por meio de uma variedade de técnicas retóricas e pressupostos: a afirmação de que as opiniões individuais baseadas na experiência em primeira mão são muito mais confiáveis como forma de conhecimento do que aquelas geradas por teorias e estudos acadêmicos; a valorização de tipos específicos de experiência como fontes particularmente confiáveis de conhecimento

legítimo e a extensão dessa autoridade de conhecimento a questões não relacionadas; o privilegiamento da intensidade emocional como indicador da confiabilidade das opiniões; o uso do discurso de inflexão populista para descartar outros tipos de conhecimento como elitistas e, portanto, ilegítimos; e, finalmente, o apelo ao “bom senso” como um trunfo para encerrar qualquer discussão. Esse “bom senso” é frequentemente estruturado por uma verdade emocional, por sentimentos e crenças compartilhados, e não necessariamente baseada em evidências científicas.

Por fim, é importante ressaltar que este estudo apresenta limitações. Para além da amostra por conveniência, que limitou o número de mensagens recebidas para a análise, o recorte utilizado (vídeos) retrata apenas uma parte da dimensão composta pela desinformação, que também aparece sob a forma de textos e imagens. Compreende-se, portanto, a necessidade de outros estudos sobre o tema para entender e aprofundar o conhecimento sobre esse assunto.

## Referências

AUPERS, Stef. “Trust no one”: modernization, paranoia and conspiracy culture. **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, p. 22-34, 2012.

BAINES, Darrin; ELLIOT, Robert J. R. Defining misinformation, disinformation and malinformation: an urgente need for clarity during the COVID-19 infodemic. **University of Birmingham Discussion Paper**, n. 20-06, 2020.

BBC. Enfermeira de SP é a 1ª vacinada do Brasil. **BBC**, 2021. Disponível em: <https://bbc.in/3e1aYBv>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BOYD, Danah. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Z. (ed.). **A networked self: identity, community, and culture on social network sites**. Abingdon: Routledge, 2010. p. 39-58

COSTA, Samuel. #Verificamos: Áudio do WhatsApp usa dados falsos para dizer que ‘coronavírus não mata ninguém’. **Agência Lupa**, 27 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kzjsUE>. Acesso em: 22 set. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001

FIOCRUZ. Covid-19: Fiocruz firmará acordo para produzir vacina da Universidade de Oxford. **Fiocruz**, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3uSgygk>. Acesso em: 07 abr. 2021.

G1. Veja a cronologia da disputa entre Bolsonaro e Doria em torno da vacina contra a Covid-19. **G1**, 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3w99CwG>. Acesso em: 07 abr. 2021.

HARAMBAM, Jaron; AUPERS, Stef. Contesting epistemic authority: conspiracy theories on the boundaries of Science. **Public Understanding of Science**, v. 24, n. 4, p. 466-480, 2015.

HARSIN, Jayson. Regimes of posttruth, postpolitics, and attention economies. **Communication, Culture and Critique**, v. 8, n. 2, p. 327-333, 2015.

MEDE, Niels; SCHÄFER, Mike. Science-related populism: conceptualizing populist demands toward science. **Public Understand of Science**, v. 29, n. 5, p. 473-491, 2020.

MONARI, Ana Carolina Pontalti; SANTOS, Allan; SACRAMENTO, Igor. Covid-19 and (hydroxy)chloroquine: a dispute over scientific truth during Bolsonaro's weekly Facebook live streams. **Journal of Science Communication**, v. 19, n. 7, A03, 2020.

MONARI, Ana Carolina Ponalti. A mídia e a ciência que me “servem”: o reforço da autoridade jornalística e científica nas postagens do Twitter de Jair Bolsonaro. In: PAULINO, Rita; RODRÍGUEZ-HIDALGO, Claudia. (Orgs.). **Jornalismo, sociedade e pandemia**. Aveiro: Ria Editorial, 2020. p. 196-218.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; SCHULZ, Anne; ANDI, Simge; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Reuters Institute Digital News Report 2020**. Oxford: Reuters Institute, Oxford University, 2020

OLIVEIRA, Thaiane. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, e5374, dez. 2020a.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras**, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Benin goes on digital offensive against COVID-19. **OMS**, 09 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wYHrkk>. Acesso em: 09 fev. 2021.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. **Aurora**, v. 12, n. 36, p. 49-64, 2020.

SACRAMENTO, Igor; MONARI, Ana Carolina Pontalti; CHEN, Xuewu. O vírus do morcego: fake news e estereotipagem dos hábitos alimentares chineses no contexto da Covid-19. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 47, p. 82-98, 2020.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; FREITAS, Miguel; ALDÉ, Alessandra; SANTOS, Karina; CUNHA, Vanessa Cristine Cardozo. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **Comunicação e Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019.

SISMONDO, Sergio. Post-truth?. **Social Studies of Science**, v. 47, n. 1, p. 3-6, 2017.

SOARES, Felipe Bonow; RECUERO, Raquel; VOLCAN, Taiane; FAGUNDES, Giane; SODRÉ, Giéle. Research note: Bolsonaro's firehouse: How Covid-19 disinformation on WhatsApp was used to fight a government political crisis in Brazil. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**, v. 2, 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/2Q7DbOV>. Acesso em: 14 abr. 2021a.

SOARES, Felipe Bonow; RECUERO, Raquel; VOLCAN, Taiane; FAGUNDES, Giane; SODRÉ, Giéle. Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. **Ciência da Informação em Revista**, v.8, n. 1, p. 74-94, 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3jbh3PU>. Acesso em: 24 jun. 2021b.

SOUZA, Juliana Lopes de Almeida; ARAÚJO, Daniel Costa de; PAULA, Diego Alves de. Mídia Social WhatsApp: uma análise sobre as interações sociais. **Revista ALTERJOR**, v. 1, n. 11, p. 132-165, 2015.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow. O discurso desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. **E-compós**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mcMwRm>. Acesso em: 7 abr. 2021.

REIS, Julio C. S.; MELO, Philipe; GARIMELLA, Kiran; BENEVENUTO, Fabrício. Can WhatsApp benefit from debunked fact-checked stories to reduce misinformation?. **The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review**, v. 1, n. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-035>

VAN LEEWEN, Theo. Legitimation in discourse and communication. **Discourse and Communication**, v. 1, n. 1, p. 91-112, 2007.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Report. Strasbourg: Council of Europe, 2017

WODAK, Ruth. The discourse historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.). **Methods of critical discourse analysis**. London, England: SAGE, 2001. p. 64-94.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 26/06/2021  
Aprovado em: 18/09/2021

## **A persistência do misticismo, do senso comum e da má-fé nas receitas milagrosas contra a Covid-19: uma proposta de interpretação**

*The persistence of mysticism, common sense and bad faith in the miraculous recipes against Covid-19: a proposal for interpretation*

*La persistencia del misticismo, el sentido común y la mala fe en las recetas milagrosas contra el Covid-19: una propuesta de interpretación*

Marcio da Silva GRANEZ<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo consiste numa reflexão sobre o caráter recorrente da desinformação no contexto da pandemia da Covid-19. Parte de revisão de conceitos de desinformação (UNESCO, 2019; SHAO, 2020; POSETTI; BONCHEVA, 2020), aborda a articulação entre religião, senso comum e má-fé na interpretação da realidade, mostrando como eles podem servir à desinformação (FREUD, 2006; ELIADE, 2001, HARARI, 2016, MARTINO, 2017; PONDÉ, 2018), e analisa forma e conteúdo de cinco mensagens sobre receitas milagrosas, checadas pelo site Nujoc Checagem. Por fim, propõe quatro chaves de leitura para interpretar os dados: a. A chancela da divindade; b. A persistência da tradição; c. A natureza invisível do mal; d. O caráter cíclico da desinformação.

**Palavras-chave:** Covid-19. Desinformação. Religião. Senso Comum. Má-fé.

### **Abstract**

The article is a reflection on the recurrent character of misinformation in the context of the Covid-19 pandemic. Part of the review of misinformation concepts (UNESCO, 2019; SHAO, 2020; POSETTI; BONCHEVA, 2020), addresses the articulation between religion, common sense and bad faith in the interpretation of reality, showing how they can serve misinformation (FREUD, 2006; ELIADE, 2001, HARARI, 2016, MARTINO, 2017; PONDÉ, 2018), and analyzes the form and content of five messages about miracle recipes, checked by the Nujoc Checking website. Finally, it proposes four reading keys to interpret the data: a. The seal of divinity; B. The persistence of tradition; ç. The invisible nature of evil; d. The cyclical character of disinformation.

**Keywords:** Covid-19. Disinformation. Religion. Common sense. Bad faith.

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação, professor visitante na Universidade Federal do Piauí, bolsista PNPd/CAPES. E-mail: marcio.granez@hotmail.com. ORCID: [0000-0002-9838-2670](https://orcid.org/0000-0002-9838-2670).



### Resumen

El artículo es una reflexión sobre el carácter recurrente de la desinformación en el contexto de la pandemia Covid-19. Parte de la revisión de conceptos de desinformación (UNESCO, 2019; SHAO, 2020; POSETTI; BONCHEVA, 2020), aborda la articulación entre religión, sentido común y mala fe en la interpretación de la realidad, mostrando cómo pueden servir a la desinformación (FREUD, 2006). ; ELIADE, 2001, HARARI, 2016, MARTINO, 2017; PONDÉ, 2018), y analiza la forma y contenido de cinco mensajes sobre recetas milagrosas, revisados por el sitio web Nujoc Checking. Finalmente, propone cuatro claves de lectura para interpretar los datos: a. El sello de la divinidad; B. La persistencia de la tradición; C. La naturaleza invisible del mal; D. El carácter cíclico de la desinformación.

**Palabras clave:** Covid-19. Desinformación. Religión. Sentido comum. Mala fé.

### Considerações iniciais

A pandemia da Covid-19 tem sido o epicentro da desinformação nos dias correntes. A produção de *fake news* por grupos com os interesses mais variados – poder, dinheiro, doutrinação ideológica – é um desafio diário a todos os que buscam entender a dinâmica do debate público.

Com o início da pandemia do novo coronavírus, em março de 2020, fenômenos como as *fake news* e as teorias conspiratórias se multiplicaram, desafiando todos os pesquisadores que se dedicam a estudar o espaço público, o jornalismo e a comunicação. Antes disso, já havia, sem dúvida, uma maré montante de fenômenos que instigavam as investigações já na virada do século, quando a internet e as redes sociais passaram a compor de forma mais orgânica o ambiente das trocas simbólicas. Fenômenos como o ressurgimento do fascismo e do conservadorismo foram marcados nas eleições para a saída do Reino Unido da União Europeia – conhecida como “Brexit” – e na eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, ambos em 2016 (D’ANCONA, 2018).

No Brasil, a ascensão de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018 também indicou a existência de fortes movimentos de insatisfação com o *status quo* até então dominante. A agenda conservadora que passou a guiar o cenário político, no Brasil e em parte do mundo, teve um reforço considerável a partir da nova configuração

mediática insaturada pela comunicação *online* e pelo advento das redes sociais digitais (GOMES, 2020).

A pandemia do novo coronavírus surgiu, portanto, no contexto de uma onda conservadora na política e nos costumes, e as narrativas criadas em torno da Covid-19 refletem tal conjuntura, agora no debate sobre a doença, suas causas e consequências. Neste artigo buscamos entender a imbricação entre o fenômeno da desinformação e as narrativas sobre a cura da Covid-19, enfocando a persistência da religião, do senso comum e do mal nessas narrativas.

Para tanto, faremos a análise de notícias sobre a pandemia, buscadas no site de verificação NUJOC Checagem, ligado a projeto de extensão da Universidade Federal do Piauí. Buscamos mostrar o teor das narrativas construídas em torno de supostos medicamentos para a Covid-19: especificamente, enfocaremos as receitas de cura, analisando os aspectos discursivos mediante Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009) dessas narrativas, considerando o contexto de criação e circulação em que elas ganharam existência.

Apresentamos a hipótese de que as receitas “milagrosas” contra a Covid-19 respondem a anseios arcaicos da *psique* humana, que tendem a disputar espaço no debate público sempre que o saber científico se encontra em xeque. Para isso, vamos refletir primeiramente sobre o que colocou em xeque o saber científico nas últimas décadas, enfocando o fenômeno da desinformação; em seguida, abordaremos a religião, o senso comum e a má-fé, ou intencionalidade estratégica, como possíveis elementos componentes da desinformação; no passo seguinte, mostramos como isso se reflete nas mensagens construídas pelos que negam a ciência e a eficácia da medicina nas *fake news* sobre a pandemia do novo coronavírus. Por fim buscaremos relacionar ambas as dimensões – a discussão de cunho epistemológico e os traços da experiência empírica verificada no *corpus* – mediante a interpretação que encerra o artigo, onde apresentamos quatro proposições como chave de leitura para os fenômenos analisados.

### **Guerra de narrativas**

A discussão sobre o que vem sendo denominado “desinformação” – que abrange, em sentido lato, *fake news*, pós-verdade, teorias da conspiração, negacionismo e

fenômenos correlatos – se dá no contexto de descrédito da ciência e de emergência de novos atores na esfera pública. Resumidamente, considerando o que vem sendo estudado por diversos autores (DANOWSKI, 2014; D’ANCONA, 2018; UNESCO, 2019; POSETTI; BONTCHEVA, 2020,), a desinformação é tomada aqui como a produção e circulação de mensagens que não condizem com a realidade factual, e que pode ser motivada por fatores como erro, fantasia e má-fé.

A desinformação ganhou força nas últimas décadas, na esteira do avanço técnico e dos embates entre novos atores da esfera pública. A explicação alcançada no diagnóstico feito por Anderson, Bell e Shirky (2013) sobre o jornalismo industrial fornece pistas para esse embate. Uma dessas pistas foi a eclosão das mídias sociais digitais, que desestruturaram o ecossistema anterior da mídia e contribuíram para minar sua credibilidade.

A guerra em curso é entre visões de mundo que talvez nunca tenham de fato se equacionado: a noção de um passado ideal confrontada com a de um progresso promissor; o ressentimento dos que ficaram fora da divisão dos frutos trazidos pelo “progresso”; a resistência da *psique* humana em aceitar realidades desagradáveis e que contradigam o senso comum. O cadinho da desinformação mistura um bocado disso tudo, para propor narrativas fantasiosas sobre a realidade, algumas ingênuas, outras nem tanto.

Seria apressado concluir disso que estamos diante de fenômeno novo ou substancialmente diverso de outros já observados no passado recente ou distante. Diferentes estudos têm mostrado a recorrência desses fenômenos, e os autores têm sido também recorrentes ao afirmar que a comunicação sempre conheceu a desinformação, embora os nomes tivessem sido outros: mentira, ideologia, mistificação, fantasia, cortina de fumaça, entre muitas outras possíveis designações (DALMAZO; VALENTE, 2018; MACHADO; DOURADO; SANTOS; D’ANCONA, 2018; SANTOS, 2020). O termo “*fake news*”, contudo, encontra certa resistência entre os estudiosos, pelo sentido pejorativo que atribui ao conceito de notícia – pois as notícias seriam por princípio verdadeiras, por se basearem em fatos (D’ANCONA, 2018).

Nos últimos anos, tem chamado a atenção dos estudiosos outro fenômeno correlato que contribui para a desinformação: o negacionismo (DANOWSKI, 2014). Entendido como a não-aceitação da ciência e dos fatos comprovados, o negacionismo

pode ter diversas origens, como a crença, a falta de perspectiva econômica, a ideologia e também a má-fé. Nesse sentido, ele vem protagonizando episódios recentes do debate público, como a negação das mudanças climáticas e do holocausto judeu durante o nazismo, figurando como parte do fenômeno da desinformação em geral.

Embora evidenciada nessas manifestações recentes, a desinformação não é algo novo. Talvez o traço mais interessante de sua natureza seja seu caráter latente e circular: ela recupera narrativas que estão sempre à espera de voltar à cena para persuadir os atores sociais. Ela se alimenta de desejos que estão vivos na *psique* humana mas recobertos pela civilização e reprimidos no imaginário e nos sonhos – fantasias que remetem à infância e à vontade de poder absoluto, e que costumam ser obliteradas pela racionalidade.

Investigar o que une desinformação e anseios inominados e recorrentes da *psique* humana – sob a forma de religião, de senso comum e do mal – é o objetivo da presente investigação. Como e por que as mensagens desinformativas se articulam com os fatos da ordem do dia no debate público, o que as faz retornar de tempos em tempos sob a forma de *fake news*, e quais os recursos que mobilizam no universo simbólico da comunicação para alcançar os fins de seus criadores.

Analisar o caráter cíclico da desinformação no contexto da pandemia da Covid-19 remete-nos de imediato aos paralelos que vêm sendo estabelecidos entre esta e outras crises sanitárias. A história da guerra contra a varíola, protagonizada por Oswaldo Cruz no início do século XX, e a epidemia da Gripe Espanhola, no final da segunda década do século XX, são já exemplos bem conhecidos e nos quais se podem encontrar similaridades notáveis do comportamento recorrente da desinformação (BARBOSA, 2020). Naquelas crises como agora, houve revolta contra a vacinação, atitude hostil contra os médicos, narrativas fantasiosas sobre as doenças, e muitas alternativas caseiras – e ineficazes – para a cura. Por mais ingênuas ou ineficazes que sejam, as narrativas fantasiosas da desinformação retornam de forma cíclica, talvez por atenderem a anseios muito arraigados da humanidade.

Nesse sentido, um aspecto que anda de mãos dadas com a desinformação é a crença religiosa: nela, a natureza *sui generis* da relação com a divindade sugere um processo mágico de superação das dificuldades terrenas, o que dá ampla margem para a busca de soluções milagrosas. Dada a sua forte influência sobre o pensamento

conservador contemporâneo, a religião, entendida como relação com o sagrado, será o tema do próximo tópico.

### **Pensamento religioso e desinformação**

A religião tem uma presença indelével sobre a história da humanidade. Por milênios ela se colocou como uma força definidora dos rumos da raça humana (PONDÉ, 2018), e é entendida aqui no sentido de relação entre o homem e a divindade. As racionalidades grega e renascentista conviveram lado a lado com a explicação mística de deuses e outras entidades que superam a capacidade humana de entendimento. Reconhecidamente importante como fator de civilidade e socialização, a religião também é muitas vezes um problema para a racionalidade e o método científico (DAWKINS, 2007; HARARI, 2016).

Neste artigo entendemos o misticismo como a relação que se estabelece entre o ser humano e a transcendência, na linha concebida por Pondé (2018) para entender a espiritualidade. Por religião, entendemos as formas de organização social da relação com o divino. O misticismo tem um sentido mais amplo, abrangendo todas as manifestações de caráter transcendental com a divindade. A religião está vinculada à materialidade das instituições, na linha trazida pela compreensão de Harari (2016) sobre a função de organização social inerente às religiões.

A ideia de um deus onipotente e onisciente não encontra lugar na visão de mundo de boa parte dos pensadores céticos que desenharam a racionalidade moderna. E a ideia de um mundo que evoluiu sem o sopro divino também não se coaduna com o pensamento religioso – ao menos o das três grandes religiões monoteístas do mundo – judaísmo, cristianismo e islamismo. O pensamento místico, em geral, convive com naturalidade com as explicações de caráter fantástico, como os milagres e as origens divinas de seres e entes os mais diversos, e a noção de uma alma imortal, que é completamente estranha à explicação biológica (HARARI, 2016).

A persistência do pensamento religioso entre as pessoas não religiosas ou que se dizem adeptas do pensamento racional não é pequena. Alguns estudiosos da *psique* humana demonstraram essa persistência. Freud, por exemplo, descreveu os mecanismos ritualísticos de certas neuroses, equiparando-as a manifestações de desejos reprimidos no

nível individual (FREUD, 2006). Da religião, ele faz o diagnóstico de que seria manifestação regressiva no nível da cultura, em busca da proteção das figuras paternas, figuras essas que são transferidas para a figura da divindade (FREUD, 1996). Em outras palavras, o indivíduo desenvolve manias e rituais para tratar sua carência, enquanto a sociedade trata da mesma carência canalizando-a para os rituais religiosos.

Mircea Eliade faz uma interpretação semelhante ao analisar os rituais de culturas arcaicas. A religião oferece ao homem das sociedades tradicionais o contato com o lado sagrado da existência. Ela o remete ao convívio com os deuses no tempo imemorial do princípio do mundo (ELIADE, 2001). No mundo das sociedades modernas, o aspecto sagrado da existência foi comprimido e realocado na *psique* humana, lá onde Freud identificou o *id*, instância psíquica mais animal de nossa natureza, guiada pelos instintos. Em que pese a crescente racionalização da experiência nas sociedades modernas, marcadas pelo método científico e pela racionalidade técnica, Eliade reconhece a persistência do sagrado nessa instância psíquica, para além das manifestações mais evidentes da religiosidade nos rituais das diferentes congregações.

Seguindo esse raciocínio, misticismo e religião ainda estão muito mais presentes do que se poderia supor como fator que influencia o pensamento e o comportamento das pessoas, mesmo nas sociedades marcadas pela visão laica e pela separação entre o Estado e a religião. Em sociedades como a brasileira, onde essa divisão está ainda submetida a Deus, conforme inscrito na Constituição Federal, há mais razão ainda para supor que a religião e o pensamento místico se fazem presentes.

Martino (2017) aponta para a complexa relação entre o pensamento religioso e os meios de comunicação de massa, como também as mídias sociais, ajudando-nos a avaliar a força da religião no contexto da nova ecologia midiática. Percebe-se que o pensamento místico e religioso se ressignifica nesse ambiente, agora numa configuração que abarca as formas e linguagens midiáticas. A necessidade humana de buscar a transcendência e ressignificar a realidade em termos da relação com o divino persiste e dá sentido às experiências, independentemente do contexto.

O papel do pensamento místico e religioso na construção das narrativas sobre a Covid-19 se soma ao ambiente hostil à ciência e ao jornalismo que marcam o momento presente. A explicação fantástica ou sobrenatural para os fenômenos desencadeados pela

eclosão de uma nova ameaça muito provavelmente originária da natureza remete historicamente à culpa e à necessidade de expiação, conforme o pensamento cristão em geral e católico em particular (PONDE, 2018).

Na tradição católica, cuja narrativa está consignada na Bíblia, o homem peca contra a natureza, o que acende a ira de Deus. A ira divina precisa ser aplacada, e os rituais são mobilizados para essa tarefa. Esse roteiro básico para a relação entre causa e consequência dos males da humanidade vem sendo aplicado sempre que alguma peste se abate sobre as sociedades, e sua persistência na crise do novo coronavírus é notória.

Mas o pensamento místico não se resume aos rituais católicos. Ele está disseminado em diversas formas da relação do homem com a realidade imaterial, e nas culturas que foram dominadas pela tradição católica e pelas sociedades ditas modernas. Estudiosos da história da religião (ELIADE, 1999; 2001; PONDE, 2018) mostram que a dimensão mística é um componente essencial da natureza humana, por mais que o laicismo e a noção de progresso tenham atenuado a presença da espiritualidade na cultura aparente.

Em visada voltada para os fenômenos da comunicação midiática, Luís Sá Martino (2017), mostra como a religião vem ocupando os espaços da mídia e se constituindo em poderoso meio de expressão dos anseios individuais numa época marcada pelas incertezas.

A persistência do pensamento místico remete a outras formas de racionalidade e de entendimento da realidade e do papel do homem no universo. Formas que são paralelas e marginais, muitas delas tendo sido descartadas pelo avanço técnico e científico, e que no entanto seguem fazendo parte dos rituais de milhões de pessoas no mundo inteiro. Uma dessas formas de conhecimento é aquela que se baseia no senso comum, na experiência que passa de geração a geração, o mais das vezes por meio da oralidade e dos laços familiares e afetivos. Um saber que é preciso olhar mais de perto, para compreender sua força e poder de resiliência. É o que faremos no próximo segmento.

### **Senso comum e conhecimento científico**

Assim como o pensamento religioso, o senso comum também mobiliza uma lógica particular de entendimento da realidade, que nem sempre contribui para a

circulação de informações confiáveis. Aqui entendido como o conhecimento não científico e baseado na tradição (DEMO, 1995), o senso comum tem se mostrado um aliado da desinformação no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Mas nem todo senso comum está em princípio contrário ao entendimento razoável acerca da realidade. O que distingue o olhar baseado nele é a falta de aprofundamento sobre causas e consequências, o que em princípio não desqualifica o senso comum como forma de conhecimento do mundo. O uso cotidiano que fazemos de uma sabedoria baseada na tradição e na experiência acumulada é a prova maior da validade do conhecimento permitido pelo senso comum, e o aproxima da “ordem imaginada” de Harari (2016).

Stengers (2002) reflete sobre os aspectos constitutivos da ciência e como ela foi perpassada pelo saber do senso comum desde os primórdios. Ela nos auxilia a entender a relação conflitiva entre a visão científica e o senso comum, ao mesmo tempo em que ressalta suas afinidades também constitutivas. De fato, há verdade científica também no senso comum, quando este observa a natureza e se atém às relações causais. O senso comum, fortemente embasado na oralidade e na tradição, também oferece explicações alternativas para a relação entre o homem e a natureza, assim como evidencia o choque entre o saber institucionalizado e o saber não formal. Isso nos auxilia a entender as tensões permanentes entre a visão do senso comum e a da ciência.

Justamente por sua presença cotidiana e seu valor para validar os fatos mais corriqueiros do dia a dia é que o senso comum pode representar um obstáculo para o conhecimento científico. Ao se mostrar como alternativa mais simples de entendimento, ele se coloca como uma opção atraente para a solução de problemas que por sua própria natureza são complexos.

A dificuldade de as pessoas acompanharem as explicações que envolvem números e estatísticas é um exemplo da cilada que as explicações simples podem representar. Mathew D’Ancona (2018) mostra como as explicações baseadas na fria lógica dos números não foram bem-sucedidas para convencer os britânicos a permanecerem na União Europeia.

As pessoas simplesmente acham as explicações baseadas em dados estatísticos “chatas”, e não estão dispostas a dar-lhes mais atenção do que costumam dar a outros



temas “chatos” da *timeline* de seu celular. Em contrapartida, o que seria uma comunicação atraente?

O que o senso comum considera atraente, ainda segundo D’Ancona, seria uma mensagem que conta boas histórias e cativa por meio delas. Nada de tabelas e gráficos com incontáveis dados numéricos ou explicações muito abstratas sobre os fenômenos, portanto. Elas podem até estar absolutamente corretas do ponto de vista da ciência, mas não conseguirão chegar até o público-alvo.

No caso de crises sanitárias, a questão que se coloca é justamente chegar ao público e influenciar seu comportamento, para que adote as medidas que só serão efetivas se forem observadas pela maioria da população. Dessa forma, é preciso levar em conta que o senso comum tem uma lógica própria de apreciação e absorção das mensagens e que tal lógica precisa ser entendida e trabalhada pelos que se propõem a levar conhecimento qualificado sobre a pandemia à população. D’Ancona propõe que o jornalismo deve chegar ao público por meio de uma “verdade ressonante”:

Os que contam a verdade devem falar para os corações e também para a mentes. Com isso, não quero dizer que as matérias jornalísticas devam ser escritas no idioma da ficção, ou que analistas financeiros tenham agora de se expressar em versos alexandrinos. (...). O que quero dizer (...) é que a verdade será abafada ao menos que seja ressonante (D’ANCONA, 2018, p. 114-115).

Ao considerarmos o senso comum no quadro de disseminação de desinformação, estamos ainda no terreno da boa-fé, do eventual acerto, do engano e da eventual ignorância. Mas a desinformação tem também outra face, e nada ingênua. Além de ser eventualmente o resultado da mistificação religiosa e do entendimento limitado do senso comum, a desinformação pode ser também o resultado intencional de uma atitude lesiva. É sobre isso que nos deteremos a seguir.

### **O “mal” em si: quando a desinformação é intencional**

A última dimensão do fenômeno desinformativo em que nos detemos é aquela em que há intenção deliberada de espalhar desinformação. Trata-se de desinformar como

estratégia de informação, com vistas aos mais diversos objetivos, que são via de regra ocultados da opinião pública – poder, dinheiro, fama, ideologia etc.

Aqui não se trata de fé, ingenuidade, engano ou ignorância, mas de intenção. Em termos jurídicos, aqui temos “dolo”; nas outras formas, vistas previamente, teríamos apenas “culpa”. Tanto o dolo como a culpa podem estar na raiz de crimes e delitos, mas grosso modo a culpa está presente quando não há intenção de fazer o mal; no dolo, a intenção existe, seja ela plena ou parcial (REALE, 2004).

No fenômeno da desinformação também há situações em que não existe qualquer intenção de praticar o mal ou lesar terceiros, mas mesmo aqui haverá consequências palpáveis no mundo real. Aqui teríamos aquelas ações que são feitas de boa-fé, para supostamente ajudar alguém, como é o caso das mensagens falsas sobre promoções vantajosas que circulam nas correntes de WhatsApp, e que se revelam iscas para a obtenção de dados que são utilizados para golpes e fraudes.

Apesar das boas intenções, ou eventual ingenuidade acerca dos fatos, as mensagens criadas sem a dimensão da maldade são também fatos no mundo e como tal podem gerar consequências, boas ou más, e por isso devem ser criteriosamente medidas e avaliadas antes de serem enunciadas e disseminadas. Daí a insistência das campanhas que combatem a desinformação em recomendar que não se repasse nada se não houver certeza do que está sendo repassado (UNESCO, 2019).

Para voltarmos à metáfora jurídica, mesmo os crimes culposos recebem pena, embora eventualmente minorada pela falta de intencionalidade... Em outras palavras, não se pode alegar ignorância generalizada sobre fatos básicos da vida em sociedade para evitar as consequências de nossos próprios atos ingênuos ou irresponsáveis.

O grau de complexidade das sociedades contemporâneas fez de cada gesto no globo um evento potencialmente significativo para todo o planeta, de forma que a educação em geral e a educação para a mídia em particular são necessidades prementes, que precisam de atenção redobrada, sobretudo nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

A culpa, prosseguindo na metáfora jurídica, é fator que até pode diminuir, mas não exime o culpado da pena, porque a culpa implica erro e consequência no mundo e o erro e a consequência no mundo implicam punição. Daí a necessidade de agir de maneira

consciente diante das redes sociais, que são hoje a interface onipresente que conecta os indivíduos entre si: aprender a distinguir entre opinião e informação, a identificar mensagens suspeitas, a questionar as fontes das informações – todas atitudes da ordem da educação para a mídia, e que podem servir no combate à desinformação originada da crença, do erro ou da ingenuidade, mas calcadas na boa-fé.

Mas há igualmente, na desinformação, uma série de situações em que o dolo ou má intenção está presente, e das quais resultam consequências desastrosas para o mundo real. Nesse ponto, se enquadram as ações deliberadas dos grupos que constroem e disseminam *fake news* com objetivos políticos, econômicos ou ideológicos, distorcendo informações, criando dados e perfis falsos e mentindo descaradamente para defender uma “agenda” própria.

Esse “mal” em estado puro, que chamaremos aqui de “intencionalidade estratégica”, também está presente no fenômeno da desinformação, e representa talvez o maior desafio para todos os que a combatem. Desde que a pandemia da Covid-19 teve início, diversas mensagens desinformativas que circularam no país foram deliberada e intencionalmente criadas para confundir, enganar e prejudicar setores da opinião pública. Com a ajuda da tecnologia disponível para disseminar e replicar informações (SHAO *et al.*, 2017) – os chamados “robôs” ou “bots” –, essas mensagens são fonte importante para a população em geral e acabam por ter impacto desastroso sobre a saúde pública. A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional brasileiro para investigar responsabilidades sobre a pandemia traz amostras de conteúdo desinformativo pertencente a esta “cepa”, de mensagens criadas deliberadamente para espalhar desinformação.

Informações prestadas na CPI mostram o envolvimento de diversas pessoas que receberam recursos públicos para alimentar a desinformação sobre a pandemia no país, entre elas jornalistas e colunistas consagrados. A revelação sobre o financiamento dessa rede de disseminadores de desinformação reforça o elo econômico que mantém viva a disseminação do “mal” por veículos da grande imprensa e da mídia alternativa (UOL, 2020).

Mas se há duas faces na desinformação em termos morais – uma ingênua e outra maligna –, elas quase nunca se distinguem de forma clara quando vêm à luz. Nesse

sentido, elas se configuram como na interpretação de certas tradições religiosas e filosóficas que concebem o entrelaçamento de bem e mal de forma inextricável, como duas faces da mesma moeda. Esse entrelaçamento é o que buscamos desembaraçar no próximo segmento, ao descrevermos e analisarmos o *corpus* da pesquisa.

### **Descrição e análise do *corpus***

A pandemia da Covid-19 tem sido o cenário para diversas formas de desinformação. Desde o início da crise sanitária, multiplicaram-se de maneira exponencial as *fake news* e as narrativas fantasiosas sobre todos os temas afins – origem do vírus, número de casos e de óbitos, medicamentos, vacinas etc.

Um elemento recorrente nas mensagens desinformativas sobre a pandemia são as receitas caseiras que garantem a prevenção ou a cura para a Covid-19. Neste segmento, analisaremos, com base na metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), cinco mensagens sobre curas à base de receitas caseiras – chás, poções, beberagens, sopas, alimentos etc. O *corpus* é constituído por mensagens que foram submetidas a verificação no site NUJOC Checagem, ação de extensão vinculada à Universidade Federal do Piauí.

Sobre a metodologia empregada, a Análise de Conteúdo é uma técnica de caráter quantitativo e qualitativo, na qual a interpretação está baseada na frequência e teor dos fenômenos observados. Eles são organizados em categorias de análise, elaboradas pelo analista com base na observação empírica. Em nossa investigação, enfatizamos o caráter qualitativo, para que possamos aprofundar a descrição e interpretação propostas. As categorias de análise consistem nos três conceitos abordados previamente, assim designadas: “pensamento religioso”, “senso comum” e “intencionalidade estratégica”. As checagens foram escolhidas com base nas palavras-chaves relativas às receitas, e o número de cinco checagens foi estipulado para possibilitar a interpretação aprofundada de cada exemplo.

Na presente análise, forma e conteúdo das mensagens serão descritas e analisadas, buscando-se compreender o contexto de produção e circulação dessas mensagens. Busca-se mostrar, ao final, a incidência de motivos religiosos, de motivos ligados ao senso comum e de motivos maliciosos na origem dessas mensagens. Para tanto, a análise está dividida em dois aspectos: texto, que remete à dimensão da mensagem,

incluindo seus elementos verbais e não-verbais, como traços sintáticos e semânticos, organização textual, imagética etc.; e contexto, que remete aos elementos extra-textuais, do chamado “mundo da vida”, que abrange as circunstâncias em que a mensagem circulou – data, fase em que se encontrava a pandemia, contexto político, veracidade ou não da mensagem etc. Assim, grosso modo, temos do lado do texto os aspectos formais e do lado do contexto os aspectos de conteúdo. A interpretação que propomos resulta da conjugação entre ambos.

### **Mensagem 1: Água tônica**

**Texto:** A mensagem circulou no Twitter e defende que é possível prevenir a infecção pelo novo coronavírus pela ingestão de água tônica. Mostra uma mulher comprando água no supermercado; indagada sobre o que está fazendo, ela afirma que a água tônica tem quinino, base da cloroquina. E sentencia: “Isso, a Globo não te conta”.

**Contexto:** A desinformação circulou logo no início da crise sanitária, em 14 de abril, e a checagem tem data de 15 de abril. À época se especulava sobre a eficácia da cloroquina na prevenção e tratamento da Covid. A mensagem recebeu o selo de conteúdo “falso” após a verificação. O endereço da checagem é o seguinte: <https://nujocchecagem.com.br/agua-tonica-nao-combate-a-covid-19/>

**Interpretação proposta:** A mensagem sobre os benefícios da água tônica para prevenir a Covid-19 se ancora na suposta presença de um componente químico na fórmula do produto, o quinino, que seria a base da cloroquina. Tida como possível medicamento para a doença do novo coronavírus, a cloroquina foi descartada como medicamento contra o novo coronavírus nos meses seguintes pelos médicos alinhados com a ciência.

Nesse tipo de mensagem, ficou em primeiro plano a denúncia de um suposto complô da grande mídia para esconder a informação. Personificado pela Rede Globo, o “mal” estaria no outro lado: a grande mídia e o sistema não querem que as pessoas descubram o poder curativo da água tônica.

A mensagem parece apontar para o sentimento – latente e sempre pronto a se manifestar entre parcelas da população – de que o governo e os grupos de interesse estão empenhados em esconder a verdade sobre a pandemia. A pessoa que enunciou a

mensagem faz uso das mídias sociais como forma de trazer a verdade à luz, dessa forma quebrando o domínio da mídia hegemônica.

Aqui, parece, o erro de julgamento e a malícia eventual se juntam com as teorias da conspiração, para compor a narrativa. A crença de que o quinino pode curar por ser da mesma natureza que a cloroquina, oriunda do senso comum, é completamente descartada pelos especialistas ouvidos na checagem. Agressividade e comportamento afirmativo, por outro lado, remetem às estratégias de grupos empenhados em produzir e divulgar desinformação.

### **Mensagem 2: Chá de boldo com limão**

**Texto:** Mensagem de áudio em que mulher não identificada afirma que o chá de boldo com limão teria a capacidade de combater a infecção pela Covid. A mulher diz ter recebido a dica de um casal de amigos que se curou ingerindo o chá: “Ela relata que recebeu um vídeo de um casal de São Paulo que teria contraído o coronavírus, foi a um hospital e não teve apoio: ‘Eles voltaram para casa e pediram a direção de Deus. E o senhor ensinou... mandou eles fazer chá de boldo’”.

**Contexto:** Circulou no início da pandemia, com data da checagem de 20 de maio de 2020, e foi classificada como falsa pela verificação efetuada da equipe do NUJOC. O endereço da checagem é o seguinte: <https://nujocchecagem.com.br/cha-de-boldo-nao-cura-a-covid-19/>

**Interpretação proposta:** A mensagem sobre os supostos benefícios do chá de boldo para prevenir ou curar a Covid-19 mobiliza a crença ancestral da população em torno das curas tradicionais. Agrega a isso a crença em Deus, que é indicado como a fonte da mensagem. Os elementos presentes na mensagem deixam entrever o tom de “boa-nova” do que está sendo transmitido, uma dica que tem a chancela da divindade.

É de se destacar que a cura supostamente proporcionada pelo chá é rápida: depois de três horas “os sintomas caíram por terra”. Algo que remete a um efeito miraculoso, e que parece responder ao momento da pandemia até então, quando pouco ainda se sabia sobre o vírus. A simplicidade da receita – que especifica apenas que tem de ser o boldo “da folha larga, o boldo tradicional” – também parece contribuir com seu apelo. Afinal, um chá de boldo costuma ser indicado para “qualquer coisa”, não é mesmo? Por que não

o indicar também para a Covid-19? As beberagens e chás são bastante comuns na tradição popular, e muitas delas possuem forte caráter religioso.

O raciocínio é o de que, se não fará bem, o chá de boldo com limão também não fará mal. Esse raciocínio está completamente equivocado, como mostram as fontes ouvidas pela checagem da matéria. O “mal” que subjaz a esta mensagem está tanto nos efeitos deletérios que a bebida pode causar como no atraso que pode acarretar ao correto diagnóstico e tratamento da Covid-19. Sobre a motivação dos que elaboraram e fizeram circular a mensagem, só é possível especular: ela pode ter sido tanto o resultado da ingenuidade e da crença como da má-fé.

### **Mensagem 3: Suco de maçã, inhame e água de coco**

**Texto:** Trata-se de mensagem de áudio que circulou pelo WhatsApp. Garante que a receita indicada foi a responsável pela erradicação da Covid em cidade “do Mato Grosso”. Diz o locutor da mensagem: “Lá nesse município lá de... do Mato Grosso não tem mais caso de coronavírus, e o tratamento lá é esse, um tratamento muito eficaz”.

**Contexto:** A mensagem foi checada em 25 de maio pelo NUJOC e seu conteúdo classificado como falso. Endereço da checagem: <https://nujocchecagem.com.br/suco-de-maca-inhame-e-agua-de-coco-e-ineficaz-contra-a-covid-19/>

**Interpretação proposta:** A mensagem sobre os efeitos curativos do chá de inhame com coco e maçã picada remete ao tipo de cura presente no chá de boldo com limão, que analisamos previamente. Aqui temos um dos elementos típicos das mensagens que envolvem as receitas milagrosas contra a Covid-19: elas são intercambiáveis, agregam elementos, transformam-se e voltam à luz, de tempos em tempos. Também esta mensagem circulou novamente durante o período da pandemia: o site NUJOC possui duas checagens sobre este tema, uma de 25 de maio de 2020, outra de 20 de abril de 2021.

O caráter cíclico das mensagens com receitas milagrosas é conhecido das equipes de checagem de *fake news*. Mudam-se alguns dados, atualizados conforme o contexto, e as mensagens voltam a circular. No caso, a variação aqui foi de um dos elementos da receita, “inhame” na mensagem analisada, “macaxeira” na mensagem de 20 de abril de 2021. Ambas são tubérculos, nenhuma delas eficaz contra a Covid-19,

conforme demonstraram as checagens efetuadas pela equipe do NUJOC nas duas ocasiões.

Destaca-se, na mensagem falsa sobre a receita de inhame, maçã e água de coco, a simplicidade da fala e da abordagem do enunciador – que se autoneia “Toninho Piloto” e que descobriu a receita ajudando o sogro que teria pegado uma virose. A cura do coronavírus entra como um bônus na história, pois o sogro sofria de outros males, foi curado deles com a receita, que também curou todos da cidade “do Mato Grosso” da Covid-19. É saber popular mesclado a recomendação científica, tudo embalado na fórmula do “ouvi dizer”.

#### **Mensagem 4: Bicarbonato, limão e água quente**

**Texto:** Em vídeo, pastor evangélico afirma que fazer gargarejo de bicarbonato de sódio, misturado com água quente e limão, livrou Israel da pandemia do novo coronavírus. Afirma também que a mensagem foi-lhe repassada por um amigo que esteve em Israel: “Os judeus, eles mandaram essa receita para todo cidadão de Israel”. E conclui: “Eu quero que o Brasil saiba disso”.

**Contexto:** A mensagem foi verificada pelo site NUJOC Checagem em 10 de junho de 2020 e classificada como falsa. À época Israel ainda estava adotando medidas de contenção da pandemia. O checagem pode ser acessada no seguinte endereço: <https://nujocchecagem.com.br/bicarbonato-nao-salvou-israel-da-pandemia/>

**Interpretação proposta:** O limão é um dos frutos que mais aparecem nas mensagens de receitas para prevenir ou curar a infecção e a doença do novo coronavírus. Como se sabe, a fruta vem sendo usada há milênios por suas propriedades medicinais, e talvez por essa razão ele encontre lugar privilegiado no receituário das mensagens falsas sobre a pandemia. Talvez aqui tenhamos o sentimento ancestral de um remédio universal, indicado para todos os males.

Em termos de forma, a mensagem se assemelha às anteriormente analisadas: apela para o emocional, com linguagem superlativa, cheia de exageros; em termos de conteúdo, a mensagem não apresenta provas do que afirma, e recorre a fontes não confirmadas e anônimas para embasar o que afirma.



Um diferencial neste caso é a filiação religiosa explícita buscada pelo enunciador da mensagem: pastor de igreja evangélica, ele menciona com ênfase a origem geográfica da receita: Israel. Terra sagrada para diversas tradições religiosas, como se sabe – e isso ele nem precisa mencionar. A crença religiosa na cura divina é o que distingue a Mensagem 4 das demais. Aqui temos a menção à divindade como espécie de chancela para que o interlocutor se convença da legitimidade da receita. Religião e senso comum entrelaçados na mesma receita.

### **Mensagem 5: Alho, limão e açafrão da terra**

**Texto:** Um pastor não identificado afirma que alho, limão e açafrão da terra são eficazes para combater a doença do novo coronavírus. O enunciador da mensagem se diz médico e também menciona a Bíblia ao defender a eficácia da receita.

**Contexto:** A checagem da mensagem tem data de 29 de junho de 2020. Ela foi classificada como falsa pela equipe do NUJOC. Endereço: <https://nujocchecagem.com.br/pastor-traz-informacoes-falsas-ao-afirmar-que-alho-e-outros-alimentos-curam-a-covid-19/>

**Intepretação proposta:** O autor da mensagem falsa, nesse caso, usa de sua suposta autoridade como suposto médico para recomendar a receita. Ele também faz menção à Bíblia, buscando com isso reforçar ainda mais sua autoridade – de um lado a medicina, de outro Deus. Nenhum dos medicamentos que menciona são eficazes contra o novo coronavírus, conforme checagem efetuada pelo site. Mas é interessante notar como, apesar de não ter comprovação científica, há algumas sinalizações para a eventual possibilidade de cura.

O raciocínio aqui, novamente, parece ser o de que se o alho, o limão e o açafrão funcionam para outras moléstias – como de fato funcionam –, não seria mal utilizá-los para prevenir ou tratar a Covid-19. Note-se a junção entre ciência e religião na mensagem original, conforme destacado no texto da checagem. Este é um dado também recorrente nas mensagens falsas que circularam desde o início da pandemia.

A figura de autoridade representada pelo médico tem sido amplamente utilizada para reforçar a eficácia das receitas, seja pela boca de terceiros, seja pela dos próprios médicos que optaram pela via dos tratamentos não-convencionais para a Covid-19

(GRANEZ; CARVALHO, 2020). Nesses casos, religião e senso comum – e eventualmente a malícia – se travestem de conhecimento científico para espalhar desinformação.

### **Quatro proposições de leitura**

Com base na descrição e análise expostas previamente, apresentamos neste item quatro propostas de interpretação para as mensagens sobre cura para a Covid-19, considerando os tipos de receitas milagrosas encontradas no *corpus*. Elas não esgotam a interpretação, claro, mas ajudam a delinear o quadro geral que encontramos na análise empírica.

#### ***A chancela da divindade***

Primeiramente, observa-se no *corpus* analisado a presença do componente religioso nas mensagens sobre receitas para a Covid-19. Esse componente, explícito em pelo menos três delas – as mensagens 2, 4 e 5 –, parece implicar um reforço de ordem sobrenatural à receita. Na primeira, Deus, de forma geral; na segunda, a autoridade de Israel, nação do “povo escolhido” por Deus; na segunda, a autoridade da Bíblia. Os proponentes das receitas 4 e 5 ostentam ou dizem ostentar títulos de pessoas ligadas à religião como parte integrante das suas mensagens.

O apelo da religiosidade e do misticismo em tempos de crise é bastante conhecido, como visto previamente na discussão conceitual. No caso da Covid-19, a religião tem servido como consolo para os que perderam seus entes queridos, mas também como parte do apelo das narrativas fantasiosas sobre medicações sem eficácia comprovada.

Para além disso, as mensagens identificadas nesse bloco parecem evidenciar a necessidade de dar sentido aos fenômenos com base na crença e na fé em uma realidade transcendental. Essa necessidade nos remete à persistência do pensamento místico e religioso, agora no contexto midiático: diante da incerteza representada pela pandemia, a fé se manifesta ainda mais fortemente.

Propomos, nesse contexto, a primeira categoria de análise das *fake news* sobre receitas milagrosas, que designaremos como “A chancela da divindade”: a receita

indicada tem a marca da divindade em seu poder miraculoso de cura, e a mensagem elaborada fala pela boca dos profetas que espalham a boa-nova para o povo assolado pela peste.

### ***A persistência da tradição***

Sobre as *fake news* que têm por base de sustentação as noções simplistas e tradicionais do senso comum, elas se reúnem sob o signo da identidade rural e do passado tradicional. Nem sempre partem de informações equivocadas, mas parecem incorrer no juízo apressado da confirmação prévia e das generalizações sem base de dados. Essas mensagens apresentam por vezes o testemunho anônimo e a aparente boa-fé das “dicas” e “conselhos” de antigamente, passados de boca em boca antes da era das redes sociais digitais. “Se fez bem para meu parente, por que não faria para outros, não é mesmo? E, se bem não fará, mal também não vai fazer...”: eis o que parece implícito nessas narrativas.

Importante observar que a mensagem sobre “água tônica”, que também interpretamos como baseada em parte no senso comum, tem ainda um outro viés: ela aponta para teorias da conspiração, ao sugerir que os poderosos e a mídia sabem que a água tônica funciona para combater a Covid, mas não o revelam por interesse ocultos e malévolos.

A crença no poder curativo mágico das receitas caseiras remete ao conhecimento tradicional e a um país que ficou esquecido, no campo e nas matas. Talvez retire daí mesmo seu poder de disseminação. Sem esquecer que, além de um consolo para a situação aflitiva de uma doença desconhecida e fatal, a receita caseira tem a vantagem adicional de ser absolutamente acessível para toda a população. Seus ingredientes não requerem grande dispêndio, e alguns são de fato encontrados no quintal de quase toda casa de família no Brasil, como os onipresentes limões, que são citados em três das cinco receitas caseiras analisadas. Ancorada nesses elementos, a tradição persiste.

### ***A natureza invisível do mal***

A natureza do mal, por si só, o torna um elemento de difícil visualização: dada a carga negativa associada ao mal, ele é da ordem do oculto que por definição. No *corpus*

analisado, o mal, que designamos como “intencionalidade estratégica”, não se mostra de forma explícita, mas sobretudo nas entrelinhas. Por entrelinhas queremos dizer o contexto em que as mensagens foram produzidas: contexto de agravamento crescente da crise sanitária e de perdas humanas incalculáveis. Nenhuma das mensagens assumiu más intenções ao ser formulada: pelo contrário, todas elas estariam fundadas na boa-fé de quem as enunciou: o religioso que traz a boa nova para os fiéis, a pessoa comum que descobriu algo maravilhoso e quer repartir com os demais, o sujeito que descobriu uma conspiração do “sistema” ou da “mídia” e quer denunciar os conspiradores e gritar a verdade para que todos a conheçam.

No que diz respeito às intenções declaradas, o mal não existe, pelo menos não como motivador explícito dos enunciadores das receitas milagrosas analisadas. Os outros, esses sim, são maus, por esconderem a verdade, como sugere a *fake news* sobre a água tônica.

A intencionalidade estratégica que caracteriza o mal se encontra sobretudo naquilo que não é dito, mas que é feito efetivamente no processo de criação e disseminação das *fake news*, e que corre de forma subterrânea em boa parte dos casos. Disfarçado das boas intenções, misturado aos conselhos sinceros e às recomendações obtusas, a intenção dolosa, como parte inerente da desinformação, não costuma se assumir como tal. A natureza dissimulada de sua própria natureza a torna eficaz. Ninguém diz ao enunciar as receitas supostamente milagrosas que elas levarão à doença ou à morte, ou que causarão sofrimento se forem ingeridas. Alguns por misticismo, outros por ignorância, e outros ainda por maldade. Mas estes buscam a invisibilidade.

### ***O caráter cíclico da desinformação***

Por fim, também é possível observar a relação entre as mensagens e um contexto de agravamento da pandemia. As receitas para a Covid-19 circularam sobretudo na fase inicial da crise sanitária, quando o conhecimento sobre a doença ainda engatinhava. À medida que o conhecimento sobre o vírus e os testes para obter vacinas foram avançando, ao longo de 2020, as *fake news* sobre receitas milagrosas foram perdendo paulatinamente seu apelo, e dando lugar a *fake news* sobre vacinas. Mas é importante registrar que as receitas milagrosas não cessaram de ser produzidas e disseminadas durante todo esse

período. No *corpus* analisado, por exemplo, temos uma dessas receitas que circulou logo no início da pandemia e voltou um ano depois, ligeiramente modificada: a receita de mandioca, maçã e limão, transfigurada em inhame, maçã e limão cerca de um ano depois.

A recorrência de narrativas sobre receitas milagrosas para a Covid-19 pode estar vinculada tanto às agendas de grupos que buscam deliberadamente confundir a opinião pública como ao comportamento não malicioso dos que alimentam as redes com suas crenças religiosas, superstições e conhecimento do senso comum. A simplicidade formal com que são elaboradas e a amplitude de benefícios abarcada pelas receitas milagrosas as tornam veículos ideais e intercambiáveis para a propagação de narrativas fantasiosas – algo na linha das previsões astrológicas, que sempre podem ser adaptadas às necessidades subjetivas de quem consulta os astros, e respondem mais às necessidades afetivas do sujeito do que a seus males objetivos.

Deus e a sabedoria popular estão sempre disponíveis nas ervas, chás, unguentos e demais formas tomadas pelas receitas milagrosas, e são via de regra bem mais acessíveis do que as alternativas ligadas à racionalidade, que exigem longo caminho de estudos e abdicção, e custam caro também em termos financeiros.

Na pandemia da Covid-19, chás, unguentos e ervas têm circulado com renovada força, em um cenário em que o conhecimento científico e o laicismo perdem espaço para o fundamentalismo religioso e ideológico, e em que as verdades mais elementares da ciência – como a de que a Terra é redonda e a de que as vacinas previnem e curam doenças – precisam ser provadas novamente para grandes parcelas da população brasileira e mundial. Enquanto isso, o mal espreita, dissimulado.

### **Considerações finais**

Neste artigo, lançamos um olhar sobre a desinformação acerca da pandemia da Covid-19. Deparamos inicialmente com o conceito de desinformação e suas características. Nesse ponto, mostramos como a desinformação é um fenômeno em que atuam múltiplas variáveis, que vão da boa-vontade do pensamento religioso e do senso comum até as más intenções dos que deliberadamente constroem informação prejudicial de forma deliberada.

Buscamos entender, na sequência, como a religião, o senso comum e a má-fé – ou intencionalidade estratégica – se articulam como causas da desinformação. Nesse ponto, consideramos as contribuições de estudiosos da religião e da epistemologia da ciência, a fim de situar esses conceitos em sua relação de forças com a desinformação.

A discussão epistemológica inicial foi seguida pela análise de mensagens sobre receitas milagrosas para a prevenção e cura da Covid-19, retiradas do site NUJOC Checagem. Nesse ponto, descrevemos cinco narrativas sobre receitas milagrosas contra a Covid nas dimensões da forma e do conteúdo, utilizando os três conceitos abordados previamente – religião, senso comum e intencionalidade estratégica – como categorias de análise. Analisando o *corpus*, foi possível perceber parte da dinâmica que subjaz à criação e disseminação das *fake news* sobre a Covid-19, no tocante às categorias de análise.

Com base na análise do *corpus*, elaboramos ao fim quatro proposições para interpretar os dados da investigação, assim nomeadas: a. A chancela da divindade; b. A persistência da tradição; c. A natureza invisível do mal; d. O caráter cíclico da desinformação. Essas proposições buscam firmar a interpretação e propõem uma chave de leitura dos fenômenos descritos. Nesses enunciados, de forma sintética, buscamos definir como se configuram e operam as mensagens desinformativas analisadas, considerando as categorias de análise previamente definidas.

É fato que a desinformação acabou por se configurar também numa epidemia, como querem Posetti e Bontcheva (2020). A “infodemia”, ou pandemia da desinformação, precisa ser enfrentada em seus próprios termos, para que possamos superar os muitos descaminhos que se abriram para a criação e disseminação de desinformação desde o início da pandemia do novo coronavírus. Ao refletirmos sobre o papel que a religião, o senso comum e a intencionalidade estratégica podem desempenhar na construção de mensagens desinformativas, esperamos também ter contribuído no combate à pandemia da desinformação.

## Referências

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, abr. mai. jun. 2013, p. 30-89. Trad. Ada Félix.

BARBOSA, Marialva Carlos. Gripe espanhola: fluxos encadeados de memória e lapidação das lembranças. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 820-831, out./dez. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2009.

DALMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018. Disponível em: < [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_32\\_11](https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DANOWSKI, Debora. CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, 2014.

DAWKINS, Richard. **Deus, um delírio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

ELIADE, Mircea. **Mefistófeles e o andrógino**: comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 232p.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Trad. Rogério Fernandes. 191p.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GOMES, Wilson. **Crônica de uma tragédia anunciada**. Como a extrema-direita chegou ao poder. Salvador: Sagga, 2020.

GRANEZ, Marcio da Silva; CARVALHO, Cristiane Portela de. Informação versus Desinformação: a Crise Sanitária da Covid-19 e o Papel da “Autoridade” Médica na Divulgação de Conhecimentos Científicos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/11614/7222>. Acesso em 02 de abr. de 2021.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 51. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020. (Trad. Janaína Marcoantonio) 464 p.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 443 p.

MACHADO, Caio C. Vieira; DOURADO, Daniel. A.; SANTOS, João Guilherme; SANTOS, Nina. **Ciência contaminada**. Analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via Youtube. Instituto Nacional de Ciência & Tecnologia em Democracia Digital, 2020.

MARTINO, Luís Sá. **Mídia, religião e sociedade**: das palavras às redes digitais. São Paulo: Paulus, 2017.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Espiritualidade para corajosos**. A busca de sentido no mundo de hoje. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 188 p.

POSETTI, Julia; BONTCHEVA, Kalina. **Desinfodemic**: deciphering COVID-19 desinformation. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: [UNESCO](#). Acesso em 20 de junho de 2020.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 391 p.  
SHAO, C. *et al.* The spread of misinformation by social bots. **arXiv**, p.1-16, 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1707.07592v3.pdf> Acesso em 10 junho 2020.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo, Editora 34, 2002.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: Unesco, 2019.

UOL. Alexandre Garcia lucrou quase R\$ 70 mil com fake news, diz relatório do Google. **UOL**, 12 de junho de 2020. Disponível em: [UOL](#). Acesso em 12 de junho de 2021.



Revista Mídia e Cotidiano  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 30/12/2020  
Aprovado em: 12/07/2021

## **Acolhimento e resistência a correções de fake news na pandemia: a experiência do robô Fátima, da agência Aos Fatos, no Twitter**

*Reception and resistance in response to fake news corrections in the pandemic: Aos Fatos' Fátima robot experience on Twitter*

*Recepción y resistencia a correcciones de fake news en la pandemia: el robot Fátima, de la agencia Aos Fatos, en Twitter*

Ivan PAGANOTTI<sup>1</sup>

### **Resumo**

Agências de checagem de fatos enfrentam o desafio de fazer com que suas verificações alcancem públicos que desconhecem, desconfiam ou hostilizam seus métodos de verificação. Redes sociais, espaço em que proliferam notícias falsas, podem ser um espaço para ampliar o público dessas agências. O artigo avalia a experiência da conta automatizada no Twitter criada pela agência Aos Fatos para identificar e interagir com usuários dessa rede social que publicam informações falsas. O robô apelidado de “Fátima” varre o Twitter para identificar postagens com links que já foram refutados pela agência de verificação, e responde aos usuários indicando o erro e sua correção. Esta pesquisa procura avaliar quais notícias falsas foram mais frequentes durante a pandemia em 2020, e de que forma os usuários interagiram em resposta a essas correções.

**Palavras-chave:** Notícias falsas. Checagem. Twitter. Robô. Interação.

### **Abstract**

Fact-checking agencies face the challenge of making their checks reach audiences who are unaware, suspicious or hostile to their verification methods. Social networks, a space in which fake news proliferates, can also expand the public of these agencies. This article evaluates the experience of an automated Twitter account created by Aos Fatos agency to identify and interact with users of this social network who publish false information. The robot dubbed “Fátima” scans Twitter to identify posts with links that have already been refuted by the verification agency and responds to users indicating the error and its correction. This survey seeks to assess which false news was most frequent during the

---

<sup>1</sup>Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (PósCom/Umesp). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado-sanduíche na Universidade do Minho (Capes/PDSE). E-mail: [ivan.paganotti@metodista.br](mailto:ivan.paganotti@metodista.br). ORCID: [0000-0001-5662-4240](https://orcid.org/0000-0001-5662-4240).

pandemic in 2020, and how users interacted in response to these corrections. Keywords: Media. Everyday. Everyman.

**Keywords:** Fake news. Fact checking. Twitter. Robot. Interaction.

### **Resumen:**

Las agencias de verificación de hechos enfrentan el desafío de hacer que sus verificaciones lleguen a audiencias que desconocen, desconfían o son hostiles a sus métodos de verificación. Las redes sociales, un espacio en el que proliferan las noticias falsas, pueden ser un espacio para ampliar la audiencia de estas agencias. El artículo evalúa la experiencia de la cuenta automatizada de Twitter creada por la agencia Aos Fatos para identificar e interactuar con los usuarios de esta red social que publican información falsa. El robot apodado “Fátima” escanea Twitter para identificar publicaciones con enlaces que ya han sido refutados por la agencia verificadora, y responde a los usuarios indicando el error y su corrección. Esta encuesta busca evaluar qué noticias falsas fueron más frecuentes durante la pandemia en 2020 y cómo los usuarios interactuaron en respuesta a esas correcciones.

**Palabras clave:** Noticias falsas. Comprobación. Gorjeo. Robot. Interacción.

### **Introdução<sup>2</sup>**

Nos últimos cinco anos, a propagação de conteúdos falsos em redes sociais tornou-se um fenômeno difícil de ser ignorado e combatido. Em 2020, esse cenário político de desinformação somou-se a um fenômeno muito mais urgente e de alcance global: a pandemia de Covid-19 foi acompanhada por ondas de notícias falsas que contaminaram as redes sociais (QUEIROZ, 2020). Em busca de novas informações em um cenário de incertezas, parte dos usuários das redes sociais passou a consumir e replicar informações de procedência duvidosa ou evidentemente prejudiciais e falsas (MENDES; QUEIRÓS, 2020; QUEIROZ, 2020), viralizando *fake news* – ou “notícias falsas” – em processo de “inoficação” (Romero-Rodriguez et al., 2018, p. 74, tradução do autor) com velocidade muito maior do que os jornalistas são capazes de denunciar erros, apurar fatos e contextualizar dados.

---

2 Uma versão preliminar desta pesquisa foi apresentada durante o 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Pesquisa desenvolvida com auxílio da FAPESP – processo nº 2020/15055-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Mesmo antes da pandemia atual, a checagem de fatos (“fact-checking”, em inglês) já enfrentava um desafio: como garantir que as refutações e correções de informações falsas cheguem e sejam reconhecidas por públicos que não necessariamente têm o hábito de frequentar sites jornalísticos? Outro obstáculo ainda maior parecia ser a resistência de parte do público em aceitar essas correções, desconfiando dos métodos, fontes ou veículos dos checadores.

Nesse sentido, esta pesquisa parte do seguinte problema: durante a atual pandemia, como é possível alcançar e interagir com replicadores de *fake news* para refutar as notícias falsas sobre saúde? Para isso, este trabalho toma como objeto os *tweets* publicados pelo perfil @fatimabot no Twitter entre janeiro e julho de 2020. Criada em 2017 pela agência de checagem Aos Fatos, a conta apelidada de “Fátima” é um robô que varre a rede social do Twitter, identificando postagens com *links* que já haviam sido refutadas por essa agência de verificação. Ao identificar disseminadores de informações incorretas, Fátima apresenta-se como robô, aponta o erro do usuário, e indica páginas da Aos Fatos com as justificativas e as explicações das checagens (AOS FATOS, 2018).

Considerando a experiência dessa forma inovadora de jornalismo automatizado (DALBEN, 2020), o objetivo deste trabalho é avaliar como essa interação entre propagadores de *fake news* e checadores se desenvolveu durante a pandemia de Covid-19, identificando quais as notícias falsas que predominaram na varredura promovida pelo robô e quais foram as reações adotadas pelos perfis dos usuários que postam conteúdos falsos.

## Fundamentação

Considerando a dificuldade em definir o termo “fake news”, Tandoc, Lim e Ling (2017, p. 2, tradução do autor) apontam que esse conceito pode ser descrito como “publicações virais baseadas em relatos que são feitos para se parecer com reportagens jornalísticas”. Allcott e Gentzkow (2017, p. 213, tradução do autor) apresentam uma definição mais delimitada do fenômeno, considerando que notícias falsas seriam “artigos noticiosos intencionalmente e comprovadamente falsos, e que podem enganar seus leitores”, e destacam que esses sites dependem mais de tráfego direcionado de redes sociais do que outras publicações jornalísticas. Assim, aplicativos como o Twitter acabam

criando espaço privilegiado para disseminação de *fake news* também pela capacidade desses conteúdos falsos se propagarem mais rápido, atingindo público mais amplo e com maior duração que publicações factuais (VOSOUGHI et al., 2018). Redes sociais como essa permitem comunicação direta sem mediação entre usuários e redes vastas de seguidores em registros de visibilidade maior que outras plataformas, o que ajuda a explicar por que a rede se tornou palco de lideranças estridentes em busca de audiências massivas – e também fonte para pesquisas acadêmicas, que aproveitam a facilidade de acesso aos dados da plataforma (ROSS; RIVERS, 2018).

O combate às *fake news* frequentemente ocupa os *fronts* jurídicos e digitais, seja por meio de leis punindo a propagação de informações falsas, ou por meio de mudanças técnicas no funcionamento de redes sociais e ferramentas de busca, diminuindo sua visibilidade ou difusão (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018). Intervenções educativas, como propostas de educação midiática, também são adotadas, apesar de envolverem dispendiosos projetos a longo prazo (PAGANOTTI, 2018). A checagem de fatos – ou *fact-checking* – é uma quarta estratégia de combate às notícias falsas, dessa vez no campo jornalístico: procura verificar se mensagens que circulam no espaço público podem ser comprovadas ou refutadas com base em documentos, dados ou testemunhos (HAIGH et al., 2017). Spinelli e Santos (2018) defendem que a checagem promove também maior transparência sobre os métodos de apuração jornalística, o que pode aumentar a pressão do público por um jornalismo de maior precisão. Já Seibt (2019) destaca que a checagem não é uma exclusividade do combate a notícias falsas, visto que é ferramenta intrínseca da prática jornalística e já havia veículos especializados na verificação de informações em debates políticos muito antes da recente crise das *fake news*, popularizadas em meados da década de 2010. Tampouco a prática é adotada somente por jornalistas: no Brasil, por exemplo, sites como E-Farsas, do analista de sistemas Gilmar Henrique Lopes, já desbancavam boatos, lendas urbanas e fraudes desde 2002 (SEIBT, 2019, p. 129), quase duas décadas antes de essa prática se tornar um campo em ascensão no jornalismo online.

Junto à Lupa, a agência Aos Fatos, desenvolvedora do robô Fátima, é uma das poucas agências brasileiras de checagem signatárias do IFCN – International Fact-checking Network (SPINELLI; SANTOS, 2018, p. 762). Outras iniciativas de checagem foram criadas dentro de organizações midiáticas tradicionais, como o “Fato ou Fake”, das

organizações Globo (JESUS; HOLANDA, 2019), mas não seguem os métodos e princípios específicos da IFCN – como equilíbrio, independência e transparência sobre fontes de financiamento – necessários para acreditação por parte dessa instituição internacional (IFCN, 2016). A checagem pode melhorar a qualidade do debate público, denunciando argumentos embasados em informações falsas ou sem comprovação, e indiretamente tem contribuído com uma retomada da credibilidade do jornalismo profissional, visto que parte do público volta a reconhecer a importância de consumir informação de qualidade e bem apurada, evitando o risco de desinformação de sites desconhecidos (Oliveira; Assis, 2020).

Entretanto, o efeito da verificação pode ser diametralmente oposto em parte do público. Sunstein (2010, p. 61) já lembrava que pesquisas empíricas na área de psicologia social demonstram os limites das refutações, principalmente quando essas informações se conectam com preconceitos ou elementos identitários muito arraigados, chegando até à situação insólita em que “a correção de ideias falsas pode *aumentar* nossa fidelidade a elas”, já que “os mesmos processos que criam crenças falsas podem torná-las resistentes à correção” (SUNSTEIN, 2010, p. 60-1). Em um cenário de polarização política como o atual (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018), parte considerável do público dificilmente apresenta abertura para as correções ou interesse no complexo processo de verificação, visto que discursos simplistas e apelos emotivos conseguem mobilizar audiências com maior facilidade (COSTA, 2019).

Assim como no caso das *fake news*, a “fake science”, ou “desinformação científica”, também prolifera por meio de fraude e politização (OLIVEIRA et al., 2020, p. 93). Movimentos negacionistas ampliam seus seguidores por meio de conteúdos que viralizam em redes sociais, contestando a segurança e a eficácia de vacinas (SACRAMENTO; PAIVA, 2020) e com isso ameaçam a saúde pública, diminuindo a cobertura dessa proteção para níveis que não garantem mais a imunidade coletiva.

É importante lembrar, como destacam Mendes e Queirós (2020), que a proliferação de informações falsas que discutem – e impactam – a saúde coletiva é um fenômeno que precede a pandemia de Covid-19 iniciada em 2020, considerando que já circulavam pelas redes sociais muitos conteúdos nocivos e que contradizem pesquisas científicas. Ainda assim, a pandemia atual dominou o debate público em 2020, criando

um espaço propício para a criação, adaptação e disseminação de conteúdos falsos que tratavam do novo coronavírus. A Organização Mundial da Saúde chegou a alertar que, junto à pandemia estaríamos enfrentando também uma “infodemia” (OPAS, 2020), denunciando o crescimento acelerado no volume de informação sobre tema que captura a atenção do coletivo – como o caso da pandemia – em circunstâncias em que o público ajuda a viralizar, por meio de redes sociais, informações nem sempre bem fundamentadas, propagando boatos e desconsiderando alertas de autoridades sanitárias.

Entre as estratégias para combater a propagação de informações com impacto sobre a saúde e a vida de milhões de indivíduos, a checagem de fatos apresenta maior velocidade ao lidar com uma situação de emergência sanitária como a vivida durante a pandemia de Covid-19, ainda mais se comparada com as limitações de outras alternativas mais lentas, como iniciativas de educação midiática ou projetos de leis. Redes sociais e ferramentas de busca podem diminuir a visibilidade e a disseminação de informações incorretas ou descontextualizadas que poderiam embasar decisões e condutas com impacto prejudicial sobre a saúde coletiva (COSTA et. al, 2020, p. 234), mas para isso costumam apoiar-se no trabalho de jornalistas profissionais e checadores para separar quais fontes de informação são problemáticas.

A área sanitária, é importante destacar, apresenta ainda uma especificidade na verificação de fatos: ao lado de veículos da imprensa, merecem destaque iniciativas de comunicação promovidas por órgãos estatais, como o “Saúde sem fake news”, do Ministério da Saúde, que recebe dúvidas da população sobre e verifica boatos que circulam pelas redes sociais (MENEHINI, 2020). Por meio de análise de conteúdo das postagens desse site oficial, Monari e Bertoli (2019) identificaram predominância de refutações de informações falsas relacionadas a doenças, tratamentos, vacinas, além de preocupação com produtos potencialmente contaminados.

Entretanto, a checagem de fatos promovida por esse site e por veículos jornalísticos profissionais enfrenta obstáculo que envolve seu método de verificação e o formato de apresentação de seus resultados: nem sempre essa checagem é muito transparente em seus métodos, recorrendo mais a entrevistas e poucas vezes apontando fundamentação verificável em estudos científicos (Gruszynski et al, 2020, p. 68). Na refutação de *fake news* médicas persiste ainda o problema de difusão: Silva e Silva Jr.

(2019, p. 244) relembram que parte do público impactado por conteúdos falsos em redes sociais pode nem saber da existência de plataformas de verificação como o “Saúde sem fake news”.

Para responder a esses obstáculos, iniciativas como o robô Fátima pretendem levar correções automaticamente para os propagadores de notícias falsas em redes sociais como o Twitter. Avaliando iniciativas de jornalismo automatizado, que desenvolvem algoritmos e robôs para auxiliar jornalistas na coleta, edição ou divulgação de conteúdo noticioso nessa plataforma, Dalben (2020) aponta o relativo sucesso desse robô:

Como resultado, verificou-se que a maioria das pessoas alertadas clica no link, e alguns usuários agradecem a robô. Para o funcionamento de Fátima, existe por trás um banco de dados continuamente atualizado pela equipe de verificadores do Aos Fatos que armazena os links com informações tendenciosas, e seus correspondentes que desmentem as declarações (DALBEN, 2020, p. 721).

Mesmo considerando seu potencial em ampliar o público receptor das checagens, a iniciativa ainda encontra limitações. Ao analisar o funcionamento do robô em outro aplicativo – a plataforma de mensagens WhatsApp – Cabral (2020) considera que a programação da Fátima encontra dificuldades ao interagir com usuários de forma mais natural, podendo somente apresentar mensagens dentro de um escopo restrito de mensagens pré-programadas: Fátima “não consegue, por exemplo, assistir a vídeos, enxergar imagens, ou checar um material enviado pelos usuários, limitando seu trabalho apenas ao envio de checagens realizadas pela própria agência Aos Fatos” (CABRAL, 2020, p. 13-14). Essa é uma limitação que dificulta também sua interação com usuários no Twitter, como veremos a seguir.

## **Metodologia**

Os *tweets* postados pela conta do robô Fátima foram coletados no início de agosto de 2020 usando a ferramenta LTWEET, desenvolvida pelo Labcom da UFMA (SANTOS, 2019). Posteriormente, essa lista foi revisada por navegação manual pelo perfil @fatimabot no Twitter, o que permitiu incluir dez postagens que não haviam sido coletadas automaticamente – ainda que, vale destacar, nenhuma dessas postagens

acrescentadas manualmente na coleta tratava da pandemia, concentrando-se entre janeiro e março. Com isso, foram coletados 91 *tweets* postados no recorte temporal de 31 de dezembro de 2019 (quando surgem as primeiras notificações oficiais sobre o novo coronavírus na China) e 31 de julho de 2020 (coincidindo com o prazo para conclusão desta pesquisa), totalizando sete meses.

Também foram coletados manualmente os números de seguidores de todos os perfis que postaram informações falsas, e foram analisadas imagens e informações presentes nas descrições públicas dos perfis dos usuários que replicaram esses conteúdos incorretos. Para esse processo, foram destacadas referências textuais ou imagéticas que indicassem alinhamentos ideológicos, políticos ou outros dados biográficos (como profissão ou religião, frequentemente indicadas nessas contas) que se correlacionassem com os temas presentes nas notícias falsas difundidas – avaliando, dessa forma, se as notícias falsas estariam reforçando seus elementos identitários e como esse alinhamento temático poderia influenciar suas reações às correções apresentadas pelos checadores.

Após a coleta, a análise iniciou-se pela classificação dos temas das notícias falsas mais frequentes (aglutinando as correções que apontavam para os mesmos *links* da agência Aos Fatos) seguindo a metodologia da análise de conteúdo, que será discutida a seguir. Também foram destacados os casos de perfis reincidentes, ou seja, contas que mais de uma vez publicaram informações falsas, refutadas pela agência de checagem.

A análise também quantificou as “curtidas”, compartilhamentos e respostas, destacando a autoria dessas diferentes formas de interação: se eram feitas pelo próprio propagador da informação falsa que era alvo de correção, ou por terceiros. Essa análise permitiu avaliar em que casos o autor reagia, acatando, questionando ou refutando a correção dos verificadores de fato, quais argumentos foram empregados nessas respostas e o estilo do texto – por exemplo, se adotava humor, ironia, ofensas, acusações ou elogios ao trabalho dos verificadores.

Para avaliar essas reações dos usuários que interagiram com o robô, foi adotada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) partindo de banco de dados mais amplo, desenvolvido em 2019, que esboçava uma primeira categorização com as formas de interações mais frequentes em mais de 4 mil *tweets* prévios do robô Fátima. Essa fase inicial apontou que os usuários podem reagir às correções dos checadores a partir de



posicionamentos com maior acolhimento – por meio de elogios, agradecimentos, aceitação e até pedidos de desculpas – ou com maior rejeição – com questionamentos, contestações, ironia, acusações e ofensas (PAGANOTTI, 2019). Essa primeira fase correspondeu à “leitura flutuante”, ou “pré-análise”, defendida por Bardin (2016, p. 125) como momento importante na construção de inferências, hipóteses e objetivos, posteriormente verificados pela análise de conteúdo por meio da quantificação de ocorrências e aglutinação dos registros em categorias – a chamada “análise temática” (BARDIN, 2016, p. 135)<sup>3</sup>. Dessa forma, foi possível identificar algumas categorias predominantes entre as formas de reação às verificações publicadas pelo robô da agência de checagem, aglutinadas entre duas principais tendências. De um lado, respostas positivas incluem *tweets* com agradecimentos e pedidos de ajuda. De outro lado, reações negativas envolvem casos de respostas irônicas, questionamentos da pertinência da checagem, divergências sobre as conclusões (mesmo sem negar a informação corrigida) ou casos mais explícitos de contestação (em que a checagem foi recusada, incluindo apresentações de contraprovas que sustentassem perspectivas diferentes às dos verificadores de fatos).

Essa tipologia inicial foi então aplicada para reações encontradas entre janeiro e julho de 2020, identificando quais reações foram mais comuns entre as interações que tratavam da pandemia e de outros temas. Nem todas as respostas encontradas nos anos anteriores (PAGANOTTI, 2019) foram identificadas na amostra de 2020 discutida nesta pesquisa. Assim, este artigo somente discutirá, na seção seguinte, as categorias de reação que seguem os princípios classificatórios da análise de conteúdo como defendidos por Bardin (2016, p.149-150), como a “exclusão mútua” (cada elemento pertence a somente uma divisão), “homogeneidade” (a categorização segue regras comuns), “pertinência” (alinhamento com quadro teórico), “objetividade” (princípios claros podem ser seguidos por analistas diferentes chegando aos mesmos resultados) e “produtividade” (tipologia indica resultados relevantes que auxiliam na resolução do problema da pesquisa).

---

<sup>3</sup> Bardin (2016) explica os objetivos dessa estratégia de categorização: “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2016, p. 135).

Por fim, foi possível realizar cruzamentos de categorias entre alinhamentos ideológicos e reações – evidentemente, considerando as limitações de uma amostra reduzida como a deste estudo, com menos de uma centena de *tweets*, muitos deles sem conexão com a pandemia ou sem reação do público.

Seguindo os princípios da ciência aberta (CLINIO, 2019), os dados brutos<sup>4</sup> coletados e as classificações adotadas nesta pesquisa estão disponíveis online<sup>5</sup>. Entretanto, é importante destacar que a recém aprovada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP), a lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, recomenda em seu artigo 7º que dados coletados para pesquisas acadêmicas devem ser apresentados anonimamente<sup>6</sup>. Dessa forma, para proteger a privacidade dos usuários que interagiram com as verificações, as informações pessoais (como nomes, identificações dos perfis e imagens) foram removidas de forma a garantir seu anonimato. Ainda assim, todas as informações relacionadas aos *tweets* do robô permanecem disponíveis para verificação nesta tabela online e também nos *links* apresentados nas fontes das imagens, na próxima seção.

## Análise

Enquanto os primeiros casos do novo coronavírus começavam a ser identificados fora do país, o robô Fátima não identificou postagens no *Twitter* com notícias falsas relacionadas a esse tema. Assim, até o final de março de 2020, todas as 26 informações incorretas corrigidas pela conta automatizada tratavam de temas relacionados a política, sexualidade, violência, corrupção e celebridades.

---

4 Silva e Silveira (2019, p. 2) definem a ciência aberta como “um movimento que incentiva a transparência da pesquisa científica desde a concepção da investigação até o uso de softwares abertos. Também promove esclarecimento na elaboração de metodologias e gestão de dados científicos, para que estes possam ser distribuídos, reutilizados e estar acessíveis a todos os níveis da sociedade, sem custos”.

5 Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1E8RSZkiVXStOtc\\_aZJJDCyDHq7r-Jj70RG2qqcJhDJY/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1E8RSZkiVXStOtc_aZJJDCyDHq7r-Jj70RG2qqcJhDJY/edit?usp=sharing). Acesso em: 12/07/2021. Acesso em: 12 jul. 2021.

6 Vale destacar que a LGPD indica, em seu artigo 7º, inciso X, parágrafo 4º, que a exigência de consentimento prévio e explícito é dispensada “para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular”, caso das publicações em redes sociais dos perfis públicos que esta pesquisa analisa. Seguindo o artigo 11º, inciso II da LGPD, também serão anonimizados os “dados pessoais sensíveis”, definidos no artigo 5º da LGPD como “dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual [...]”. Dessa forma, informações relevantes (como alinhamento político) que constam nos perfis dos usuários foram levadas em consideração nesta pesquisa sem individualização, somente para identificar tendências gerais, e não foram disponibilizadas nas planilhas disponíveis.

Mas, durante quase um mês, entre 22 de março e 20 de abril de 2020, 100% dos *tweets* estão relacionados com a pandemia. Esse período entre meados de março e abril coincide com o início do isolamento social na maior parte do país, poucas semanas após os primeiros casos confirmados da doença no território nacional, o que pode sinalizar um aumento de interesse pela discussão sobre a pandemia e maior inserção das notícias falsas nesse debate.

Entretanto, de 21 de abril até o término da coleta, no final de julho, outros temas não relacionados com a saúde (incluindo verificações antigas, de 2019, frequentes nas refutações do robô Fátima no Twitter) passam novamente a predominar: do total de 46 postagens a partir do final de abril, somente dez (21%) tratam da pandemia, o que pode sinalizar que o tema já não predominava entre os disseminadores de desinformação, ou que outras *fake news* eram retomadas para redirecionar a atenção do público.

Ainda assim, entre as dez notícias falsas mais rastreadas pelo robô Fátima no início de 2020, quatro relacionavam-se com a pandemia (Tabela 1), e quase um terço dos *tweets* tratava desse tema: foram 29 (31%) do total de 91 refutações nessa rede social até o final de julho.

**Tabela 1 – Classificação das notícias falsas refutadas pelo robô Fátima (jan.-jul./2020)**

Temas	Tweets
Cartilha de Fortaleza incentiva pedofilia	21
Cloroquina trata Covid-19	18
Realizações de Bolsonaro	15
STF exige registro de WhatsApp	8
Huck dono do Porta dos Fundos	7
Israel desenvolve cura ou vacina para Covid-19	6
Diretor de banco do Vaticano acusa Lula	5
Tiros contra invasor em MT	3
Líder chinês vê pandemia como nova era socialista	2
Vídeo antigo de Dráuzio minimiza pandemia	2
Boldo trata Covid-19	1
Militante "Ele não" ataca padre Marcelo	1

Canadá critica embaixada para filho de Bolsonaro	1
Greta financiada por Soros	1
<b>Total</b>	<b>91</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela acima destaca, em *itálico*, os temas que se relacionam com a pandemia na coluna da esquerda, e a quantidade de *tweets* citando essas notícias falsas na amostra, na coluna da direita. Entre as 14 notícias falsas que foram refutadas pelo robô em 2020, cinco (35% dos temas) tratam da pandemia. Três delas envolvem tratamentos ou vacinas sem comprovação científica – da cloroquina presidencial até o boldo caseiro, passando por fictícias soluções provenientes de Israel. Uma dessas notícias falsas apresenta teoria da conspiração sobre líderes chineses se aproveitarem do caos da pandemia para iniciar uma “nova era” socialista – vídeo retirado de seu contexto, publicado em 2017, anos antes do surgimento do novo coronavírus, e sem nenhuma menção a essa doença. O último tópico envolve também conteúdo desatualizado de vídeo em que o médico Dráuzio Varella se opunha a medidas de isolamento social – posição revista por ele meses depois, após confirmação de casos no país (NALON, 2020).

Com isso, as notícias falsas detectadas fazem três movimentos: *minimizam* o problema com o apoio de um deslize de fonte com credibilidade na área da saúde pública; *acusam* conspiradores que seriam responsáveis ou se beneficiariam com essa situação, distorcendo suas palavras; e *tratam* da angústia coletiva, indicando medicamentos ou vacinas sem eficácia comprovada. A primeira notícia falsa envolvendo a pandemia foi refutada em 22 de março pelo robô Fátima. O robô reagiu a *tweet* de perfil oficial de comediante televisivo, postado no dia 17 de março, com *link* para vídeo no YouTube sobre suposta cura para o novo coronavírus desenvolvida em Israel (Figura 1).

**Figura 1. Primeira refutação sobre a pandemia postada pela Fátima no Twitter**



Fonte: Twitter – print elaborado pelo autor (2021)<sup>7</sup>.

Anteriormente, a agência Aos Fatos já havia publicado em sua página oficial a refutação dessa informação no dia 18 de março (MENEZES, 2020). Essa primeira incidência é também o caso de maior repercussão potencial entre as postagens desse ano, visto que o perfil do comediante apresenta mais de meio milhão de seguidores. Na média, as contas que difundiram conteúdo falso apresentavam em torno de 37 mil seguidores por cada conta, mas esse tamanho oscilou entre contas relativamente pequenas, com 12 mil seguidores, até contas com influência mais elevada, como essa primeira, com mais de 540 mil. Com isso, esse total de 91 notícias falsas refutadas em 2020 poderiam chegar até 3 milhões de seguidores dos propagadores de *fake news*. Esses números reforçam a disputa desigual entre checadores e propagadores de notícias falsas, considerando que a conta do robô Fátima apresenta pouco mais de 9 mil seguidores e a conta oficial da agência Aos Fatos apresenta 227 mil seguidores nessa plataforma.

Esse caso inicial demonstra a dificuldade na disputa entre uma legião de propagadores de conteúdo incorreto, ante poucos verificadores que corrigem erros. O

<sup>7</sup> Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1241517579992211459>. Acesso em: 12 jul. 2021

diálogo entre esses opostos também é insuficiente: entre as seis “curtidas” que a refutação do robô Fátima angariou (Figura 1), encontra-se o autor desse *post* incorreto, mas a correção não foi respondida nem compartilhada por ele para seus seguidores. Ainda que o autor original tenha lido a correção, sem sua resposta ou seu compartilhamento do conteúdo em sua conta, as centenas de milhares de seguidores da conta original não receberam notificação com a refutação dos checadores, o que se mostra um grande obstáculo para corrigir enganos e evitar que essa informação incorreta se propague entre os seguidores dessas contas disseminadoras de informações falsas.

Essa apatia indicada pela falta de interação com as correções predominou na amostra: 59 das 91 postagens não tiveram qualquer reação, 12 tiveram curtidas, comentários ou compartilhamentos de terceiros (ou seja, sem a participação do propagador da informação incorreta), e somente 20 apresentaram comentários ou curtidas dos próprios usuários que haviam postado informações falsas.

Com esse número reduzido de reações é difícil identificar se essas checagens eram sequer lidas pelos usuários, e se a inação apresentaria apatia ou resistência passiva, evitando engajar na discussão com quem aponta suas falhas – ou com uma conta automática que, como veremos, é incapaz de réplica. Essa falha na estratégia de engajamento se mostra ainda mais problemática ao avaliarmos que seis usuários são reincidentes em publicações incorretas de temáticas diferentes no período: ainda que dois deles tenham ao menos curtido as correções dos checadores, todos continuaram replicando informação falsa. Esses casos reforçam que intervenções pontuais (como as adotadas pelo *fact-checking*) apresentam dificuldade não só em fazer com que os usuários reconheçam um erro específico, mas também encontram limitações na mudança duradoura de condutas: nem sempre é possível que a checagem tenha efeito pedagógico efetivo, que supera seus objetivos originais mais restritos.

Considerando a amostra de reações às correções, foi possível aglutinar as respostas entre polos mais ou menos acolhedores, considerando também como os usuários que reagiram se apresentam nas descrições públicas de seus perfis. Assim, foi possível avaliar se houve correlação entre alinhamento ideológico, propagação de notícias falsas e reatividade às correções.

Entre as reações mais positivas, encontram-se em primeiro lugar doze perfis que somente *curtiram* as correções: entre elas encontram-se perfis que se descrevem como bolsonarista, responsável por webrádio, cantor de rock, além do já mencionado perfil de humorista e uma conta satírica anti-comunista.

Somente um perfil (que se descreve como de “direita” e “anti PT”, e apresenta temática nacionalista em sua imagem) respondeu positivamente à postagem de correção de forma ativa, com *agradecimento* e *pedido* de ajuda, ainda que em caso sem conexão com pandemia (Figura 2).

**Figura 2. Usuária agradece correção e solicita auxílio**



Fonte: Twitter - print elaborado pelo autor<sup>8</sup>.

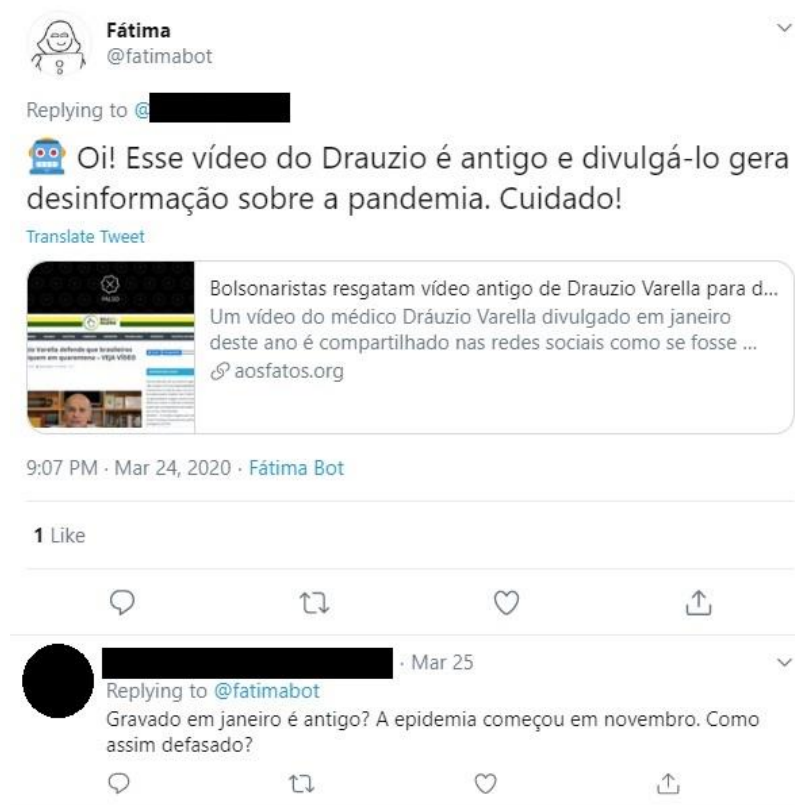
Paradoxalmente na resposta, a usuária grata primeiro aponta que “não se pode confiar mais na imprensa mesmo”, aparentemente sem reconhecer que a correção foi feita por veículos jornalísticos, como o próprio Aos Fatos (MENEZES, 2019), citando também o G1, da Globo. Em nova postagem, a mesma usuária solicita auxílio ao robô para localizar sua própria postagem incorreta, que deseja remover – pedido que Fátima é incapaz de atender, visto não foi programada para responder aos usuários. Essa limitação

<sup>8</sup> Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1282104683344125953>. Acesso em: 12 jul. 2021.

é um obstáculo considerável ao lidar com usuários aparentemente bem-intencionados como nesse caso, e poderia demandar atenção maior da equipe de checadores para cativar parcela do público com potencial interesse nas correções.

Já entre as reações mais negativas, destaca-se jornalista com *questionamento* sobre o critério de correção que define postagem de vídeo de dois meses atrás como algo “antigo” (Figura 3).

**Figura 3. Usuário questiona critério da correção**



Fonte: Twitter - print elaborado pelo autor<sup>9</sup>.

Mais uma vez, o robô não foi capaz de responder à questão, ainda que, neste caso, o perigo da descontextualização deste vídeo esteja bastante explícito no texto da agência de checagem, como já apontado no início desta análise (NALON, 2020).

<sup>9</sup> Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1242604084500332545>. Acesso em: 12 jul. 2021.



Outros adotaram posturas mais adversas: em caso de *divergência*, o usuário pode até concordar com a correção do fato, mas não muda sua opinião, mesmo que seu posicionamento tenha perdido embasamento factual; em caso de *contestação*, refutam diretamente a correção, apresentando documentos ou argumentos contra a checagem da agência (Figura 4).

**Figura 4. Usuários divergem e contestam correção com argumentos e documentos**

Fonte: Twitter - print elaborado pelo autor<sup>10</sup>.

A primeira usuária (abaixo) diverge: ainda que seja recomendável “não tomar se adoecer”, ela mesma tomaria “o que tiver”, incluindo uma série de substâncias sem eficácia comprovada. Essa suposta aceitação dos fatos, sem reformulação das conclusões e posicionamento, também foi adotada por outro usuário em *tweet* em resposta a uma refutação de teor semelhante, postado pelo robô no dia anterior: “Blz. Se vc contrair o covid19 não use ok?!?!?!?”<sup>11</sup>.

10 Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1250213952526614528>. Acesso em: 12 jul. 2021.  
11 Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1249851573334876162>. Acesso em: 30 jun. 2021.

O segundo usuário da imagem acima, que utiliza a *hashtag* #BolsonaroAte2026 na identificação de sua conta, contesta a correção, embasado em documentação da Sociedade Brasileira de Cancerologia recomendando o uso desse medicamento – ainda que a checagem do Aos Fatos (RIBEIRO; CUNHA, 2020) explicita que o medicamento não foi recomendado pela SBFC (Sociedade Brasileira de Farmácia Clínica), SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia) e CFM (Conselho Federal de Medicina).

Outra reação negativa adotada por duas usuárias envolve a *ironia*. Em resposta a correções não relacionadas à pandemia em postagens de 10 de janeiro (sobre falsa cartilha de pedofilia) e 9 de julho (com supostas realizações do governo Bolsonaro), as usuárias respondem com *gifs* animados questionando a correção ter sido feita por um robô (Figura 5) ou a insanidade dessa interação (Figura 6):

#### Figuras 5. Usuário responde ironicamente com gif animado



Fonte: Twitter – print elaborado pelo autor<sup>12</sup>.

12 Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1215787374480936967>. Acesso em: 30 jun. 2021.

## Figuras 6. Resposta à interação



Fonte: Twitter - print elaborado pelo autor<sup>13</sup>.

No período analisado, o robô Fátima corrigiu informações falsas publicadas por contas predominantemente alinhadas à direita: dos 91 *tweets*, 57 perfis se autoidentificavam como pertencentes à direita, conservadores, nacionalistas, bolsonaristas, religiosos/cristãos/católicos, anti-esquerda ou anti-PT. Entretanto, apesar da reduzida amostragem de 20 reações dos próprios usuários, não foi identificado uma correlação entre alinhamento político e resistência à checagem: entre as reações positivas, sete perfis identificados como bolsonaristas curtiram as refutações de suas posições, um deles inclusive agradecendo e ainda pedindo ajuda à conta da agência de checagem, como já analisado anteriormente; por outro lado, entre as reações negativas também houve cinco contestações e questionamentos de perfis que se identificavam com *hashtags* bolsonaristas e imagens nacionalistas.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://twitter.com/fatimabot/status/1281379701831933953>. Acesso em: 12 jul. 2021.

### Considerações finais

Primeiramente, é importante reforçar as limitações do recorte amostral reduzido deste estudo preliminar, que deve ser futuramente expandido para englobar mais *tweets* da conta, em outros temas e em anos anteriores.

Também não podemos ignorar a dificuldade para assegurar a veracidade dos perfis analisados: Fátima é um robô, e talvez alguns dos usuários com que interaja também sejam *bots*.

Ainda assim, este estudo identificou que, em 2020, um terço das notícias falsas identificadas por essa conta de varredura automática se relacionava com a pandemia. Foi possível classificar essas *fake news* em três estratégias: minimizar a ameaça; acusar responsáveis pela propagação da doença como seus beneficiários; e a frequente apresentação de tratamentos sem comprovação científica. As correções dos checadores tiveram poucas reações, divididas entre acolhimento (agradecimentos e pedidos) e rejeição (questionamento, divergência e contestação). A frequência reduzida de reações significativas é possível sinal de apatia ou resistência dos usuários em engajar-se com checadores ou com a conta automatizada. Como essas respostas são pouco frequentes, torna-se mais difícil uma análise estatística significativa, o que impossibilita uma identificação clara de eventual correlação entre reações e elementos identitários dos usuários.

As respostas analisadas mostram o desafio dos checadores em período de grave emergência social. Por um lado, há resistência por parte de usuários que divergem dos dados que contradizem suas posições, ignoram posições majoritárias na comunidade científica e o acúmulo de evidências, lastreando suas posições em poucos estudos que já foram questionados, refutados ou não puderam ser replicados. Mesmo os que aceitam a contestação parecem tolerar dissonância cognitiva, não mudando de opinião mesmo quando os fatos em que elas se baseiam são refutados. Por fim, usuários bem-intencionados parecem demandar maior atenção e procuram interagir, sem sucesso, o que exige maior cuidado na interação direta.

Nesse sentido, recomenda-se maior atenção da equipe de checadores com usuários que demandam respostas e pedidos de ajuda – desafio que pode ser um obstáculo para o

sistema automatizado, pois depende da reconstrução do elo de empatia entre jornalistas e seu público.

Futuramente<sup>14</sup>, esta pesquisa inicial pretende ampliar seu recorte temporal para incluir todos os *tweets* publicados pela conta do robô Fátima desde sua criação, o que permitirá identificar se o período inicial da pandemia no começo de 2020 se caracterizou como um momento excepcional ou se repete tendências anteriores ou posteriores, considerando a interação dos usuários com as verificações publicadas pela agência Aos Fatos. Com uma amostra mais volumosa de *tweets* – que somam quase 5 mil, publicados na conta da Fátima desde 2018, em contraste com a amostra inferior a uma centena, selecionada para essa primeira sondagem – será possível também apresentar cruzamentos estatisticamente mais significativos entre elementos identitários políticos e acolhimento ou resistência às correções, por exemplo. Também será possível avaliar quando a predominância temática de notícias sobre a pandemia de Covid-19 for eventualmente suplantada por tópicos políticos, como já era frequente na conta antes de 2020 – ou se disputas políticas vão continuar a ocupar também a discussão sanitária e científica, como parece ser a tendência no debate polarizado em nosso país desde o início da pandemia.

## Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 31, n. 2, p. 211-36, abr-jun, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>.

AOS FATOS. Robô checadora do Aos Fatos está no Twitter; entenda. **Aos Fatos**, 18 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/robo-checadora-do-aos-fatos-comeca-operar-no-twitter>. Acesso em 9 ago. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CABRAL, L.R.A. Robôs de startups de agência de checagem: combate à desinformação na pandemia de Covid-19. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJOR), 18., 2020, Brasília, DF. **Anais [...]**.

---

14 Este artigo apresenta uma primeira sondagem parcial sobre as interações do público com contas de verificadores de fatos, um dos eixos centrais do projeto de pesquisa “Estratégias institucionais de verificação de fatos e resposta a críticas no combate a fake news”, a ser continuado até 2023, com auxílio de pesquisa da FAPESP - processo nº 2020/15055-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Brasília: SBPJor, 2020. Disponível em:  
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2749/1345>. Acesso em 29 dez. 2020.

CLINIO, A. Ciência Aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. **Transinformação**, Campinas, v. 31, p. 1-12, nov. 2019. Doi:  
<https://doi.org/10.1590/238180889201931e190028>.

COSTA, A.B. Não há fatos contra argumentos. A falha da atestação da Verdade como validador do Jornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJOR), 17, 2019, Goiânia, GO. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2019. Disponível em:  
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2042/1159>. Acesso em 9 ago. 2020.

COSTA, B.B.; VIEGAS, D.J.; MOREIRA, T.A.; ABREU, P.A. O movimento antivacina no YouTube nos tempos de pós-verdade: Educação em saúde ou desinformação? **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 220-239, jan.-abr. 2020. Doi:  
<https://doi.org/10.22409/rmc.v14i1.38210>.

DALBEN, S. Automated Journalism in Brazil: an Analysis of Three Robots on Twitter. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 16, n. 3, dez. 2020. Doi:  
<https://doi.org/10.25200/BJR.v16n3.2021.1305>.

GRUSZYNSKI, A.; KALSING, J.; HOEWELL, G.; BRANDÃO, C. Fact-checking e saúde: análise da seção 'Verdade ou Boato' de GaúchaZH. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 51-71, jan.-mar. 2020. Doi:  
<https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1860>.

HAIGH, M.; HAIGH, T.; KOZAK, N.I. Stopping fake news. **Journalism Studies**, Abingdon, v. 19, n. 14, abr. 2017. Doi: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1316681>.

IFCN. International Fact-Checking Network fact-checkers' code of principles. **Poynter**, 2016. Disponível em: <https://www.poynter.org/ifcn-fact-checkers-code-of-principles>. Acesso em 9 ago. 2020.

JESUS, D.S.V; HOLANDA, A.F.B. Fato ou fake ? A cobertura do G1 sobre o uso do WhatsApp no processo eleitoral para o governo de Rio de Janeiro em 2018. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 13, n. 2, p. 170-195, ago. 2019. Doi:  
<https://doi.org/10.22409/ppgmc.v13i2.28541>.

MENDES, F.M.M.; QUEIRÓS, F.A.T. Não há quarentena para fake news: apuração e checagem jornalística na cobertura da pandemia do coronavírus. **Triade**, Sorocaba, v. 8, n. 18, 2020. Doi: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2020v8n18p243-265>.

MENEGHINI, J.C. **Emoções e afetos na desorganização informacional**: o medo e a esperança em conteúdos falsos de saúde no WhatsApp [Dissertação - Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado - ESPM]. São Paulo: ESPM, 2020.

MENEZES, L.F. Promotora não decretou prisão de jovem de 12 anos que atirou em garimpeiro. **Aos Fatos**, 3 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/promotoria-nao-decretou-prisao-de-jovem-de-12-anos-que-atirou-em-garimpeiro>. Acesso em 9 ago. 2020.

MENEZES, L.F. Israel não descobriu cura ou vacina para o coronavírus. **Aos Fatos**, 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/israel-nao-descobriu-cura-ou-vacina-para-o-coronavirus>. Acesso em 9 ago. 2020.

MONARI, A.C.P.; BERTOLI FILHO, C. Saúde sem Fake News: estudo e caracterização das informações falsas divulgadas no Canal de Informação e Checagem de Fake News do Ministério da Saúde. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 13, n. 1, p. 160-186, abr. 2019. Doi: <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v13i1.27618>.

NALON, T. Bolsonaristas resgatam vídeo antigo de Drauzio Varella para difundir desinformação sobre Covid-19. **Aos Fatos**, 22 de março de 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaristas-resgatam-video-antigo-de-drauzio-varella-para-difundir-desinformacao-sobre-covid-19>. Acesso em 9 ago. 2020.

OLIVEIRA, A.B.; ASSIS, C.L. “Fato ou Fake”, uma tentativa de retorno ao gatekeeper. **Revista UNIRITER de Comunicação**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 4-14, jun. 2020. Doi: <https://doi.org/10.21882/ruc.v8i14.787>.

OLIVEIRA, T.; QUINAN, R.; TOTH, J. Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 90-111, jan.-mar.2020. Doi: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1988>.

OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Washington: OPAS, 2020. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic\\_por.pdf?sequence=14](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14). Acesso em 29 dez. 2020.

PAGANOTTI, I. “Notícias falsas”, problemas reais: propostas de intervenção contra noticiários fraudulentos. In: COSTA, M.C.C.; BLANCO, P. (orgs.). **Pós-tudo e crise da democracia**. São Paulo: ECA-USP, 2018, p. 96-105.

PAGANOTTI, I. Pontes sociais e critérios para críticas: interações de usuários a partir de checagens do robô Fátima no Twitter. In: VIII Seminário Mídia e narrativa: Comunicação e crítica social, 2019, Belo Horizonte (MG). **Comunicações do [...]**. Disponível em:

<https://midiaenarrativa.wordpress.com/2019/11/04/comunicacoes-resumos>. Acesso em 9 ago. 2020.

QUEIROZ, G. Ondas de desinformação sobre Covid-19 no Brasil vão de curas a caixões vazios. **Lupa**, 2/7/2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/07/02/coronaverificado-ondas-desinformacao>. Acesso em 9 ago. 2020.

RIBEIRO, M.M.; ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas. **SUR**, São Paulo, n. 27, v. 15, n. 27, p. 71–83, jul. 2018. Disponível em: [www.sur.conectas.org/o-que-sao-e-como-lidar-com-as-noticias-falsas](http://www.sur.conectas.org/o-que-sao-e-como-lidar-com-as-noticias-falsas). Acesso em 9 ago. 2020.

RIBEIRO, A.; CUNHA, A.R. Eficácia da cloroquina para a cura da Covid-19 não é comprovada. **Aos Fatos**, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-engana-ao-afirmar-que-foi-descoberto-remedio-eficaz-contra-covid-19>. Acesso em 9 ago. 2020.

ROMERO-RODRIGUEZ, L.M.; DE-CASAS-MORENO, P; CALDEIRO-PEDREIRA, M. Desinformación e Infoxicación en las cuartas pantallas. In: ROMERO-RODRÍGUEZ, L.M.; AGUADED, I. **Competencias mediáticas em medios digitais emergentes**. Salamanda: Comunicación Social, 2018, p. 73-92.

ROSS, A.S.; RIVERS, D.J. Discursive Deflection: Accusation of “Fake News” and the Spread of Mis- and Disinformation in the Tweets of President Trump. **Social Media + Society**, Thousand Oaks, v. 4, n. 2, p. 1–12, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1177/2056305118776010>.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **MATRIZES**, São Paulo, v. 14, n. 1, 79-106, jan.-abr. 2020. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p79-106>.

SANTOS, M. **LTWEET**: Ferramenta de extração do TWITTER. Versão beta. Labcom Digital, 2019. Disponível em: <https://www.labcomdata.com.br>. Acesso em 7 ago. 2020.

SEIBT, T. **Jornalismo de verificação como tipo ideal**: a prática de fact-checking no Brasil. Orientadora: Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca. 2019. 265 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, F.V.; SILVA Jr., J. Mentiras sinceras (não) me interessam: estratégias biopolíticas do Ministério da Saúde no combate às fake news. **Revista Intersecções**, Jundiaí, v. 12, n. 27, p. 226-246, maio 2019. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1395>. Acesso em 9 ago. 2020.



SILVA, F.C.C.; SILVEIRA, L. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, Campinas, v. 31, nov. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>.

SPINELLI, E.M.; SANTOS, J.A. Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 3, p. 759-782, maio 2018. Doi: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n3p759>.

SUNSTEIN, C. **A verdade sobre os boatos**: como se espalham e por que acreditamos neles. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TANDOC Jr., E.C.; LIM, Z.W.; LING, R. Defining 'Fake News' - A typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, Abingdon, v. 6, n. 2, p. 137-153, ago. 2017. Doi: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, New York, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 20/07/2021  
Aprovado em: 24/09/2021

## Desafios e estratégias no combate à desinformação na Pandemia: análise da cobertura telejornalística do caso Epcar em Barbacena

*Challenges and strategies in the fight against misinformation in the Pandemic: analysis of the television news coverage of the Epcar case in Barbacena*

*Desafíos y estrategias para combatir la desinformación en la Pandemia: análisis de la cobertura informativa televisiva del caso Epcar en Barbacena*

Cláudia de Albuquerque THOMÉ<sup>1</sup>  
Luciana MORAIS<sup>2</sup>  
Ana Carolina Campos OLIVEIRA<sup>3</sup>

### Resumo

No contexto de negacionismo e informações veladas durante a pandemia da Covid-19, o presente artigo traz uma análise da cobertura audiovisual no telejornalismo regional do MG1 e MG2 - Zona da Mata, da TV Integração, acerca de um caso em Barbacena, Minas Gerais, envolvendo a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), entre maio e julho de 2020. O trabalho mostra essa guerra informacional e reflete sobre qual é o papel do jornalismo no combate às *fake news* e na divulgação de informações no período pandêmico, além de reforçar que, por meio dele, é possível transferir conhecimento acerca do que se passa no mundo. Além disso, o artigo mostrou como o jornalismo se torna uma importante ferramenta em um período de fortes práticas negativistas, cujas ações podem impactar na saúde coletiva. A pesquisa adotou a metodologia de Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016).

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Desinformação. Negacionismo. Pandemia.

### Abstract

In the context of denial and veiled information during the Covid-19 pandemic, this article presents an analysis of the audiovisual coverage in the regional television journalism of MG1 and MG2 - Zona da Mata, of TV Integração, on a case in Barbacena, Minas Gerais,

<sup>1</sup> Professora da Facom/UFJF e do PPGCOM/UFJF. Pós-doutoranda do PPGCOM/UFJRJ. Líder do Grupo Narrativas Midiáticas e Dialogias. E-mail: cthomereis@gmail.com ORCID: 0000-0003-4759-3643.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo Narrativas Midiáticas e Dialogias. E-mail: luciana.morais@estudante.ufjf.br ORCID: 0000-0002-2829-4448.

<sup>3</sup> Mestranda e bolsista (Propp/UFJF) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo Narrativas Midiáticas e Dialogias. E-mail: campos.anacarolina@estudante.ufjf.br ORCID: 0000-0002-34809217.

involving the Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), between May and July 2020. The work shows this information war and reflects on the role of journalism in combating fake news and the dissemination of information in the pandemic period, in addition to reinforcing that, through it, it is possible to transfer knowledge about what is happening in the world. In addition, the article showed how journalism becomes an important tool in a period of strong negative practices, whose actions can impact public health. The study adopted the Audiovisual Materiality Analysis methodology (COUTINHO, 2016).

**Keywords:** Television News. Misinformation. Denialism. Pandemic.

### Resumen

En el contexto de negación e información velada durante la pandemia Covid-19, este artículo presenta un análisis de la cobertura audiovisual en el periodismo televisivo regional de MG1 y MG2 - Zona da Mata, de TV Integração, sobre un caso en Barbacena, Minas Gerais, involucrando a la Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), entre mayo y julio de 2020. El trabajo muestra esta guerra informativa y reflexiona sobre el papel del periodismo en el combate de las fake news y la difusión de información en el período pandémico, además de reforzar que, a través de él, es posible transferir conocimientos sobre lo que sucede en el mundo. Además, el artículo mostró cómo el periodismo se convierte en una herramienta importante en un período de fuertes prácticas negativas, cuyas acciones pueden impactar la salud pública. El estudio adoptó la metodología de Análisis de Materialidad Visual (COUTINHO, 2016).

**Palabras clave:** Periodismo televisivo. Desinformación. Negación. Pandemia.

### Introdução

A pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, quando o primeiro caso da doença foi anunciado pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no dia 26. Logo a transmissão do vírus passou a ser comunitária (quando não é possível detectar o agente de transmissão), espalhando-se rapidamente por diversas regiões e estados no país. Em apenas um mês de pandemia e com testagem limitada, o Brasil já contava com mais de 5 mil casos confirmados da doença e 202 mortes, segundo veículos de imprensa.

**Figura 1 – Gráfico de casos de Coronavírus no Brasil entre 26 de fevereiro e 31 de março de 2020**



Fonte: Ministério da Saúde até 15 de março; secretarias estaduais da Saúde a partir de 16 de março.

Fonte: G1

<://g1.ghttpslobo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-31-de-marco.ghtml > Acesso em 27 de abril de 2021.

A pandemia do Coronavírus foi anunciada pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020. De acordo com o diretor-geral do órgão, Tedros Adhanom, todos os países deveriam ativar e ampliar os mecanismos de resposta a emergências<sup>4</sup> em saúde. O isolamento, a testagem e o cuidado com as pessoas positivadas eram fundamentais para coibir o aumento da doença. No Brasil, uma emergência sanitária havia sido decretada no dia 4 de fevereiro, antes da confirmação do primeiro registro no país, no dia 26. O Ministério da Saúde, então, orientou aos estados que fossem estabelecidas ações que tentassem frear o avanço do Coronavírus no Brasil, como medidas de distanciamento social, fechamento do comércio de serviços não essenciais, escolas e outras atividades de caráter público ou privado. Apesar disso, contraditoriamente ao que

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>, acessado em 28 de abril de 2021.

vinha sendo proposto pelo ministro da Saúde, o presidente da República, Jair Bolsonaro, se pronunciou minimizando os efeitos causados pela Covid-19, considerando a doença como uma “gripezinha” e se mostrando contra qualquer tipo de medida de prevenção, como o distanciamento social e a utilização de máscaras pela população, além de defender a utilização de medicamentos sem comprovação científica de eficácia contra o Coronavírus<sup>5</sup>. A pandemia no Brasil, além de uma questão de saúde pública, se tornou também um momento conturbado de discussões e polarização política.

Neste contexto, a propagação de *fake news* tomou grandes proporções nas redes sociais, criando uma verdadeira guerra informacional. O jornalismo, para além de levar informações certificadas à população em um momento de incertezas e caos no país, precisou assumir a função de desmentir essas notícias falsas e potencializou seu lugar social de denúncia e confronto frente a medidas que prejudicam a população.

Esses esforços puderam ser observados em diferentes momentos da cobertura da pandemia e, no presente trabalho, serão analisados a partir de um caso que mereceu destaque no telejornalismo regional de Minas Gerais, através da cobertura realizada pelas equipes dos telejornais MG1 e MG2, da TV Integração, afiliada da TV Globo na região da Zona da Mata e Campo das Vertentes, do que chamamos aqui de “Caso Epcar”, uma pauta que extrapolou o regional e também se transformou em assunto de interesse nacional.

### ***Fake News* e Desinformação na Pandemia – desafios da cobertura jornalística**

Pode-se afirmar que, atualmente, vivemos uma crise informacional. Se antes da década de 1990 o fluxo de informações se dava, principalmente, pelos veículos de comunicação tradicionais como o jornal impresso, o rádio e a televisão, com a popularização da internet este processo se tornou muito mais rápido e disperso. Mesmo assim, como apontado por Becker (2016), “os telejornais ainda são uma extraordinária e poderosa fonte de informação, mesmo sob os impactos da convergência e das redações integradas” (BECKER, 2016, p.31). Com o desenvolvimento das redes sociais, produzir

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>, acessado em 28 de abril de 2021.

e distribuir conteúdo tornou-se uma atividade possível de ser feita por basicamente qualquer pessoa que disponha de conexão de internet e um dispositivo pelo qual acessar às redes — computadores, *tablets*, *smartphones* etc. Neste contexto, passamos hoje por um período no qual somos bombardeados a todo momento por uma série de informações e por conteúdos que, em sua maioria, não foram apurados e produzidos por profissionais do jornalismo. Como resultado deste processo, observou-se, principalmente após o ano de 2017, a popularização do termo *fake news* — do inglês, “notícias falsas” —, segundo a plataforma *Google Trends*, ferramenta que mostra os termos mais procurados nos mecanismos de busca na internet. No artigo intitulado “*Fake News*: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística”, Becker e Goes (2020) propõem uma reflexão acerca das notícias falsas, apontando possíveis definições para este fenômeno, atreladas a diferentes situações e características possíveis desse tipo de conteúdo. Segundo os autores, em síntese, atualmente “as *fakenews* se constituem como um fenômeno de comunicação decorrente da velocidade com que conteúdos informativos se espalham no ambiente convergente em rede” (BECKER; GOES, 2020, p. 49).

**Figura 2 – Gráfico sobre a procura do termo “Fake News”**



Fonte: Google Trends, acesso em 14 de maio de 2021.

O termo *fake news*, no entanto, é controverso, pelo pressuposto de que, se é notícia, não pode ser falsa. Como afirmam Porcello e Brites (2018), “uma vez que uma informação não é verdadeira, ela não pode ser notícia. Isso porque para ela existir precisa

ser verdadeira, verificável, checada e chancelada por um jornalista” (PORCELLO; BRITES, 2018, p.3). Becker e Goes (2020) também apontam essa incongruência:

A definição de notícia pressupõe que o relato jornalístico tem como princípio a enunciação da verdade do fato. Logo, não seria possível existir uma notícia falsa, mas sim algo que se assemelha apenas ao formato de uma notícia. (BECKER; GOES, 2020, p. 47).

Neste sentido, as *fake news* podem ser entendidas como conteúdos produzidos estrategicamente com formato parecido com o de uma notícia, com a intenção de disseminar uma informação falsa, ou seja, “notícias falsas criadas propositalmente para enganar visando alguma vantagem sobre isso” (PORCELLO; BRITES, 2018, p.3). Desta forma, as *fake news* configuram-se, portanto, como peças-chave e estratégicas de um processo de desinformação.

Este, no entanto, não é exclusivamente um processo inerente a essa geração, “e pode ser comparada, em outra escala, ao boato de antigamente” (BECKER, 2020, p.47), porém com expressividade maior devido à velocidade de sua propagação causada pela convergência das mídias e ao fácil acesso à produção desses conteúdos por parte de qualquer usuário. Thomé, Miranda e Martins (2019) também evidenciam essa questão e demonstram como este é um assunto de extrema importância, principalmente no que diz respeito ao papel social do jornalismo.

A relação do que é fato e do que é fake tem atravessado os critérios de noticiabilidade e passado à frente do noticiário, que fica com a missão, e o desafio, de noticiar algo verdadeiro e, ao mesmo tempo, desmentir a onda de boatos. (THOMÉ; MIRANDA; MARTINS, 2019, p.37).

Torna-se interessante observar, no entanto, para além do desenvolvimento tecnológico que possibilitou a divulgação em larga escala dessas informações falsas, o que garante seu compartilhamento em massa e um falso aspecto de veracidade e credibilidade. Para Raquel Recuero e Anatoliy Gruzd (2019), as *fake news* ganham força justamente devido à sua estrutura e às narrativas, que se apropriam de características do próprio texto jornalístico.

As *fake news*, assim, tomariam emprestado do jornalismo, pela emulação de seus padrões de linguagem, a credibilidade e a legitimidade para a narrativa falsa que propagam, apoiando-se em sua função social (SHUDSON, 2003; BERTOLINI, 2016). Parece-nos, assim, que esses três elementos seriam essenciais para a definição de uma *fake news*: (1) o componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; (2) o componente da falsidade total ou parcial da narrativa e; (3) a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social. (SHAO et al., 2018). (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 33).

Neste sentido, as *fake news* se inserem no que chama-se de “pós-verdade”, fenômeno no qual “as verdades são relativizadas ou parecem se tornar irrelevantes, tendem a prevalecer as opiniões e as crenças pessoais sobre os fatos objetivos” (BECKER; GOES, 2020, p.46), uma vez que são espalhadas nas chamadas “bolhas” (SANTAELLA, 2018) provocadas pelos algoritmos das redes sociais, que segmentam o tipo de conteúdo que cada indivíduo recebe baseado nos seus próprios interesses, criando, assim, um ambiente propício para a propagação de notícias falsas, ao passo que identifica comunidades que consomem e compartilham com mais frequência esse tipo de conteúdo.

No Brasil, esse fenômeno pode ser facilmente observado desde o processo político que culminou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, até o período eleitoral em 2018, resultando na eleição de Jair Bolsonaro e, de forma acentuada, durante a pandemia da Covid-19. No início de 2020, período marcado por muitas incertezas acerca da recém descoberta doença causada pelo SARS-CoV-2, vírus responsável pela infecção que acometeu o mundo todo, a imprensa teve papel fundamental ao levar informações certificadas à população, a partir de apurações com fontes científicas confiáveis, profissionais especialistas e órgãos oficiais. Na pandemia, além do contexto de disseminação de *fake news* e de ataques à imprensa, o jornalismo enfrentou, ainda, outro desafio: o de garantir o acesso aos dados oficiais sobre número de mortos em cada estado. Tal acesso foi dificultado pelo governo brasileiro, em meio a discursos que minimizaram os efeitos da pandemia, configurando uma política de negacionismo que dificultou a tomada de ações de combate à pandemia no país — como o distanciamento social, protocolos de higiene e utilização de máscaras.



No dia 5 de junho de 2020, diante de mudanças e atrasos<sup>6</sup> na divulgação dos números de casos e óbitos causados pela doença no país por parte do governo, o Jornal Nacional chegou a entrar com um plantão de notícias<sup>7</sup>, às 21h45, para informar os números, divulgados mais tarde. Três dias depois, veículos de imprensa se uniram na formação de um consórcio para apurar esses dados e levá-los diariamente à população<sup>8</sup>.

Frente a este cenário de enfrentamento, negacionismo e difusão de notícias falsas, mesmo com as novas descobertas acerca do Coronavírus, o Brasil chegou a meio milhão de mortos pela Covid-19 em junho de 2021 e passa, ainda, por um período de muita insegurança e incerteza, situação agravada pelas *fake news*, que estabeleceram uma verdadeira guerra informacional no país. As informações falsas circulam pelas redes sociais e por aplicativos, trazendo supostos tratamentos e medicamentos contra a Covid-19 e relativizando a gravidade da doença.

Assim, o jornalismo precisou assumir novas funções, como a de combater as *fake news* e a de contabilizar os números de infectados e de mortos na pandemia, como já citado, a partir da criação inédita de um consórcio de veículos de comunicação. Mais especificamente o telejornalismo teve seu tempo de produção ampliado, reafirmando seu papel de informar e também organizar o fluxo de informações:

O que os jornalistas fazem diariamente é ‘organizar o mundo’, procurando torná-lo mais compreensível. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’, ‘interpretar’, de ‘poder analisar’. O jornalismo se autorreferencia como um lugar de mediação, de revelação da verdade e orientação de homens e mulheres na contemporaneidade (VIZEU; CERQUEIRA, 2016, p. 5).

---

<sup>6</sup> O atraso na divulgação do boletim estava previsto na fala do presidente: “Acabou matéria do Jornal Nacional”. In <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/dados-do-coronavirus-bolsonaro-defende-excluir-de-balanco-numero-de-mortos-de-dias-antecedentes.ghtml>, acessado em 15 de julho de 2021.

<sup>7</sup> No dia 5 de junho, o Jornal Nacional voltou ao ar às 21h45 para informar os dados divulgados após a edição do telejornal, em um plantão de notícias. In <https://globoplay.globo.com/v/8607221/>, acessado em 15/07/2021.

<sup>8</sup> No dia 8 de junho é anunciada a criação de um consórcio de veículos formado por G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL. In <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml><https://globoplay.globo.com/v/8607221/>, acessado em 15 de julho de 2021.

A partir do contexto exposto, o presente trabalho traz a análise de um caso ocorrido no início da pandemia, em Minas Gerais, e que teve repercussão regional e nacional.

### **O caso Epcar – emissora recebe denúncia em áudio**

Em Minas Gerais, o primeiro caso de Covid-19 foi registrado no dia 8 de março de 2020 em uma mulher de 47 anos, moradora de Divinópolis, que esteve na Itália, retornando à capital mineira em 02 de março de 2020. Depois disso, logo nos dias seguintes, mais de 200 casos já haviam sido confirmados pela Secretaria de Estado de Saúde. Em Barbacena, no Campo das Vertentes, uma situação peculiar dentro da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, a Epcar, teve repercussão não só na região, mas em todo o país, devido a 40% do total de alunos da instituição terem contraído a doença.

O fato de tantos alunos testarem positivo para a Covid-19 atraiu a atenção da mídia local, a partir de uma denúncia feita por um professor da instituição, como aponta a cobertura do caso. Dessa forma, a comunidade passou a ter conhecimento sobre a gravidade do cenário na cidade. Quase dois meses após o primeiro caso de Coronavírus em Minas Gerais, o profissional disse, por meio de áudio de celular à produção da TV Integração<sup>9</sup>, que as aulas foram suspensas no dia 19 de março de 2020, parte retomada no dia 6 de abril e o restante depois da Páscoa, ou seja, os adolescentes não estariam cumprindo a quarentena, como havia sido estipulado naquele momento pelo Ministério da Saúde em todo o país. De acordo com a reportagem<sup>10</sup> exibida pela TV Integração no dia 20 de maio de 2020, o áudio do docente relatava que:

Tem mais de 60 dias que os quase 500 alunos da Epcar estão na escola, sem serem liberados em momento algum para casa. Inicialmente, no dia 19 de março as aulas foram suspensas, mas uma parte foi retomada no dia 6 de abril e o restante foi retomado depois da Páscoa. Essas aulas foram retomadas em grande parte de forma presencial, através de aulas lecionadas por professores militares. São cerca de 25 professores militares que estão entrando e saindo praticamente todos os dias da

---

<sup>9</sup> A TV Integração é uma rede de televisão brasileira afiliada à Rede Globo, sediada em Uberlândia, no estado de Minas Gerais. Sua cobertura integra as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas Gerais, Noroeste de Minas Gerais, Zona da Mata e Campo das Vertentes.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8568146/>, acessado em 11 de maio de 2021.

escola para poderem dar estas aulas, mais quatro professores civis que se voluntariaram e quiseram continuar nas aulas presenciais. (MG2, edição de 20/05/2020, TV Integração).

Na mesma reportagem, o Conselho Tutelar informou, por meio de uma nota à produção da emissora, que também recebeu denúncia dos pais de alunos sobre a situação das aulas na Epcar. O relato foi encaminhado ao Ministério Público Federal em São João del Rei. O órgão pediu que fosse feita uma inspeção na escola, realizada pela Vigilância Sanitária e pelo Conselho Tutelar. Foram realizados testes rápidos nos professores e alunos. Após isso, a assessoria da Aeronáutica, em Brasília, confirmou a testagem positiva de algumas pessoas. As aulas presenciais não estavam mais acontecendo, porém, segundo o professor, havia cerca de 30 alunos que continuavam na escola em isolamento, sendo que seis alunos e uma professora testaram positivo para o novo Coronavírus. Ainda por nota enviada à emissora, a Epcar disse que todos os alunos seriam testados e os alunos saudáveis seriam liberados para cumprir três semanas de férias escolares.

Dois dias depois, o MG2, da TV Integração, noticiou que 23 alunos da Epcar testaram positivo, segundo o Ministério da Defesa. Já no dia 23 de maio, a emissora exibiu, também no MG2, que, segundo a Aeronáutica, 90 integrantes da Escola Preparatória de Cadetes do Ar estavam infectados pela Covid-19. Dentre eles, seis integrantes apresentavam sintomas leves e os demais, 84, estavam com quadro assintomático, apesar de testarem positivo. A notícia lembrou que o primeiro caso aconteceu no dia 14 de maio e que o aluno já estava curado. Lembrou que as visitas estavam suspensas, que as famílias estavam sendo avisadas e lembrou também que o Ministério Público de São João del Rei estava investigando o caso. No dia 25 de maio, 195 estudantes apresentaram resultado positivo para Covid-19.

Nesse dia, a TV Integração entrou ao vivo com equipe de reportagem em frente à Epcar, em vista que o total de alunos contaminados correspondia a 40% do número total de alunos da instituição e que, no relatório do MPF, a escola não teria cumprido as determinações de distanciamento das camas no alojamento e havia falta de álcool nos quartos e nas salas de aula. Além disso, o telejornal mostrou também, em arte, a evolução dos casos em Barbacena. A cidade, na época, estava em 4º lugar no ranking com maior

número de contaminados em Minas Gerais. Para explicar melhor o caso, o telejornal exibiu uma entrevista com a secretária municipal de saúde para falar sobre o assunto.

**Figura 3 – Frame da reportagem da TV Integração exibida em 25 de maio de 2020**



Fonte: Globoplay – <https://globoplay.globo.com/v/8578813/Print> da Internet - Reprodução TV Integração, acessado em 11/05/2020.

No dia 26 de maio de 2020, o número de alunos infectados chegava a 204 e o caso repercutiu nos telejornais da Rede Globo, em rede nacional, como o Bom Dia Brasil<sup>11</sup> e Jornal Hoje<sup>12</sup>. A história sobre os estudantes que contraíram Covid-19 continuava sendo repercutida nos telejornais da TV Integração, já que o Ministério Público Federal acompanhava a situação e entrou com liminar para impedir que os alunos retornassem às aulas no dia 12 de julho, o que não aconteceu. Os alunos saíram de férias em junho e, após três semanas em casa, retomaram suas atividades, conforme decisão judicial do dia 3 de julho<sup>13</sup>. A escola apresentou protocolos de segurança e, mesmo assim, novos casos surgiram e a insegurança ainda era motivo de preocupação, principalmente,

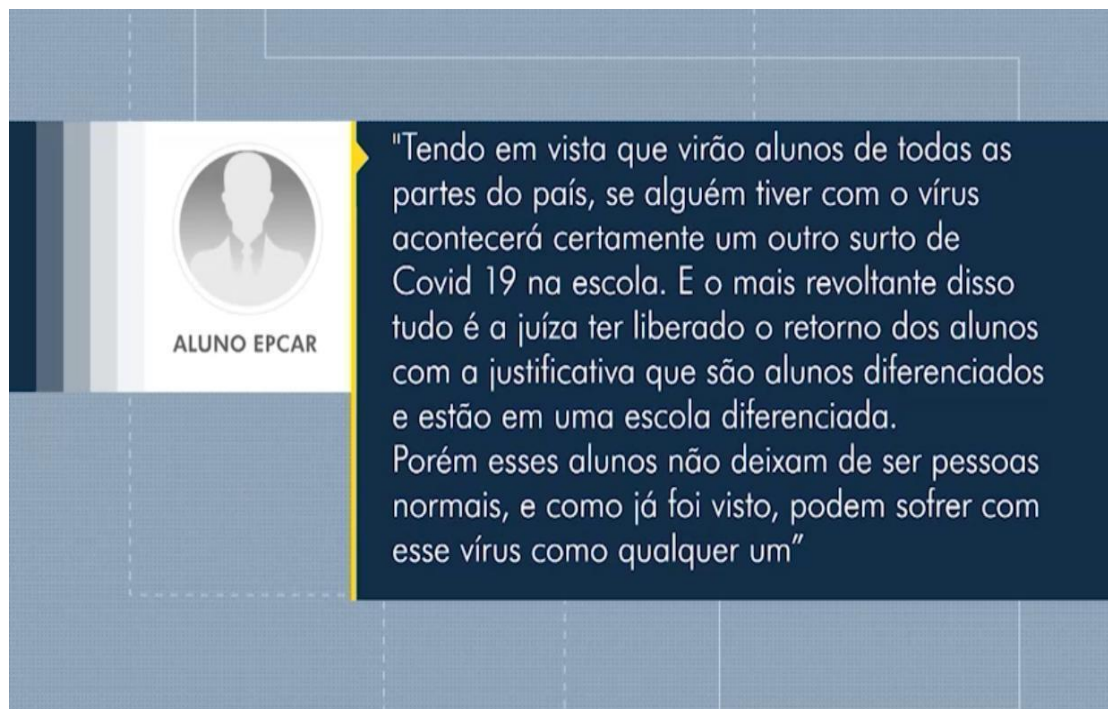
<sup>11</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8580371/>, acessado em 28 de abril de 2021.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8581039/>, acessado em 28 de abril de 2021.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/sjmg/navegacao-auxiliar/documentos/epcardesignaaudienciaconciliacao.htm>.

para os alunos, conforme o telejornal mostrou em trecho da reportagem do retorno das aulas.

**Figura 4 – Frame da reportagem exibida no dia 13 de Julho de 2020 na TV Integração/JF**



Fonte: Arquivo cedido pela emissora.

Enquanto alguns alunos se preocupavam com a saúde e bem estar, outros descumpriam os protocolos de segurança, mesmo tendo passado por um surto de Covid-19 na escola. A reportagem mostrou que, no dia 27 de julho, alunos se aglomeravam em um espaço dentro da escola em uma luta de boxe<sup>14</sup> organizada por eles próprios. A direção da escola disse que investigaria o caso.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8730840/>, acessado em 28 de abril de 2021.

Figura 5 – Frame da reportagem exibida no dia 27 de Julho de 2020 na TV Integração/JF



Fonte: Globoplay – <https://globoplay.globo.com/v/8730840/Print> da Internet - Reprodução TV Integração, acessado em 11/05/2020.

O presente trabalho tem por objetivo analisar como se deu a cobertura do Caso Epcar em esfera regional nos telejornais locais<sup>15</sup> MG1 e MG2, da TV Integração, partindo

<sup>15</sup> Na época da cobertura do caso da Covid-19 dentro da Epcar, os telejornais da TV Integração, MG1 e MG2, foram exibidos de forma regional, abrangendo não só a área de cobertura da Zona da Mata e Campo

do pressuposto de que este teria sido um caso elucidativo a respeito das questões discutidas anteriormente: as relações entre jornalismo e poder, além da transposição da função de somente informar, para o constante esforço em também combater as *fake news* e, por consequência, o processo de desinformação.

### **Desafios e estratégias no combate à desinformação**

Para analisar a cobertura telejornalística desse caso, foi utilizada a metodologia proposta por Coutinho (2016) de Análise da Materialidade Audiovisual. Segundo a autora, essa seria uma metodologia específica para se pensar as produções audiovisuais, colocando o pesquisador como “telespectador privilegiado” (COUTINHO, 2016, p.9), buscando investigar o telejornalismo e seus aspectos a partir de percepção, leitura e julgamento. A metodologia propõe uma análise unitária de “texto+som+imagem+edição” (COUTINHO, 2016, p.10) a partir da articulação de eixos temáticos que permitirão ao pesquisador analisar o produto pretendido buscando “percepção e descrição” (COUTINHO, 2016, p.12) de suas características, “especificidades de linguagem, estilo, proposta” (COUTINHO, 2016, p.13), de acordo com suas promessas já previamente conhecidas.

Para a seguinte investigação, foi definido o corpus de análise das edições veiculadas entre os dias 20 de maio e 27 de julho de 2020, intervalo no qual foram apresentadas as primeiras e as últimas informações sobre o Caso Epcar nos telejornais locais MG1 e MG2 da TV Integração, afiliada da Rede Globo na Zona da Mata e Campo das Vertentes. Com o objetivo de analisar o material a fim de perceber como se deu a cobertura do caso em um telejornal local e o papel do telejornalismo no combate às *fake news* e à desinformação, foram articulados os seguintes eixos temáticos: 1) **Formatos e unidades informativas**: como foi estruturada a cobertura do caso, levando em conta os tipos de unidades informativas utilizadas, como vts, entradas ao vivo e notas; 2) **Pluralidade**: quem são as vozes presentes nessa cobertura, entre jornalistas e os diversos

---

das Vertentes, mas também as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas Gerais, Noroeste de Minas Gerais. O MG1 era ancorado de Uberlândia e o MG2 exibido de Juiz de Fora. Esta foi uma medida encontrada pela empresa para diminuir o número de profissionais trabalhando juntos, como forma de prevenção em um dos períodos mais críticos da doença.

tipos de fontes; 3) **Construção narrativa**: como a narrativa se constrói com elementos sonoros e imagéticos, levando em conta materiais captados pelo próprio telejornal, materiais enviados, videografismos e quaisquer outros tipos de efeitos e escolhas realizadas durante a edição; e 4) **Estratégias de Didatização**, seguindo o que é conceituado pelos autores Alfredo Vizeu e Laerte Cerqueira como “função pedagógica” do jornalismo (VIZEU; CERQUEIRA, 2016).

Na primeira categoria, dentro do intervalo definido no corpus de análise, observou-se a cobertura do Caso Epcar dentro dos seguintes formatos e unidades informativas:

**Tabela 1 – A Cobertura do Caso Epcar no MG1 e MG2**

<b>Data</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Acesso</b>
20/05/2020	VT+Nota Pé	<a href="https://globoplay.globo.com/v/8568146/">https://globoplay.globo.com/v/8568146/</a>
22/05/2020	Loc OFF + Nota Pé	Acervo Pessoal
23/05/2020	Loc OFF + Nota Pé	Acervo Pessoal
25/05/2020	Ao Vivo + Sonora + Gráfico e Loc OFF	<a href="https://globoplay.globo.com/v/8578813/">https://globoplay.globo.com/v/8578813/</a>
26/05/2020	Ao Vivo + Sonora	Acervo Pessoal
03/07/2020	Loc OFF + Nota Pé	<a href="https://globoplay.globo.com/v/8671845/">https://globoplay.globo.com/v/8671845/</a>
07/07/2020	Nota Coberta	Acervo Pessoal
13/07/2020	VT + Nota Pé	Acervo Pessoal
17/07/2020	Nota Coberta + Nota Pé	Acervo Pessoal
27/07/2020	Loc OFF + Nota Pé	<a href="https://globoplay.globo.com/v/8730840/">https://globoplay.globo.com/v/8730840/</a>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

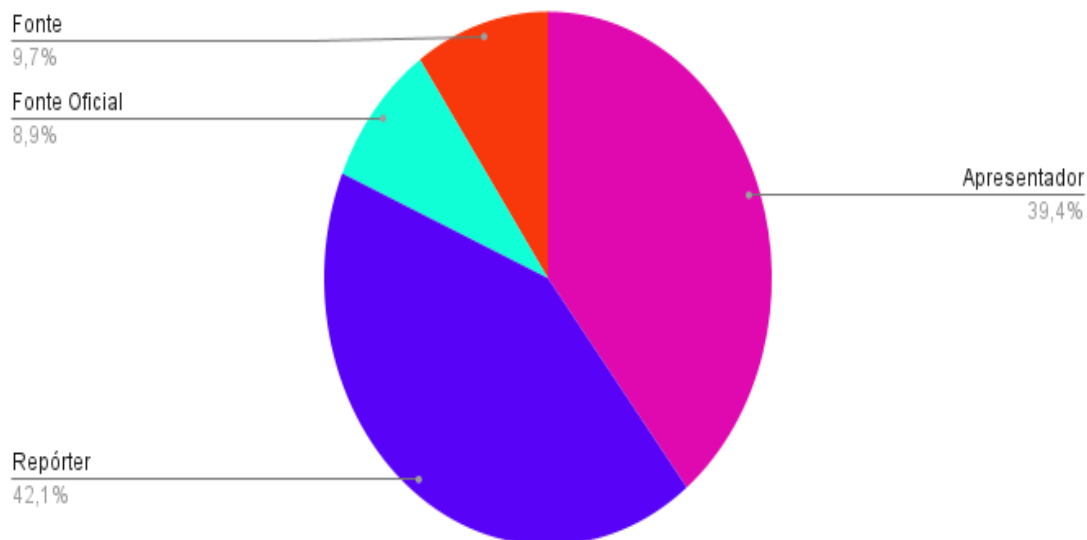
Seguindo para o segundo eixo de análise, a pluralidade, a cobertura tem predominância de falas de jornalistas (apresentadores ou repórteres), seguido de fontes primárias, como um professor e um aluno da instituição, e uma fonte oficial, a secretária de saúde de Barbacena; como apresentado no gráfico abaixo.



**Figura 6 – Gráfico sobre Pluralidade - Enunciadores por tempo de fala**

### Enunciadores por tempo de fala

Apresentador: 479 segundos; Repórter: 512 segundos; Fonte Oficial: 108 segundos; Fonte 118



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras.

As demais fontes citadas, como a Aeronáutica, o Ministério Público Federal, órgãos oficiais da cidade e a própria Epcar, se fizeram presentes apenas devido a documentos oficiais ou notas publicadas pelas instituições e transmitidas no telejornal.

No terceiro eixo, sobre a construção da narrativa, foram observados os aspectos e recursos utilizados nas unidades informativas como efeitos sonoros a fim de modificar as vozes das fontes nos depoimentos do professor e do aluno, com o objetivo de manter o anonimato e garantir a segurança das fontes; a utilização de videografismos, como artes para trazer destaque a trechos de documentos oficiais e gráficos que mostram a evolução da Covid-19 em Barbacena, associado ao caso da Epcar; imagens de satélite e recursos gráficos que simulam uma “planta”, para mostrar o espaço físico da instituição; a utilização de imagens do cenário principal do caso, a sede da Epcar, feitas por repórteres cinematográficos e, ainda, imagens de redes sociais mostrando a falta de cumprimento de medidas sanitárias dentro da escola.

Nesse mesmo período, foi noticiado ainda um caso de agressão à equipe de reportagem do telejornal em Barbacena. Durante o período de cobertura, a repórter e o

repórter cinematográfico trabalhavam próximos à Epcar, quando um empresário da cidade parou o carro que dirigia e agrediu verbalmente os profissionais. Em seguida, ele pegou o equipamento de gravação do cinegrafista que, ao impedir que ele fosse danificado, foi atingido com o tripé de gravação. O jornalista foi levado para a Santa Casa de Misericórdia de Barbacena para atendimento médico.

A agressão<sup>16</sup> foi noticiada no MG2, em uma nota coberta. A repórter filmou toda a ação, que também serviu como prova do ocorrido. A Polícia Civil informou que o empresário pagou fiança de mil reais e foi liberado. Ele foi enquadrado nos crimes de dano qualificado e lesão corporal.

A análise aponta para características que evidenciam como a cobertura do caso foi delicada para o telejornal e é representativa em relação às questões de telejornalismo, poder e combate à desinformação, como tratado anteriormente. A prevalência de unidades informativas como notas, em detrimento de VTs e entradas ao vivo, muito utilizadas no telejornal, evidencia uma possível dificuldade de diálogo e apuração das informações, bem como o baixo número de enunciadores presentes na cobertura e o tratamento dado a essas fontes, como a garantia ao anonimato. O contexto de cobertura do caso era desafiador para o telejornalismo, uma vez que, devido à pandemia, fazia-se necessário um cuidado com a equipe frente ao risco de contaminação e também diante de ataques aos profissionais, como evidenciado anteriormente. Além disso, é possível observar, com a análise, a dificuldade de apuração de informações envolvendo órgãos oficiais e questões relacionadas ao descumprimento de normas em vigor no momento de ocorrência do fato.

O Caso Epcar evidencia a característica do jornalismo como lugar de denúncia, representada no caso pela fala do professor que observou uma situação na qual as medidas de segurança contra o Coronavírus não estariam sendo respeitadas, o que acabou por causar um aumento considerável dos casos da doença na cidade de Barbacena. Além disso, reitera o dever do jornalismo a serviço da sociedade, buscando investigar e averiguar o caso, em contato com as autoridades responsáveis, a fim alertar para o risco da doença.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8568136/>, acessado em 28 de abril de 2021.

Essas práticas geram um embate direto entre os discursos negacionistas — que tentam desacreditar informações sobre a gravidade do avanço da pandemia no país —, e a informação certificada pelos profissionais do jornalismo a serviço da saúde pública. Tal embate ocorreu em diversos momentos da cobertura da pandemia, com recorrentes ataques a jornalistas, fato que fica bem ilustrado no caso de agressão à equipe de reportagem que cobria o caso em Barbacena, apresentado pelo telejornal.

No quarto eixo proposto, para a análise das estratégias adotadas pelo telejornal regional, foi possível detectar que a cobertura do caso apresenta uma potencial função didática do jornalismo (VIZEU; CERQUEIRA, 2016). Em função disso, os processos didáticos de contextualização, descrição em arte e ambientação, apontados pelos autores, foram norteadores nesse eixo.

No dia 22 de maio, a apresentadora da TV Integração contextualizou o assunto, fazendo uso do processo didático de contextualização, resgatando a história que havia sido exibida no dia 20 ao dizer que o MG2 havia noticiado que alunos apresentaram teste positivo para o Coronavírus.

Figura 7 – Print do espelho do jornal da TV Integração/JF do dia 22/05/2020

Cadastro de Script: LOC OFF COVID EPCAR + NP

Código: X Cancelar (418015) | Data: 22/05/2020 | Retranca: LOC OFF COVID EPCAR + NP | Telejornal: 13 MGTV2 JF | Ordem: 020

Courier New | 10 | A/E | Cabeça 00:27 | Páginas 0

```

{[[[CG=manchete]
]]
[[[TÍTULO=30
CONTAMINADOS
PELA COVID-19]]
[[[SUBTÍTULO=Outr
os 23 alunos da
EPCAR, em
Barbacena,
testaram
positivo]]
]]
14"

```

E OUTROS 23 INTEGRANTES DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR, A EPCAR, TESTARAM POSITIVO PRA COVID-19. / A INFORMAÇÃO É DO MINISTÉRIO DA DEFESA. /  
 /// ENTRAM IMAGENS ///  
 NA TERÇA-FEIRA O MG2 MOSTROU QUE SEIS ALUNOS E UMA PROFESSORA FORAM DIAGNOSTICADOS COM A DOENÇA. / AGORA, SÃO TRINTA CONTAMINADOS. / A EPCAR DISSE QUE ESSES RESULTADOS SÃO REFERENTES APENAS AOS ALUNOS DO TERCEIRO ANO. / OS DO PRIMEIRO E SEGUNDO FORAM TESTADOS HOJE. /  
 /// SAEM IMAGENS ///  
 AQUELES QUE TESTARAM NEGATIVO JÁ FORAM LIBERADOS PARA FÉRIAS ESCOLARES DE TRÊS SEMANAS. //

Repórter: 0139 Erica.Sala  
 Cinegrafista: 0065 ADEF-JF  
 Editor de Imagem: 0065 ADEF-JF  
 Editor: 0139 Erica.Sala

Fita	Tempo VT	Carac. /s	Tempo Total
	00:00	19	00:27

Fonte: Arquivo cedido pela emissora.

Outro processo didático identificado na análise foi a descrição em arte, como na edição do 25 de maio, em que, após uma entrevista ao vivo, a apresentadora utiliza o recurso em arte no telão para mostrar os dados do crescimento da doença na cidade, conforme mostra o frame abaixo.

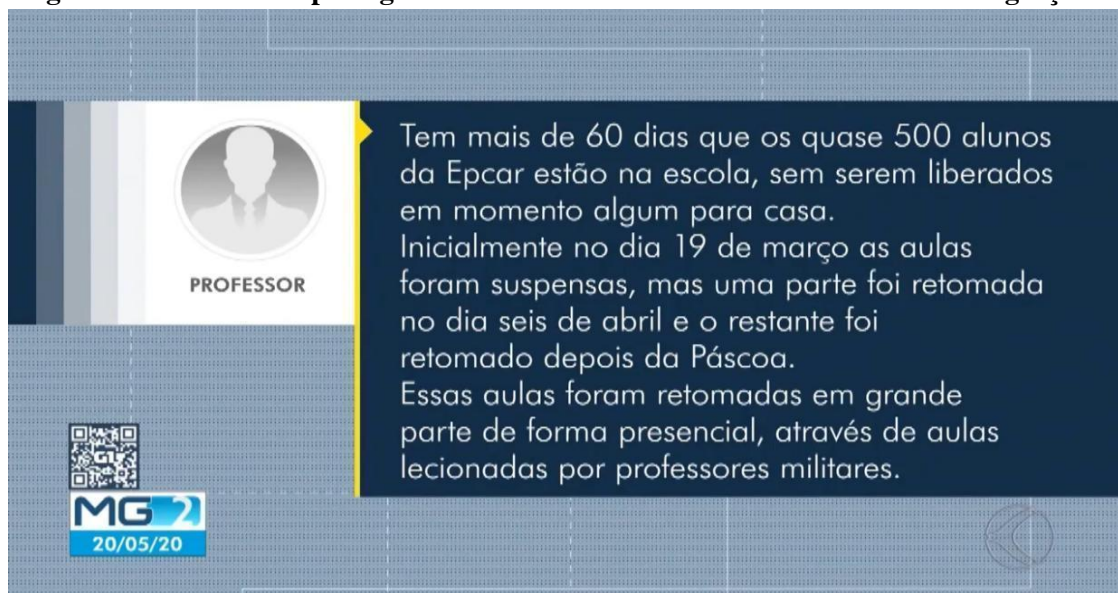
Figura 8 – Frame da reportagem exibida no dia 25 de maio de 2020 na TV Integração/JF



Fonte: Globoplay - <https://globoplay.globo.com/v/8578813/Print> da Internet - Reprodução TV Integração, acessado em 11/05/2020.

A transcrição da fala do professor que denunciou que a escola estava ainda com aulas presenciais também se configura como importante elemento narrativo, na edição do dia 20 de maio. Como o docente não quis se identificar, o telejornal utilizou o recurso de usar uma imagem representando a figura dele e sua fala entrando em movimento na tela, o que gera um efeito que autentica a denúncia.

**Figura 9 – Frame da reportagem exibida no dia 20 de maio de 2020 na TV Integração/JF**



Fonte: Globoplay - <https://globoplay.globo.com/v/8568146/Print> da Internet - Reprodução TV Integração, acessado em 11/05/2020.

Podemos citar ainda outro processo didático, o da ambientação: no início de grande parte das reportagens a primeira imagem a ser exibida é a fachada da Epcar. Nem sempre a imagem corresponde ao que está sendo dito, entretanto, a partir dela é possível ter uma compreensão do assunto e permite que o telespectador possa se situar sobre o tema. Ainda, observamos o processo didático do reforço quando a apresentadora, na edição do dia 23 de maio, diz que, segundo a Aeronáutica, 90 alunos estavam com o novo Coronavírus e esclarece que seis apresentaram sintomas leves e os demais, que são 84, estavam assintomáticos. Apesar da conta ser óbvia, para a pessoa que está assistindo o jornal, quanto mais objetivo o texto for, mais fácil a compreensão e, por isso, o reforço para não necessitar que o telespectador faça conta e não preste atenção na informação que continua.

Figura 10 – Print do espelho do jornal da TV Integração/JF do dia 23/05/2020

Cadastro de Script: LOCOFF INFECTADOS EPCAR + NP

Código: Cancelar (418029) | Data: 23/05/2020 | Retranca: LOCOFF INFECTADOS EPCAR + NP

Telejornal: 13 | MGTV2 JF | Ordem: 014

Apresentador: 0696 | marcio.san

Município: 0146 | BARB

Tipo de matéria: 02 | VT

Editoria: 0000 | ADEF

Repórter: 0696 | marcio.san

Cinegrafista: 0065 | ADEF-JF

Editor de Imagem: 0065 | ADEF-JF

Auxiliar de câmera: [ ]

Editor: 0303 | leticia.br

Fita: [ ] | Tempo VT: 00:00 | Carac. /s: 17 | Tempo Total: 01:17

Courier New | 10 | Cabeça 01:17 Páginas 0

[[[CG=manchete]]]  
[[[TÍTULO=INFECTADOS NA EPCAR]]]  
[[[SUBTÍTULO=Escola da Aeronáutica em Barbacena tem 90 integrantes com Covid-19]]]]  
30''  
arquivo fachada  
[[[CG=glzonadamat]]]  
[[[NÃO PREENCHER=]]]]

A AERONÁUTICA CONFIRMOU HOJE QUE NOVENTA INTEGRANTES DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR, A EPCAR, ESTÃO INFECTADOS PELA COVID-19. / A ESCOLA TEM SEDE EM BARBACENA, NO CAMPO DAS VERTENTES.///  
/// ENTRAM IMAGENS ///  
SEGUNDO O ÓRGÃO, SEIS INTEGRANTES APRESENTAM SINTOMAS LEVES, E OS DEMAIS, OITENTA E QUATRO PESSOAS, ESTÃO COM O QUADRO ASSINTOMÁTICO, APESAR DE TEREM TESTADO POSITIVO PARA O NOVO CORONAVÍRUS. / A EPCAR É UMA ESCOLA DE ENSINO MILITAR, QUE ADMITE ALUNOS DE IDADE ENTRE 14 E 18 ANOS POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO. / NO LOCAL, ESTUDANTES VINDOS DE VÁRIAS CIDADES DE TODO O BRASIL VIVEM EM REGIME DE INTERNATO.//  
/// SAEM IMAGENS ///  
EM NOTA, A AERONÁUTICA AFIRMA QUE A PRIMEIRA CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 FOI EM 14 MAIO E O ALUNO JÁ ESTÁ CURADO. / DESDE ENTÃO, AS FAMÍLIAS ESTÃO SENDO INFORMADAS DOS CASOS CONFIRMADOS E DAS MEDIDAS ADOTADAS PELA ESCOLA. / AS VISITAS ESTÃO SUSPENSAS DESDE O DIA 19 DE MARÇO. / E AS AULAS FORAM SUSPENSAS EM ABRIL. / MAS MESMO ASSIM OS ALUNOS FICARAM AQUARTELADOS FAZENDO ATIVIDADES COLETIVAS. /

Fonte: Arquivo cedido pela emissora.

Apesar desses recursos não serem explícitos ao telespectador, eles contribuem para que, de forma educacional, ele possa compreender a notícia que se revela em vários momentos com muitos dados e informações, exigindo uma memória seletiva, ou seja, a todo instante ter que lembrar algo que já foi noticiado. E como em coberturas como esta, que em poucos dias, as circunstâncias se alteraram de forma rápida, os recursos didáticos ajudam a ter um entendimento mais claro do que é exibido nos telejornais.

### Considerações Finais

Ao longo da pandemia da Covid-19 no Brasil, a televisão reafirmou sua centralidade na rotina informativa do público que pôde ficar em casa respeitando as medidas para conter o avanço da doença no país. Em um contexto para além de um caso de saúde pública, a pandemia tornou-se momento de disputas políticas e terreno fértil para a disseminação de *fake news*. Dessa forma, o telejornalismo precisou se reinventar para

manter seu compromisso em informar, principalmente frente a um cenário marcado pela insegurança sanitária. Além dos desafios da pandemia, com necessidade de mudanças nas rotinas produtivas, as equipes jornalísticas ainda se depararam com um contexto de notícias falsas, negacionismo, ataques e desinformação.

Entre tantas narrativas opostas, a guerra informacional que se estabeleceu neste cenário polarizado ficou evidente na cobertura telejornalística, como mostrado a partir da análise do caso Epcar. A omissão de informações pelo poder público, o reforço do jornalismo como lugar de denúncia, a preocupação com as fontes, o processo de investigação, apuração e apresentação dos resultados para a sociedade e a forma como a imprensa foi tratada no processo (vide caso de agressão à equipe de reportagem que cobriu o caso), tudo isso demonstra como essa é uma batalha diária enfrentada pelo jornalismo brasileiro.

Para driblar essas barreiras, que não são novas, mas se intensificam no período que o país atravessa atualmente, o telejornalismo tem se adaptado para continuar desempenhando sua função. Entre diferentes formatos e estratégias, os telejornais encontraram formas de lidar com esse cenário pandêmico, com estratégias de autenticação do que está sendo narrado e de didatização, por meio dos processos didáticos de contextualização, ambientação, descrição em arte, reforço e o mecanismo de transcrição de fala. Dessa forma, o telejornalismo na pandemia assumiu e ainda assume papel importantíssimo na cobertura de casos no momento em que órgãos públicos, por motivações político-partidárias e econômicas, não repassam as informações de forma coordenada, levando a reais riscos de desinformação da sociedade.

Sobre o caso dos alunos da Epcar que contraíram a Covid-19, sem a cobertura do jornalismo local, a comunidade não teria a oportunidade de acompanhar a situação e não teria informações tão vitais diante do quadro pandêmico. O boletim da Secretaria de Saúde com o total de infectados crescia dia após dia e colocava a cidade nos primeiros lugares de mais casos entre os 853 municípios mineiros. Por isso, o trabalho jornalístico, comprometido com a informação certificada e com a checagem dos fatos, permitiu que, em um momento delicado, com apenas quatro meses de uma doença que ninguém sabia direito o que poderia causar, a informação prevalecesse, mesmo diante do negacionismo que gera desinformação e morte.



## Referências

BECKER, Beatriz. **Televisão e Telejornalismo: Transições**. 1ª Edição. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BECKER, Beatriz; GOES, Francisco Moratorio de Araújo. FAKE NEWS: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística. **Revista Latino-americana de Jornalismo**. Ano 7, v. 7, n.1, janeiro a junho de 2020, p. 34-53.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo, Anais eletrônicos, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>.

PORCELLO, Flávio; BRITES, Francielly. Verdade x Mentira: A ameaça das fakenews nas eleições de 2018 no Brasil. In **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Joinville (SC), Anais eletrônicos, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0364-1.pdf>.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia** (São Paulo), n. 41, p. 31-47, 2019.

SANTAELLA, Lúcia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

THOMÉ, Cláudia de Albuquerque; MIRANDA, Pedro Augusto Silva; MARTINS, Vanessa Coutinho. Não basta noticiar, tem que garantir que é verdade: estratégias narrativas e a ameaça das fake news no telejornalismo. **Trama: Indústria Criativa em Revista**. Dossiê Fake news, pós-verdade(s) e economia criativa. Ano 5, v. 8, n.1, jan.-jun./2019, p. 24-43.

VIZEU, Alfredo Pereira; CERQUEIRA DA SILVA, Laerte José. 65 Anos de Televisão: o Conhecimento do Telejornalismo e a Função Pedagógica. **Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 23, n. 3, set.-dez./2016.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Especial  
Volume 15, Número 3, set./nov. de 2021  
Submetido em: 29/07/2021  
Aprovado em: 21/08/2021

## O “espetáculo da vida vivida” e a história como vir a ser

*The "lived life's spectacle" and the history as it becomes*

*El "espectáculo de la vida vivida" y la historia como devenir*

Marialva BARBOSA<sup>1</sup>

### Resumo

Este ensaio tem por objetivo refletir sobre o cotidiano enredado nas afetações do presente, a partir da articulação entre o cotidiano como espetáculo vivido e a história na dimensão do que poderia ter sido e não como o realizado do passado. Trata-se de uma história do provável em que a dimensão da vida vivida permite articular outros caminhos de possibilidades.

**Palavras-chave:** Mídia. Cotidiano. História.

### Abstract

This essay aims to reflect on the daily life entangled in the affectations of the present, from the articulation between the daily life as a lived spectacle and history in the dimension of what could have been and not as what happened in the past. It is a story of the probable in which the dimension of lived life allows the articulation of other paths of possibilities.

**Keywords:** Media. Everyday life. History.

### Resumen

Este ensayo pretende reflexionar sobre la cotidianidad enredada en las afectaciones del presente, desde la articulación entre la cotidianidad como espectáculo vivido y la historia en la dimensión de lo que pudo haber sido y no como lo ocurrido en el pasado. Es una historia de lo probable en la que la dimensión de la vida vivida permite la articulación de otros caminos de posibilidades.

**Palabras clave:** Medios de comunicación; la vida cotidiana; Historia.

---

<sup>1</sup> Professora titular da Escola de Comunicação da UFRJ. E-mail: marialva153@gmail.com. ORCID 0000-0001-8875-7128.

## **Introdução**

Este ensaio tem por objetivo refletir sobre o cotidiano enredado nas afetações do presente histórico a partir de aspectos que pontuamos em breve fala quando do lançamento do livro *Mídia e Cotidiano: uma cartografia de pesquisas* (2021), organizado por docentes do Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense.

A ocasião permitiu pensar, ainda que rapidamente, na relação entre cotidiano e história, ou seja, o que Agnes Heller denomina com propriedade e poesia “espetáculo da vida vivida”, introduzindo possibilidades utópicas neste percurso. É, portanto, no sentido de ampliar aquelas reflexões que o texto se desenvolve.

O impacto de estarmos num mundo que, desde a eclosão da pandemia em 2020, não cessa de se transformar radicalmente diante de nós, em todas as dimensões da vida, foi o motivador para esta escrita que articula duas questões: o cotidiano como espetáculo vivido e a história na dimensão do que poderia ter sido e não como o realizado do passado. Uma história do provável em que a dimensão da vida vivida permite articular outros caminhos de possibilidades. Neste sentido, há que incluir o ficcional do futuro na narrativa sobre o passado, desarticulando fatos conhecidos e permanentemente reinterpretados, abrindo possibilidades ao “poderia ter sido” da vida dos homens do passado. Assim, permitimos a eles no futuro reescrever suas próprias vidas, como possibilidade, fazendo emergir, a partir de altas doses de imaginação, o passado como outro possível do futuro. Trilhas do provável abrem-se para esses homens e mulheres, numa história que permite novas e imaginativas articulações narrativas.

## **Cotidiano em dois tempos**

Num denso livro, em que apresenta em capítulos “uma filosofia da história em fragmentos”, Agnes Heller define o que ela denomina “espetáculo da história vivida” (1999, p. 59). Logo no início do texto, chama a atenção a afirmação de que contemplamos sempre os espetáculos por janelas que permitem olhares direcionados para o mundo lá fora. Mas estes mesmos espetáculos, acrescenta a autora, também podem ser vistos nas cadeiras dos teatros e diante da tela dominante quando ela escreveu o texto, a televisão.

Nas janelas físicas que descortinam o mundo lá fora ou nas cadeiras fixas dos ambientes que permitem a eclosão da imaginação como complemento do texto encenado há sempre um mundo fora de nós que permite a ampliação de um mundo que está contido em nós mesmos.

Essas janelas apresentadas pela autora na sua argumentação para tecer considerações que articulam história vivida, utopia, apocalipse e marcha fúnebre, obrigam-nos a pensar nesses tempos pandêmicos em que olhávamos todos pelas janelas em busca de frestas de vida, impedidos que estávamos (e ainda estamos) de experimentar o mundo lá fora. Nos primeiros meses de 2020, as janelas tornaram-se síntese de possibilidade de o presente ser vivido como desejo de futuro.

Por essas janelas físicas e midiáticas víamos em nossas vidas cotidianas o “espetáculo vivo”. O envolvimento produzia uma espécie de suspensão do tempo das recordações, mas ainda que aplacadas não seriam descartadas. Afinal, a recordação, diz Heller, permite a reunião dos relatos do passado, conectando-os, alijando-os da dispersão e tornando-os novamente inteligíveis (HELLER, 1999, p. 59).

Foi assim que acionamos também relatos de um passado que pareciam perdidos numa memória adormecida e acomodada, mas que num istmo eclodiu sob a forma narrativa. E foi assim que a influenza espanhola passou a ser referida sem cessar: em reportagens nos jornais, em textos acadêmicos, em crônicas, em imagens múltiplas nos aparelhos de visualidades contemporâneos. Era como se acionando este passado pudesse ser criado para o presente a possibilidade de ultrapassar o tempo vivido em direção a um futuro restaurador.

Também aqueles que fazem das problematizações da história lugares reflexivos privilegiados na interpretação de mundos, acionaram as imagens antigas das pestes que assolavam as cidades brasileiras no início do século XX. As comparações entre esses dois momentos – 1918 e 2020 – passaram a ser quase inevitáveis (MAUAD, 2020; BARBOSA, 2020). A sucessão de fatos que se repetiram, as informações falsas sobre aspectos da pandemia, os remédios milagrosos, a sua “benignidade”, o descrédito na ciência apareciam como discursos do passado que novamente assombravam o presente. No passado, como no presente, as consequências pela opção do desprezo da ciência se tornaram visíveis em imagens duradouras que, apesar das particularidades, eram

profundamente semelhantes: multidões nas ruas em busca de auxílio para poderem sobreviver, corpos insepultos em valas públicas, caminhões repletos de mortos. A história, tal como disse Karl Marx (2011) na abertura de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852<sup>2</sup>, se repete, ora como tragédia, ora como farsa.

Ao escrever um epílogo para a obra de Marx, na edição do livro de 1965, Herbert Marcuse, tendo conhecido o horror e o desfecho dos períodos fascista e pós-fascista que Marx evidentemente não conhecera, corrigiu as sentenças introdutórias de *O 18 de Brumário* dizendo: “Os fatos e personagens da história mundial que ocorrem, por assim dizer, duas vezes, na segunda não ocorrem mais como farsa. Ou melhor: a farsa é mais terrível do que a tragédia a qual ela segue” (MARCUSE, 2011, p. 9).

Ao falar das possibilidades utópicas e urdidadas no cotidiano, Agnes Heller, responsável por uma definição de cotidiano de uma simplicidade estonteante que a torna absolutamente concreta, afirma que quando os homens e mulheres se elegem a si mesmos no sentido existencial, elegem a si mesmos tal como são, junto com todos os seus talentos e debilidades, também elegem sua família, sua casa, sua idade e, sobretudo, o mundo que o rodeia. Só se chega a ser aquele que é, através destas escolhas. Eleger o mundo encerra a resolução de se amalgamar com ele, em vez de simular estar vivendo numa torre de marfim.

Diz ela, citando Walter Benjamin: “o sujeito da história são os oprimidos e não a humanidade”. A dignidade do sujeito da história pode tornar mais suportável a escravidão do escravo e mais fácil o trabalho desumano. E continua: “mas as vítimas do Apocalipse paródico não eram sujeitos da história”. Não eram a humanidade e nem foram tratadas como humanos. Foram varridas “pela violência e sequer foram úteis para ocupar o lugar dos oprimidos” (HELLER, 1999, p. 107).

No momento em que impactados pela tragédia humana, que ceifa vidas de forma irreparável, em função de atos que atestam a desumanidade, como o desapareço dos que

---

2 Na obra, Marx (2011) analisa o golpe de Estado que Luís Bonaparte desferiu na França em 2 de dezembro de 1851 e, com base no exemplo francês, aborda a questão da luta de classes como motor da história. A frase de Marx, logo na abertura do texto, é: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa” (Ibidem, p. 25).

se encerram em torres de marfim para ficarem cada vez mais distantes da vida humana e da humanidade, as palavras de Heller soam com uma contundência irretocável. No mesmo texto, dá pistas de como **no e com o cotidiano** podemos ultrapassar feridas abertas num presente que irremediavelmente será um passado histórico profundo, duradouro e que deixará marcas para o futuro. O cotidiano se urde, portanto, de uma temporalidade que relaciona o passado permanentemente reinterpretado, mas que pode igualmente acioná-lo como um vir a ser, permitindo restaurá-lo como possibilidade urdida em trilhas prováveis da existência humana.

Portanto, o primeiro tempo cotidiano ao qual gostaria de me referir é exatamente o que emerge da obra de Heller, ou seja, como um ato do indivíduo particular e genérico como expressão do homem em busca de sua humanização. Claro que o indivíduo a que a pensadora se refere não é abstrato ou excepcional: é apenas o homem vivendo sua própria vida e nela escavando possibilidades de viver e sobreviver. Nesse movimento de produzir a existência como ato duradouro, aciona uma memória que revela escombros, ruínas, processos de desintegração, fazendo dela testemunho de passado, num espaço temporal construído de coisas desconhecidas, mas sempre disponíveis num processo de reconstituição inventiva. Como tragédia, como farsa, mas também como possibilidade de restauração duradoura do passado no futuro.

Já o segundo tempo cotidiano é aquele que convoca a relação mídia-cotidiano. Se considerarmos que a produção de sentidos se faz intrinsecamente em teias múltiplas de expressão encravadas em formas de vida, cotidiano-mídia formam um acoplamento teórico que inviabiliza o uso de conectores. Estamos, portanto, afirmando que as relações cotidianas são atravessadas no contemporâneo pela dimensão midiática revelando o amálgama entre vida-mídia de tal forma que mídia e cotidiano se tornam mídia-cotidiano. Os vínculos se produzem na dimensão de uma existência vivida como mídia, tanto do indivíduo particular, como do ser genérico. Espaço de realização e de intervenção é no cotidiano que a vida se faz e se revela permitindo perceber modos de luta, formas de transformações, acoplamentos complexos da existência. A comunicação como ciência do comum, como lugar de formação e experimentação de vínculos (SODRÉ, 2014), emerge em territórios múltiplos de significações nos quais os processos de midiatização permitem compreender múltiplas experiências.

### **A farsa nos tempos sombrios**

A farsa insinua-se, nos tempos contemporâneos, na maneira como se procura desacreditar todos os discursos fundados no conhecimento, na ciência, no jornalismo, na história, ou seja, aqueles que, na longa modernidade, foram construídos como enunciadores da verdade. Agora, incrédulos, vemos a multiplicação de projetos, discursos, ações no sentido de referendar crenças vazias

Vivemos “tempos sombrios” (Arendt, 2008). Tempos de destruição que se mimetizam em uma pandemia que nos enviou para um mundo virtual, pelo qual estávamos sendo capturados e, definitivamente, fomos. Para o mundo da ausência na presença, em que já vivíamos, muitas vezes sem nos darmos conta. Vivíamos já a virtualidade absoluta e, quando fomos obrigados inteiramente a ela, quisemos sair dela para o mundo lá fora. Mas o mundo lá fora, tal como o conhecemos, já não mais existe.

Vivemos tempos sombrios. Abduzidos pelo digital, perdemos a chance de viver a vida vivida? E no fora e dentro da virtualidade da vida cotidiana temos ainda os tempos da destruição dos direitos, da negação do outro, das intolerâncias, da dominação das mentes e do controle dos corpos. Nessa complexa conjuntura em que a democracia se encontra em crise, em que o poder se dissociou do saber e a sociedade revela uma convulsão discursiva antagônica, a verdade passou a ser confrontada com os valores e com as crenças, construindo o confronto como norma e uma crise em torno do valor de verdade. A tragédia volta transformada em farsa nesses tempos sombrios.

Ao definir o século XX como “tempos sombrios”, Hannah Arendt (2008) explicava que o epíteto não fora escolhido com o objetivo de qualificar “as monstruosidades” daquele século, que, de fato – constatava ela – “constituem uma horrível novidade” (Arendt, 2008, p. 8). Ao fazer tal alusão, estava pensando nos horrores que a “era da guerra total” do breve século XX produziu. Um breve século, que na lúcida periodização proposta por Eric Hobsbawm (1994) vai de 1914 até o fim da era soviética, no início dos anos 1990.

Ao contrário do “longo século XIX”, que pareceu ter sido, segundo Hobsbawm (1994, p. 23), “um período de progresso material, intelectual e moral quase ininterrupto”, no qual podemos observar a melhoria das condições de vida, houve a partir de 1914 a regressão generalizada em direção a uma vida pior. A destruição dos mecanismos que

vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas é um dos fenômenos mais característicos, maléficos e tristes do fim do século XX. Vive-se uma espécie de presente contínuo (o tempo passando infinitamente nele mesmo), o que faz com que o passado possa ser frequentemente obliterado e esquecido.

Talvez seja por isso que, até novos tempos sombrios terem atravessado nossas vidas, a essência destruidora desse breve século XX tenha permanecido longe das nossas memórias. Dele produzimos, no século XXI, um esquecimento profundo, apagando os rastros presentes no cérebro, negando a presença de um passado traumático, cruel e violento (RICOEUR, 2008). Mesmo com a presença de todos os rastros e restos visíveis e em profusão, não cessamos de tentar produzir novos discursos em relação à sua significância. É preciso desconhecer para não reconhecer.

Fazendo um diagnóstico desse breve século XX, Hobsbawm (1994) mostra também que a uma era de catástrofe (que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial), se seguiram 30 anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, produzindo mudanças radicais na sociedade e que, talvez, não tenham semelhança com nenhum outro período tão breve. A ambos, seguiu-se uma nova era de “decomposição, incerteza e crise”. E o fim do século XX foi tomado pela melancolia.

Ou seja, o que o historiador remarca é que a cada período de desesperança, de incertezas, de ruínas corresponde, na sequência, um período de iluminação, de esperança, de certezas e de luz. Talvez os olhos habituados às sombras, como pontua Arendt (2008, p. 9), “como os nossos não saberão dizer se a luz era uma vela ou um sol resplandecente”. Mas isso pouco importa; estaremos novamente vendo a luz.

Com a mesma firmeza com que Hobsbawm (1994) afirmava no fim do século passado que sempre “haverá um futuro”, acrescentando que “a única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história” (HOBBSAWM, 1994, p. 14).

Ao qualificar os tempos sombrios, Arendt (2008) constata que, decididamente, eles não são novos nem constituem uma raridade, mas, mesmo no tempo mais sombrio, “temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e dos conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente



fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar” (ARENDR, 2008, p. 9). Ao falar das vidas de homens e mulheres, a autora mostra, em primeiro lugar, que por meio das ações humanas cotidianas efetivamente cada um de nós pode transformar a vida e o mundo. Em segundo, que como seres humanos encarnamos uma época, e, assim, podemos ser porta-vozes da história que se desenrola ante o nosso olhar. Inscritos num mesmo mundo, partilhamos a vida em experiências geracionais e devemos legar ao futuro uma nesga de esperança, mesmo que sigamos vivendo em tempos tão incertos.

Nos tempos sombrios, na avaliação da Arendt, “o mundo se torna tão duvidoso”, que as pessoas passam a viver em função das necessidades vitais e dirigem-se aos outros apelando aos companheiros “sem considerações sobre o mundo que se encontra entre eles” (ARENDR, 2008, p. 20). Será que os tempos sombrios não permitirão ver emergir – muitas vezes de forma tímida – a fraternidade e a compaixão, fazendo com que momentaneamente seja a humanidade o que importa, a natureza humana de outro igual, muito mais do que o mundo? Afinal, deixar a fraternidade aflorar é, em certa medida, deixar a luz cegar nossos olhos, ao mesmo tempo em que saímos da escuridão infinita.

Feitas essas considerações em torno da questão do cotidiano que fornece o amálgama conceitual para as considerações que estamos produzindo, passamos agora à última parte do texto que aborda o passado como probabilidade da vida vivida. Mais uma vez, a noção de cotidiano se insinua por entre as teias de significação históricas centrais nesta parte do ensaio.

### **O “poderia ter sido” do passado**

Havia um homem chamado Severo. Ainda jovem via sua vida se desenrolar nas últimas décadas do século XIX no bairro do Engenho Novo, no Rio de Janeiro. Vivia, com o irmão, num sobrado de uma rua sem calçamento, perto da praça onde os primeiros bondes que chegaram ao lugar faziam parada final até o próximo retorno. Bem perto dali o trem, que parava na estação do Engenho de Dentro, passava de tempos em tempos produzindo ruídos. Apitos, paradas, estancadas, pessoas falando, coches passando, animais pastando, uma infinidade de sons num lugar em que a vida urbana começava a se fazer pulsante.

Um solar, dois andares, um quintal ao fundo, onde certamente pés de laranjeiras dividiam espaços com mangueiras e outras frutas que traziam sombra e barulhos dos sons vibrando nos galhos e folhas das árvores quando o vento se fazia mais forte.

A vida cotidiana de Severo se repetia todos os dias. Acordava cedo, era obrigado a fazer vários serviços na casa, sempre com hora marcada, ordem programada, sem possibilidade de recusa. Mas aquele dia seria diferente.

O final da tarde fazia pressentir a noite e Severo tinha acabado o seu serviço diário e se preparava para descansar. Veio então a ordem: que fosse socar um pouco de café. Severo se recusou e dirigiu a Rosinda Lucinda Fernandes palavras que foram qualificadas como “menos convenientes”. Com raiva, Rosinda “deu-lhe com um bambu algumas pancadas”. Severo calou-se e calado dirigiu-se ao seu quarto. Poucos instantes depois, seu irmão a abordou nervoso, pedindo que ela se escondesse, “porque Severo estava carregando a espingarda para matá-la”.

Severo era o Escravo Severo, que naquele dia 22 de julho de 1883 se revoltou contra mais uma ordem, contra mais uma pancada e reagiu. O que aconteceu com Severo? De fato, ele carregou sua espingarda, saiu furioso para o quintal, subiu no telhado para arrancar as telhas e lá do alto mesmo descarregar a arma contra Rosinda. Uma fúria insana que encobria anos de cativo, de palavras injuriosas, de gestos infames.

Quando escutou o barulho das telhas sendo arrancadas, Rosinda correu para o quintal, mas ao abrir a porta lá estava Severo que desfechou contra ela a arma, ferindo-a nas pernas. “Estes fatos deram-se das 7 às 9 horas da noite, na casa da residência da vítima, a rua do Engenho de Dentro, na freguesia do Engenho Novo”, escreveu o jornalista anônimo na notícia publicada na primeira página da *Gazeta de Notícias* em 14 de outubro de 1884.

A vida vivida de Severo, do escravo Severo, só pode ser remontada a partir do que estamos denominando o “poderia ter sido” do passado, que permite na sanha reconstrutora de um tempo que não mais existe imaginar cenas, reconstruir cenários, escutar sons, ver gestos e buscar em elementos esparsos a expressão da vida vivida de personagens anônimos. Como personagem anônimo, também Severo não deixou uma vida registrada em traços guardados nos arquivos ou gestos de sua fala imortalizados em nuances comunicacionais. Tudo o que sobrou foi uma notícia caracterizando-o como

facínora, cínico, mal-agradecido, já que tinha sido sempre “tratado com carinho” por sua senhora. Mas o gesto e a fúria de Severo provam o contrário.

A possibilidade de reconstruir a vida do Escravo Severo a partir desta pequena nota que saiu publicada num jornal de grande circulação na cidade, permitindo, quem sabe, escrever uma biografia improvável sobre este personagem do passado – síntese de tantos outros – indica a possibilidade de ver o passado como sendo da ordem das probabilidades e dos gestos da imaginação historiadora. Instaure o poder de ter sido do passado, permitindo que, no futuro, uma biografia improvável possa ser escrita de homens e mulheres que construíram uma vida vivida, permanentemente apagada como possibilidade histórica.

Cabe também uma breve alusão à notícia publicada e que permitiu ao escravo Severo ganhar novamente vida, nesta narrativa que agora, por exemplo, construímos. Ao figurar sob a forma de inscrição num periódico, na sua primeira página, criou-se a possibilidade da edição daquele jornal se transformar num arquivo que deve ser olhado a partir da lógica da alteridade. Ao mesmo tempo, em que a inclusão da informação ornada por elementos narrativos atira a atenção do leitor do futuro, transformando-a em algo próximo, a caracteriza, também, como algo profundamente diferente na nossa atualidade. Como diz Foucault a “orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita” (FOUCAULT, 2008, p.148). Nesse sentido o arquivo jornal que permite a inscrição e a releitura da vida cotidiana de Severo como vida imaginada produz a alteridade do presente em relação a um passado profundamente diferente do agora absoluto. Severo, ainda que próximo, estará sempre fora do nosso tempo, mostrando que houve um tempo, em que alguém, um homem estava lá, mas não está mais. Ainda que sua vida possa permanecer durando como numa espécie de dívida que temos em relação aos gestos comunicacionais cotidianos desses homens e mulheres.

Do crime de Severo, pode-se, pois, chegar ao processo. Do processo ao julgamento. Afinal, a notícia informa o nome do advogado: Joaquim Caetano. Temos o nome do escravo, temos o nome da sua “dona”, temos o nome do advogado. Sabemos que ele confessou o crime, que foi julgado num tribunal. Podemos recuperar o processo penal guardado nos arquivos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Podemos

também ter acesso a sua ficha prisional já que certamente, após a condenação, foi encaminhado à Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Mas podemos também caminhar em direção a outros restos de vida do escravo Severo recuperando, por exemplo, seu registro de batismo existente em alguma paróquia das freguesias da cidade. Ali estará o nome dos seus pais. Um nome simples, cuja marca identificadora que foi registrada certamente será apenas a do porto africano de origem. Mas sempre ficarão vácuos: que vida tinham os pais ou os avós de Severo antes de aportar no Brasil a bordo de um navio negreiro? Como ele foi parar na casa de Rosinda? Porque ele e o irmão ficaram juntos, o que absolutamente não era usual numa sociedade que fazia da separação familiar o mote principal para a dominação?

Se as perguntas da vida prática são quase impossíveis de serem recuperadas, a vida vivida de Severo pode ser imaginada e reconstruída em teias de significações que existem e perduram do passado até o futuro. São passados possíveis que emergem, então, reconstruindo uma vida como possibilidade.

Assim, os sons que Severo escutava diariamente, o aspecto da rua e os barulhos do entorno podem ser imaginados (o trem parando na estação e o bonde fazendo a curva na praça), até mesmo os cheiros das árvores frutíferas que davam sombra no quintal. Severo ganha vida, ganha nome, ganha conjuntividade (HELLER, 1993), um traço de existência duradoura através de uma história que procura nos vestígios resistentes de um passado a possibilidade de reescrever, no futuro, vidas possíveis, mas improváveis.

Improváveis em duas dimensões: na primeira, por ser absolutamente impossível querer provar a existência de um único passado, já que este está sempre submetido a um regime de possibilidades, nos quais o ato interpretativo configura o ato imaginativo, enxertando nos rastros deixados probabilidades e nunca provas indeléveis; na segunda, porque será sempre também da ordem do improvável, como impossibilidade, o reordenamento cotidiano da vida vivida de Severo. Os traços que o passado deixou – o trem que lá parava, a imagem da rua sem calçamento, a visão do bonde na praça, os anúncios da venda de sobrados no bairro descrevendo minuciosamente as casas – permitem construir um provável, mas que no caso da vida de Severo será sempre o imaginável.

Incluindo o ficcional do futuro na narrativa sobre o passado, abrindo possibilidades ao “poderia ter sido” da vida desses homens, damos a eles a chance de reescrever suas próprias vidas como possibilidade de driblar os múltiplos esquecimentos a que estiveram sempre submetidos. Como dissemos no início do texto, trilhas do provável abrem-se, então, para esses homens e mulheres, numa história que permite sempre novas e imaginativas articulações narrativas.

### **Considerações finais**

Agnes Heller ao refletir sobre o Apocalipse criado durante a II Guerra Mundial, quando foram levados milhares de homens e mulheres a uma morte massiva que os dizimou nas câmaras de gás, mas também a tiros, afirma que “nenhuma marcha fúnebre rodeia o féretro das vítimas do Apocalipse criado pelo homem” (HELLER, 1999, p. 106).

Diz ela:

Elas não têm nenhum féretro, nem sequer um ataúde ou um sepulcro (...). Não foram eleitas uma por uma como individualidades. Nem sequer teve lugar para elas o oposto do Dia do Juízo Final: não houve justiça, nem injustiça. Pois, sem critérios, não há nem justiça, nem injustiça; não há superação da violência pura (...) foram privadas de suas vidas, mas também de suas mortes, do significado da vida e do significado da morte”. (Ibidem, p. 106).

E conclui: quando a vítima é privada do significado da sua vida, mas não do significado da sua morte, a ela dedicamos uma marcha fúnebre. “Pois, uma marcha fúnebre convém a uma vítima que foi escolhida pessoalmente e que resistiu. Porém, não é para aqueles que estamos enterrando” (HELLER, 1999, p. 106).

A pandemia do início da segunda década do século XXI é um Apocalipse criado pelo homem e como tal também para as suas vítimas resta a expressão massiva da morte, na qual túmulos enfileirados esperam corpos chegarem aos milhares, em covas rasas, coletivas, em que as homenagens não são permitidas, em que reverências e despedidas são negadas por medo do contágio. Um contágio que permanentemente nos espreita.

Vítimas do Apocalipse também a elas não são dedicadas marchas fúnebres. As vítimas da pandemia são vítimas em massa e que não podem resistir. Vítimas aleatórias de um mundo sombrio. Para elas também são negadas marchas fúnebres.

Finalizo este texto escolhendo, mais uma vez, uma bela reflexão de Hannah Arendt (2008) sobre os mortos. Quando alguém morre, diz ela, aquilo que no ser humano é, ao mesmo tempo, mais fugidio e grandioso, a palavra falada e os gestos singulares, morre com ele, e a homenagem a esses seres que amamos e se foram passa a depender exclusivamente da nossa recordação. Nos trabalhos da memória nos esforçamos para escutar novamente o som particular e peculiar daquela voz. Na recordação reestabelecemos, de certa forma, a convivência com os mortos, produzindo-se o diálogo, que os insere de novo no mundo, ou, nas palavras de Arendt (2008), “os faz ressoar de novo no mundo”. A convivência com os mortos, esse trabalho incansável dos historiadores, essa conversa infinita e permanente, precisa ser aprendida. Às vezes pelas técnicas historiadoras, mas na maior parte do tempo pela comunhão da nossa tristeza (ARENDR, 2008).

As palavras com que estabelecemos o diálogo comunicacional em presença, mesmo com a morte, continuam ecoando no mundo. Diz Arendt (1993, p. 685): “Não sabemos o que acontece quando um ser humano morre. Tudo que sabemos é que ele nos deixou. Apegamo-nos às palavras e, no entanto, sabemos que as palavras não precisam de nós”. Afinal, as palavras são o que alguém que morreu deixou para trás no mundo, são as mesmas palavras que já estavam aqui “antes que esse alguém chegasse” e que continuarão quando ele partir. No que elas se transformarão dependerá também da possibilidade de o mundo se transformar. E só com esperança, com a certeza de que podemos produzir essas mutações, colocaremos de novo em presença as vozes infinitas dos que partiram, que não ressoam mais nos nossos ouvidos, mas continuam ressoando sob a forma de lembranças. Mesmo que a eles não possamos dedicar marchas fúnebres.

### Referências Bibliográficas

ARENDR, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDR, Hannah. **Correspondence: 1926-1969**. Boston: Mariner Book, 1993.

BARBOSA, Marialva. “Gripe espanhola: fluxos encadeados de memória e lapidação das lembranças”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, vol. 14, p. 820-831, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HELLER, Agnes. **Uma filosofia de la historia en fragmentos**. Barcelona: Gedisa, 1999.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARCUSE, Herbert. Prólogo. *In*: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 9-16.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Flagrantes da “Hespanhola”: a epidemia de influenza na imprensa ilustrada, Rio de Janeiro, 1918. **Brasiliana**, vol. 9, n. 1, 2020.

MORAIS, Larissa et al. (org.) **Mídia e cotidiano: uma cartografia de pesquisas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Livre  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 13/04/2021  
Aprovado em: 13/09/2021

## Carnavalização bakhtiniana e o arquétipo bobo da corte na produção do Porta dos Fundos

*Bakhtinian carnivalization and the court jester archetype in the Porta dos Fundos' production*

*La carnavalización bajtiniana y el arquetipo el bufón de la corte en la producción de Porta dos Fundos*

Nattalia Todeschini VIEIRA<sup>1</sup>  
Miguel Luiz CONTANI<sup>2</sup>  
Esther Gomes de OLIVEIRA<sup>3</sup>

### Resumo

A noção de arquétipo, muito utilizada na publicidade, denomina O Bobo da Corte, quando aplica a comédia e o humor em sua linguagem, como estímulo à absorção do caos do mundo de forma extrovertida. Contém elementos com que Mikhail Bakhtin estabelece um dos pilares da Teoria da Carnavalização: o riso medieval. Esses conceitos, embora criados em épocas distantes, podem ser observados na mídia contemporânea com o mesmo propósito. O presente trabalho analisa o diálogo entre o arquétipo Bobo da Corte e o riso medieval bakhtiniano em duas emissões efetuadas pela produtora Porta dos Fundos.

**Palavras-chave:** Carnavalização. Arquétipo. Riso medieval. Porta dos Fundos.

### Abstract

The notion of archetype, widely employed in advertising, calls The Court Jester, when comedy and humor are used in its language, to encourage absorbing the chaos of the world

---

1 Publicitária e docente do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: [todeschini.nattalia97@gmail.com](mailto:todeschini.nattalia97@gmail.com). ORCID: [0000-0002-5177-0668](https://orcid.org/0000-0002-5177-0668).

2 Docente do Departamento de Comunicação e dos programas de Pós-Graduação em Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: [mcluiz@uel.br](mailto:mcluiz@uel.br). ORCID: [0000-0002-4472-8672](https://orcid.org/0000-0002-4472-8672).

3 Docente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da linguagem da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo/USP. E-mail: [ego@uel.br](mailto:ego@uel.br) ORCID: [0000-0002-3673-2647](https://orcid.org/0000-0002-3673-2647).



in an extroverted way. It contains elements with which Mikhail Bakhtin establishes one of the pillars of the Theory of Carnivalization: the medieval laugh. These concepts, although devised in distant times, can be observed in contemporary media for the same purpose. This paper is aimed at analyzing the connection between the Jester archetype and the Bakhtinian medieval laugh in two broadcasts by the producer Porta dos Fundos (backdoor).

**Keywords:** Carnivalization. Archetype. Medieval laugh. Porta dos Fundos.

### Resumen

La noción de arquetipo, ampliamente utilizada en la publicidad, llama El Bufón de la Corte, cuando aplica comedia y humor en su lenguaje, como un estímulo a la absorción del caos del mundo de una manera extrovertida. Contiene elementos con los que Mijail Bajtin establece uno de los pilares de la Teoría de la Carnavalización: la risa medieval. Estos conceptos, aunque ideados en tiempos lejanos, se pueden observar en los medios contemporáneos con el mismo propósito. La presente obra analiza el diálogo entre el arquetipo El Bufón de la Corte y la risa medieval bajtiniana en dos emisiones realizadas por la productora Porta dos Fundos (puerta trasera).

**Palabras clave:** Carnavalización. Arquetipo. Risa medieval. Porta dos Fundos.

### Introdução

Desde 2012, a produtora de vídeos Porta dos Fundos<sup>4</sup> aborda inúmeras situações que se passam no Brasil e no mundo. Suas produções tratam de inserir o humor onde, normalmente, ninguém daria risada. Em geral, são vídeos curtos, com duração de dois a três minutos, que satirizam questões políticas, raciais, religiosas e de senso comum, com o intuito, não só de divertir, mas também de instigar a população brasileira a enfrentar situações desagradáveis presentes na sociedade, sempre com um sorriso no rosto – a prática do ditado popular “rir para não chorar”. O riso, proveniente da adoção do arquétipo Bobo da Corte, se estabeleceu como o principal *feedback* da marca Porta dos Fundos, nos dois vídeos aqui analisados.

A teoria da carnavalização de Bakhtin e o contexto dos arquétipos de marca são colocados em diálogo neste estudo, com a finalidade de refletir a respeito os modos de produção de sentido em dois materiais audiovisuais da produtora (esquetes) com tema

---

4 Disponível em: <<https://www.portadosfundos.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

sobre a sociedade contemporânea. Parte-se do pressuposto de que a correlação entre a teoria bakhtiniana encontrada na obra “A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais” (BAKHTIN, 1987) e os estudos dos arquétipos por Margaret Mark e Carol S. Pearson explorados em “O Herói e o Fora-da-Lei” (MARK; PEARSON, 2003), adotados por marcas que possuem grande posicionamento no mercado, fornecerá uma explicação moderna de como o humor é utilizado para oferecer ao indivíduo uma “distância emocional” das questões políticas e sociais que geram incômodo.

Do ponto de vista metodológico, operar com a inter-relação das fundamentações teóricas citadas acima é uma conduta no sentido de melhor ambientar o objeto de análise, visto que o estudo puro dos arquétipos tem aplicação mais específica na publicidade e, na maior parte das situações, eles trabalham no sentido de manipulação. Os princípios, no entanto, podem ter aplicação inversa, a de produzir crítica, emancipação do olhar, sentido de prontidão com relação ao funcionamento de mensagens. Os conceitos da carnavalização bakhtiniana contribuem significativamente nessa outra direção.

Para análise, neste artigo, foram selecionados os esquetes intitulados “Pena” e “Lulonaro”, em razão de neles encontrar-se a possibilidade de identificar a presença do arquétipo Bobo da Corte, funcionando como ilustração do riso na definição bakhtiniana de carnavalização. Não se trata de buscar uma generalização sobre a totalidade dos conteúdos da produtora, com base unicamente nesses dois exemplares, mas de entendê-los como manifestação particular do emprego da noção de riso como forma de linguagem.

O primeiro tópico apresenta uma revisão dos conceitos de arquétipo e sua associação com a noção comercial de marca. O arquétipo Bobo da Corte é definido em seguida, para encaminhar a discussão a respeito da carnavalização e das especificações do riso bakhtiniano. O histórico do Porta dos Fundos é apresentado, precedendo as análises dos materiais selecionados e a inferência do estudo.

## **Arquétipos**

No mundo do marketing, é cada vez mais notável a presença atuante de uma identidade nas marcas. Inserir uma personalidade permanente na marca é uma estratégia fundamental, segundo os profissionais do meio publicitário, também é considerada

ferramenta para conquista e fidelização de um público em particular. Ao evidenciar os valores e os ideais de uma determinada marca, a comunicação a ela associada tende a alinhar-se com as convicções de consumidores que compartilham dos mesmos valores e ideais, e criar vínculo emocional com a marca: “Os arquétipos proporcionam o elo perdido entre a motivação do cliente e as vendas do produto” (MARK; PEARSON, 2003, p. 27).

O conceito de arquétipo há muito é explorado, pelo menos desde 388 a.C., com enfoques filosóficos, teológicos e psíquicos. As bases dos mitos gregos e romanos, por exemplo, eram formadas por arquétipos expressos nas atitudes das divindades. A definição arquetípica no *branding* é proveniente do enfoque psíquico desenvolvido pelo psicólogo Carl G. Jung (2000), que vê o arquétipo como estrutura composta por conteúdos de conhecimento comum presentes no inconsciente coletivo. Tal condição torna-se base universal para as relações do indivíduo com o mundo e o faz assumir caminhos influenciados por sua consciência. Esses conteúdos, segundo Jung (2000, p. 15), “são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo”. Desenvolvem-se, no entanto, no transcurso da vida a partir dos valores pessoais, como lembra Mark e Pearson (2003, p. 52) ao afirmar: “Embora os arquétipos sejam universais, o ‘cortinado’ que os cerca muda conforme as culturas”.

O arquétipo no *branding* é adotado com a expectativa de despertar emoções e afinidade nos consumidores, por meio de uma conexão com os conteúdos do inconsciente coletivo, por ser uma estrutura básica e primordial na mente do indivíduo. Devido à comunicação da marca (campanhas publicitárias, imagens, materiais audiovisuais etc.), espera-se persuadir o consumidor a tornar-se cliente da anunciante por intermédio da identificação com a personalidade da marca – com seu arquétipo –, assim como ocorre nas relações sociais: “O significado transmitido pela marca se dirige a uma profunda necessidade (ou anseio) psicológica” (MARK; PEARSON, 2003, p. 56).

Visto que o desejo de consumir se desenvolve no inconsciente, a utilização de estratégias publicitárias que se apropriam de símbolos culturais é considerada de extrema importância para estabelecer uma comunicação efetiva com o consumidor. Os arquétipos trazem uma personalidade que aborda essas simbologias e, com isso, implanta um

significado na marca, permitindo que o indivíduo o conecte com seus códigos culturais pessoais e acione suas emoções.

O significado de uma marca é seu ativo mais precioso e insubstituível. Quer você esteja vendendo um refrigerante ou um candidato a presidente, aquilo que sua marca significa para as pessoas será tão absolutamente importante quanto a sua função – talvez até mais – porque é seu significado que nos diz que “este me parece perfeito” ou “é este que eu quero”. O significado fala ao sentimento, ou lado intuitivo, do público; cria uma afinidade emocional, permitindo que os argumentos mais racionais sejam ouvidos (MARK; PEARSON, 2003, p. 24).

Para a associação de um arquétipo a uma determinada marca, o profissional de publicidade costuma escolher dentre 12 arquétipos de uma lista habitualmente dividida em quatro categorias motivacionais (MARK; PEARSON, 2003). Não é propósito deste estudo definir e discutir cada um, apenas listá-los para, dentre eles, focalizar o arquétipo denominado “o bobo da corte”. A lista com o respectivo agrupamento é assim formada: a chamada categoria “Anseio pelo paraíso” engloba os arquétipos o inocente, o explorador, o sábio; na categoria “Os que deixaram sua marca no mundo”, encontram-se o herói, o fora-da-lei, o mago; em “Nenhum homem (ou mulher) é uma ilha”, agrupam-se os arquétipos o cara comum, o amante, o bobo da corte; por último, na categoria chamada “Os que dão estrutura ao mundo”, figuram o prestativo, o criador, o governante.

### **O arquétipo Bobo da Corte**

O riso e a gargalhada têm uma função de antídoto contra a adversidade. O arquétipo Bobo da Corte é utilizado por marcas que têm o humor como ferramenta para falar sobre coisas das quais, normalmente, não se daria risada: políticos corruptos, desigualdade social, intolerância, preconceito etc. “O Bobo da Corte é o arquétipo mais útil para se lidar com os absurdos do mundo moderno e com as burocracias anônimas e amorfas de hoje, em parte porque ele vê todas as coisas com leveza e em parte porque sua maior felicidade é quebrar regras” (MARK; PEARSON, 2003, p. 205).

Os arquétipos são considerados poderosas ferramentas de marketing quando adotados para determinar quais sentimentos se deseja induzir nas pessoas (COUTO, 2004). Apresentam-se na forma de símbolos, objetos, traços, sonoridades, gestualidades,

comportamentos, personalidades, provindos de um vasto repertório de modos de manifestação. O efeito imediato é provocar uma resposta situada no mais profundo nível inconsciente, fazendo aflorar emoções, motivo pelo qual as pessoas devem estar cientes deste fato e desse profundo poder: as possibilidades de manipulação dos sentimentos e comportamentos são incomensuráveis. Manejar arquétipos é mobilizar um poder ilimitado. Daí a importância de compreender o que está implicado em seu funcionamento (COUTO, 2004).

O arquétipo no *branding* cria uma neuroassociação da qual podem emergir respostas bioquímicas ou emocionais, ancorando o consumidor tanto a uma marca, quanto a qualquer outro desejo por ela despertado. O acionamento de neurotransmissores por meio de símbolos ou arquétipos juntados a um produto, empresa, candidato ou a um determinado fator, tende a assegurar as condições para obter-se a tão buscada fidelidade do consumidor. “Basta reforçar cada vez mais, e o próprio consumidor procurará seu produto, sua marca, seu candidato, seu cantor etc.” (COUTO, 2004, p. 59).

O traço fundamental dos Bobos-da-Corte é o poder de usar sua engenhosidade e sagacidade:

Naturalmente brincalhões, espontâneos e humorados, eles gostam de falar a verdade de maneira despreocupada e podem motivar outras pessoas a perceberem o valor da diversão. Eles normalmente ficam empolgados e se sentem desafiados por oportunidades de amenizar situações estressantes (PEARSON, s/d, online).<sup>5</sup>

As organizações que adotam as atitudes chamadas bobo da corte são bem-sucedidas nas atividades de *brainstorming* para adequação de planejamento e realizam com desenvoltura a solução de problemas. Por pensarem de modo não convencional, absorvem com facilidade a inovação e conseguem remover obstáculos operacionais. Divertem-se ao mesmo tempo em que trabalham.

Há, segundo Pearson (s/d, online), cinco subcategorias do arquétipo do Bobo da Corte, sendo elas: o Animador, que auxilia os outros a simplesmente se divertirem; o Sagaz, que utiliza seu engenhoso e desenvolto intelecto para agir; o Tolo Sábio, que

---

<sup>5</sup> Tradução livre para: “Naturally playful, spontaneous, and humorous, they enjoy light-hearted truth-telling and can motivate others to see the value of fun. They’re usually excited and challenged by opportunities to lighten up stressful situations” (PEARSON, s/d, online). Acesso em: 30 ago. 2021.

consegue superar os absurdos e as hipocrisias do mundo; o Santo Tolo, que prioriza a vida e o momento presente; e o Jovem Sincero, que cria sátiras do pensamento global atual. “Os arquétipos são elementos simbólicos que resgatam estados de espírito comuns a todos nós, possibilitando um trabalho de criação com objetivos definidos” (MARTINS, 1999, p. 37).

A psique fornece, incessantemente, através dos arquétipos, as figuras e formas que tomam possível o reconhecimento em si. Não há ideia ou pensamento essencial algum que não se baseie em formas arquetípicas originárias, que nasceram de uma época em que o consciente ainda não pensava, mas percebia, e a ideia era ainda essencialmente reveladora, nada inventado, mas [absorvendo] o que era imposto pela necessidade interna ou pelo caráter convincente dos fatos imediatos. Desse modo, os arquétipos nada mais são do que formas típicas de conceber e contemplar, de vivenciar e reagir, da maneira de se comportar e de sofrer, retratos da própria vida (JACOBI, s/d, p. 53).

A produtora Porta dos Fundos incorpora essa noção de arquétipo. Ao produzir emissões carregadas de críticas sociais e humor, o arquétipo Bobo da Corte aí se mostra e se vincula a um conceito de marca, uma vez que ajuda seus telespectadores a enfrentarem – dando risada – a alternância entre hostilidade e acolhimento, malícia e egoísmo, por parte de uma sociedade complexa e multifacetada como a brasileira. A isso se somam preconceitos velados, convivendo com a predisposição dessa sociedade para os festejos, com bom relacionamento interétnico, mas sem eliminar a “invisibilidade” a que são condenados aqueles que têm emprego mais humilde, serviços, ou que não dispõem das mínimas condições de subsistência.

Segundo Mark e Pearson (2003, p. 204), “os anúncios do Bobo da Corte nos fazem rir de situações que normalmente não nos divertiriam, mas nos entristeceriam”. Atualmente, adotar esse arquétipo passa a ser uma estratégia inteligente quando adotada por uma marca, por se viver em uma época excessivamente burocrática, mas com liberdade de expressão. Deve ser feita uma distinção para tornar mais precisa a acepção do termo “marca” empregado no contexto de uma mídia como a “Porta dos Fundos”: aqui também se trata de vínculos de fidelização (curtidas, inscrição no canal e outras demandas sempre reiteradas), mas diferentemente de uma fidelização no sentido usualmente comercial.

Na prática, esse arquétipo se faz presente em marcas que adotam a estratégia de recomendar não levar tão a sério a sociedade em que se vive, e a principal recomendação para as campanhas é que o consumidor se divirta enquanto desenvolve o desejo de consumir o produto material ou imaterial. A cerveja Skol, a Pepsi, o Burger King e a Havaianas são marcas que reproduzem o arquétipo Bobo da Corte explicitamente em seus anúncios: a solução dos problemas de forma simples; a sátira produzida pela própria marca, comparando-se de forma histriônica com o concorrente direto; aproveitar o presente momento sendo autêntico.

No caso do canal Porta dos Fundos, notamos que um dos objetivos é denunciar, de forma cômica, os absurdos que acontecem no cotidiano e na política, desse modo, tornando-se semelhante à performance dos Bobos da Corte medievais: “O Bobo da Corte clássico (no conceito medieval) estava encarregado de debochar das rachaduras da pomposidade do rei [...]” (MARK; PEARSON, 2003, p. 206). Tendo em vista essas definições, observamos que nas duas emissões aqui analisadas, a produtora Porta dos Fundos faz emprego dos traços marcantes do “Jovem Sincero” e do “Sagaz”, de forma que um complementa o outro: as sátiras produzidas em seus conteúdos são provenientes de roteiros extremamente inteligentes para que seja possível alcançar o tom de crítica desejado.

### **Carnavalização e o Riso Bakhtiniano**

A carnavalização, segundo Bakhtin (1987), é um conceito que abrange ocasiões de influência direta na vida do cidadão medieval. Ao decorrer de uma rotina plena de imposições religiosas e feudais da época, as festividades carnavalescas permitiam que todos os indivíduos pudessem ter acesso a um “mundo paralelo”, onde seria possível a manifestação sem censura, priorizando o riso e os ritos cômicos, e o homem poderia ter como escapar da seriedade da sociedade.

O mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época. Dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos [...] – possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da

cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, uma e indivisível (BAKHTIN, 1987, p. 3).

Bakhtin (1987) também reforça o papel do cidadão no carnaval, que consiste em um evento sem palco ou espaço para enfoque único de algo ou alguém, onde a experiência de viver o carnaval sobrepõe-se à ideia de se obter espectadores, e os festejos sejam realizados especialmente para o povo:

[...] durante o carnaval é a própria vida que representa e interpreta (sem cenário, sem atores, sem espectadores, ou seja, sem os atributos específicos de todo espetáculo teatral) uma outra forma livre da sua realização, isto é, seu próprio renascimento e renovação sobre melhores princípios. Aqui a forma efetiva da vida é ao mesmo tempo sua forma ideal ressuscitada (BAKHTIN, 1987, p. 7).

O grotesco e o riso são destacados por Bakhtin (1987) como os principais elementos da cultura burlesca, integrando a sua teoria da carnavalização. O autor dá ênfase ao potencial de inversão de papéis que os carnavais podem proporcionar: durante o carnaval, as minorias se apropriam de um espetáculo que supera hierarquias e barreiras sociais, onde a única lei é a da liberdade. O sistema burocrático em que a vida comum é regida, é colocado em segundo plano: “revogam-se, antes de tudo, o sistema hierárquico de todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta etc.” (BAKHTIN, 2000, p. 123). O carnaval promove uma total inversão e suspende tudo o que sinaliza a desigualdade entre as pessoas. No conceito bakhtiniano de carnavalização, há quatro categorias mutuamente relacionadas: “inversão, excentricidade, familiarização e profanação. A principal tônica é a inversão. As restrições, as leis e proibições, que sustentam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extracarnavalesca, revogam-se durante o carnaval” (MEDEIROS, 2005, p. 6).

As manifestações cômicas na cultura popular, segundo Bakhtin (1987, p. 5), podem ser observadas em três grandes expressões que, mesmo divididas, sempre se interligam de forma que representam “um mesmo aspecto cômico do mundo” (BAKHTIN, 1987, p. 5): As formas dos ritos e espetáculos abrangem: (i) os festejos públicos, incluindo teatro cômico e carnavais; (ii) obras cômicas verbais de diversa natureza, que reúnem as vulgaridades ou obras em latim expressas de forma escrita ou



oral, incluindo as paródias; e (iii) diversas formas e gêneros do vocábulo familiar e grosseiro, ou seja, insultos e qualquer maneira de agredir alguém verbalmente.

O grotesco é marcado pela caricatura do cotidiano do homem, apresentando-se de forma “salvadora”, como uma válvula de escape em aspectos imagéticos deformados. Pode ser visto como uma sátira à rotina, às regras de etiqueta, à ética e à moral estabelecidas pela sociedade, em que o homem é aprisionado dentro de padrões a serem seguidos. O grotesco é a saída do homem desse mundo fechado, até mesmo utópico, para entrar ao mundo real, provocando na imagem grotesca um alívio para o homem ao ver uma crítica estampada do seu dia a dia. “A imagem grotesca caracteriza um fenômeno em estado de transformação, de metamorfose ainda incompleta, o estágio da morte e do nascimento, do crescimento e da evolução” (BAKHTIN, 1987, p. 21).

Os risos medievais criticam a seriedade estipulada pela sociedade vigente e, de forma hiperbólica, divertem a população. Estão diretamente ligados ao sentimento de liberdade dessa vivência em padrões sérios da sociedade. São marcados pelo baixo material e corporal, como movimentos obscenos, mostra de genitálias e outras partes íntimas do corpo humano. O mesmo acontece com as expressões verbais, empregando termos chulos e vulgares. São três as formas do riso medieval, que se manifestam e são reconhecidas até hoje: universalismo cômico, liberdade utópica e verdade popular não oficial.

O universalismo cômico opõe-se diretamente à seriedade do governo vigente, utilizando-se de vários meios para se manifestar (como fábulas e debates burlescos), mas principalmente em forma de ritos e de espetáculos. A liberdade utópica acontecia apenas em dias de festas, tanto públicas como privadas, contando com um aval do riso e do corpo, de forma que o evento banisse momentaneamente as restrições e pressões estipuladas pelo sistema oficial. Na verdade popular não oficial, todos os temores da sociedade que haviam sido instigados pelo sistema oficial fossem colocados de modo cômico para, de alguma forma, vencer esse medo.

Tem-se, portanto, o riso medieval como uma válvula de escape partindo da desgraça diretamente para o humor, como é adotado no arquétipo Bobo da Corte. A designação, como podemos notar, faz referência ao humorista que, além de entreter a corte medieval, possuía outra função, como sustentam Mark e Pearson (2003, p. 206)

quando afirmam: “Os reis medievais geralmente tinham um ‘bobo’ que não só divertia a corte, mas também dizia ao rei certas verdades que outros seriam executados por dizer. O Bobo da Corte, portanto, agia como uma espécie de válvula de escape para o reino”. Observamos, nos dois esquetes selecionados para análise, que a produtora Porta dos Fundos, nos dias de hoje, adota a mesma função do bobo da corte na Idade Média: os atores usam seu poder de voz e visibilidade para trazer à tona críticas que representam grande parte da população brasileira, mas com humor e hilaridade. Agrega-se, portanto, a forma de expressão da verdade popular não oficial, como explana Bakhtin (1987, p. 78): “Ao universalismo e à liberdade do riso da Idade Média liga-se a sua terceira característica marcante: sua relação essencial com a verdade popular não-oficial”.

### **A produtora Porta dos Fundos**

Um dos maiores canais brasileiros no YouTube atualmente, o Porta dos Fundos foi criado em 2012 pela parceria entre Antonio Tabet, Fábio Porchat, Ian Fernandes, João Vicente de Castro e Gregório Duvivier – roteiristas e atores que então se encontravam infelizes com o mercado televisivo. Hoje, os esquetes com humor ácido e crítico atingem, em média, 120 milhões de visualizações por mês, com três emissões por semana. Fora das plataformas online, o grupo também lançou projetos individuais, porém com produção coletiva: o programa do canal GNT intitulado “Que História é Essa, Porchat?” estreou dia 10 de março de 2020; o jornal humorístico em veiculação no canal HBO, “Greg News”; e a série do canal Comedy Central, “Homens?”, protagonizado e escrito por Fábio Porchat.

Pela plataforma de streaming Netflix, foram lançados uma série em 2018 e um filme em 2019, ambos com temas associados ao cristianismo: O “Especial de Natal: Se Beber, Não Ceie” – que levou o prêmio Grammy Internacional de melhor série de comédia no mesmo ano – e “A Primeira Tentação de Cristo”; em 2020, “Teocracia em Vertigem” foi lançado pelo Youtube. Desde 2017, o conglomerado multinacional de comunicação, ViacomCBS, é sócio majoritário da produtora, negócio que levou o Porta dos Fundos para o México em 2019 com o nome *BackDoor*. O elenco mexicano selecionado pelos sócios brasileiros mantém a estratégia de produção de materiais satíricos direcionados ao público local.

Com a tradição de produzir roteiros provocativos e que instigam aficionados de qualquer natureza, o Porta dos Fundos já sofreu processos judiciais contra alguns de seus vídeos, porém a justiça não os acatou – a maioria das contestações foram contra os materiais que satirizavam o cristianismo. Em 2019, na madrugada da véspera de Natal, dias depois da estreia do filme, a sede da produtora sofreu um atentado movido pela intolerância religiosa: foram atirados dois coquetéis molotov por um grupo cristão, que provocaram um princípio de incêndio, controlado rapidamente.<sup>6</sup>

A produtora Porta dos Fundos tornou-se o fenômeno que é atualmente devido à sua capacidade de chacotear tudo e todos, principalmente ao tornar seus esquetes um poço cômico de críticas políticas e sociais. O arquétipo Bobo da Corte se faz presente pela ferramenta de seus roteiros: o humor ácido. Zombando por meio da ironia, o grupo lança mensagens que fazem enxergar o que subjaz em fatos sociais presentes no país e no mundo de uma forma descontraída, pelo grau de comicidade obtido dos materiais produzidos. Um dos fundadores, Gregório Duvivier, explica a dinâmica da produtora em entrevista à *Veja Rio* (2020, online)<sup>7</sup>: “Nós rimos de quem está no poder. Evitamos fazer humor com minorias não por medo da crítica, mas porque esse é um humor medroso [...]. O humor é, por definição, uma luta contra o medo”.

Na mesma linha de raciocínio, vem a afirmação de Bakhtin (1987) de que o riso, ao ser banido das festividades oficiais das classes feudais, governamentais e religiosas, foi censurado e oprimido pelo tom sério vigente na sociedade medieval: “O tom sério afirmou-se como a única forma que permitia expressar a verdade, o bem, e de maneira geral tudo que era importante, considerável. O medo, a veneração, a docilidade etc., constituíam por sua vez os tons e matizes dessa seriedade” (BAKHTIN, 1987, p. 63). O riso, portanto, se torna a principal oposição a essa tonalidade repressiva da sociedade e uma arma moldada para enfrentar hierarquias injustas, tanto na Idade Média quanto no Século XXI.

---

6 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/produtora-do-porta-dos-fundos-atacada-com-coquetéis-molotov-no-rio-24157879>. Acesso em: 18 jan. 2021.

7 Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/porta-dos-fundos-grupo-humor-sucesso-exterior/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

O homem medieval sentia no riso, com uma acuidade particular, a vitória sobre o medo, não somente como uma vitória sobre o terror místico (“terror divino”) e o medo que inspiravam as forças da natureza, mas antes de tudo como uma vitória sobre o medo moral que acorrentava, oprimia e obscurecia a consciência do homem, o medo de tudo que era sagrado e interdito (“tabu” e “maná”), o medo do poder divino e humano, dos mandamentos e proibições autoritárias, da morte e dos castigos de além-túmulo, do inferno, de tudo que era mais temível na terra. Ao derrotar esse medo, o riso esclarecia a consciência do homem, revelava-lhe um novo mundo (BAKHTIN, 1987, p. 78).

Simon Romero, correspondente do jornal norte-americano *The New York Times* no Brasil, destacou o Porta dos Fundos como uma das empresas nos vértices digitais com maior notoriedade no Brasil ainda em 2013. No artigo, Romero (2013, online)<sup>8</sup> enfatiza a importância da produtora nos canais digitais brasileiros: “(...) Porta dos Fundos, cujos vídeos satíricos estão desafiando – e influenciando – como a sociedade brasileira pondera assuntos delicados como religião, uso de drogas, política, sexualidade e, é claro, corrupção”<sup>9</sup>. Em entrevista ao jornalista norte-americano, o fundador Antonio Tabet deixou claro a missão do Porta dos Fundos: “Nosso trabalho é para acordar as pessoas”<sup>10</sup>, depois de relatar que muitos brasileiros ainda seguiam com olhos fechados e tolerância desnecessária aos casos escancarados de corrupção na política e polêmicas que envolvem o clero. Constatamos, portanto, o objetivo traçado pela empresa: o riso como uma arma para incitar a revolta popular contra as classes no poder e preconceitos presentes em nossa sociedade.

### **Análise de materiais audiovisuais do Porta dos Fundos**

Para a melhor compreensão da análise, recomendamos a visualização dos vídeos citados abaixo antes da leitura deste tópico. Ambos foram publicados no canal da produtora na plataforma YouTube e no site próprio, e os *links* para assistir estão citados nas notas de rodapé. Cada análise é precedida de uma descrição, contendo uma ilustração

---

8 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/09/01/world/americas/on-youtube-comedy-troupe-tickles-brazil-and-ruffles-feathers.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

9 Tradução livre para “Porta dos Fundos, whose satirical videos are challenging — and influencing — how Brazilian society ponders thorny subjects like religion, drug use, politics, sexuality and, of course, corruption”.

10 Tradução livre para “Our work is about waking people up”.

fotográfica e a reprodução de todas as falas dos personagens. Um guia temático, conjugando as definições bakhtinianas de riso às atitudes do tipo bobo da corte, é adotado a fim de tecer comentários a respeito de expressões, inadmissíveis se dissociadas do contexto de humor implicado na tolerância a diálogos agressivos ou de menosprezo.

São mobilizadas as três modalidades de riso bakhtiniano: o universalismo cômico, caracterizado pela oposição à seriedade imposta pela subordinação; a liberdade utópica, caracterizada diante do evento de ser espectador, e a verdade popular oficial veiculada pelos diálogos em cada vídeo. Quando essas modalidades são combinadas às definições provindas do arquétipo Bobo da Corte e respectivas subcategorias, são potencializadas pela atitude de se permitir o riso levado à gargalhada, para não deixar escapar a precisão do contato com a situação adversa retratada. A versatilidade da noção de arquétipo é reforçada na evidência de seus efeitos de inversão de sinal: tanto pode servir para objetivos comerciais de formar vínculos dirigidos ao consumo, como também podem emancipar e expandir a consciência crítica em relação a formas de manipulação.

### “Pena”<sup>11</sup>

Fábio Porchat estrela esse esquete como um juiz atuando em uma audiência, caracterizado, veste uma toga e utiliza de um malhete, assim como notamos que o ambiente é um tribunal. Em primeiro momento, o juiz condena a 30 anos de reclusão (citado como pena máxima) um suposto político indiciado por corrupção ativa no que diz respeito ao desvio de R\$ 250 milhões destinados à área da saúde. Em seguida, o magistrado inicia uma série de alegações que diminuem a pena do réu, levando em conta motivos esdrúxulos para tal ato:

– Por ser réu primário, a pena cai 10 anos, ficam 20 anos então de reclusão; por ter imunidade parlamentar, cai mais 5; por bom comportamento, cai mais 10; por ser canhoto, que eu estou vendo daqui, cai mais 1; gosta de Paralamas [do Sucesso]? Esse é dos meus, tem um bom ouvidinho musical, cai mais 1; Você está com uma barba muito bem feita para essa hora da manhã, liso, sem nenhum ‘machucadinho’, sem nada, barba lisinha, cai mais 2; Por estar com um bronzeado bonito, de quem vai à praia, e não vai em praia fácil não, vai 6 [horas] da manhã em Grumari, que essa é a tua cara, o dente todo ‘enfileiradinho’,

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.portadosfundos.com.br/video/pena>. Acesso em: 20 jan. 2021.

branquinho, um laser que dá um trabalhinho pra fazer, tem um advogado muito bacana, conta piadas excelentes, hoje o dia está lindo, né? Vai dar piscina mais tarde, minha mulher ligou bem-humorada, feliz, ó [respira fundo], recuperei da gripe, o ‘Vascão’ ganhou ontem, então o réu está absolvido (PORTA DOS FUNDOS, online, 2015).

Após a citação dos motivos para a diminuição de pena, o juiz ainda exige que a justiça devolva os R\$ 250 milhões corrigidos pela inflação. Em segundo momento, inicia-se o julgamento de Washington, homem acusado de roubar uma caixa de nuggets, e utilizando-se também de motivações incoerentes, o inverso do caso político acontece: a pena aumenta a cada citação. “[...] Então está condenado a 10 anos de prisão. Por ser preto, mais 5; por ser pobre, mais 5; por ser nordestino, mais 5; por ser ignorante, mais 4; porque eu quero bater o martelo mais uma vez, mais 1 (PORTA DOS FUNDOS, online, 2015). Segue, então, para a audiência do suposto deputado Cunha, o magistrado enfatiza a gravata do parlamentar, deixando claro que será aplicado o mesmo procedimento pelo qual foi absolvido o político corrupto anterior.

**Figura 1 – Cena do esquete “Pena”, da produtora Porta dos Fundos**



Fonte: Portfólio da produtora Porta dos Fundos (2015).

A vinheta da produtora é veiculada, e, juntamente com os créditos, trechos de outras supostas condenações são apresentadas, apenas com o motivo sendo ditado, seguido pelo bater do malhete: “Viado; mulher e gorda; regata e rider [chinelo], irmão?;

Deus fez Adão e Eva, não fez Adão e Ivo; Preto; Esse vestido também pediu, né?; Outro preto. Hoje está tendo muito preto, hem?; flamenguista; Isso aí é o que, hem?; gente, preto nem traz, gente” (PORTA DOS FUNDOS, online, 2013).

O riso encontrado no conteúdo dramatizado é do tipo universalismo cômico, em que se produz um ritual com todas as formalidades, com o protagonista representando uma autoridade com toda semelhança, tanto no modo de vestir como no de falar. A performance do bobo da corte é convincente para transportar o espectador ao ambiente como se fosse uma situação real. Há um juiz, ladeado por uma escrivã, como é típico nessa modalidade de sessão. A fala do magistrado é formal, e os termos que pronuncia são opostos ao que se esperaria para o tipo de réu em julgamento, marcando a característica de inversão própria da liberdade utópica.

A contradição evidenciada apresenta-se na situação inversa, criando o descompasso entre o esperado e o ocorrido. O divertido resultado faz o espectador refletir no fato de que já tenha se comportado dessa forma, que só é cabível e admissível para o bobo da corte. O lado burlesco do enredo faz rir mas pode produzir uma autoconscientização: o vocábulo “pena” possui dois sentidos, um de comiseração e empatia com aquele que está recebendo a condenação, com sentimento de “estar com pena” e colocar-se no lugar; outro de projeção para a ambiência de julgamento não presente nos tempos atuais. O desempenho do ator, bastante convincente no papel do juiz, assegura a presença do bobo da corte nas suas características de sagaz (utilização do intelecto) e santo tolo (priorização do momento presente). Nessa estrutura, também executa a função de animador, cujo papel é contribuir para que o espectador se divirta.

O quadro humorístico coloca o espectador em contato com os temas da corrupção, do racismo, do estigma, da invisibilidade, da desigualdade, da ausência de cidadania para alguns. Esse contato ocorre por meio de sensações mobilizadas em uma sintonia que se explica pelo humor produzido. O riso da verdade popular oficial também se verifica quando a justa punição para a gravidade de um ato de corrupção é pronunciada, mas, em seguida, atenuada por um conjunto de argumentos considerados inadmissíveis. A dramatização culmina com a autoridade decidindo pela restituição de vultosos valores, indicando, nesse caso, que a sociedade fica em débito com alguém com esse perfil. O condenado de perfil oposto experimenta o agravamento da pena, motivando o espectador

– conscientizado pelo riso bakhtiniano “liberdade utópica” que acaba de exercer pelo evento de assistir ao vídeo – a soltar um suspiro e murmurar: Que pena!

### “Lulonaro”<sup>12</sup>

Fabio de Luca, Estevam Nabote e Pedro Bonavides atuam nesse material como personagens sem indicação que estão em um restaurante. De Luca, acompanhado de uma mulher (figurante) na mesa, inicia a conversa: “Não, não. Bolsonaro não dá, cara. Porque ele é muito limitado, ele é nocivo. Não tem condições de ser presidente de um país complexo tipo o Brasil” (PORTA DOS FUNDOS, online, 2020). Em seguida, os personagens de Nabote e Bonavides, os quais estão em outra mesa, interrompem a conversa da dupla e iniciam um diálogo:

O, cala a boca, petista de merda. – Tá falando comigo? Não sou petista não. Eu vou ‘pagar pau’ pra esses caras? Roubaram pra cacete, aparelharam o estado. – Tá falando isso agora porque ficou com ‘medinho’ da gente aqui, ó, – ‘Medinho’? Já cansei de postar que eu não gosto do PT [Partido dos Trabalhadores]. – Ué, então você não gosta do Lula? – Não. – Nem do Bolsonaro? – Também não. – Mas aí não pode, querido. – Como que não pode? – Tem que escolher um lado, irmão. Desde que o mundo é mundo, é assim. – Ah, então não tem outra possibilidade? – Querido, só tinha Lula e Bolsonaro lá. – Que eu saiba, tinha pelo menos umas dez opções ali. – Dez opções... tá sabendo disso? [perguntando a Bonavides] – Estou sabendo dessa porra não, mano. – Eu também não. De qualquer jeito, você tem que escolher um lado, irmão. – Eu já escolhi. – E não é Bolsonaro? – Não – Nem Lula? – Também não. – Porra, aí você me deixou confuso. Agora não estou te entendendo também, porra. – Amigo, olha só: eu não gosto de nenhum dos dois, nem de Lula, nem de Bolsonaro, por razões diferentes, mas eu não gosto deles. – Não pode isso! Pode? [perguntando a Bonavides, sem resposta]. Já sei! Beira do abismo, só está Lula e Bolsonaro pendurados, só pode salvar um. Quem tu salva? Vou foder ele agora. – Cara, isso é uma situação impossível de acontecer. – Não, não. Responda, por favor. Olha lá, fugindo. – Que que eu vou fazer num abismo com o Lula e o Bolsonaro, cara? – Olha lá, está vendo? Petista. – Eu não sou Petista nem Bolsonaro – Mas aí não pode! – Claro que pode! Tanto pode que eu não sou. – Não pode! (PORTA DOS FUNDOS, online, 2020).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.portadosfundos.com.br/video/lulonaro>. Acesso em: 20 jan. 2021.



**Figura 2 – Cena inicial do esquete “Lulonaro” da produtora Porta dos Fundos**



Fonte: Portfólio da produtora Porta dos Fundos (2020).

A partir de então, o personagem de Nabote repete várias vezes “não pode”, até que sua cabeça explode e o sangue é espalhado pelo restaurante. O personagem de Bonavides se espanta ao ver o sangue: “Eita porra! Caralho, olha só. Olha a cor [vermelho]. O maluco é comunista enrustido, esse filho da puta. Vacilão”. A vinheta da produtora encerra a cena, dando sequência aos créditos com uma segunda cena, estratégia utilizada nos vídeos desta análise. O personagem de De Luca conversa com a sua acompanhante sobre um filme, com as vestes manchadas de sangue, quando uma garçonete (Noemia Oliveira) do estabelecimento interrompe e inicia-se um diálogo:

– Senhor? Desculpa, eu vou pedir pro senhor se retirar do restaurante – Por quê? – É que a sua mesa é a única que não está falando de política, né? – E o que é que tem? – Ué, o que é que tem? É obrigatório em qualquer estabelecimento, a clientela tem que falar de política agora. – A gente está falando de cinema aqui. – É Bacurau?<sup>13</sup> – Não, não. – Parasita?<sup>14</sup> – Não. – Aquele documentário lá, do Oscar, como é o nome? – Não, não é também não. – Ah, senhor. Então ou o senhor fala do Bolsonaro ou o senhor me dá licença, tá? – Bolsonaro... eu já não tenho mais assunto de Bolsonaro, já falei tudo que eu tinha. – Senhor, é

13 Filme brasileiro estreado em 2019, dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles.

14 Filme sul-coreano vencedor do Oscar 2020, dirigido por Bong Joon-ho.

impossível. O senhor atualizou seu feed [redes sociais], lá, as notícias novas? – Não... – Cada hora tem uma notícia nova, senhor. O senhor tem que olhar lá (PORTA DOS FUNDOS, online, 2020).

Na cena retratada, o grotesco se marca pelo emprego de expressões chulas, a confrontação se eleva a um pico de intensa agressividade, enfatizando o caráter hiperbólico de uma confrontação verbal. O riso provocado é do universalismo cômico, em que se questiona a seriedade do governo vigente. O riso do tipo verdade popular não oficial ocorre por conta do fato de uma das partes em conflito não conseguir convencer a outra de que não é favorável a nenhuma das opções políticas Lula versus Bolsonaro. A defesa intolerante de uma das partes coloca em risco até a integridade física da outra. No contexto medieval do Bobo da Corte, somente ele possuía a condição de falar contra; qualquer outro seria considerado insolente e atrevido, sujeito a severas punições.

O direcionamento de conteúdo, neste caso, não está sendo dado pela ação do bobo da corte na subcategoria “animador”; é o contexto que faz esse papel. O espectador compreende o desenvolvimento da cena a partir do conhecimento e da vivência com a polarização do momento político no país. É um ambiente coletivo e ocorre uma sequência de diálogos que instalam o Bobo da Corte sem foco específico em um personagem, mas no enredo como um todo. O Sagaz exerce uma função às avessas: argumenta com lógica mas se enfraquece pela agressividade que utiliza, ao passo que a situação de antagonismo não dá vez a que o Tolo Sábio se manifeste como alguém que percebe os absurdos e as hipocrisias do mundo. Os papéis mais exercidos, sempre de modo inverso, são os de Santo Tolo (fixado somente no presente) e o Jovem Sincero que despeja toda a sátira de que é capaz, embora com um antagonista com a mesma capacidade.

São mobilizados os temas da agressividade, da ofensa gratuita, da intromissão na conversa alheia, da necessidade agora tornada imperiosa de conversar murmurando, com o cuidado de não ser ouvido por alguém da mesa vizinha que pensa de modo inverso e pode tornar-se um algoz. Comparecem também os extremos ideológicos e a lacuna formada pela falta de posicionamentos intermediários: não há acordo com quem pense de modo oposto. Inexiste a alternativa de pensar de modo simplesmente diverso; se não for igual, só pode ser oposto. O título “Lulonaro” remete a uma fusão de dois nomes,

representando posições políticas mutuamente excludentes, em um campo de disputas sem condições de estabelecer sinergia.

A comunicação é sempre iniciada por um vocativo de baixo calão, e a conversa prossegue com termos grosseiros e depreciativos. O espectador está instalado no evento de assistir ao vídeo, e o riso bakhtiniano denominado “liberdade utópica”, próprio da presença em eventos, comparece, mas se processa não de modo físico como em uma gargalhada, mas como um lazer semelhante ao de assistir a uma cena de combate. Há empatia com os personagens e seus ímpetos, mas agora com o potencial de promover tomada de consciência. Aí reside a força do espetáculo proporcionado pelo esforço e talento dos atores.

Os esquetes “Pena” e “Lulonaro” foram escolhidos por seus conteúdos possuírem um caráter crítico social explícito, podendo ser explicada a modalidade de riso na qual se constituem. O conceito bakhtiniano fornece explicação e permite discernir as funções do riso, mas a ousadia de exercê-lo é o arquétipo O Bobo da Corte, em suas formas de exprimir-se. O êxito do ponto de vista de contribuir para a consciência de mudança reside na capacidade que o humor possui de permitir adentrar o espaço da comunicação proibida e rejeitada. Podemos afirmar que o arquétipo, no modo como é configurado pelo *branding*, operacionaliza, quando associado dessa forma, um tipo de riso observado na contemporaneidade. Cabe ressaltar, no entanto – e evocando a multiplicidade de reflexões ensejadas pelos materiais – que a produção do Porta dos Fundos, por ser muito variada, não autorizaria uma generalização uniforme sobre a totalidade dos conteúdos veiculados. Além de arquétipo, o Bobo da Corte é um papel requerido pelo humor voltado à educação política.

Os dois vídeos analisados permitem observar o arquétipo do bobo da corte manifestar-se como uma das características do Porta dos Fundos, com a função de abordar os pareceres dos discursos, carregados de sarcasmo, aspereza, acidez, de forma, ao mesmo tempo, hilariante e hiperbólica. O telespectador recebe e, ao mesmo tempo, pode vivenciar as críticas ao mundo que o circunda – fora da seriedade jornalística e rotineira – e obter um ganho de reflexão sobre as questões discutidas.

Segundo Mark e Pearson (2003, p. 210), “acima de tudo, o Bobo da Corte nos ajuda a escapar das ideias pequenas e mesquinhas que nos prendem como uma armadilha. (...) O

Bobo da Corte que existe em cada um de nós adora as maneiras novas, ousadas e inteligentes de ver o mundo”. Torna-se evidente, por outro lado, que o riso medieval proposto por Bakhtin correlaciona-se à esfera arquetípica da marca para explicar o alcance das emissões do Porta dos Fundos, ao apoiar-se no humor hiperbólico para criticar as situações sociais vigentes na atualidade.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, realizamos uma análise da produção de sentido trazida pelo humor para encontrar os efeitos que produz na situação em que é inserido. O conceito de arquetipo presente na publicidade explica a constituição da dimensão persuasiva e o fato de operar de um modo imperceptível, mas efetivo para conquistar o cliente. Em específico, o arquetipo Bobo da Corte tem a característica de focalizar um personagem repleto de comicidade que fala verdades e coisas cruéis que se tornam aceitáveis pelo efeito decorrente do riso que provoca. Aqui comparece uma associação com as modalidades do riso conforme definidas por Bakhtin e derivadas da noção de carnavalização.

Os arquetipos, cada vez mais notáveis na publicidade, caracterizam-se pela junção dos valores, ideias e princípios de uma marca, resultando em uma personalidade específica para ela. Por outro lado, um objeto carnavalizado é impregnado de uma atitude de inversão, em que fatos do cotidiano e das relações de poder modificam toda a sua lógica de ação e a invertem totalmente: o rei se torna mendigo, o mendigo se torna rei, senta no trono do rei, o homem se torna mulher, o rico se comporta como pobre e o pobre assume a atitude de membro da nobreza. O carnaval é uma manifestação popular no formato de um festival, e firmemente inserido na cultura brasileira, a tal ponto que se pode reconhecer não haver exagero na afirmação de que esse ambiente cultural é uma espécie de Idade Média revisitada.

A associação entre o arquetipo Bobo da Corte e o conceito de carnavalização conferem um potencial explicativo a abordagens de mídia como a que foi aqui analisada. Neste artigo, mostramos que o mesmo conteúdo de humor utilizado para vender e fidelizar na atividade de vendas e consumo tem o potencial de emancipar o olhar e promover consciência da realidade e do desequilíbrio nas relações interpessoais. Os

componentes em jogo adquirem eficácia explicativa. Para os dias de hoje, de turbulência política e econômica, repletos de malícia e egoísmo, com preconceitos velados e ao mesmo tempo um contexto de pandemia, com valores sendo questionados, o atrevimento do bobo da corte veiculado por uma mídia que melhora a crítica é sem dúvida uma produção de sentido positiva. No entanto, como qualquer sedução tem seus truques, encontrar os exatos limites é sempre um desafio inescapável.

## Referências

COUTO, Hélio. **Marketing e arquétipos: símbolos, poder e persuasão**. 1ª ed. São Paulo: Editora Hélio Couto, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 2000.

JACOBI, Jolande. **Complexo, arquétipo e símbolo na psicologia de C. G. Jung**. São Paulo: Cultrix, s/d.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Trad. Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARK, Margaret; PEARSON, Carol S. **O herói e o fora-da-lei: como construir marcas extraordinárias usando o poder dos arquétipos**. Trad. Merle Scoss. São Paulo: Cultrix, 2003.

MARTINS, José. **A natureza emocional da marca: como escolher a imagem que fortalece a sua marca**. 1ª ed. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

MEDEIROS, Marcos de. Paródia/Carnavalização e função poética em a Invenção do Brasil. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-14, julho/dezembro 2005.

PEARSON, Carol S. **Jester Archetype**. s/d. Disponível em:

<https://www.carolpearson.com/archetype-pages/jester-archetype>. Acesso em: 30 ago. 2021.

THEDIM, Fernanda. Sucesso no México, Porta dos Fundos chega a mais dois países em 2020. **Revista Veja Rio**. 2020. Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cidade/porta-dos-fundos-grupo-humor-sucesso-exterior/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ROMERO, Simon. **On Youtube**, comedy troupe tickles Brazil and ruffles feathers. **The New York Times**. 2013. Disponível em: <<https://nyti.ms/17v6Srh>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Revista Mídia e Cotidiano  
Artigo Seção Livre  
ISSN 2178-602X  
Volume 15, Número 3, set-dez/2021  
Submetido em: 08/03/2021  
Aprovado em: 20/08/2021

## O malandro no cinema: atualização da figura do malandro em *Madame Satã*, de Karim Aïnouz

*The roguer in the cinema: updating the figure of the trickster in Madame Satã, by Karim Aïnouz*

*El buscón en el cine: actualización de la figura del buscón en Madame Satã, de Karim Aïnouz*

Iago PORFÍRIO<sup>1</sup>

Márcia GOMES<sup>2</sup>

### Resumo

Neste trabalho se discute a representação do malandro em diferentes movimentos do cinema nacional, a fim de indagar sobre a relação dessa representação com a marginalização vinculada aos corpos negros. Utilizamos as contribuições de Michel De Certeau (2007) e de Giorgio Agamben (1993) acerca do ser qualquer, de modo a identificar as situações que compelem às formas de vida do malandro, como sobrevivência nos espaços sociais. Com a identificação desse tipo social em filmes de diferentes períodos, e de elementos do malandro na vida cotidiana e como sintoma da comunidade que vem, analisamos *Madame Satã* (2002) como atualização do personagem no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chaves:** Malandro. Cinema brasileiro. Vida cotidiana. Karim Aïnouz.

### Abstract

This work discusses the representation of the rogues in different movements of national cinema, in order to inquire about the relationship of this representation with the marginalization of characters with black bodies. We use the contributions of Michel De Certeau (2007) and Giorgio Agamben (1993) about being any person, in order to identify the situations that compel the rascal's ways of life, such as survival in social spaces. With the identification of this social type in films from different periods, and elements of the

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação (UFMS). Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom/UFBA). E-mail: iagoporfiriojor@gmail.com ORCID: 0000-0003-1902-1891.

<sup>2</sup> Doutora em Scienze Sociali, Pontificia Università Gregoriana, Roma-Itália. Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: marciagm@yahoo.com ORCID: 0000-0002-6990-648X.

trickster in ordinary life and as a symptom of the community that comes, we analyzed *Madame Satã* (2002) as an update of the character in contemporary Brazil.

**Keywords:** Rogue. Brazilian. Cinema. Everyday life. Karim Aïnouz.

### Resumen

Este trabajo analiza la representación del buscón en diferentes movimientos del cine nacional, con el fin de indagar sobre la relación de esta representación con la marginación de personajes con cuerpos negros. Como base, utilizamos los aportes de Michel De Certeau (2007) y Giorgio Agamben (1993) sobre ser cualquier persona, para identificar las situaciones que obligan a los modos de vida del sinvergüenza, como la supervivencia en los espacios sociales. Con la identificación de este tipo social en películas de diferentes épocas, y elementos del pícaro en la vida cotidiana y como síntoma de la comunidad que viene, analizamos *Madame Satã* (2002) como una actualización del personaje en el Brasil contemporáneo.

**Palabras clave:** Buscón. Cine brasileño. Vida cotidiana. Karim Aïnouz.

### Introdução

Pensado desde seu estatuto ontológico de personagem marginalizada e associada a um contexto de confronto e desacordo com a sociedade na qual está inserido, o malandro vem sendo estudado como elemento da cultura brasileira desde o campo da sociologia, com Roberto Da Matta, ao campo da crítica e estudo literário, com Antonio Candido. Suas singularidades são aqui entendidas como forma de resistência, de modo a escapar das forças opressoras constitutivas do meio social.

Este artigo realiza uma reflexão sobre as múltiplas formas de figuração do malandro em momentos do cinema brasileiro nos quais os dilemas sociais do sujeito ordinário foram entendidos de modo mais acentuado. Esse cinema incorpora, em seus recursos expressivos cinematográficos, a experiência da vida cotidiana numa ordem estético-política; no início de 1960, o cinema brasileiro inscreve, às imagens, as práticas performáticas do sujeito ordinário, que ansiava por ser visto. Nesse período, os movimentos cinematográficos europeus inspiram os cinemas latino-americanos na inscrição do “populismo nacionalista”, sobretudo nos cinemanovistas, com o neorealismo italiano, em sua atenção pela vida ordinária, pelos “dramas miúdos do cotidiano do italiano comum oprimido por circunstâncias sociopolíticas” (BEZERRA, 2019, p. 94).



Na cultura cinematográfica, de modo geral, “a história dos negros no cinema compreende um legado de estereótipos” (AKOMFRAH, 2017, p. 15). Essa afirmação aponta justamente para a representação do negro na cinematografia brasileira, que o vincula à figura do malandro. Na esteira de Stuart Hall (2016 apud SOVIK, 2020), para quem o estereótipo é uma conexão entre representação, diferença e poder, Liv Sovik (2020) destaca que “nem quando há boa vontade, as representações conseguem fugir do peso desse poder e, por isso, nem a propaganda abolicionista nem o cinema da primeira metade do século XX deixou de representar pessoas negras por meio de estereótipos” (SOVIK, 2020, p. 5).

Nesse contexto, interessa-nos identificar de que maneira as figurações do malandro estão atravessadas por elementos que convocam para o ordinário. Em nosso mapeamento da historiografia do cinema brasileiro proposta por Ismail Xavier (2012), essa figura é dada a ver nas fases iniciais das chanchadas, no Cinema Novo e no Cinema Marginal, em que observamos sua presença expressiva associada à representação do negro, e foi estereotipada sobretudo com as chanchadas.

Para o entendimento do malandro como sujeito ordinário, recorreremos ao conceito de “*ser qualquer*”, de que fala Agamben (1993), cujas particularidades estão na negação de seus atributos, que não manifestam suas singularidades de pertencimento a classe ou categoria. O “*ser qualquer*” não tem qualidades ou essência que o universalize diante dos demais, estando no devir e nas incontingências do cotidiano sem a condição de pertencimento, por apresentar uma identidade fragmentada no cotejo com a vida social. A comunidade que vem, segundo Agamben, é formada por homens ordinários, pois os “*tricksters* ou vagabundos, ajudantes ou *cartoons*, eles são os exemplares da comunidade que vem” (AGAMBEN, 1993, p. 17). O “*ser qualquer*” não é a expressão comum do “qualquer um”, contudo, é, no dizer do autor, “no seu *ser tal qual é*”, quando “a singularidade liberta-se assim do falso dilema que obriga o conhecimento a escolher entre o caráter inefável do indivíduo e a inteligibilidade do universal” (AGAMBEN, 1993, p. 11).

O conceito do homem ordinário associado ao malandro tem relevância para a discussão deste trabalho, pois permite-nos pensar de que modo certos filmes empregam as figurações e elementos da vida miúda e da cotidianidade, nos termos de Agnes Heller

(1998) a respeito do “‘pequeño’ mundo suyo”, a contrapelo da espetacularização de suas práticas que se tornam “visíveis socialmente” (MARTÍN-BARBERO, 2009). Como figura que resiste e que faz parte dos contingentes que não têm lugar próprio que os determinem, o malandro está, com efeito, na indeterminação, ocupando o campo das táticas e compelido a inventar novas formas de vida nos espaços sociais (CERTEAU, 2007). A ausência dessa condição de pertença do homem ordinário, que obstina “a coisa *com todos os seus predicados*” e “que deseja o *qual* apenas enquanto *tal*”, como lembra Agamben (1993, p. 12), corrobora para compreender o malandro que se contrapõe às normas sociais, no seu agir pelas “táticas” que se articulam à vida cotidiana.

A primeira parte deste artigo descreve a dimensão representacional do malandro, de certo modo ambivalente e com diferentes propostas, a partir da análise dos filmes *Também Somos Irmãos* (José Carlos Burle, 1949), obra que corresponde ao período inicial da chanchada; *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957), início do Cinema Novo; e *Vai trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973), em diálogo com o Cinema Marginal. Essas obras, que tratam de personagens históricas da vida miúda, conduzem ao filme *Madame Satã* (Karim Aïnouz, 2002), que traz em primeiro plano o sujeito ordinário representado por uma personagem multifacetada. O procedimento de escolha dos períodos e das obras analisadas para identificar a construção da ideia do malandro no cinema brasileiro, e sua vinculação aos corpos negros, foi o do mapa noturno, de Martín-Barbero (2009), no qual a visão de conjunto é elaborada a partir dos elementos significativos na produção cultural em processo e em contexto.

Enquanto atualização da figura do “malandro”, é feita uma análise do longa de Aïnouz, considerando, como operação metodológica, os regimes estético e formal utilizados na composição dos filmes, “no conjunto de recursos que ele dispõe para cifrar, em sua forma, os elementos da vida ordinária”, como nos sugere Guimarães (2005, p. 84). Na leitura de Agamben (1993), a comunidade que vem será formada pela vida ordinária e, nesse movimento, *Madame Satã* nos leva para um diagnóstico da sociedade dos anos 1930, a partir de uma história elaborada e narrada nos anos 2002, propondo uma leitura do Brasil contemporâneo que, tal como as personagens aqui comentadas, é o devir do país que vem.

## A cartografia do malandro

Em se tratando de traçar uma cartografia do malandro, na esteira de Martín-Barbero (2009), como figura vinculada à identidade nacional – ao lado do país do samba, do futebol, do carnaval, da feijoada, formando nesse espectro o também país da malandragem, traduzido no *jeitinho brasileiro* –, é significativo detalhar o contexto em que se insere a representação dessa figura no cinema nacional, desde como é constituído e compreendido no imaginário brasileiro.

Lima Barreto observou que “todo cidadão de cor há de ser por força um malandro” (SCHWARCZ, 2017, p. 395), apontando criticamente para a relação que é feita na sociedade do malandro como negro, pobre e marginalizado. No argumento sobre como o cinema refletiu – com personagens arquétipos – a realidade do negro brasileiro até a década de 1980, Rodrigues (1988, p. 22) destaca que o malandro fora “apresentado com maior frequência como mulato do que como negro”.

O malandro concentra elementos expressivos da ancestralidade afro-brasileira, sobretudo nas religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, tendo em Exu e Zé Pelintra (entidades das respectivas religiões) o compartilhamento de significados correspondentes à sua personalidade. O primeiro alcança um patamar de divindade entre o sagrado e o profano, diluindo-se em diferentes esferas e representando, de certo modo, a natureza do malandro, ao apresentar-se como aquele que foge às regras de comportamentos e é tido como símbolo da maldade (PRANDI, 2001). O segundo, Zé Pelintra, demonstra, em elementos figurativos de sua personalidade – valente, ardiloso e ressabiado –, a manifestação do malandro, no traje do terno e gravata, chapéu panamá e sua camisa de seda, a qual a navalha não corta. Para Zeca Ligierio (2004), Zé Pelintra foi um autêntico malandro em vida, mas que na Umbanda é obrigado a seguir as normas tornando-se um trabalhador na organização do terreiro e na sua servidão a ele, no sentido de amenizar o sofrimento daqueles que o procuram, seja em conselhos ou no papel de curandeiro, de modo a “pagar seus pecados”.

No início da Era Vargas (1930-1945), a malandragem foi tema recorrente da música popular brasileira, em código poético que configura regra de sobrevivência, de maneira mais intensa quando o malandro precisou recorrer a novas “táticas” de sobrevivência, ao ser excluído e perseguido na era varguista por se distanciar da figura

do trabalhador. Para traçar uma cartografia do malandro, portanto, é importante buscar sua origem no samba e, com efeito, no processo de formação da música brasileira: do dito “samba malandro”, ainda no contexto da Primeira República (1889-1930), ao “samba do malandro regenerado”, do governo estadonovista.

A figura do malandro também reverbera na literatura nacional, como alternativa das diversas injustiças sociais que sofre, na qual é representado como anti-herói, ou como um “herói sem nenhum caráter” – para usar uma expressão de Mário de Andrade (2013). A temática da malandragem vai também surgir na crítica da literatura brasileira a partir do ensaio de Antonio Candido, “Dialética da malandragem” (1993). Desse modo, cabe ressaltar as referências desse malandro da “batucada” com o malandro literário, visto, entre outros, em Mário de Andrade, Lima Barreto e João Antônio.

Os filmes do Cinema Novo, que estiveram preocupados com os problemas da nação e com o sujeito ordinário, exploram a representação do malandro vinculado ao negro – que, quando presente no cinema nacional, era estereotipado. Esse período cinemanovista revela um espaço social conquistado por um coletivo de atores negros, alguns deles do Teatro Experimental do Negro (TEN), pois é quando a questão racial toma forma na representação cinematográfica, segundo Carvalho (2005), momento também em que não passam mais a ocupar personagens subalternos e à margem da narrativa fílmica, como nas produções anteriores. Ocupam papéis de destaque, em aspectos de sua cultura e história, principalmente em filmes como *Rio, 40 graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1955), *Barravento* (Glauber Rocha, 1962) e *Ganga Zumba* (Cacá Diegues, 1963), com atores e atrizes que florescem o protagonismo do negro no cinema, como Zózimo Bulbul, Grande Otelo, Ruth de Souza, Antônio Pitanga, Luiza Maranhão, Eliezer Gomes, Jorge Coutinho, Milton Gonçalves, Zezé Motta, Antônio Pompêo, entre outros.

### **O malandro e a vida ordinária no cinema brasileiro**

Compreender a epistemologia do malandro como sujeito que rompe as normas sociais e procura sobreviver a partir de seu devir, leva a pensar o ordinário como elemento que permite uma reflexão crítica sobre a maneira de se colocar nas imagens, a tornar seus modos de sobreviver visíveis dentro do campo de representação.

Na busca por sua genealogia expressiva, o malandro está na literatura, no teatro, no samba e em diferentes expressões. O foco, aqui, é a ênfase na tematização dada pelo cinema brasileiro em alguns dos seus movimentos. Nesse sentido, cabe atentar para a importância de situar essa figura que procura encontrar um lugar para si nas instâncias periféricas da sociedade, debate que aponta para o uso de diferentes táticas empregadas para sobreviver. O *qualquer* e, no caso, o malandro, é a pregnância da singularidade, “sem o qual não é possível pensar nem o seu ser nem a sua individuação” (AGAMBEN, 1993, p. 21). Esse movimento ocorre em uma “linha de cintilação alternativa”, no dizer do autor, numa penetração recíproca que “passa do comum ao próprio e do próprio ao comum”, gerando o seu *ethos* (AGAMBEN, 1993, p. 24).

O malandro constitui seu *ethos* ao viver no movimento da desordem para a ordem que recobre a noção de indivíduo, na concepção de DaMatta (1997), em confronto às regras do meio em que vive, sem saber que é visto também como “uma peça na engrenagem econômica do lucro e do capital” para reivindicar ser reconhecido como pessoa, tal como um trabalhador que “é visto como ‘gente’ e com ‘consideração’ pelo prisma moral e pessoal” (DAMATTA, 1997, p. 286). Dessa maneira, o malandro “oscila entre a ordem estabelecida e as condutas transgressivas, para finalmente integrar-se na primeira”, depois de vivenciar a transgressão (CANDIDO, 1993, p. 39).

Com a companhia paulista Vera Cruz, nos finais dos anos 1940, há uma tentativa de implantação de uma indústria cinematográfica brasileira, com produções em série e a aspiração de adotar o modelo de grandes estúdios. Distanciando-se desse modelo, as chanchadas, surgidas com a companhia Atlântida em 1941, no Rio de Janeiro, apresentavam como características a representação de personagens-tipo que expressassem brasilidade, formando em seu elenco de tipos malandros e populares, com linguagem humorística e cômica para parodiar a realidade brasileira.

A Vera Cruz, que geralmente apresentava personagens negras somente em papéis de empregadas domésticas, teve como exceção apenas *Sinhá Moça* (Oswaldo Sampaio e Tom Payne, 1953), ainda que “a representação do negro está mediada pela ideologia liberal que animava os fundadores da companhia” (CARVALHO, 2005, p. 40). A ressalva, nesse filme, está para a atriz Ruth de Souza, que interpreta a escrava Sabina, em uma de suas melhores atuações no cinema reconhecida pela crítica e, mesmo em um

papel sem fala, pois “os personagens brancos detêm o monopólio da fala”, enquanto os negros ficam em silêncio (CARVALHO, 2005, p. 44), foi indicada ao prêmio de melhor atriz no festival de cinema de Veneza, em 1954.

As chanchadas, por sua vez, buscavam transmitir a nacionalidade no imaginário de brasilidade ao considerar problemas do cotidiano miúdo e ordinário, com a oscilação entre a dialética da malandragem e a estética da vida banal improvisada a partir de situações dramáticas – traços marcantes que vão caracterizar o estilo cinematográfico. O filme mais significativo que coloca em relevo tais aspectos é *Moleque Tião* (José Carlos Burle, 1943), filme de estreia da companhia que demonstrava elementos de sua proposta ao explorar problemas sociais ausentes do cinema nacional até então. O argumento do filme, com destaque para filmagens em cenários pobres e protagonizado por Grande Otelo, é a trajetória de um jovem artista negro que sonha sair de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro, para atuar em uma companhia de teatro. É considerado pelos críticos como um filme biográfico de Grande Otelo, que a partir daí torna-se estrela do cinema.

A Atlântida apresentava em plano principal, em *Também Somos Irmãos* (José Carlos Burle, 1949), o tema da discriminação racial no Brasil atrelado à marginalidade, o que até então não tinha sido tratado no cinema nacional. Emprestando uma comparação de Stam (2008), era uma espécie de neorealismo crítico de um Roberto Rossellini ou Nelson Pereira dos Santos, contraposto à visão conservadora de um Gilberto Freyre. Tendo como pano de fundo o tema da malandragem, o filme apresenta uma abordagem da discriminação e racismo em espaços sociais marginalizados, como a favela, estampando o cotidiano ordinário dos moradores e personagens principais.

Dialogando com o neorealismo italiano, pela crítica social e pelos ambientes fora de estúdios, *Também Somos Irmãos* (1949) narra a história de Miro (Grande Otelo), um malandro revoltado que fora adotado por uma família branca, que vai morar com o irmão biológico, Renato (Aguinaldo Camargo, ator do Teatro Negro Experimental), em uma favela. Ao contrário do irmão, de concepções otimistas e que pretende entrar no mundo do trabalho pela força intelectual, ele expressa raiva do desprezo e das humilhações racistas que sofria com o irmão na casa da família adotiva, de onde sempre fugia e, quando reaparece na favela, é mal visto pelos moradores por estar na vida da malandragem, dos jogos de dinheiro fácil e vivendo às custas de pequenos crimes.

A narrativa do filme foca os irmãos já adultos e acentua o destino de rejeição do malandro, supondo ser a malandragem e a boemia, associadas ao samba, modos de vida desdenhosos, e percebidos no imaginário como recusa de integrar-se socialmente nos valores burgueses e na moralidade convencional. Quanto a ser malandro, Miro parece ter consciência da valência negativa para si desse papel, pois assume, por exemplo, a culpa de um crime cometido pelo irmão, de modo a ficar preso no lugar dele: tem para si que a vida o levará, de maneira ou de outra, de volta para a prisão/rua. A contraposição entre os irmãos é mostrada logo no início da trama: enquanto Miro, de trajes desbotados, está fugindo da polícia na favela; o irmão, de camisa engomada, aparece concentrado na leitura. Apesar das diferenças, ambos procuram a ascensão em uma sociedade marcada pela desigualdade, embora Miro o faça pela via da malandragem.

Com a proposta de retratar o brasileiro e sua cultura, o Cinema Novo condensa a procura pela identidade nacional. A experiência social é colocada em discussão a partir da tônica do movimento no começo da década de 1960, que foi a “busca de novas formas de representação capazes de dar conta dos processos” mais profundos da realidade brasileira (XAVIER, 2003, p. 129), pensando o cinema como expressão política no campo cinematográfico<sup>3</sup>.

Algumas características estéticas são adotadas pelos cinemanovistas, com inspiração do neorealismo, como não usar de cenários artificiais, com vistas a redescobrir a paisagem e sua integração com os atores sociais (não-atores profissionais), tomando a cena como protagonista de sua realidade. Como se nota logo em sua primeira fase, é a antítese aos filmes dos anos 1930 e 1940, pois os cineastas saem “com uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” (espécie de sùmula do movimento) à procura do povo brasileiro, desde praias, sertão nordestino a favelas. É o caso de *Cinco Vezes Favela* (1962), com cinco micro-histórias de diferentes diretores, entre os quais Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman; ou, também, de *Rio, 40 graus* (Nelson

---

<sup>3</sup> É possível compreender a gênese do Cinema Novo a partir de momentos importantes para o movimento, que se consolida com a sua atuação em três fases, conforme propõe Graça (1997). A primeira, de seu nascimento, está entre 1955 e 1964, quando ocorre a inspiração direta das obras do neorealismo italiano; a segunda, entre 1964 e 1968, demonstra uma preocupação política; a terceira, entre 1969 e 1973, quando se apresenta um esgotamento da estética cinemanovista e abertura para propostas individuais.

Pereira dos Santos, 1955) e *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957), e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964), marcos do movimento, entre outros.

Produção do Centro Popular de Cultura, *Cinco Vezes Favela* (1962), radicaliza a vida ordinária a partir de cinco episódios<sup>4</sup>. Meninos moradores da favela que descem o morro para roubar gatos e vendê-los – couro para fazer tamborins (*Couro de Gato*); o favelado que não tem emprego, nem dinheiro para pagar seu aluguel, encontrando o crime como “saída” (*Um favelado*); Zé (*da Cachorra*), favelado “esquerdista” que se movimenta na luta pelo direito à casa e contra os grileiros; o samba que se contrapõe à lógica do trabalho, ou a participação sindical como mecanismo para mudar a realidade social (*Escola de Samba Alegria de Viver*); a organização comunitária da favela contra os interesses da empresa que pretende derrubar os barracos para construir uma pedreira (*A Pedreira de São Diogo*).

A produção coletiva de *Cinco Vezes Favela* pretendia ser experiência que se expressa na relação entre o político e o estético, convocando para a “partilha do sensível”, na esteira de Jacques Rancière (2010), que compreende o sensível como o estético e o político, sendo sua partilha no nível das possibilidades e na “[...] distribuição e redistribuição dos lugares e das identidades, esse corte e recorte dos espaços e dos tempos, do visível e do invisível, do barulho e da palavra” (RANCIÈRE, 2010, p. 21). O que nos interessa, nesse sentido, é o Cinema Novo enquanto partilha da representação de figuras marginais, para a categoria social do malandro na sociedade, em obras como *A Grande Feira* (Roberto Pires, 1961); *A Grande Cidade* (Cacá Diegues, 1966); *Rio, 40 graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1955) ou também em *Bahia de Todos os Santos* (José Trigueirinho Netto, 1960).

Percebemos as ambivalências quanto ao protagonismo da persona do malandro em diferentes momentos do cinema, ainda que com propostas díspares entre os filmes citados a seguir, indo do malandro que faz rir em um tipo popularesco e cômico das chanchadas, ao malandro ingênuo de *O Caçula do Barulho* (Riccardo Freda, 1949), ao sambista do morro em *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957) e do marginal

---

4 Os curtas-metragens estão divididos na seguinte maneira: Um favelado, de Marcos Faria; Zé da Cachorra, de Miguel Borges; Couro de gato, de Joaquim Pedro de Andrade; Escola de Samba Alegria de Viver, de Carlos Diegues – com montagem de Ruy Guerra – e A Pedreira de São Diogo, de Leon Hirszman – com montagem de Nelson Pereira dos Santos, Sadi Cabral e Glauber Rocha.



da quadrilha de assaltantes criminosos e moradores da favela em *Assalto ao Trem Pagador* (Roberto Farias, 1962), indignando-se com a discriminação racial como causa da miséria social. “É justo morrer uma criança na favela, porque é menos um para viver na miséria”, fala um dos personagens interpretado por Grande Otelo. Cabe ressaltar que o malandro, seja cômico ou ingênuo, faz parte dos estereótipos comuns dados aos negros pelas chanchadas. Ao lado desses dois últimos filmes do período cinemanovista, há também em *Barravento* (Glauber Rocha, 1962), no protagonista Firmino (Antônio Pitanga), o malandro que tenta convencer os pescadores à organização contra a opressão social em detrimento da religião: “Sou independente, já larguei esse negócio de religião, Candomblé não resolve nada, não”, diz Firmino.

Ainda na proposta do Cinema Novo, em *A Grande Cidade* (Cacá Diegues, 1965), Calunga (Antônio Pitanga) é um malandro criativo, rebelde e alegre, que também representa o papel de cicerone, ao apresentar o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro como a “visão do inferno”, cenário da história do longa. Juntam-se, à história do malandro, dramas de personagens nordestinos imigrantes, como a da retirante pernambucana Luiza (Anecy Rocha), que chega à cidade à procura de seu amante Jassão (Leonardo Villar), que se tornara na cidade matador de aluguel e foragido da polícia, e Inácio (Joel Barcelos), amigo de Calunga, também fugitivo da seca nordestina.

Com destaque para a vida ordinária do malandro, podemos citar de maneira acurada *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957), cujo protagonista, o sambista Espírito da Luz Soares (Grande Otelo), é o que consideramos um malandro distópico, que transforma o sofrimento em samba. É representado como um indivíduo sufocado pela situação socioeconômica: não tem capital para emplacar seus sambas e sonha em fazer sucesso para terminar de construir a casa na favela, ganhar a guarda do filho Norival (Haroldo de Oliveira) e casar com Adelaide (Malu Maia). Aceita o sofrimento sem reclamar, como quando é enganado pelo malandro Maurício (Jece Valadão), que o faz assinar um termo que retira sua autoria do samba *Mexi com ela* (o malandro ingênuo). Retorna para o morro, onde é outra vez espoliado por pivetes que lhe roubam o dinheiro dado por Maurício. O filho, na intenção de defendê-lo, acaba assassinado pelos pivetes do morro na frente do pai. O sofrimento ganha conotação estética, ao transformar a morte

do filho no samba do malandro<sup>5</sup>. Espírito representa os sonhos que caminham para um fim trágico: o sambista morre nos trilhos da Central, no momento em que seu samba alcançaria as rádios.

Dá-se a combinação de classe e raça na tragédia de Espírito, que, ainda que tenha talento, é impedido de ascender com seus sambas pela exclusão social e econômica, levantando várias facetas da dificuldade de inserção social para o indivíduo marginalizado – tal como em *Madame Satã* (2002) –, quando os fatores de classe e raça se sobrepõem, em detrimento do talento artístico. O protagonista é um “pingente limabarretiano”, na perspectiva de Coração (2012), que o relaciona ao jovem Isaías Caminha, do romance *Recordações do Escrivão de Isaías Caminha*, de Lima Barreto (1909), que sai do interior do Rio de Janeiro em busca do sonho de tornar-se “doutor”. Espírito, tal como o Isaías de Lima Barreto, confunde-se na busca do seu “ter-lugar”, que “não conhece já lugar próprio”, na expressão de Agamben (1993, p. 26).

Nesse aspecto, é que o malandro Dino (Hugo Carvana), protagonista de *Vai Trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973), no retorno ao seu lugar de origem, ou ao seu “lugar próprio”, o cortiço – espaço marginalizado na história desde a Primeira República –, é recebido com entusiasmos pelos moradores como aquele que conseguiu, com *jeitinho*, driblar as opressões sociais e se inserir em camadas socialmente favorecidas, tal como Max Overseas de *Ópera do Malandro* (Ruy Guerra, 1985), adaptação da peça homônima de Chico Buarque (1978). Apesar de *Vai Trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973), é possível observar os desdobramentos do cotidiano brasileiro em *Se Segura, Malandro* (Hugo Carvana, 1978), que apresenta o malandro que mantém uma rádio clandestina, cuja programação remete ao corriqueiro e às histórias miúdas da sociedade carioca.

Nos anos finais da terceira fase do Cinema Novo, o Cinema Marginal (1968-1973) dá a ver a equivalência do perfil cinematográfico do marginal, como o representado pela obra considerada a eclosão do movimento, *O Bandido da Luz Vermelha* (Rogério Sganzerla, 1968), que nasce com alguns cineastas que acreditavam distanciar-se das propostas cinemanovistas, ainda que mantivessem a representação alegórica do Brasil.

---

<sup>5</sup>“Mais um malandro fechou o paletó/eu tive dó/eu tive dó/ [...] Morreu Malvadeza Durão, valente, mas muito considerado (...)” (Fechou o Paletó, de Zé Kéti).

Surgindo em um momento histórico marcado pela repressão da ditadura militar, o movimento associa a consciência de transgressão estética à violência. Os marginais, como eram ironicamente chamados pelos críticos esses cineastas, radicalizam os pressupostos do humor e da seriedade da paródia chanchadesca, integrando-os ao engajamento do Cinema Novo, mas sem o tratamento político desse.

*Vai Trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973), inserido no movimento Marginal, ainda que se distancie, em certa medida, de algumas das principais características do malandro e de sua vida ordinária, sintetiza alguns elementos caros à discussão deste estudo, na expressividade do seu devir que o compele a agir por táticas. Hugo Carvana, diretor e protagonista, mapeia os costumes miúdos e cotidianos do Rio de Janeiro da década de 1970, com protagonistas que apresentam características da malandragem, em conflito com a ordem instituída. Seus personagens procuram sobreviver às mudanças urbanas e aos projetos de progresso atrelado ao tal do “milagre econômico”, quando suas casas do subúrbio vão desaparecer. Tal situação é vista com preocupação pelo Gerente (Nelson Dantas), dono da sinuca, ponto de encontro dos malandros, que vai apresentando as mudanças pelas quais a cidade passou no tempo em que Dino esteve preso, dizendo que “muita gente boa” desapareceu, malandros bons da sinuca.

O argumento do filme gira em torno de um jogo de sinuca entre os campeões do pano verde: Babalu (Nelson Xavier) e Russo (Paulo César Peréio). O primeiro malandro está em processo de regeneração, ordenado pela mulher com auxílio de sua religião, a Umbanda<sup>6</sup>. A regeneração do malandro Babalu se conclui em *Vai trabalhar, Vagabundo: a volta* (Hugo Carvana, 1991), como trabalhador e pequeno-burguês – tal como o malandro Max Overseas, de *Ópera do Malandro* (Hugo Carvana, 1985). O malandro Russo é encontrado em um hospício, onde a representação de louco está nos médicos e enfermeiros. Internado por alcoolismo, ele se diz curado, mas isso só acontece quando Dino o visita para propor um grande jogo de sinuca e lhe entrega a cachaça caseira.

---

6 Cabe fazer uma observação quanto à presença da religião afro-brasileira nas representações do malandro, de maneira intensiva em *Vai trabalhar, Vagabundo* (1973) e *Madame Satã* (2002).

Babalu, trabalhador oprimido e insatisfeito por “trabalhar feito um cão” em um botequim por “200 contos”, aceita a proposta do jogo feito pelo malandro Dino<sup>7</sup>.

O filme chama a atenção para a identidade instável do malandro protagonista, representado como valente, “quem tá no desvio, sabe que ajoelhou, tem que rezar”, assim como o malandro Miro, em *Também somos irmãos* (José Carlos Burle, 1949), que assume as consequências do crime cometido pelo irmão. O malandro se constitui como tática de sobrevivência, articulada desde um conjunto de saberes, ou espertezas e jeitinhos, que sustenta a luta pelo “poder de conquistar para si um lugar próprio” (CERTEAU, 2007, p. 100), ou seja, seu espaço social a partir de golpes com variadas definições. A busca por esse “lugar próprio”, característica do ser qualquer e do homem ordinário, ocorre no que Agamben (1993) chama de *ágio*, o espaço não representável, “o lugar vazio em que cada um se pode mover livremente, numa constelação semântica em que a proximidade espacial confina com o tempo oportuno (*ad-agio, ter agio*) e a comodidade com a justa relação” (AGAMBEN, 1993, p. 27).

Em *Vai trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973), a sinuca será um jogo ardiloso, uma maneira não criminosa de conseguir dinheiro de modo fácil, sem precisar ser um trabalhador oprimido como Espírito, que mesmo talentoso sucumbe à opressão. Os malandros da sinuca usam o talento da lábia dissimulada com as práticas da malandragem, como os pequenos golpes, aventuras e situações imprevistas, agindo por “táticas”, que rendem-lhes boa fama e imagem, em meio ao caos – como quando Dino volta ao cortiço, ao contrário de Miro, que é mal visto pela favela por estar na vida da malandragem.

### **Madame Satã: a volta do malandro**

Em *Madame Satã* (Karim Aïnouz, 2002), a figura do malandro é redimensionada, desde sua inserção na vida ordinária, como representante da comunidade que vem. Ambientado na Lapa carioca da década de 1930, a história de João Francisco dos Santos nos é contada a partir de um recorte temporal anterior a sua fama de malandro,

---

7 Podemos visualizar em Dino, Babalu e Russo a representação também dos malandros Malagueta, Perus e Bacanaço, os três famosos malandros jogadores de sinuca das noites paulistanas de João Antônio (1878), pois vivem em torno da penúria social e da vida de malandro com pequenos golpes, vendo no jogo uma estratégia de sobrevivência.

a partir de sua busca de realização de seu projeto de vida, o de tornar-se artista. O filme narra a vida de João já radicado no Rio de Janeiro, quando comete o crime que inaugura sua entrada para a malandragem, e só no final do longa, explicado pelas legendas finais, João chega aos palcos e torna-se Madame Satã. O argumento acentua a tônica de uma país desigual, herança do período colonial, ao abordar a discriminação que o protagonista sofre, por ser negro, pobre, homossexual e, sobretudo, malandro.

Há um certo enfoque para o registro documental da pobreza e da vida ordinária, com imagens próximas e sem paisagens. Os componentes, como paredes rachadas e mofadas, o altar de um santo com velas vermelhas logo na entrada de sua casa, casebres históricos sem restauração servindo como cortiços, acentuando sua deterioração, revelam um ambiente com intenção realista de uma situação que conspira contra o projeto de vida de João (Lázaro Ramos). O paralelo com a vida miúda de Espírito, de *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957), dos embates para gravar seus sambas, se dá com o percorrido de João Francisco para realizar seu projeto artístico; já com Miro, de *Também Somos Irmãos* (José Carlos Burle, 1949), a analogia se dá com sua revolta, com a raiva da qual não tem explicação e que se remete a como é explorado, irrompendo em gestos incontrolláveis de violência, que a câmera imprime com tomadas próximas, quase que à flor da pele, seu tom de revolta consigo mesmo e com a realidade à sua volta, expressando mesmo a raiva por estar vivo, como indica em certo momento.

João, ao contrário de Espírito, reage de maneira intempestiva quando é enganado, reproduzindo, tal como o escravo Prudêncio de Machado de Assis (1992), a opressão que o aflige, sobretudo em Tabu (Flávio Bauraqui) e em Laurita (Marcela Cartaxo), com quem forma uma família. Ao passo que é carinhoso, João é também guiado por ações patriarcais e agressivas, quando controla as atitudes dos demais conforme as suas regras. Aïnouz destaca a dicotomia da personagem, que nos remete aos malandros de *Vai trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973): ora procurando se endireitar por meio da religião ou do trabalho, ora tendo o jogo da sinuca como maneira de ludibriar e como tática de sobrevivência.

A primeira cena do filme, que se abre com um meio primeiro plano de João, alude a uma sequência de retrato falado de um marginal recém capturado: numa espécie de *mugshot*, ele é enquadrado sem camisa, do peito para cima, o que dá a ver que está

machucado e cansado. Com olhar melancólico, ele está numa delegacia, com paredes de fundo branco e com pouca luz, não há nenhuma informação que confirme isso, a não ser a voz *off* que narra seus autos criminais, aos quais ouve com uma atenção desvanecida. É a voz que também o condena: não há julgamento com direito à defesa, a delegacia é ao mesmo tempo o tribunal. João, desse modo, já inicia o filme julgado e condenado, por se contrapor a uma ordem normativa de maneira transgressora em defesa de si mesmo. A defesa está ausente no momento em que ocorre seu julgamento. O som *off*, recurso expressivo utilizado por Aïnouz ao longo do filme, é a voz/som invisível e fora do espaço da imagem, mas presente no espaço diegético. A voz que julga e condena João é a de uma personagem que está ausente do campo filmado.

Um corte irrompe a narração em *off*. Em plano detalhe, a câmera enquadra João, atrás de uma cortina de pedras ornamentais sobre a qual desliza lentamente o rosto, com seus dedos anelados, a observar a distância o *show* de Vitória dos Anjos (Renata Sorrah), que canta em francês. Aïnouz destaca um momento em que as intenções do protagonista se revelam na sua própria encenação do sonho que persegue: o de estar no palco, com as características artísticas de quem imita nessa cena, que marcará o estilo do filme, sobretudo a ensejar uma estética que define uma relação com a ênfase de sua tematização. O palco é o foco do protagonista, nesse sentido. Essas duas cenas, da delegacia e do cabaré onde trabalha, sugerem a ambivalência do malandro, que, por um lado, tende à rebeldia e, por outro, projeta ser artista transformista, destacando suas vertentes contrapostas.

O protagonista desce de chapéu panamá as escadas do Cabaré Lux, onde trabalha como uma espécie de auxiliar de camarim de Vitória, sem receber há quase dois meses. Em plano conjunto, que deixa evidente o espaço de onde sai – escadas estreitas e sem luz –, João para em frente à placa que convida para o *show* que acabara de assistir a distância. Olha para direita e esquerda, e, após um *fade-out* de um plano para outro, a câmera-na-mão o acompanha de trás, ainda em plano conjunto, deixando a rua escura, por onde caminha e cumprimenta algumas pessoas. A música *Nuit d'Alger* (Joséphine Baker), com a qual começou a cena na voz da cantora do cabaré, permanece extradiegética, enquanto o enquadramento o focaliza no bonde que atravessa os arcos da Lapa.

A montagem, com plano seguinte ao bonde, nos sugere uma abertura para o submundo da Lapa, onde João acaba de chegar. A cena se inicia com a prostituta que abre

a porta para dois marinheiros. Neste momento, o sistema sonoro e estilístico do filme cria uma relação significativa com a montagem dos planos em ação, com vozes, som de pessoas rindo, caminhando e falando alto, sem prejudicar a voz da prostituta que continua a conversar com os marinheiros, até João, com principal foco de atenção, parar de frente para a porta, e a câmera, com enquadramento para um plano conjunto e médio, focalizar as quatro personagens. João pede para a prostituta ter juízo e segue em *travelling* e em plano de conjunto revelando mais detalhes da noite movimentada. A distância da câmera mostra o protagonista caminhando, quando a transição para outro plano nos leva ao bar Danúbio Azul, onde parte das ações ocorrem.

O conjunto dessas quatro cenas (João na delegacia ouvindo seu julgamento, no cabaré dublando Vitória, no bondinho a caminho da Lapa e sua chegada nesta) revela um dos aspectos da composição da ambientação, que apresenta uma sociedade que sugere o tempo e o espaço dos malandros, prostitutas e pingentes. O desenvolvimento da narrativa é marcado por uma continuidade não linear, como efeito central da oposição enfrentada pelo próprio protagonista que, no filme, já “nasce” condenado, diferentemente de sua autobiografia (SATÃ, 1972), que começa a narrar suas histórias pelo momento final posto no filme: suas primeiras apresentações artísticas de sucesso.

Os planos constroem a progressão dramática das personagens e suas estratégias representadas na diegese fílmica, em ações impiedosas para sobreviver no universo decadente, em que os princípios que orientam a forma de vida são a partir da performance que se modula na dimensão representacional das personagens. Em grande parte das cenas, a interação entre os sons diegéticos e não diegéticos, estes fora de campo, constituem o quadro do eixo da ação narrativa, como quando João está no cenário doméstico, a sua casa, ouvimos vozes com uma distância próxima ao campo diegético, gritos de supostas confusões, ruídos de animais, samba e, frequentemente, os sons vindos de terreiros de religiões afro-brasileiras, deixando clara a relação do espaço social com determinadas manifestações religiosas e as práticas da vida ordinária.

Essa correspondência de sons sobrepostos aos planos e fora da diegese e a natureza das ações é uma instância de mediação entre a montagem e a representação, em função do paralelo que há na sequência de planos e na relação espacial e temporal, dando destaque à atmosfera de João. As personagens apresentam-se em seus aspectos

extrafílmicos e na irrupção das formas de ser e estar no mundo, no movimento da câmera que dá a ver as banalidades cotidianas da vida ordinária, como Laurita que faz as unhas na porta de casa, enquanto João insinua tirar as lêndas do cabelo da filha e cozinha, ou quando a primeira limpa inutilmente a casa tomada de fuligem, com suas paredes cinzas e mofadas, enquanto que Tabu lava e costura as roupas, principalmente as de Vitória dos Anjos, para quem João trabalha, além de cuidar das tolhas do bar do Amador, e leva a vida doméstica como pagamento por algo que não somos informados, além de ter uma erotização acentuada.

As estratégias narrativas que Ainous utiliza para destacar aspectos constitutivos da personalidade de João emergem no filme no esforço das possibilidades de existência do próprio protagonista, ao demonstrar o devir da personagem que se caracteriza na radicalização da vida ordinária e na tão acentuada dicotomia de sua personalidade que faz referência à simetria entre dois polos: ora procurando “zelar pela paz do recinto”, ora destacando, em alguma medida, uma valentia a seus opositores. Esses recursos estilísticos servem para apresentar, no dizer de Guimarães (2004), uma experiência estética com as práticas da vida ordinária.

A câmera destaca a pintura descascada das paredes envelhecidas e, em seguida, enquadra Laurita, que está com a sua filha, e João, que costura a roupa de seu próximo espetáculo: “Agora vai ser tudo só bonança”. É o momento em que fazem planos juntos com os possíveis recursos financeiros da carreira artística do protagonista, que deseja matricular sua filha “num internato de freiras francesas” e depois levá-la para conhecer a China. O sonho de Laurita é reformar a casa onde vivem, fazer um jardim e ir ao cinema “cada dia com um vestido diferente”. Em *travelling*, a câmera acompanha o movimento de Tabu, que sai do tanque, onde lavava roupas, e caminha ao centro do pátio: “Já eu, vou comprar uma máquina Singer de pedal, pra costurar as fardas do meu anjo de bondade, meu marido”. Os três fazem projetos juntos, entusiasmados com o sucesso artístico de João que poderá render conquistas financeiras ou simbólicas, como o prestígio social que fará com que seja “tratado diferente” – como diz – e, quem sabe, ter a entrada permitida no *High Life Club*, onde antes foram proibidos de entrar.

Posto deste modo, esse momento de elaboração de projetos dos personagens destaca os elementos das figurações e formas de vida que visam enfatizar, sob o ponto de



vista de um apelo crítico, a reprodução da desigualdade social em um contexto amplo e não somente particular. A partir do exposto, colocar a filha na escola, fazer uma viagem, reformar a casa, ir ao cinema e comprar uma máquina de costura são desejos que reverberam a vida ordinária

### **Considerações finais**

A singularidade construída do malandro, ao longo de diferentes momentos no cinema brasileiro, está atravessada por um paradoxo que oscila entre processos sociais de marginalização e desigualdade social, e táticas por meio das quais impellem à ação dramática da vida ordinária e cotidiana.

Em *Madame Satã* (2002), interessa não somente a transfiguração do malandro, mas, no desarmar da convenção, a recuperação da trajetória do homem ordinário que foi João, como aquele que não tem lugar próprio, na definição de Certeau (2007). Na ausência desse lugar próprio, o filme permite uma reflexão sobre as relações sociais que compactuam estereótipos da pobreza e da violência, que vitimam a personagem protagonista, que aprendeu a criar suas formas e mecanismos de sobrevivência. A potência do princípio de representação de João ocorre em uma ação baseada na crença e na descrença de sua (re)constituição, enquanto sujeito marginalizado em razão de sua negritude e condição social, dentro da arena de disputa que se configura em tom de crítica pela montagem, de maneira que o marginalismo se faz presente na forma como a narrativa estrutura as nuances significativas de sua vida ordinária.

A partir do uso constante de planos detalhes, em movimentos de câmera que vêm combinados com imagens que deixam personagens e objetos fora de foco, a iluminação concentrada e de contraluz, que convergem aspectos estilísticos com a politização do filme, compelem, no filme de Aïnouz, o espectador a uma experiência estético-política da vida ordinária. Os *raccords* da montagem, que destacam a potencialidade estética e as especificidades dos planos – apresentados por uma perspectiva *voyeurista* e por uma câmera subjetiva – revelam diferentes formatos de produção da representação da marginalização e da vida miúda, como sugerido no percurso deste artigo.

A representação do malandro é construída a partir de elementos que configuram a sua própria identidade, desde a natureza religiosa, como no caso de Dino, de *Vai*

*Trabalhar, Vagabundo* (Hugo Carvana, 1973) ou de João, de *Madame Satã* (Karim Aïnouz, 2002), quando o primeiro recorre ao caboclo Sete Flechas, presente no patuá que carrega no pescoço, para ser poupado das consequências de suas ações; ou o segundo, que diz ser “filho de Iansã e Ogum, e de Josephine Baker, eu sou devoto”, também presente pelo patuá que leva consigo. Há, nesse processo de representação, o malandro valente que age conforme as incontingências do cotidiano, como Miro, de *Também Somos Irmãos* (José Carlos Burle, 1949), João ou o malandro Gimba (Milton Moraes), de *Gimba, Presidente dos Valentos* (Flávio Rangel, 1963), que foge da prisão em São Paulo e retorna para a favela, onde é recebido com entusiasmos e como o “Rei da Coragem”. Nesse sentido, a valentia é contraposta a uma falta de ação e mobilidade diante dos desmandos e da opressão, visto em Firmino, de *Barravento* (Glauber Rocha, 1962), o malandro que, no seu dizer, não corre “risco” e é “livre como o xaréu no mar”, luta contra os mecanismos de alienação, ao contrário de Espírito, que vive entre a espoliação, também fruto de uma industrialização da cultura emergente, e os embates de sobrevivência em meio ao desejo de ser um “sambista considerado”.

## Referências

ANDRADE, M. **Macunaíma**, o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

ASSIS, M. de. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: **Machado de Assis - Obra completa**, v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p. 511-639.

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.

AKOMFRAH, J. A prática cinematográfica independente negra: uma declaração do coletivo Black Audio Film Collective. In: MURARI, L.; SOMBRA, R. (org.). **O Cinema de Akomfrah: espectros da diáspora**. Rio de Janeiro: LDC, 2017.

BEZERRA, J. **A eterna novidade do mundo**: especulações sobre um certo cinema contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 67-89.

CARVALHO, N. Introdução: Esboço para uma História do Negro no Cinema Brasileiro. In: DE, J. **Dogma feijoada: o cinema negro brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005, p. 17-101.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

CORAÇÃO, C. O espírito pingente de Rio, Zona Norte: O samba roubado e as representações dicotômicas entre real e idílico. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 33, n. 57, p. 271-290, 2012.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GRAÇA, M. O Cinema Novo e a sua estética. In: GRAÇA, M. et al. (org.). Niterói: EDUFF, 1997, p. 22-61.

GUIMARÃES, C. O retorno do homem ordinário do cinema. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 71-88, 2005.

GUIMARÃES, C. A experiência estética e a vida ordinária. **Revista E-Compós**, v. 1, p. 1-13, 2004. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/14>. Acesso em: dez. 2020.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Península: Barcelona, 1998.

LIGIÉRO, Z. **Malandro divino: a vida e a lenda de Zé Pelintra, personagem típico da Lapa Carioca**. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RANCIÈRE, J. A estética como política. **DEVIRES**, v. 7, n. 2, p. 14-36, 2010.

RODRIGUES, J. C. **O negro brasileiro e o cinema**. Rio de Janeiro: Editora Globo, Fundação do Cinema Brasileiro-MINC, 1988.

SATÃ, M. **Memórias de Madame Satã**. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOVIK, L. Através do olhar da representação: estereótipos e comunicação. **Heterotopias**, v. 3, n. 6, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/heterotopias/article/view/31839>. Acesso em: jan. 2021.

STAM, R. **Multiculturalismo Tropical**: Uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

XAVIER, I. **O olhar e a cena**: melodrama, Hollywood, cinema novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

XAVIER, I. **Alegorias do subdesenvolvimento**: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Revista Mídia e Cotidiano  
Artigo Seção Livre  
ISSN 2178-602X  
Volume 15, Número 3, set-dez/2021  
Submetido em: 23/11/2020  
Aprovado em: 27/07/2021

## **Resistência constitucional, sociedade civil interveniente e princípio poliárquico: horizontes de sobrevivência para a Empresa Brasil de Comunicação**

*Constitutional resistance, intervening civil society and polyarchic principle: survival horizons for Empresa Brasil de Comunicação*

*Resistencia constitucional, sociedad civil interveniente y principio poliárquico: horizontes de supervivencia para la Empresa Brasil de Comunicaciónportuguês*

Álvaro Nunes LARANJEIRA<sup>1</sup>

Jeaniel Carlos MAGNO<sup>2</sup>

### **Resumo**

O governo Bolsonaro tem reiterado o propósito de privatizar ou extinguir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O presente ensaio, permeado por indicadores conceituais e experiências internacionais exitosas em sistemas públicos de comunicação, aponta para a sobrevivência da empresa a recorrência aos princípios constitucionais da Carta Magna de 1988, a interveniência da sociedade civil e a aplicação das premissas poliárquicas, tendo em vista ser a empresa estatal paradigmática na inconstante e complicada implementação de políticas de comunicação pública no igualmente instável campo nacional da economia política da informação, da comunicação e da cultura.

**Palavras-chave:** Empresa Brasil de Comunicação. Radiodifusão. Política de comunicação. Sistema público de comunicação.

### **Abstract**

The Bolsonaro government has reiterated the purpose of privatizing or extinguishing Empresa Brasil de Comunicação (EBC). The present essay, permeated by conceptual indicators and successful international experiences in public communication systems, points to the survival of the company the recurrence to the constitutional principles of the

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com pós-doutoramento em Jornalismo na Universidade de Coimbra, Portugal, com bolsa do CNPq. Coorganizador da Rede de Pesquisa Jornalismo, Imaginário e Memória – Rede JIM. E-mail: alvarolarangeira@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-7849-398X.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná. Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: jeaniel.magno@gmail.com. Orcid: 0000-0002-0650-1071.

1988 Constitution, the intervention of the civil society and the application of polyarchic premises, in order to be the paradigmatic state company in the fickle and complicated implementation of public communication policies in the equally unstable national field of the political economy of information, communication and culture.

**Keywords:** Empresa Brasil de Comunicação. Broadcasting. Communication policy. Public communication system.

### Resumen

El gobierno de Bolsonaro ha reiterado el propósito de privatizar o extinguir la Empresa Brasil de Comunicação (EBC). El presente ensayo, impregnado de indicadores conceptuales y experiencias internacionales exitosas en sistemas de comunicación pública, apunta a la supervivencia de la empresa, la recurrencia a los principios constitucionales de la Constitución de 1988, la intervención de la sociedad civil y la aplicación de premisas poliarquicas, para ser la empresa estatal paradigmática en la implementación cambiante y complicada de las políticas de comunicación pública en el campo nacional igualmente inestable de la economía política de la información, la comunicación y la cultura.

**Palabras clave:** Empresa Brasil de Comunicação. Radiodifusión. Política de comunicación. Sistema de comunicación pública.

### Introdução

Embora a contribuição da infraestrutura do sistema de comunicação no Brasil tenha sido significativa para o desenvolvimento do país e os princípios que regem as políticas públicas de comunicação, abrangência e significado, estejam cercados de relevância, esses são temas que tradicionalmente passam à margem das discussões e do interesse da sociedade, ainda que essenciais para a construção de um cenário democrático consolidado e em relação direta com o cotidiano da sociedade. Entes midiáticos são atores protagonistas nas práticas sociais da vida cotidiana contemporânea. Dizem respeito a produções de sentido representativas das dinâmicas coletivas e individuais da sociedade reportada e representações dos modos de vida e interpretações e intervenções político-ideológicas das forças políticas em interação com os públicos e audiências.

Por esse motivo, com o pretexto de dar ênfase a um tema que geralmente está distante da agenda social, o presente artigo trata dos subsídios que assegurariam a manutenção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a finalidade de projetar um panorama apoiado em indicadores conceituais que apontem perspectivas futuras, a

despeito da reiterada ameaça do governo Bolsonaro em privatizar ou extinguir a empresa pública de comunicação. Especificamente visa a caracterizar as experiências provocadas por outros sistemas públicos de comunicação no mundo; compará-las a uma radiografia histórica da EBC; e por meio de um monitoramento registrar o deslocamento de aportes que o atual governo transfere a essa instituição.

Com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, no capítulo V do título VIII da Carta Magna, relativos à regulamentação das emissoras de radiodifusão e da imprensa brasileira, e nos conceitos alusivos às políticas públicas de comunicação, o traçado metodológico consiste em monitorar e analisar como o atual governo tem minado os aportes que sustentam a empresa e se o fortalecimento democrático da EBC – de interesse, utilidade e alcance à população – pode se configurar no mecanismo de subsistência da instituição. Portanto, trazer à tona o alcance e a relevância de políticas públicas duradouras para o setor de comunicação social. Os elementos que compõem a natureza institucional dessas ações para o Estado e a sociedade demarcam o ponto de partida e o eixo central da abordagem da pesquisa a seguir.

### **Do preconceito à concepção do ideal**

Desde a composição do Código Brasileiro de Telecomunicações, sancionado em 27 de agosto de 1962 pela Lei 4.117, uma série de outros eventos posteriores ensaiou a possibilidade de um projeto consistente, relativo às políticas públicas para o setor de comunicação social. Enfim seria posto em prática para sanar uma demanda que já se arrastava desde a era Vargas, pelo menos. Mas foi com o advento da Assembleia Nacional Constituinte, que destinou um capítulo específico à Comunicação Social na Constituição Federal promulgada em 1988, nos artigos 220 a 224, que a ação precursora se materializou e abriu perspectivas para um cenário apropriado à regulamentação de um setor estrutural para a consolidação da democracia (PIERANTI, 2006).

Assim, coube à Constituição Federal de 1988, no artigo 220, preservar explicitamente a liberdade de expressão; no artigo 221, determinar os princípios que devem orientar a programação das emissoras de rádio e de televisão; no artigo 222, estabelecer as diretrizes relativas à propriedade das empresas de radiodifusão e de imprensa; no artigo 223, compor as diretrizes para a regulamentação das outorgas e

concessões de emissoras de radiodifusão; e no artigo 224, prescrever a institucionalização de um organismo fiscalizador da comunicação social (BRASIL, 1994; PIERANTI, 2006).

Com isso, para mensurar a extensão e a importância de um sistema público de comunicação, com políticas públicas sustentáveis para o setor de comunicação e com ações de caráter institucional, que fortaleçam a relação Estado-sociedade, é preciso, de antemão, identificar no tempo presente os agentes envolvidos e dispostos a estruturar tal sistema e a elaborar tais políticas.

Filiados a isso, tradicionalmente no âmbito democrático Estado e meios de comunicação apresentam uma ligação contrastante, pois ao Estado é reservado o papel de regulador dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que é o depositário da liberdade de imprensa, seja ela impressa, televisiva, radiofônica ou outro meio, e caso seja constatado abuso nas publicações noticiadas, futuras sanções estão previstas na legislação atual (PIERANTI, 2006).

Nesse aspecto, os holofotes se voltam para dois fundamentos vinculados à natureza da democracia, que estão amparados de maneira subentendida na Carta Magna de 1988 e tratados categoricamente por Robert Dahl (2012): a veracidade comprovada da liberdade de expressão; e de fontes de informação diversificadas, como qualidades de um Estado moderno (PIERANTI, 2006). No tocante à Constituição Federal de 1988, no capítulo V do título VIII da Carta Magna, o artigo 220 prescreve que:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV; § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, 1994, p. 99).

Quanto à funcionalidade dos meios de comunicação, Pieranti (2006) aponta para o conceito de poliarquia difundido por Robert Dahl (2012, p. 346), que envolve concepções como:

1. Fruto do empenho pela democratização das instituições do Estado;
2. Categoria particular de diretriz ou procedimento político;



3. Meio de subsistência para lograr vantagens em períodos eleitorais;
4. Um composto de proteção aos direitos políticos; ou
5. Um complexo de instituições essenciais à performance do processo democrático em proporções ampliadas.

Além disso, Dahl (2012) considera como garantias essenciais para que um governo se estabeleça na condição e na qualidade de poliarquia reconhecer: funcionários eleitos; eleições livres e justas; sufrágio inclusivo; direito a concorrer a cargos eletivos, autonomia associativa e, notoriamente, a liberdade de expressão e o acesso à informação alternativa, posto que:

Os cidadãos têm o direito de se expressar, sem o perigo de punições severas, quanto aos assuntos políticos de uma forma geral, o que inclui a liberdade de criticar os funcionários do governo, o governo em si, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia dominante. [...]. Os cidadãos têm o direito de buscar soluções alternativas de informação. Ademais, existem fontes de informação alternativa protegidas por lei (DAHL, 2012, p. 351).

Embora uma das perspectivas anteriores vincule o conceito de poliarquia a um mecanismo de controle para lograr vantagens em períodos eleitorais diante dos demais panoramas retratados e diagnosticados como singulares para um projeto maior de democracia, pode-se dizer que, não raras vezes, esses movimentos contrários são de natureza preconcebida e em boa medida tendenciosa, pois classificam o meio de comunicação em foco como de propriedade do governo da vez. Portanto, é “chapa-branca”, e por mais que outros fundamentos subsidiem a manutenção de uma TV pública, ainda assim serão inconsistentes aos olhos dos facciosos (LEAL FILHO, 2009).

Com efeito, neste caso, o mais produtivo é construir “pontes” para que o conceito de poliarquia se configure num complexo de instituições essenciais à performance do processo democrático em proporções ampliadas, assim definido por Dahl (2012). Porque os laços sociais que conectam as instituições que compõem o Estado têm legitimidade e força para assegurar investimentos de caráter democrático em políticas públicas para a comunicação. Na prática, pode-se inferir que este ambiente é a base do processo e os laços ali constituídos refletem uma sociedade entre cidadãos, capaz de patrocinar tal

investimento e de produzir tal engajamento. Isto é, desenvolve-se aí uma sociedade de um com os outros, comumente chamada de sociedade civil.

Ora, se para Gramsci o Estado é composto por instituições, como as igrejas, escolas, sindicatos e outras, que juntas formam uma sociedade civil (COUTINHO, 1992) e se para Marx é a sociedade civil que mantém e coordena o Estado (BOBBIO, 1982), logo, se as instituições que integram a chamada sociedade civil concorrerem no sentido de assegurar políticas públicas duradouras, teoricamente, a consolidação da democracia estará ao alcance das mãos em virtude desses laços institucionais.

Em tal caso, é vital salientar que o investimento no direito à comunicação, à informação de interesse e utilidade pública, à liberdade de expressão, à fonte de informação diversificada e à participação efetiva e indistinta do cidadão nas discussões e nas decisões relativas aos temas de interesse público compreende a matriz almejada por aqueles que acreditam que o setor estrutural da comunicação social pode ser um aliado de peso no esforço conjunto em prol da consolidação da democracia. Situação que requer o engajamento da sociedade civil na causa.

Nesse aspecto, uma vez que a política é o cerne da democracia e em razão da influência que emana da relação entre a comunicação e a política, buscar alternativas sustentáveis em termos de políticas públicas de comunicação requer uma releitura e um resgate histórico do sentido de sociedade civil para os dias atuais (RAMOS, 2007), porque a concepção proposta por Gramsci foi subtraída do processo democrático brasileiro, e no seu lugar foi articulado um raciocínio neoliberal, no qual a despolitização, a desideologização e a inclinação a uma postura acrítica ocupam o imaginário do senso comum brasileiro (RAMOS, 2007, p. 47).

Além disso, a noção de sociedade civil no Brasil também está associada à imagem de um esforço combinado para reduzir a concentração de poder dos meios de comunicação e igualmente ligada aos movimentos sociais, principalmente aqueles vinculados às correntes de esquerda, que até hoje se identificam como sociedade civil, em oposição à ditadura militar que deixou marcas negativas no imaginário de boa parcela dos brasileiros (RAMOS, 2007). Por isso, dada a ideia que uma camada relativa da sociedade brasileira faz do conceito de sociedade civil, pode-se deduzir que uma parcela

similar da sociedade está inserida naquilo que Chomsky (2014, p. 14) chamou de “democracia de espectadores”. Logo, vale registrar com cautela que:

[...] onde a sociedade civil é fraca, onde as tradições de democracia política e de organização popular autônoma são débeis ou inexistentes, a passagem para uma nova ordem não pode contar com os mesmos pressupostos que numa sociedade “ocidental”; e, desse modo, torna-se necessário um período “ditatorial”, de fortalecimento do Estado-coerção (COUTINHO, 1992. p. 84).

Adiante, na trilha das teorias clássicas sobre o conceito de sociedade civil, teóricos como Jürgen Habermas, Andrew Arato & Jean Louise Cohen e Anthony Giddens deixaram também suas contribuições acerca do assunto. Particularmente em Habermas, a interpretação vigente “da expressão ‘sociedade civil’ não coincide com a da ‘sociedade burguesa’, da tradição liberal, que Hegel chegara a tematizar como ‘sistema das necessidades’, isto é, como sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado” (1997, p. 99). Seu eixo institucional é constituído basicamente por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, inclusas aí as estruturas de comunicação de natureza pública que integram os interesses sociais cotidianos, tais como os movimentos, organizações, associações, que “captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99).

O desenvolvimento teórico proposto por Habermas sobre sociedade civil teve importante contribuição também para pesquisadores como Andrew Arato & Jean Louise Cohen, que perceberam ali não uma construção teórica conceitual acerca do tema, mas os recursos necessários para defenderem sua própria versão sobre sociedade civil (ARATO & COHEN, 1994).

Como menção ao investimento teórico proposto por Arato & Cohen (1994), vale destacar que para os autores a concepção ideal de sociedade civil requer uma distinção concreta entre Estado, sociedade civil e economia, para que o fator independência efetivamente se realize. Tem como núcleo institucional associações de caráter voluntário e, portanto, sem vínculo com o Estado e com os meios econômicos, deixando assim de

fora instituições como partidos políticos e sindicatos, mas também as instituições religiosas, as universidades e outros tantos organismos filiados a essa lógica.

Já para Anthony Giddens (1999), a proposta que o estudioso desenvolve sobre o conceito de sociedade civil passa substancialmente pela construção teórico-metodológica de uma terceira via, na qual “o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade [...] a nova economia mista. Essa economia só pode ser eficaz se as instituições de welfare existentes forem inteiramente modernizadas” (GIDDENS, 1999, p. 79). Um dos grandes imbróglis é que na visão neoliberal o Estado precisa ser encolhido e na concepção histórica social-democrata o plano se dá na direção contrária. Diante de mais esse impasse, a receita, para Giddens, é reconstruí-lo (GIDDENS, 1999, p. 81).

Assim sendo, é inadiável que ações mobilizadoras resgatem o significado e o papel representativo que compete à sociedade civil. Isto é, o de tomar frente nas questões relativas às políticas públicas para a comunicação. Posto que tanto na visão clássica de Marx quanto na percepção de Gramsci, a sociedade civil reflete o deslocamento atuante e decisivo da edificação histórica (BOBBIO, 1982). E somado a esse entendimento, para Gramsci:

Com a intensificação dos processos de socialização da política, com algo que ele chama algumas vezes de estandardização dos comportamentos humanos gerados pela pressão do desenvolvimento capitalista, surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, e – o que nem sempre é observado – de uma dimensão material própria. É essa esfera que ele vai chamar de *sociedade civil* (COUTINHO, 2011, p. 14).

Assim, sob a égide da Constituição Federal de 1988, artigos 220 a 224, e num contexto em que a sociedade civil pressiona o Estado,

Espera-se que ao se utilizar os termos Serviço Público ou Interesse Público para as Comunicações, não haja sinonímia possível. Se a escolha terminológica é por Interesse Público, fica claro que são as condições, omissas ou expressas, para a cessão do espectro à exploração de negócio privado. Ao se usar o termo Serviço Público, claramente se refere à obrigatoriedade do Estado em garantir um direito ao cidadão

que representa, seja direta ou indiretamente (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 78-79).

O propósito é fortalecer a democratização das instituições do Estado, orientar os procedimentos políticos e assegurar a proteção aos direitos políticos, ainda que uma parcela restrita da população desqualifique iniciativas em projetos vinculados ao sistema público de comunicação e políticas públicas para um setor estrutural como o da comunicação, por acreditar que se trate de um meio para que o governo obtenha vantagens em períodos eleitorais. A perspectiva central apresentada por Dahl (2012) prevê a constituição de um complexo de instituições essenciais à performance do processo democrático em proporções ampliadas, e isso é expressivo.

Enfim, os aspectos aqui levantados e interpretados não esgotam as demandas teóricas que envolvem a cobertura proposta, mas se apoiam nas alegações de Thomas Kuhn (1998), ao procurar acrescentar alguns pressupostos às discussões de um campo de estudo, em que as referências que orientam suas práticas ainda não estão consolidadas. Assim sendo, além das características já levantadas, a valorização do sistema público de comunicação e o investimento em políticas públicas que fomentem a inserção daqueles que não têm voz se oferecem como indicadores conceituais a fim de parametrizar as experiências provocadas por outros sistemas públicos de comunicação no mundo – a seguir historiados – e compará-las ao modelo brasileiro.

### **Experiências em políticas públicas de comunicação no mundo e no Brasil**

Inicialmente, para Valente (2009a), o termo “sistema público de comunicação” é o predominante no Brasil, embora em outros países, apesar de prevalecer a mesma ideia de “sistema”, a expressão usual seja “*public service broadcasting*”, para enfatizar que os meios de comunicação têm um caráter público ou para designar uma rede de emissoras de TV e rádio. Para sintetizar os diferentes sentidos, o autor adota o termo “mídia pública”, a qual retrata em seis modalidades distintas (VALENTE, 2009a, p. 26-42):

1. Elitista – de origem britânica e viés iluminista: prioriza o conhecimento e a razão; é uma ferramenta de alto alcance e veicula o melhor da ciência, alta cultura, informação jornalística e conteúdo educativo; o impasse é que isto contempla os interesses e o perfil de audiência da alta sociedade, enquanto que o restante do

- coletivo é impelido a acatar um olhar elitista de mundo, explica Granham (1990 apud Valente, 2009a, p. 27);
2. Educativa – difundida na América Latina: prioriza a propagação de conteúdo educativo; mas o impasse está em fixar a atenção somente sobre as carências reais, sem abordar as necessidades reais do processo educacional, revela Burke (1971 apud Valente, 2009a, p. 32);
  3. Pública não estatal – visa a assegurar a produção autônoma de conteúdo destinada ao público, dado que é imperativo se resguardar da influência do mercado e da gestão do governo, a fim de garantir que um enfoque abrangente de reflexão se estabeleça; e garantir a liberdade editorial na produção de conteúdo imparcial e crítico, que favoreça autonomia ao cidadão para se posicionar diante de questões colocadas em discussão ou em votação;
  4. Pública como alternativa à mídia comercial – cabe aos veículos comerciais a incumbência de fornecer conteúdo educativo, artístico, cultural e informativo ao cidadão; cabe à TV pública atuar na pluralidade de públicos, com o objetivo de debater com estes, suas exigências informativas e culturais;
  5. Culturalista – ligada à corrente dos Estudos Culturais: defende para todo o continente latino-americano que a mídia pública tenha como traços capitais a autonomia e um engajamento social que valorize a diversidade cultural e a cultura nacional, frente a um processo globalizante que encerra numa desterritorialização a ideia de nação, ao mesmo tempo em que desloca o sentido da palavra “público” e desarticula a ideia de uma produção cultural própria, fomentada pelos avanços tecnológicos que potencializam a propagação dos meios de produção cultural em nível global; e
  6. Aparelho de Estado – tradição marxista: parte-se do pressuposto que o Estado é o tutor das garantias de domínio de uma classe sobre a outra, pois o propósito é inibir qualquer oposição ao sistema e assim o domínio se estabelece pela força e por meio de uma orientação cultural, estruturada por aparelhos de hegemonia, formados por instituições públicas, mantidas pelo Estado, como as escolas, os partidos políticos, as igrejas e os meios de comunicação.

As seis modalidades acima inferem aspectos ligados à proposição de sociedade civil e projetos voltados às políticas públicas de comunicação. O retrato de um sistema público não estatal se destaca como referência para caracterizar as experiências provocadas por outros sistemas públicos de comunicação no mundo e para compará-las a uma radiografia histórica da EBC.

Ao adentrar nas peculiaridades dos sistemas públicos de comunicação em vigor ao redor do mundo, por critérios de seleção os fatores associados à diversidade, tradição democrática e pioneirismo em sistemas públicos de comunicação foram os traços examinados para se chegar à realidade praticada em três países europeus, a fim de comparar essas práticas com as da EBC.

De antemão, vale registrar que as três referências apuradas, desde o final da 2ª guerra, partilham o fato de que tradicionalmente os recursos aplicados para a manutenção do serviço público de radiodifusão provêm regularmente e em larga escala de taxas pagas pelos cidadãos, diferentemente da versão brasileira que organizou suas bases majoritariamente assentadas num modelo subsidiado pela propaganda (LEAL FILHO, 2009). Contudo, há outros fatores singulares ocorridos no contexto pós-guerra que, delineados a seguir, merecem destaque.

De acordo com Valente (2009b), os recursos que sustentam a manutenção do serviço público de radiodifusão na Alemanha provêm em larga escala das taxas de licença de sinal cobradas dos usuários e pelas receitas da veiculação de anúncios publicitários obtidas com restrição. Dados revelam que em 2007 as TVs geraram 42,5% do *share* de audiência e as rádios 27,8%. A estrutura é dirigida por um conselho administrativo e outro de radiodifusão, orientados por uma base (política, religiosa, sindical, empresarial, de defesa e de direito). Somados a esses indicadores, a tabela a seguir (tabela 1) fornece outros subsídios para análise:

**Tabela 1 – Serviço público de radiodifusão na República da Alemanha**

(continua)

Emissoras	Cobertura	Conteúdo/tema	Caráter	Objetivos	Princípios/missão
ZDF	Nacional	Informativo/cultura	Generalista	Temas interesse público	Distribuição
ARD	Estadual	Educativo/científico	Finalidade	Inserção a cidadania	Descentralização

**Tabela 1 – Serviço público de radiodifusão na República da Alemanha**

(continuação)

ARD	Regional	Histórico/variedade	Investir em	Independência editoria	Modelo federativo
Canal ARD	Nacional	Ativ. Parlamentares	(Audiência)	Abertura e clareza	Investimento em
Rádios	Nacional	Entretenimento/Art		Valorizar a diversidade	(Temas regionais)

Fonte: Adaptado de Valente (2009b)

Segundo Valente (2009c), os aportes que asseguram o serviço público de radiodifusão na França provêm da taxa de licença cobrada junto com o tributo habitacional dos moradores; e das receitas provenientes de patrocínios, serviços e publicidade com restrição. Dados revelam que em 2007 as TVs geraram 41,8% do *share* de audiência e as rádios alcançaram 28%. A estrutura é formada pelo governo, Parlamento e o Conselho Superior do Audiovisual, que monitora a programação e participa da indicação dos diretores das emissoras.

**Tabela 2 – Serviço público de radiodifusão na França**

Emissoras	Cobertura	Conteúdo/tema	Caráter	Objetivos	Princípios/missão
France	Nacional	Informativo/cultura	Generalista	Debate democrático	Identidade nacional
Télévisions	Conteúdo	Educativo/científic	Finalidade	Inserção a cidadania	Prezar a língua mãe
2,3,4,5	P/região	Histórico/econômico	Investir em	Inclusão social	Clareza nos Atos
RFO	Colônias	Interativo/criativo	(Audiência)	Diversidade/criativida	Vedada veiculação
Rádios	Nacional	Entretenimento/Art		Pesquisas de opinião	(Político/ideológica)

Fonte: Adaptado de Valente (2009c).

Conforme Valente (2009d), os subsídios que sustentam o serviço público de radiodifusão no Reino Unido decorrem da taxa de licença anual cobrada dos contribuintes possuidores de TV e de rádio; resultam das vendas de livros, DVDs, produtos e programas da BBC vendidos para outros países em função da proibição de receitas advindas de anúncios publicitários. Dados revelam que em 2007 as TVs alcançaram 33,8% do *share* de audiência e as rádios 54,9%. A estrutura segue as diretrizes fixadas na Carta Real e posta em prática pelos conselhos formados por representantes dos interesses dos contribuintes da taxa; por representantes dos países que constituem o Reino Unido; por



conselhos de audiência que expõem as críticas dos contribuintes; por um comitê de ordem editorial; um comitê de ordem religiosa; e mediante pesquisas de opinião que avaliam em tempo real a qualidade do serviço. Detalhes na tabela abaixo (tabela 3):

**Tabela 3 – Serviço público de radiodifusão no Reino Unido**

Emissoras	Cobertura	Conteúdo/tema	Caráter	Objetivos	Princípios/missão
BBC-1 a 4	Nacional	Informativo/cultura	Generalista	Temas interesse público	Serv. alta qualidade
Precursora	Conteúdo P/região	Educativo/noticioso	Finalidade	Inserção a cidadania	Inovador/atrativo/
(Conceito)		Interativo/criativo	Investir em	Autonomia editorial	Original e desafiado
Serv. Pub.	TV-rádio	Ativ. Parlamentares	(Audiência)	Abertura e transparência	Mix. Programação
(Comunic.)	Internet	Divertimento	factua	Pesquisas de opinião	(Infantil ao adulto)

Fonte: Adaptado de Valente (2009d).

Ora, a simetria que há entre as três tabelas acima revela traços como: [1] a taxa de licença subsidia o serviço público de radiodifusão; [2] o conselho é constituído por representantes da sociedade civil; [3] a cobertura é nacional, com conteúdo regional, foco na diversidade e interesse público, com independência e transparência; [4] há o estímulo ao debate democrático através da inserção social e a cidadania; [5] o conteúdo é informativo, cultural, educativo, de lazer e de caráter generalista, para ampliar a audiência; e [6] as pesquisas de opinião sondam e captam as sugestões e críticas do cidadão.

Portanto, os seis traços aqui destacados tornam-se parâmetros para o modelo de sistema público de comunicação no Brasil, e conforme Valente (2009e), a primeira tentativa de estabelecer um padrão de radiodifusão foi no início da década de 1930, com a antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro renomeada Rádio MEC (Ministério da Educação e Cultura) e transferida em doação por Edgard Roquette-Pinto ao governo federal, com a ideia de preservar o caráter educativo.

A segunda tentativa foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, criada na década de 1930 na gestão e manejo do governo Vargas. Com o crescimento industrial e a falta de trabalhadores qualificados para suprir as demandas da indústria, em 1967 o governo

militar criou as TVs Educativas. Na década de 1970, o governo passou a gerir diretamente as emissoras, período em que foi ao ar a TVE do Rio de Janeiro, e a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) é criada para explorar os serviços de rádio e TV do governo. Mas foi entre 2006 e 2007 que surgiu a ideia e a criação da Empresa Brasil de Comunicação, que logo foi aprovada e transformada em lei em 2008.

A Empresa Brasil de Comunicação resultou das discussões do I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em Brasília em 2007, e iniciou as atividades em outubro do mesmo ano com a Medida Provisória 398/2007, transformada em abril do ano seguinte na Lei 11.652, a qual estabelecia ser a EBC vinculada à Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República e determinada ao cumprimento dos princípios e objetivos arrolados naquela lei, dentre os quais

VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira (BRASIL, Lei nº 11.652, 2008).

Murilo César Ramos, coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LaPCom/UnB) e integrante do Conselho Curador da EBC entre 2010-2015, apontaria quatro problemas de origem na formulação da empresa de comunicação idealizada como um sistema de serviço público de radiodifusão. O primeiro aspecto foi vincular a EBC à SECOM, ligada à Presidência da República, fato gerador das críticas de relacionar a empresa ao discurso governamental. O segundo aspecto, decorrente do primeiro, a implementação de um jornalismo desprovido de criticidade; em terceiro lugar, alocar a sede da EBC nas instalações da NBR, canal efetivo de divulgação do governo federal; e por último, a judicialização por empresas de comunicação e operadoras de telecomunicações do pagamento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), reforçando a dependência financeira da instituição com o Poder Executivo (RAMOS, 2019).

Pesquisador também de ponta em radiodifusão, recorrente a Dahl em seus trabalhos e chefe de gabinete da EBC no biênio 2010-2011, Octavio Penna Pieranti concordaria com parte da crítica do colega. A EBC fora formada para gerenciar as emissoras de

radiodifusão pública e, por lei, coordenar a comunicação governamental. Porém, havia exemplos de administração exitosa em situações correlatas de junção das comunicações pública e estatal e, ressaltaria o especialista, seria equivocado desconsiderar a estrutura existente da Radiobrás e das emissoras de rádio Nacional FM, Nacional de Brasília, Nacional do Rio de Janeiro, Nacional da Amazônia, Nacional do Alto Solimões, MEC FM e Rádio MEC. “Isso envolveria, dentre outros aspectos, inúmeros concursos públicos para contratação de mão de obra, duplicação de investimentos e disputa por espaço no espectro, com grandes chances de insucesso” (PIERANTI, 2018, p. 142).

Considerada herdeira da antiga estrutura de serviço público de radiodifusão, a EBC foi engendrada para propiciar a primeira experiência em TV genuinamente pública (VALENTE, 2009e, p. 270-274), retratada em detalhes na tabela a seguir (tabela 4):

**Tabela 4 – Serviço público de radiodifusão no Brasil (EBC)**

Emissoras	Cobertura	Conteúdo/tema	Caráter	Objetivos em aberto
EBC-Portal	Internet	Informativo/cultura	Generalista	Verticalização dificulta a diversidade
EBC-Rádio	Nacional	Educativo/noticioso	Em conteúdo	A produção restrita da TV Brasil
1-TV Brasil	Nacional	Artístico/regional	Jornalístico	Compromete a grade das afiliadas
2-TV NBR	Nacional	Ativ.Poder Executivo (Programa)		Maior parte da programação vem da
3-TV Integrator	Internac.	Fatos do continente	Infantil/cultura	(TV Cultura SP e acervos da TVE)

Fonte: Adaptado de Valente (2009e).

Segundo Valente (2009e, p. 281), os recursos que garantem o serviço público de radiodifusão da EBC decorrem das “dotações orçamentárias, prestação de serviços, doações, distribuição da publicidade legal do poder executivo, apoios culturais, publicidade institucional” e leis de incentivo à cultura. Já a estrutura da EBC é (era) composta por um conselho curador administrativo, executivo e de fiscalização, formado por membros do governo, representantes da sociedade civil, indicações da Secretaria Especial de Comunicação Social e outros.

Sendo assim, a partir da radiografia histórica apresentada e apoiado nos parâmetros recolhidos das experiências do serviço público de radiodifusão na Alemanha,

França e Reino Unido, nota-se que a fórmula difusa e submissa pela qual se obtém os recursos para garantir a manutenção do serviço público da EBC compromete a autonomia editorial, a transparência e o interesse público em jogo. A lógica praticada para conduzir a estrutura restringe a função da sociedade civil, a fiscalização e a participação nas tomadas de decisões.

A precariedade técnica de produção e de conceitos dificulta a cobertura no território nacional e limita o incentivo à diversidade, à valorização das raízes culturais e regionais e à informação alternativa; a ausência de iniciativa que estimule o debate democrático compromete a inserção social e a cidadania. O caráter generalista de conteúdo adotado, distinto dos moldes internacionais, embaraça a métrica da audiência, e a escassez de canais interativos disponíveis para captar sugestões e críticas inibe a participação do cidadão.

Isso remete ao entendimento que os representantes da sociedade civil dos países citados são atuantes e isso favoreceu a criação do sistema público de comunicação aos moldes que lá vigoram. Logo, a efetiva existência da TV pública no Brasil depende do empenho e postura da sociedade civil brasileira (espectadores ou protagonistas atuantes). É preciso sondar o enfraquecimento da edificação da EBC iniciado em 2016 no governo Temer – com a destituição do presidente da EBC, alteração do estatuto social e a supressão do termo “pública” da expressão “comunicação pública” no Mapa Estratégico da empresa, documento institucional das ações e planejamentos futuros (LARANGEIRA, 2018, p. 6) – e analisar o fortalecimento democrático de interesse, utilidade e alcance para a população como mecanismo de resistência e sobrevivência da empresa ameaçada de privatização pela nova direção, o governo Bolsonaro.

### **Sob a nova direção**

Ainda na fase de campanha, o então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro afirmou que iria extinguir ou privatizar a EBC com o objetivo de

reduzir os gastos do erário público<sup>3</sup>. É nesse contexto de tragédia anunciada que em 1º de janeiro de 2019 a EBC acorda sob nova direção e com a sensação de que um projeto de TV efetivamente pública seria definitivamente arquivado pelo novo mandatário da República. Se em 2007 a criação da EBC e o propósito que a instituiu simbolizaram um marco histórico para o serviço público de comunicação no país, em 2019 o horizonte se apresentava na contramão de todos os princípios constitutivos da empresa.

Em estudo do orçamento da EBC, Pieranti desconstruía o argumento bolsonarista de ônus expressivo da empresa para o governo federal com os dados da redução gradual nos últimos anos dos recursos destinados à empresa, agora limitados ao pagamento de funcionários e das despesas operacionais básicas: “A EBC não é 'cara demais' – muito pelo contrário. Seus custos, quando ponderados em função da população do país, são inferiores aos de entidades congêneres de diversos outros países” (2020, p. 19).

No mesmo trabalho, o pesquisador rebateria a outra justificativa arrolada por Bolsonaro para privatizar ou extinguir a empresa: o baixo índice de audiência. Esse ponto estaria relacionado a investimentos, no caso específico da TV: “Considerando a amostra de países europeus mencionados, um alto orçamento per capita parece guardar relação com melhores resultados em termos de audiência, pelo menos entre as emissoras de TV” (2020, p. 19). Para Pieranti, as críticas à EBC teriam como pano de fundo um único propósito: “uma tentativa de desacreditar o projeto de radiodifusão pública no país” (2020, p. 9).

Ainda que a ideia de um modelo de sistema público de radiodifusão se mostrasse distante do ideal ou mesmo das experiências bem-sucedidas em outros países, o fato é que não se tratava mais de uma questão conceitual para se obter excelência no serviço, mas em última análise tudo o que se conquistou e que foi historiado sobre a radiodifusão

---

3 “Bolsonaro diz que vai extinguir ou privatizar a TV Brasil, criada por Lula”, UOL, 29 out. 2018 (disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/jair-bolsonaro-diz-que-vai-extinguir-ou-privatizar-a-tv-brasil-criada-por-lula-23012?cpid=txt>), e “Promessa de campanha, EBC será extinta, afirma Bolsonaro”, O Globo, 31 maio 2019 (disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/promessa-de-campanha-ebc-sera-extinta-afirma-bolsonaro-23708282>).

pública no Brasil estaria na iminência de se desfazer, se desviar ou de se submeter ao apetite voraz do mercado, organismos religiosos ou das incursões de interesse político.

Em face dos vestígios deixados, os indicadores que subsidiam a eficácia de um sistema público de comunicação no Brasil não prosperam num ambiente inóspito. Sob a nova direção, a tragédia não só se confirma, como se agrava com o desmonte da estrutura, com a descaracterização da finalidade da empresa e com a intenção de privatizá-la ou extingui-la.

Portanto, o direito à comunicação, à informação de interesse, utilidade e de alcance à população (aportes constitutivos de um sistema público de comunicação produtivo) são prerrogativas singulares de uma atmosfera verdadeiramente democrática. Porque num sistema em que a sociedade civil segue à margem da fiscalização e da participação nas tomadas de decisões sobre políticas públicas de comunicação para um sistema público de comunicação à feição da EBC, não se propõe transparência, nem cidadania, mas a supressão gradativa e categórica da democracia.

### **Considerações finais: da concepção do ideal à percepção do real**

Para Bucci (2008b), a ética da informação e as leis que regem o jornalismo são indivisíveis da ética republicana, preceitos que devem visivelmente subsidiar cada instituição do ambiente democrático brasileiro, e tem na cidadania a centralidade do exercício de aprimoramento do conteúdo midiático.

O projeto de democratizar a comunicação do Estado brasileiro, inserido num viés apartidário e impessoal, no intuito de atender à sociedade e o direito à informação, passa pelo enfrentamento de obstáculos quase que intransponíveis, decorrentes de uma cultura enraizada no Estado, nos partidos, nas empresas públicas e em boa parte da sociedade. O problema está na cultura, nos costumes e na convenção estabelecida há tempos no imaginário político brasileiro (BUCCI, 2008a).

No que concerne à EBC, é visível a ausência de um espírito democrático, pois o governo da vez investe no desmanche da concepção da ideia de sistema público de comunicação. Idealizada em fórum nacional respaldado por entidades representativas da área da comunicação e da sociedade civil e mesmo em uma década de existência ter sido agraciada com 150 prêmios nacionais e internacionais derivados da qualidade dos

conteúdos jornalísticos e culturais, a empresa passa a depender do complexo social ativo para a sobrevivência de um sistema público comunicacional na inóspita – por deflagrar reações adversas do *establishment* midiático privado – seara das políticas de comunicação no Brasil e no igualmente instável campo nacional da economia política da informação, da comunicação e da cultura.

### Referências

ARATO, A.; COHEN, J. 1994. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, L. (coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 147-182.

BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. **Institucional**. Sobre a EBC. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>. Acesso em: 19 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Empresa Brasil de Comunicação. **EBC é a instituição federal mais elogiada do Brasil em 2019**. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/institucional/sala-de-imprensa/noticias/2020/01/ebc-e-a-instituicao-federal-mais-elogiada-do-brasil-em-2019>. Acesso em: 19 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Empresa Brasil de Comunicação. **EBC coleciona 150 prêmios em pouco mais de 10 anos de história**. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/ebc-coleciona-mais-de-120-premios-em-pouco-mais-de-10-anos-de-historia>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.652**, de 7 de abril de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm). Acesso em: 19 nov. 2020.

BUCCI, E. A razão de ser das emissoras públicas na democracia. **UOL**. abr./jun. 2008a. Disponível em: <<http://twixar.me/vVRT>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Em Brasília, 19 horas:** a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

CHOMSKY, N. **Mídia:** propaganda política e comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Disponível em: <<http://twixar.me/4rRT>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

COUTINHO, C. N. **Gramsci:** Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil:** ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DAHL, R. A. **A democracia e seus críticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2012. Disponível em: <<http://twixar.me/67jT>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GIDDENS, A. **A terceira via:** Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HABERMAS, J. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LARANGEIRA, Á. N. Prefácio. In: CARDOSO, M.; IACOMINI JR., F.; PRADO JR., T. (orgs.). **Comunicação e Política: EBC e o impeachment do governo Dilma.** Beau Bassin-Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2018, p. 3-5.

LEAL FILHO, L. L. Prefácio. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo:** experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009, p. 13-16. (Coleção Comunicação).

PIERANTI, O. P. A radiodifusão pública é “cara demais”? Uma avaliação do orçamento da EBC. **Revista Eptic**, vol. 22, n. 3, set.-dez., 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/12736>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PIERANTI, O. P. **A radiodifusão pública resiste:** a busca por independência no Brasil e no Leste Europeu. Brasília: FAC-UnB, 2018. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/porta/catalog/view/25/19/98-1>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PIERANTI, O. P. O Estado e as Comunicações no Brasil. **FGV Ebape**, v. 4, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://twixar.me/GjJT>>. Acesso em: 05 nov. 2020.



RAMOS, M. C. A Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e o paradoxo de financiar o NBR. **Teletime**, São Paulo, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://teletime.com.br/17/04/2019/a-contribuicao-para-o-fomento-da-radiodifusao-publica-e-o-paradoxo-de-financiar-o-nbr/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

RAMOS, M. C. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos (orgs.). **Políticas de Comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007, p. 13-48. (Coleção Comunicação).

SANTOS, S. dos; SILVEIRA, É. da. Serviço público e interesse público nas comunicações. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos. **Políticas de Comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007, p. 49-82. (Coleção Comunicação).

VALENTE, J. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009a, p. 25-46. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema público de comunicação da Alemanha. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009b, p. 47-62. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema público de comunicação da França. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009c, p. 157-174. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema público de comunicação do Reino Unido. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009d, p. 235-254. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. Sistema público de comunicação do Brasil. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009e, p. 269-290. (Coleção Comunicação).

Revista Mídia e Cotidiano  
Artigo Seção Livre  
ISSN 2178-602X  
Volume 15, Número 3, set-dez/2021  
Submetido em: 23/02/2021  
Aprovado em: 09/08/2021

## Negacionismo em textos acadêmicos no Portal de Periódicos Capes

*Negationism in academic texts in the Portal de Periódicos Capes*

*Negacionismo en textos académicos en el Portal de Periódicos Capes*

Marcello Mattos de CARVALHO<sup>1</sup>  
Carlos A. ZANOTTI<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho parte de uma discussão sobre o crescente uso da expressão negacionismo – na imprensa ou em debates acadêmicos publicados na mídia – para investigar a produção científica, em língua portuguesa, sobre a presença do termo em textos indexados no Portal de Periódicos da Capes. Com origem no desejo de negar uma verdade para aplacar aflições individuais, a expressão nasceu na psicanálise freudiana, e hoje designa conduta de caráter coletivo. O estudo aqui proposto adota pesquisa bibliográfica, estratégias bibliométricas e técnicas de análise de conteúdo visando apurar recortes e conceitos acolhidos nos estudos recuperados daquele banco de dados. O resultado aponta a existência de apenas seis trabalhos indexados no Portal, todos publicados entre os anos de 2009 e 2020, inexistindo produções que insiram negacionismo no campo midiático.

**Palavras-chave:** Sociedade midiática. Negacionismo. Revisionismo. Ciência. Notícias falsas.

### Abstract

This work is part of a discussion about the growing use of the term negationism, either in the press or in academic debates published in the media, to investigate the scientific production about the use of the term in the Portal de Periódicos Capes, in Portuguese. Originating in the desire to deny a truth to appease individual afflictions, the expression was born in Freudian psychoanalysis, today designating conduct of a collective character. For the study proposed, bibliographic research, bibliometric strategies and content analysis techniques are adopted in order to ascertain cuttings and concepts accepted in the studies retrieved from that database. The result points to the existence of only six indexed works on the Portal, all published between the years 2009 and 2020, with no productions that insert negationism in the media field.

<sup>1</sup> Jornalista e mestrando do PPG em Linguagens, Mídia e Arte, da PUC-Campinas. E-mail: marcellomcarvalho@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0789-3329.

<sup>2</sup> Professor e pesquisador da Faculdade de Jornalismo e do PPG em Linguagens, Mídia e Arte, da PUC-Campinas. E-mail: zanotti@puc-campinas.edu.br. ORCID: 0000-0002-6644-7206.

**Keywords:** Mediatized society; Negationism; Revisionism; Science; Fake news.

### **Resumen:**

Este trabajo es parte de una discusión sobre el uso creciente del término negacionismo – sea en la prensa o en debates académicos publicados en los medios de comunicación – para investigar la producción científica, en portugués, sobre el uso del término en el Portal de Periódicos Capes. Con origen en el deseo de negar una verdad para apaciguar las aflicciones individuales, la expresión nació en el psicoanálisis freudiano, hoy designando una conducta de carácter colectivo. Para el estudio que aquí se propone se utilizan investigación bibliográfica, estrategias bibliométricas y se adoptan técnicas de análisis de contenido para conocer los esquemas y conceptos aceptados en los estudios recuperados de esa base de datos. El resultado apunta a la existencia de solo seis trabajos indexados en el Portal, todos publicados entre los años 2009 y 2020, sin producciones que inserten el negacionismo en el ámbito midiático.

**Palabras-clave:** Sociedad mediatizada. Negacionismo. Revisionismo. Ciencia. Noticias falsas.

### **Introdução**

A pandemia da Covid-19, tema naturalmente associado à saúde pública, acabou se transformando também em um problema de comunicação, de natureza político-ideológica, perpassando o sistema de mídia como um todo. Médicos e especialistas em virologia ligados a centros de pesquisa e de controle sanitário ganharam a atenção das mídias tradicionais, enquanto outros atores sociais encontraram na tragédia a matéria-prima ideal e o ambiente propício para explorar a crença de incautos e disseminar a desinformação. Competindo com o trabalho mediador historicamente orquestrado pelo sistema de mídia – e graças às ferramentas comunicacionais disponíveis na rede de computadores – o negacionismo do conhecimento científico ganhou densidade e se instalou no evento pandêmico em dimensões ainda não apuradas e pouco exploradas nos estudos acadêmicos.

Conforme aponta Gomes (2021), uma parte considerável do drama humano vivido durante a propagação do vírus começou com a própria politização da pandemia por parte de organizações mundiais associadas à direita radical. Dois fatores teriam contribuído para tanto: o surgimento do vírus em uma nação associada à doutrina comunista, na cidade de Wuhan (China), e o fato de ter se espalhado “justo no momento

de máxima expansão de governos e movimentos de extrema direita no mundo” (GOMES, 2021, n/p).

No sistema de mídia, o surgimento do novo coronavírus obrigou os meios de comunicação a ampliarem o léxico com que informam e comentam acontecimentos do e para o tecido social. Inicialmente, além de recorrerem ao universo lexical das ciências naturais, por onde transita o jornalismo científico, a mídia tradicional se viu na contingência de também agregar expressões criadas na área de humanidades para dar informações e orientar condutas, adotando verbetes como “isolamento”, “distanciamento social”, “mídia móvel [de contaminados e mortos]” e “achatamento da curva”. Posteriormente – em função da politização da crise sanitária – a imprensa também popularizou a expressão negacionismo, até então rarissimamente utilizada em notícias e reportagens.

Embora a palavra não tenha surgido e nem decorrido da pandemia de 2020, o recurso à expressão tornou-se tão comum, nos últimos tempos, a ponto de ser guindada à condição de manchete de um dos principais jornais brasileiros. Na edição do dia 27 de novembro de 2020, *O Estado de S. Paulo* levou para o alto de sua primeira página uma advertência retirada do discurso de vitória do prefeito então eleito para a cidade de São Paulo, Bruno Covas: “RESTAM POUCOS DIAS PARA O NEGACIONISMO” (“RESTAM...”, 2020, p. 1). Mais que endossar a afirmação do político do PSDB – o que ficou evidenciado pelas letras maiúsculas, raramente adotadas em títulos de capas de jornais diários – o tradicional periódico paulistano levava ao principal espaço de sua vitrine a expressão que ganhou densidade editorial em publicações jornalísticas apenas nos últimos anos.

O verbebo, que descreve rejeição a evidências incontestáveis, teve seu auge de utilização no Brasil no momento em que o presidente Jair Bolsonaro comparou a Covid-19 a “uma gripezinha” (HISTERIA..., 2021), apesar das advertências contrárias da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do número de mortes registradas até aquele momento em países europeus. Negacionismo, antes de ocupar o espaço nobre na edição do *Estadão*, já frequentava espaços discretos em jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. Na internet, a expressão era observada em memes, figurinhas, *posts* e em alguns circuitos intelectuais posicionados em bolhas.

Diante da intensificação do uso midiático do verbete – e de sua prática associada à radicalização ideológica de viés conservador – nosso trabalho teve por objetivo apurar o volume de artigos acadêmicos sobre o tema, em língua portuguesa, disponibilizados no Portal de Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Uma vez recuperados, os textos foram analisados segundo suas autorias, centros de estudo aos quais pertencem os pesquisadores signatários e a base bibliográfica que sustenta tais produções indexadas naquele banco de dados, no qual é possível o acesso a mais de 45 mil títulos com textos completos recolhidos de 130 diferentes bases referenciais.

O levantamento apontou que – apesar da relevância do tema para os estudos de processos comunicacionais no contexto brasileiro contemporâneo – eram poucos os trabalhos desenvolvidos por estudiosos e centros de pesquisa nacionais até então indexados naquela base de dados. Neste sentido, nosso objetivo é contribuir para superar uma lacuna nos estudos de mídia, o *locus* privilegiado para a atuação dos negacionistas do conhecimento científico no tempo presente. Estimulados pela vaidade pessoal ou por interesses inconfessáveis, eles encontram na lógica dos algoritmos das redes sociais o terreno fértil para desqualificar a ciência e comprometer o regime democrático.

## Método

O trabalho aqui desenvolvido partiu de uma pesquisa bibliográfica e documental, junto a periódicos científicos e no próprio sistema de mídia, com o objetivo de contextualizar o emprego da expressão negacionismo e observar os debates fomentados no meio acadêmico no momento histórico em que o termo ganhava as primeiras páginas de jornais brasileiros. O passo seguinte foi realizar um levantamento, em 3 de novembro de 2020<sup>3</sup>, utilizando a expressão “negacionismo” como termo exclusivo de busca no portal criado e mantido pela Capes desde o ano 2000.

---

<sup>3</sup> É possível que uma nova busca indique ter havido alguma alteração no volume de dados obtidos para a realização desta pesquisa, tendo em vista que, nos últimos meses, observa-se, na área de comunicação, a crescente produção de artigos sobre negacionismo do conhecimento científico, motivados pela recente crise sanitária e política registrada no Brasil.

No total, a ferramenta disponibilizada pelo sistema recuperou 109 documentos, muitos dos quais em língua espanhola em função da mesma grafia, mas apenas 5 artigos e um livro em língua portuguesa. Aos textos recuperados em língua portuguesa, aplicamos estratégias oriundas da bibliometria (MARICATO, 2010) e da análise de conteúdo (FRANCO, 2012). No primeiro caso, chegamos aos autores, áreas de conhecimento, centros de estudo aos quais estão vinculados, número de citações obtidas junto aos pares e base bibliográfica mencionada. No segundo caso, através da análise de conteúdo, buscamos apurar de que forma aparece conceituada a expressão utilizada na busca, o que foi obtido a partir da seleção de excertos específicos para esta finalidade.

### **Origem na psicanálise**

Segundo apontam os dicionários, o substantivo negacionismo, que deriva do francês *negationnisme*, com o mesmo sentido, descreve a ideologia “da pessoa que nega ou não aceita um fato comprovado e documentado, analisando esse fato com argumentos ou pontos de vista sem fundamentos históricos” (NEGACIONISMO, 2020a), podendo também ser utilizado em relação ao conhecimento científico. A expressão é utilizada também para indicar “a rejeição da validade de conceitos apoiados por consenso científico ou empiricamente verificáveis”, bem como para descrever “a posição de quem nega a existência de um facto documentado ou de quem propõe interpretações não fundamentadas de fenômenos históricos já estudados” (NEGACIONISMO, 2020b). Além de descrever a rejeição a um acontecimento ou conceito, a expressão carrega implícitas as chamadas posturas revisionistas – aquelas que propõem uma narrativa diferente de consensos estabelecidos por historiadores. No caso do jornal paulistano, a manchete referia-se ao contingente de brasileiros que, sob a liderança do presidente Jair Bolsonaro, negavam o conhecimento científico que advertia para a existência da pandemia, uma enfermidade respiratória que, até aquele momento, já havia levado à morte cerca de 170 mil brasileiros, ou 1,5 milhão de habitantes do planeta.

Quando da publicação da manchete no centenário *Estadão*, uma busca nas indexações do acervo do jornal revelou que, até àquela edição, o termo “negacionismo” havia sido indexado apenas 168 vezes em seu banco de dados. Já no acervo da concorrente *Folha de S.Paulo*, ele aparecia em 373 indexações no mesmo período de busca. Segundo

o buscador do Google Trends, o interesse pelo termo no Brasil começou a crescer em março de 2020, atingindo o pico no mês de maio, quando declinou, voltando a subir no início de outubro do mesmo ano (GOOGLE TRENDS, 2021a). A mesma ferramenta apontou os verbetes “ciência”, “coronavírus” e “negacionismo histórico” como sendo os principais temas associados à palavra, bem como o próprio nome “Jair Bolsonaro” e a expressão “aquecimento global”. Em todo o mundo, a expressão em língua inglesa “*denialism*” teve pico de busca igualmente no ano de 2020, entre 8 e 14 de novembro. Até àquele momento, os usuários da internet que mais pesquisaram a expressão eram as populações da Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Suécia e Canadá, países onde o negacionismo esteve associado às questões climáticas. Na lista mundial de buscas pela expressão, o Brasil apareceu em 12º lugar (GOOGLE TRENDS, 2021b).

Acolhendo os pressupostos de Luhmann (2005), antes de ser registrado pelos meios de comunicação, um determinado tema da atualidade – neste caso, a expressão negacionismo – sobressai primeiro no interior dos chamados sistemas de função que compõem o tecido social. Na condição de operadores-difusores do sistema social, os meios de comunicação observam as comunicações ali realizadas para, então, comunicá-las aos seus públicos. Inseridos em outros sistemas, esses públicos acabam por disseminar a informação jornalística no sistema social como um todo. Entende-se, portanto, que os sistemas focados em pensar o momento presente (educacional, sanitário, jurídico, político etc.) já observavam que comportamentos negacionistas ganhavam peso naquele período histórico, com implicações que – na avaliação de *O Estado de S. Paulo* – eram dotados de densidade editorial de interesse público. Confirmava-se, assim, um dos pressupostos de Luhmann:

Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação. Isso vale não apenas para nosso conhecimento da sociedade e da história, mas também para nosso conhecimento da natureza. (LUHMANN, 2005, p. 15)

No mesmo sentido da proposição *luhmanniana* caminham as ponderações de Meditsch (1997), ao defender a ideia de que as operações do jornalismo resultam em uma

forma efetiva de produção de conhecimento levado ao tecido social. “É inegável que os meios de comunicação têm um poder muito grande no meio social, mas é difícil determinar até que ponto este poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos” (MEDITSCH, 1997, p. 11). Enquanto produto social, segundo o autor, o jornalismo reproduz o jogo de forças da sociedade em que está inserido. No caso da manchete do *Estadão*, o jornal penhorava sua influência e credibilidade por três razões: advertir para uma polarização, já que onde há negacionistas há também os não negacionistas; situar-se entre os atores sociais que se baseiam no conhecimento científico, até porque seu ramo de atividade tem o Iluminismo enquanto norte de bússola (SOUSA, 2008, p. 88-97); e para comungar com as esperanças de Covas de que condutas consideradas inadequadas à boa organização sistêmica do tecido social deixariam de prosperar.

Conforme relata o pesquisador Christian Dunker, a expressão negacionismo tem origem na psicanálise, onde o verbete “negação” foi usado pelo neurologista e psiquiatra Sigmund Freud (1856-1939) para descrever atitudes humanas “diante de realidades que são mais dolorosas ou complexas do que conseguimos aguentar” (DUNKER, 2020). No caso brasileiro – mas não apenas no Brasil – uma conduta inicialmente associada a uma patologia individual passou a descrever também uma conduta de caráter coletivo. Essa conduta alcançou dimensões políticas que se referem a um modo de governar, baseado na produção contínua de inimigos imaginários e impactado durante a pandemia do novo coronavírus pela chegada de um inimigo real, biológico e natural. A estratégia governista para arregimentar apoio popular, segundo Dunker, foi lançar dúvida sobre a competência das autoridades científicas, buscando transferir para si a autoridade simbólica até então representada por instituições como a universidade, a imprensa e a ciência. Seria, assim, um método discursivo no qual a crença que as pessoas têm nas instituições desloca-se para a autoridade pessoal do governante.

Na obra *Os Assassinos da Memória* (1988), o historiador e intelectual francês de origem judia Pierre Vidal-Naquet associa negacionismo às políticas revisionistas no campo da história. No trabalho, ele aponta que políticas revisionistas – sem base comprobatória – correspondem a uma falsificação histórica, o que sempre esteve no horizonte, por exemplo, dos que negam a existência do Holocausto.



Vidal-Naquet (1988) aponta que o conceito associado ao revisionismo histórico surgiu na Europa, mais precisamente na França. Teria sido na livraria e editora parisiense “A Velha Toupeira”, de orientação anarcomarxista, o local de criação das primeiras publicações do gênero. Naquele momento, negacionismo implicava a tentativa de redução do número de judeus vitimados na Segunda Guerra Mundial, para pouco tempo depois desembocar na própria negação da existência das câmaras de gás (VIDAL-NAQUET, 1988). Já na área da filosofia, Luis Milman aponta que o revisionismo não apresenta problemas ao nível da compreensão da história, pois não se trata de uma visão alternativa, mas sim da construção de uma versão fictícia com efeitos políticos. Segundo o autor, os negacionistas “obrigam-nos não somente a refutá-los, mas a fazermos uma reflexão sobre a relevância do papel da história e da memória para a educação humanista” (MILMAN, 2000, n/p).

No sentido de negar o conhecimento empiricamente verificável, negacionismo floresceu com o crescente aumento internacional do grau de desconfiança nas pesquisas científicas. O termo ficou inicialmente associado ao movimento antivacina (IDOETA, 2017), tendo como marco histórico a data de 26 de fevereiro de 1998, quando a prestigiada revista *Lancet* publicou um relato preliminar de pesquisa do médico Andrew Wakefield junto a 12 crianças que haviam desenvolvido comportamento autista e inflamação intestinal grave. Em função de o pesquisador ter encontrado vestígios do vírus do sarampo no corpo dos pesquisados, Wakefield e seus parceiros levantaram a hipótese de que havia um vínculo causal das enfermidades com a vacina MMR, usada para proteção contra sarampo, rubéola e caxumba, que havia sido aplicada em 11 das crianças estudadas. Quando vieram à tona a precariedade do estudo – apontada na obra *Outra Sintonia* (DONVAN; ZUCKER, 2017) – e a informação de que o pesquisador tinha conflito de interesses no caso, o Conselho Geral de Medicina do Reino Unido, em 2010, julgou Wakefield “inapto para o exercício da profissão”, qualificando seu comportamento como “irresponsável”, “antiético” e “enganoso”. A *Lancet* se retratou do estudo publicado, informando que as conclusões ali descritas eram “totalmente falsas” (IDOETA, 2017, n/p).

### Movimentos antivacina

A retratação do periódico e a desqualificação do pesquisador inglês, no entanto, não foram suficientes para conter o crescimento dos movimentos antivacina ao redor do mundo. Ao contrário, eles se transformaram em uma preocupação a mais para os países que se dispuseram a vacinar maciçamente suas populações quando do combate à pandemia da Covid-19. Um estudo conduzido por pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa), da USP, em parceria com o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (Laut) e com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), apurou que os canais que divulgaram notícias falsas sobre a pandemia obtinham muito mais audiência que os canais dedicados a divulgar dados verdadeiros (MELLO, 2020). Ao todo, nas duas fases da pesquisa, foram estudados cerca de 23 mil vídeos postados no YouTube entre 1º de fevereiro e 10 de maio de 2020.

Na primeira fase do estudo, as redes com grande circulação de informação sobre a doença tiveram quase três vezes mais visualizações do que as redes com dados verdadeiros sobre a Covid-19 – 73.429.098 visualizações, contra 27.712.722 visualizações. O maior canal em que foram identificadas informações falsas é o *Desperte* – Thiago Lima, com 1,02 milhão de inscritos. O canal é 4,3 vezes maior que o do Ministério da Saúde (233 mil inscritos) e tem “temáticas conspiratórias religiosas, misticismo e de cunho geopolítico”. (MELLO, 2020, p. B5)

Atuações como a praticada pelo canal *Desperte*, entre outros dedicados a desinformar seus públicos, deram origem a uma linha de pesquisa denominada agnotologia pelo historiador americano Robert Neel Proctor, professor de História da Ciência na Universidade de Stanford. O neologismo deriva da expressão grega *agnosis*, equivalente a “não conhecimento”, e passou a designar o estudo de políticas de produção da ignorância. Durante a pandemia, o pesquisador brasileiro Renan Leonel (2020) deu início ao estudo *Viral agnotology: COVID-19 denialism amidst the pandemic in Brazil, United Kingdom, and United States* (Agnotologia viral: negação da COVID-19 em meio à pandemia no Brasil, Reino Unido e Estados Unidos), financiado pela Social Science Research Council of New York (SSRC) em parceria com a Henry Luce Foundation. O

projeto de pesquisa tem por objetivo estudar os efeitos de curto e longo prazos da pandemia que atingiu o mundo em 2020.

Diethelm e Mackee (2009) apontam que os negacionistas no mundo digital – além da pura e simples rentabilidade financeira decorrente de visualizações nas redes sociais – são movidos por uma ampla gama de motivações. Alguns, pela ganância fomentada por corporações industriais, como a do petróleo, negando a relação entre a queima de combustíveis fósseis e as mudanças climáticas; outros, por ideologia ou fé, o que os motiva a rejeitar tudo o que for incompatível com suas crenças fundamentais; havendo ainda os que o fazem por excentricidade e idiossincrasia, encorajados pela condição de celebridades que a mídia confere aos dissidentes de consensos estabelecidos. Camargo e Coeli (2020) recuperaram pesquisas na área para lembrar que os processos negacionistas apresentam ao menos cinco características básicas, todas observadas no período de debates públicos sobre a Covid-19. São elas:

- 1) identificação de conspirações; 2) uso de falsos *experts*; 3) seletividade, focalizando em artigos isolados que contrariam o consenso científico (“*cherry-picking*”); 4) criação de expectativas impossíveis para a pesquisa; e 5) uso de deturpações ou falácias lógicas. (CAMARGO; COELI, 2020, p. 2)

No Brasil, uma pesquisa desenvolvida pelo grupo União Pró-Vacina, composto por pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da unidade da USP de Ribeirão Preto (SP), procura monitorar grupos antivacina no Facebook (RAFAEL, 2020). No estudo, os pesquisadores observaram três eixos principais entre os divulgadores de conteúdos falsos: o primeiro seria o eixo ideológico – o predominante – formado por pessoas que realmente acreditam nas teorias antivacina e transformam suas vidas em uma missão a serviço daquela causa. O segundo eixo reúne os que possuem interesse comercial, maciçamente presentes no YouTube, onde buscam obter audiência para lucrar com as visualizações. E o terceiro, de viés político, teria crescido com a politização e polarização com a pandemia.

O fortalecimento dos grupos negacionistas tem imposto questionamentos a algumas regras do jornalismo, como a de relatar objetivamente o acontecimento noticiado. Dois fenômenos recentes, um deles com repercussão mundial, bem ilustram o

problema. O primeiro ocorreu quando as redes de televisão CBS, ABC e NBC, dos EUA, interromperam abruptamente a transmissão de um pronunciamento do então presidente Donald Trump, que acusava, sem provas, ter havido fraude nas eleições que renunciavam sua derrota, em 5 de novembro de 2020. O outro decorre de uma enxurrada de críticas que o jornal *Folha de S. Paulo* recebeu ao noticiar, objetiva e acriticamente, que o presidente Jair Bolsonaro, falando em audiência remota na abertura dos trabalhos da ONU, dizia não haver desmatamento sistemático da Floresta Amazônica. No caso brasileiro, o jornal foi acusado de apenas reproduzir o pronunciamento do mandatário, sem apontar em seu título que se tratava de uma mentira empiricamente verificável.

Já em 2016, ao comentar o resultado das eleições norte-americanas, o professor Robert P. Crease, do Departamento de Filosofia da Stony Brook University, afirmava em artigo para a revista *Physics World* que negacionistas vinham ganhando espaço aceleradamente junto ao poder político. De acordo com este historiador da ciência, o fenômeno representa uma ameaça ao próprio desenvolvimento social, pois os negacionistas se capacitam a influenciar políticas públicas contrárias ao conhecimento científico. Crease chega a propor sanções legais aos propagadores de inverdades, uma vez que “escolhas erradas serão inevitavelmente feitas se as informações científicas não forem incorporadas a tais decisões” (CREASE, 2016, n/p, tradução nossa).

Muito em função da estrutura e da onipresença das redes sociais digitais no mundo contemporâneo, Leonel (2020) assegura que cientistas, divulgadores científicos e jornalistas focados na ciência passaram a ter um trabalho adicional nos últimos tempos: além de comunicar o conhecimento científico, agora precisam também comunicar claramente aos seus públicos o que não é ciência. Essa nova tarefa justifica, por si só, a necessidade de se implementarem estudos focados na confluência do binômio comunicação e negacionismo.

### **Negacionismo e áreas de estudo**

Os textos recuperados no Portal de Periódicos da Capes permitiram a elaboração de categorias organizadas em quatro tabelas para este trabalho. A primeira é dedicada aos autores e respectivos títulos de seus estudos, oferecendo também informações sobre o número de citações que obtiveram e os centros de pesquisa aos quais pertencem. As outras

três tabelas apontam a presença do verbete negacionismo nas áreas de estudo às quais pertencem os autores, a saber: História, Sociologia e Ciência da Informação. A seguir, a primeira das tabelas:

**Tabela 1: Autores, obras, área e centro de estudo**

No.	Autor / Título / Editora /Ano	Área	Citações e IES
1	MARTIN VICENTE, Maximiliano. História e comunicação na nova ordem internacional. (Editora Unesp, 2009)	História e comunicação	66 UNESP
2	CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história (Antúteses, 2009)	História	12 UEL
3	CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O negacionismo do holocausto: pseudo história e história pública (Resgate, v. XXII, n. 28, 2014)	História	2 UFRJ
4	GOMES, Aguinaldo Rodrigues. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo (Ñanduty, v. 7, 2019)	Ciências Sociais	1 UFMGs
5	SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Corpo e Negacionismo: a Novilíngua do Fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019 (Locus - Revista de História, v. 25, n. 2, 2019)	Ciências Sociais	0 UFJF
6	SANTOS D'AMORIM, Karen Isabelle; REIS CRUZ, Rúbia Wanessa dos; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. O uso dos blogs de ciência no campo da ciência da informação no Brasil e seus papéis na cultura científica (Brazilian Journal of Information, v. 14, n. 2, 2020)	Ciência da Informação e Comunicação	0 UFPE

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 1 aponta autores, periódicos/livro, local de publicação, área de estudo na qual está inserido o trabalho e as instituições de ensino e pesquisa às quais pertencem os pesquisadores. Na tabela, os textos estão ordenados segundo o número de citações registradas, à época do levantamento de dados, na plataforma Google Citations.

De todos, a publicação que registra o maior número de citações é o livro *História e Comunicação na Nova Ordem Internacional* (Editora Unesp, 2009), do livre-docente Maximiliano Martin Vicente, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com 66 citações. Em segundo lugar, com 12 citações, aparece o artigo *Memória e*

*Justiça: o negacionismo e a falsificação da história*, do historiador Odilon Caldeira Neto, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), publicado na revista *Antíteses*, do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O terceiro trabalho recuperado, *O negacionismo do holocausto: pseudo história e história pública*, possuía apenas duas citações à época do levantamento. Trata-se de um artigo do professor Ricardo Figueiredo de Castro, doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde leciona. O texto foi publicado na revista *Resgate*, uma produção interdisciplinar das áreas de Ciências Humanas e Artes, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O quarto texto, *Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil*, contava com apenas uma citação segundo apontou o Google Citations. Publicado na revista *Nanduty*, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), seu autor, Aguinaldo Rodrigues Gomes, é doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e leciona disciplinas ligadas à História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O quinto texto refere-se ao artigo *Corpo e Negacionismo: a Novilíngua do Fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019*, do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, doutor em História pela Universidade Livre de Berlim. O trabalho foi publicado na revista *Locus*, periódico focado na área de História com contribuições de outras disciplinas de Ciências Humanas. A revista é uma publicação do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Já o sexto trabalho recuperado, *O uso dos blogs de ciência no campo da ciência da informação no Brasil e seus papéis na cultura científica*, sem citação no Google Citations, é o mais recente de todos. É assinado pelas pesquisadoras Karen Isabelle Santos D'Amorim; Rúbia Wanessa dos Reis Cruz; e Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia. Entre as autoras, Correia é graduada em Biblioteconomia, com doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde leciona; as outras duas possuem mestrado e doutorado em andamento em Ciência da Informação, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O trabalho foi publicado na revista *Brajis*,

acrônimo para *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, periódico editado Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Marília.

Três dos seis trabalhos recuperados pertencem ao campo da História, enquanto dois foram produzidos no campo da Sociologia e um último, em Ciências da Informação. Em comum, todos levam a assinatura de pesquisadores ligados a universidades públicas, com destaque às instituições federais. Majoritariamente, foram produzidos por estudiosos do sexo masculino, havendo em um dos trabalhos a parceria entre três autoras, com a liderança de uma docente originalmente formada na área da Biblioteconomia.

**Tabela 2: Negacionismo no campo da História**

(continua)

Texto	Definição de negacionismo na História
1	“[...] responde à predominância de um pensamento pós-modernista no qual, a princípio, se aceitam todas as versões e interpretações em função da sua fragmentação. Diante desse quadro, a história propõe alguns pontos de vista para entender melhor os desdobramentos da história nessas últimas décadas”. (MARTIN VICENTE, 2009, p. 84)
2	“O negacionismo surge como uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial, e consiste atualmente numa das maiores expressões do anti-semitismo da extrema-direita. É uma prática de falsificação histórica e os autores se colocam como pesquisadores interessados em buscar a verdade histórica”. (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1107)
3	“O Negacionismo do Holocausto é atualmente um dos principais elementos de coesão ideológica e manutenção das forças de atração que mantém unida a nebulosa fascista contemporânea e ajuda a definir sua identidade. O Negacionismo do Holocausto não é uma perspectiva historiográfica legítima a se dedicar a revisar os postulados históricos do holocausto, mas sim um instrumento de ação ideológica a serviço de grupos

**Tabela 2: Negacionismo no campo da História**

(continuação)

- 3 políticos radicais em sua grande maioria de extrema-direita”. (CASTRO, 2014, p. 8-9)

---

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Conforme apontam os excertos acima, no único trabalho produzido no formato livro indexado no Portal de Periódicos, a referência a negacionismo surge na página 84, como observado na Tabela 2, porém associada ao revisionismo histórico. A obra em questão não se ocupa em debater conceitos em torno do tema, nem em registrar o crescimento de doutrinas ultradireitistas no mundo contemporâneo. O interesse do autor é investigar as aproximações que existem entre os registros produzidos pelo campo da história e as práticas contemporâneas de comunicação social, particularmente nos veículos impressos do sistema de mídia. Transitando entre os dois territórios, o autor aponta que os historiadores consideram os comunicadores demasiadamente superficiais em suas análises, enquanto os jornalistas ficam incomodados com “a falta de atualização e preocupação dos historiadores com os episódios recentes” (MARTIN VICENTE, 2009, p. 16).

Buscando resgatar para estudo de caso a cobertura do atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA, com o ataque às torres gêmeas, o trabalho pondera que história e jornalismo têm uma importante função socializadora a cumprir, cada qual ao seu modo. Devido aos objetivos da obra, o estudo apresentado não faz menção ao crescimento dos movimentos fascistas no mundo contemporâneo, nem se apegam às questões de gênero, etnia e exclusões sociais presentes nos discursos de ódio que caracterizam os negacionistas.

Já no texto 2, o artigo se apegam ao trabalho do historiador e intelectual francês Pierre Vidal-Naquet (1930-2006) para fazer um resgate de como o fenômeno do negacionismo teria surgido. No texto, é possível observar que a definição de negacionismo usada por Caldeira Neto (2009, p. 1107) está ligada a um “atentado à memória da Segunda Guerra Mundial”. O autor promove uma discussão sobre como o negacionismo entrou no Brasil e os caminhos percorridos no país até os dias atuais. De



acordo com o trabalho, as primeiras discussões sobre negacionismo no país começaram no fim da década de 1970, quando jornais de grande circulação publicaram comentários sobre o livro *Hitler's War* (Editora Viking Press, 1977), de David Irving, que, apesar de não ser totalmente negacionista, sugeria que Adolf Hitler não teve participação no Holocausto.

No Brasil – aponta o trabalho – o movimento de teses negacionistas chegou no final da década de 1980, momento de eclosão da luta por eleições diretas e o fim da ditadura militar. É neste contexto que surge, segundo o autor, o livro negacionista brasileiro mais famoso: *Holocausto: judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século* (1987), de Siegfried Ellwanger, brasileiro descendente de alemães que foge para o Rio Grande do Sul e monta uma editora. O trabalho não menciona ameaças ao regime democrático nem questões de gênero ou negacionismo do conhecimento científico.

No terceiro texto, o autor faz um mergulho no conceito de negacionismo, relacionando-o apenas ao Holocausto. Questões como ideologia de gênero e movimentos antivacina estão ausentes do escopo do trabalho. O artigo aponta, no entanto, que o negacionismo, diferentemente de quando surgiu, está totalmente ligado a correntes de movimentos de extrema direita e de pessoas que compartilham ideias do fascismo. Para o autor, negar o Holocausto não é apenas uma tentativa de revisão da história ou de reconstrução de memória, mas sim um mecanismo de dominação ideológica e política. Focado na historiografia, o texto não aborda questões de identidade sexual ou negacionismo da ciência, mas adverte para o desrespeito aos Direitos Humanos e para o recurso às teorias conspiratórias engendradas pela extrema direita.

**Tabela 3: Negacionismo na Sociologia**

(continua)

Texto	Definição na área de Ciências Sociais
4	“O negacionismo é ainda um termo pouco conhecido pelos brasileiros, ganhou maior visibilidade a partir das falas de políticos e eleitores do país no último pleito sufragista que em seus discursos buscaram anular as origens históricas da desigualdade econômico-social a partir da negação dos processos de exclusão historicamente

constituídos no país. Constitui-se num movimento que por razões religiosas, conspiracionistas ou com vistas a beneficiar certos

**Tabela 3: Negacionismo na Sociologia**

(continuação)

4	grupos rejeitam teses amparadas em estudos científicos e documentados, apoiando-se em ideias controversas e de pouca confiabilidade” (GOMES, 2019, p. 150).
5	“Aqueles que promovem discursos de ódio contra grupos sociais, raciais, regionais ou de gênero e recusam a história do passado recente, incluindo do Regime Civil-Militar de 1964” (SILVA, 2019, p. 307).

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os textos 4 e 5, cujos excertos se encontram anotados na Tabela 3, localizam-se no campo das Ciências Sociais e apresentam uma outra experiência relacionada ao negacionismo, associando a prática ao discurso político da extrema direita que, apoiando-se em argumentos preconceituosos, procura colocar grupos minoritários à margem da sociedade. O objetivo dos conservadores radicais, associados ao fascismo, seria doutrinar a população mais jovem que se identifica com esse pensamento, adotando discurso de ódio, rejeitando evidências históricas e propondo uma nova visão de mundo. Entre os textos recuperados no portal da Capes, são estes os trabalhos mais politizados, em especial por atribuírem nomes a personagens atualmente identificados com as práticas negacionistas e fazerem referência à propagação de mentiras através das tecnologias de informação e comunicação.

No texto 4, o autor propõe uma reflexão sobre o império da falocracia presente na política brasileira, buscando estabelecer as relações existentes entre o neologismo e o desrespeito aos direitos humanos e à diversidade social no Brasil contemporâneo. O artigo busca apontar “como o machismo, a misoginia e a lgbtfobia têm influenciado a precarização e eliminação de vidas com base na discriminação por marcadores de gênero, etnia e classe social” (GOMES, 2019, p. 147). O trabalho se dedica, a partir da análise de discurso, a analisar pronunciamentos do presidente que acabara de ser eleito e que viria a

ser reconhecido como um dos expoentes brasileiros mais identificados com a doutrina fascista (FINCHELSTEIN, 2020).

A denúncia do autoritarismo e misoginia contidos nos discursos bolsonaristas também estão presentes no texto 5, no qual o autor recorre ao conceito de “novilíngua” criado pelo professor polonês Victor Klemperer (1881-1960), da área de filologia semântica, para descrever o vocabulário nazista empregado na perseguição a judeus na Alemanha de Hitler. A expressão é também utilizada na obra literária *1984*, de George Orwell, sendo marcada por “eufemismo, cinismo e covardia” (SELIGMANN-SILVA, 2000) para designar a linguagem de um estado totalitário objetivando manipular e influenciar audiências.

O trabalho foca igualmente discursos do então eleito presidente Bolsonaro e de sua agremiação política de então, o Partido Social Liberal (PSL), bem como movimentos, personagens e atores políticos de extrema direita que rejeitam a democracia representativa, promovem discursos de ódio e não aceitam o consenso de ter existido uma ditadura civil-militar na história recente do país. O trabalho aponta que as doutrinas ultradireitistas vêm crescendo com a mesma intensidade em países europeus, conforme apuram Caiani e Susánszki (2020) em artigo que associa esse crescimento às ferramentas do universo on-line.

**Tabela 4: Negacionismo na Ciência da Informação**

Texto	Definição nas Ciências da Informação
6	<p>“McIntyre (2018) citado por Araújo (2020, p. 5 e 6) elenca fatores que conduziram ao que se conhece hoje por ‘pós-verdade’, entre eles: o negacionismo científico, o auge das redes sociais e a relativização da verdade promovida pelo pós-modernismo. Essa condição atual, associada à massificação das redes sociais e os fenômenos inter-relacionados à desinformação, agora se coloca diante de uma era marcada pela explosão desinformacional.” (SANTOS-D’AMORIM; CRUZ; CORREIA, 2020, p. 27)</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

O mais recente dos artigos recuperados, com excerto reproduzido na Tabela 4, foi publicado em 2020. Nele, as autoras chegam a 88 *blogs* utilizados para a divulgação do conhecimento científico na área de Ciência da Informação, partindo de autores como o filósofo britânico Alasdair McIntyre (2001), autor de *Depois da Virtude*, para debater a relativização da verdade e a hegemonia das redes digitais na polifonia do mundo contemporâneo. Embora não utilize a expressão negacionismo entre suas palavras-chave, o artigo adverte para o fomento de sucessivas tentativas de refutação de teorias científicas, não em função da quebra de paradigmas, mas a partir da criação de “teorias conspiratórias, pautadas em convicções pessoais, interesses políticos e econômicos de grandes grupos, cada vez mais ampliadas pelo fenômeno das câmaras de eco e filtros bolha, o que caracteriza a conjuntura atual marcada pela desinformação e pela pós-verdade.” (SANTOS-D’AMORIM; CRUZ; CORREIA, 2020, p. 26-27).

O artigo registra a diminuição, ao longo dos últimos 15 anos, de *blogs* focados em Ciência da Informação, à medida que seus autores – geralmente estudantes da área – engajam-se em redes oficiais de pesquisa e já não encontram tempo para atualizá-los. O trabalho não entra em discussões a respeito do negacionismo científico como estratégia de ação de movimentos político-ideológicos. Expressões como “direita”, “fascismo” ou “gênero” não são registradas ao longo do documento, inexistindo, portanto, reflexões político-ideológicas indispensáveis àquele momento histórico, caracterizado pela ascensão de movimentos conservadores e permeado pela circulação de *fake news*.

### **Considerações finais**

O percurso adotado na produção deste trabalho evidenciou que o tema investigado é pouco presente na principal plataforma brasileira para recuperação de artigos acadêmicos e pesquisas científicas publicados em língua portuguesa. Embora negacionismo não seja expressão de uso tão recente, foi apenas no ano de 2020 que ganhou domínio popular, a ponto de figurar como principal manchete em um jornal diário, mesmo assim associada à cobertura política, embora se referisse ao descrédito no conhecimento científico.

A expressão apareceu em apenas seis textos recuperados junto ao Portal de Periódicos da Capes, datados de 2009 a 2020, o que pressupõe média anual inferior a 0,5

texto. Os dados apurados ainda indicam a predominância de instituições públicas voltadas à pesquisa do fenômeno, na maioria das vezes associado à história. Percebe-se que, na área da Comunicação Social ou de estudos de mídia, negacionismo praticamente inexistente, o que indica um universo a ser investigado, mesmo porque a principal estratégia contemporânea para a divulgação de inverdades ou teses negacionistas são exatamente as redes sociais digitais.

Estudos que possam derivar ou serem motivados a partir do resultado deste nosso trabalho seriam extremamente oportunos nos dias atuais, mesmo porque o negacionismo vem se instalando, cada vez mais, em instâncias do poder político. O combate a esta prática – um trabalho a mais para cientistas, divulgadores científicos e jornalistas, como vimos anteriormente – será fundamental para evitar que o obscurantismo, o charlatanismo e mistificações comprometam o grau de liberdade, justiça social e democracia do qual as sociedades modernas não podem prescindir.

## Referências

CALDEIRA NETO, O. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2507/4026>. Acesso em: 7 dez. 2020.

CAMARGO, K. R. de; COELI, C. M. A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. **Physic: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. 1-5, 2020.

CASTRO, R. F. de. O negacionismo do holocausto: pseudo história e história pública. **Resgate**, v. XXII, n. 28, p.5-12, jul./dez., 2014.

CREASE, R. P. Fighting science denial. **Physics World**, 15 sep. 2016. Disponível em: <https://physicsworld.com/a/fighting-science-denial/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

DIETHELM, P.; MCKEE, M. Denialism: what is it and how should scientists respond? **European Journal of Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009.

DONVAN, J.; ZUCKER, C. **Outra Sintonia: A história do autismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DUNKER, C. O negacionismo como arma de destruição durante a pandemia. [Entrevista concedida a Bertha Maakaroun]. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n/p, 24 jul. 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna\\_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml). Acesso em: 20 dez. 2020.

FINCHELSTEIN, F. “Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história”. [Entrevista concedida a Rosana Pinheiro-Machado] **The Intercept Brasil**, n/p, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Acesso em: 2 mai. 2021.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GOMES, A. R. Machocracia, Negacionismo Histórico e Violência no Brasil Contemporâneo. **Ñanduty**, v. 17, n. 10, p. 146-158, 2019.

GOMES, W. A pandemia como um problema de comunicação política. **Cult**, São Paulo, n/p, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pandemia-como-problema-de-comunicacao-politica/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GOOGLE TRENDS. **Negacionismo Trends**. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&geo=BR&q=%2Fm%2F026bq09>. Acesso em: 06 jan. 2021<sup>a</sup>

GOOGLE TRENDS. **Denialism Trends**. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?q=denialism>. Acesso em: 06 jan. 2021<sup>b</sup>

HISTERIA, gripezinha e mimimi: o discurso de Bolsonaro após um ano de pandemia. **TV Folha**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-Qoib3S1rA>. Acesso em: 25 mar. 2021.

IDOETA, P. A. A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo. **BBC News Brasil**, São Paulo, n/p, 24 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LEONEL, R. Negacionismo científico: a produção política e cultural de desinformação. [Entrevista concedida a Karina Toledo]. **Agência Fapesp** (online), São Paulo, n/p, 02 set. 2020. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/negacionismo-cientifico-a-producao-politica-e-cultural-de-desinformacao/34028/>. Acesso em: 10 out. 2020.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. Trad.: Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MARICATO, J. de M. **Dinâmica das relações entre Ciência e Tecnologia**: estudo Bibliométrico e Cientométrico de múltiplos indicadores de artigos e patentes em biodiesel. 2010. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo.

MARTIN VICENTE, M. **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MCINTYRE, A. **Depois da virtude**: Um estudo em Teoria Moral. Bauru (SP): Edusc, 2001.

MEDITSCH, E. Journalism as a form of knowledge. **Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação**. Covilhã (Portugal), 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-journalism-as-a-form-of-knowledge.pdf>. Acesso em 10 jan. 2020.

MELLO, P. C. Canais de fake news no YouTube têm quase 3 vezes mais audiência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2020. Saúde, B5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/05/canais-de-fake-news-sobre-covid-19-no-youtube-sao-vistos-quase-3-vezes-mais-que-os-de-dados-reais.shtml>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MILMAN, L. Negacionismo: Génesis e desenvolvimento do extermínio conceitual, 2000. In:

MILMAN, L.; VIZENTINI, P. F. (Org). **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: UFRGS (Edição Online), 2002, n/p. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap9.html>. Acesso em: 03 nov. 2020.

NEGACIONISMO. In: **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2020a. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/negacionismo/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

NEGACIONISMO. In: **Dicionário Porto Editora**. Porto: Porto Editora, 2020b. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/negacionismo>. Acesso em: 12 jan. 2021.

“RESTAM poucos dias para o negacionismo”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov., 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/estadao/photos/a.124486140899790/4942522985762724/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RAFAEL, J. H. Pesquisadores analisam avanço de grupos antivacina em plena pandemia. [Entrevista concedida a Maria Fernanda Ziegler]. **Agência Fapesp** (online), São Paulo, n/p, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/pesquisadores-analisam-avanco-de-grupos-antivacina-em-plena-pandemia/34890/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SANTOS-D'AMORIM, K. I.; CRUZ, R. W dos R.; CORREIA, A. E. G. C. O uso dos blogs de ciência no campo da Ciência da Informação no Brasil e seus papéis na cultura científica. **Brazilian Journal of Information Studies: Research trends**, v. 14, n. 2, abr./jun., p. 24-47, 2020.

Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/342611670\\_O\\_uso\\_dos\\_blogs\\_de\\_ciencia\\_no\\_campo\\_da\\_Ciencia\\_da\\_Informacao\\_no\\_Brasil\\_e\\_seus\\_papeis\\_na\\_cultura\\_cientifica](https://www.researchgate.net/publication/342611670_O_uso_dos_blogs_de_ciencia_no_campo_da_Ciencia_da_Informacao_no_Brasil_e_seus_papeis_na_cultura_cientifica). Acesso em: 5 dez. 2020.

SELIGMANN-SILVA, M. A língua adulterada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2000. Caderno Mais, p. 10-11. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1911200007.htm>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SILVA, F. C. T. da. Corpo e negacionismo: a novilíngua do fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019. **Locus - Revista de História**, v. 25, n. 2, p. 307-332, 2019.

SOUSA, J. P. de. Uma breve história do jornalismo no ocidente. **Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação**. Covilhã (Portugal), 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2019.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Trad.: Marina Appenzeller. Campinas (SP): Papyrus, 1988.



Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Traduções  
Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021  
Submetido em: 30/06/2021  
Aprovado em: 02/09/2021

### *Sobre fake news e fake History*

#### *Of fake news and fake History*

#### *De las fake news y la fake History*

Rosali Fernandez de SOUZA<sup>1</sup>  
Rodrigo Aldeia DUARTE<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este trabalho apresenta a tradução para o português de uma compilação de palestras do professor Jason Steinhauer sobre o tema das *fake news* e seu correlato, a *fake History*, conceito criado pelo autor para dar conta da força com que o obscurantismo tem atingido e moldado a visão sobre o passado e a competência em História do público em geral. O artigo analisa correlações entre as duas questões, que enfraquecem sobremaneira a capacidade do público de distinguir informações falsas das reais, e propõe uma estratégia comunicacional proativa por parte dos historiadores, a comunicação histórica, elemento vital para o combate ao discurso falseador e anticientífico presente nos principais meios de divulgação – especialmente nas novas tecnologias, portais de notícias e mídias sociais – que associa acriticamente História e passado.

**Palavras-chave:** *Fake News. Fake History.* Comunicação em História. Competência em História. Competência em informação.

#### **Abstract**

This paper presents the Portuguese translation of a compilation of lectures by Professor Jason Steinhauer on the topic of fake news and its correlate, fake History, a concept coined by the author, to account for the strength with which obscurantism has stricken and shaped the view on the past and the competence in History of the general public. The article analyzes correlations between the two issues that greatly weaken the public's ability to distinguish false from real information, and proposes a proactive communicative strategy on the part of historians, History Communication, a vital element to fighting the falsifying and unscientific discourse present in today's main means of diffusion –

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Polytechnic of North London. Pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT / MCTI. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação IBICT-UFRJ. E-mail: rosali@ibict.br. ORCID: 0000-0002-0890-7999.

<sup>2</sup> Servidor do Arquivo Nacional. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação IBICT-UFRJ. E-mail: rodrigoduarte@an.gov.br. ORCID: 0000-0003-1239-3799.

especially in new technologies, news websites and social media – that uncritically associates History with the past.

**Keywords:** Fake News. Fake History. History Communication. History Literacy. Information Literacy.

### Resumen

Este artículo presenta la traducción al portugués de una recopilación de conferencias del profesor Jason Steinhauer sobre el tema de las fake news y su correlato, la fake History, un concepto creado por el autor para dar cuenta de la fuerza con la que el oscurantismo ha afectado y moldeado la visión del público en general sobre el pasado y la literacia en Historia. El artículo analiza las correlaciones entre ambas cuestiones, que debilitan enormemente la capacidad del público para distinguir la información falsa de la real, y propone una estrategia de comunicación proactiva por parte de los historiadores, la comunicación en Historia, elemento vital para combatir el discurso distorsionador y acientífico presente en los principales medios de difusión – especialmente en las nuevas tecnologías, los portales de noticias y las redes sociales – que asocia acríticamente la Historia y el pasado.

**Palabras clave:** *Fake News. Fake History.* Comunicação em História. Literacia em História. Literacia em Informação.

### Introdução

O presente artigo traz a tradução da compilação de palestras proferidas pelo professor Jason Steinhauer em 2017 a convite da embaixada dos Estados Unidos na Lituânia, sob o título de *Of fake news and fake History*, publicadas originalmente pelo *Foreign Policy Research Institute*. Steinhauer é membro fundador do Centro Lepage para História de Interesse Público, da Universidade Villanova, no estado da Pensilvânia. O Centro Lepage “baseia-se na crença que a pesquisa em História e a perspectiva histórica, quando utilizadas para avaliar questões globais contemporâneas, pode nos auxiliar a tomar melhores decisões e criar uma sociedade melhor” (VILLANOVA UNIVERSITY, 2020). O trabalho de Steinhauer é focado no papel da História e do conhecimento histórico na vida pública. Desde 2014 vem defendendo a noção de comunicação histórica e advogando pela formação de comunicadores históricos, que seriam profissionais responsáveis pela comunicação e divulgação da produção acadêmica da área de História para um público não-especializado no complexo ambiente atual dos meios de comunicação e da veiculação de conteúdo.

Apesar de seu foco específico nas transformações tecnológicas e em seu impacto na divulgação e recepção das informações – e na legitimidade de seus produtores, o artigo permite traçar elos com o conceito de regime de informação, de Bernd Frohmann e com posteriores desenvolvimentos de Maria Nélide González de Gómez. González de Gómez trata o regime de informação como uma ampla “morfologia de rede” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34), caracterizada como “modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43). Frohmann, por sua vez, fala do regime de informação como o fluxo de informações organizado em rede através de canais determinados, produtores específicos, por meio de estruturas organizacionais específicas e voltado a consumidores específicos (FROHMANN, 1995, p. 4). Frohmann salienta ainda que o principal objetivo da pesquisa em política informacional é a acurada representação de regimes de informação (FROHMANN, 1995, p. 5), e ressalta mais à frente que o estudo da informação e da política de informação é fazer intervenções sociais relevantes e inteligentes sobre o exercício de poder e controle sobre a informação (FROHMANN, 1995, p. 11).

Mais do que um fenômeno recente e surpreendente, o autor sugere que as *fake news* são afiliadas a uma tendência já presente na história dos meios de comunicação, de manipulação de informação para atender interesses determinados. Essas ações de manipulação da informação teriam sido bastante amplificadas e adquirido características específicas no atual regime de informação em virtude do estágio de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Deste modo, a urgência e força atuais da questão das *fake news* seriam então fruto das modificações e do desenvolvimento tecnológico em curso, que, por meio das profundas transformações recentes que configuram o atual regime de informação e a maneira com que lidamos com o conteúdo informacional disponível, engendram uma verdadeira guerra entre os meios de comunicação tradicionais e os emergentes arranjos produtivos que se colocam como novos atores na disputa de narrativas e do monopólio da legitimidade informacional. As narrativas sobre a realidade (e também sobre o passado) constituem identidades e modos de compreensão, e a atual disputa discursiva, que é também uma disputa de território e mercado dentro do novo contexto tecnológico e informacional, constituem-se como

marcos de suma importância para entender o quadro presente, em que vicejam visões anticientíficas (como terraplanismo, criacionismo e revisionismo histórico) em detrimento do avanço da ciência e do debate acadêmico qualificado.

Para além da desinformação e manipulação política inerentes às *fake news*, Steinhauer identifica um processo de mistificação do passado e de perda de espaço do discurso histórico acadêmico no debate público como consequência do atual estágio de desenvolvimento tecnológico e da nova lógica comunicacional e discursiva. À emergência deste novo cenário informacional que associa passado e História sem um debate crítico e que utiliza a legitimidade da palavra história para autorizar discursos falseados sobre o passado e, desse modo, influir na construção de identidades, o autor dá o nome de *fake History* (conceito cunhado por Jason Steinhauer e aqui mantido em sua forma original para manter o paralelismo com *fake news* utilizado no título do texto).

A discussão proposta neste artigo é extremamente relevante neste atual momento de prevalência de *fake news* nas mídias sociais e de revisionismo histórico que desinforma o público em geral (como as diversas posições que consideram o nazismo como uma doutrina de esquerda) e revitaliza regimes de exceção (como a atual onda de revalorização da ditadura civil-militar brasileira de 1964), dando ensejo a reinterpretações do passado baseadas mais em preceitos político-ideológicos que em pesquisa científica e argumentos solidamente embasados.

O trabalho de Steinhauer fala também em *historical literacy*, aqui traduzida como “competência em História”. Desse modo, estabelece um diálogo direto com o conceito de competência em informação, amplamente utilizado no campo da Ciência da Informação, cujo surgimento está relacionado com o forte crescimento na produção e coleta de informações a partir de meados do século XX, e da necessidade de gerir, organizar e comunicar essa informação de forma eficiente, tanto entre os próprios órgãos produtores e acumuladores de informações quanto para o público em geral, especializado ou não. A necessidade de melhor organização da informação, a percepção de seu valor intrínseco e organizacional, num contexto de uma emergente era da informação e a identificada falta de capacidades específicas de pesquisa e seleção de informações na população adulta em geral, gerou programas de orientação bibliográfica e iniciativas de educação em bibliotecas, que começavam a ser encaradas como espaços de disseminação

do conhecimento, unidades essenciais de provimento de recursos informacionais para a ciência, e elementos fundamentais dos recentes sistemas nacionais de informação em evolução (DUDZIAK, 2016, p. 24). O excesso de informação produzida e a cada vez maior capacidade tecnológica de apresentá-la em diferentes suportes (impresso, microfilmado, eletrônico), exigia maior capacidade de avaliação da informação e habilidades específicas para lidar com a tecnologia e os meios de apresentação da informação (DUDZIAK, 2016, p. 27). O início de uma iminente revolução informacional e o desenvolvimento tecnológico, que nos empurrava mais e mais em direção a uma nova sociedade de informação, a um novo regime de informação dominante, demonstraram a premência de capacidades específicas para a busca, seleção e uso de informações. O conceito de competência em informação pode ser entendido como “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes direcionado pela necessidade de informação” (DUDZIAK, 2016, p. 36). Nesse sentido, o foco aplicado por Steinhauer com relação à produção de conhecimento em História, a competência em História, seria esse mesmo conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes em função da atenção a necessidades de informação em História. Assim, a competência em História seria uma categoria particular da competência em informação, especificamente a informação de valor histórico ou caráter historiográfico.

O novo papel do historiador inserido no atual regime de informação, o comunicador histórico, segundo o autor, deve ser o de estimular e desenvolver a competência em História no conjunto da sociedade, para além do domínio do público especializado, por meio de uma comunicação ágil e estratégica, com vistas a enfrentar a *fake History*. Porém a capacidade de avaliar a verossimilhança de informações relativas ao passado exige, além de competência formal na leitura e compreensão da informação, bem como no manejo das tecnologias específicas para o acesso e compartilhamento, uma postura crítica de análise. Compreender a informação em seus distintos contextos (sociais, culturais, econômicos, políticos, etc.), mas também as relações de poder e dominação inerentes às práticas informacionais, seja em seu nível semântico, do conteúdo, seja na arquitetura utilizada pelos distintos sistemas e algoritmos que processam e disponibilizam informação, compreendidas no contexto do regime de informação atual. Nesse sentido, a competência em História e a ação dos comunicadores históricos de Steinhauer aproxima-

se mais da noção de competência crítica em informação, que reforçaria tanto a urgência de “práticas menos mecânicas e entendimentos mais centrados no indivíduo” quanto de “adoção de uma perspectiva ‘crítica’” às práticas correntes da competência em informação (BEZERRA, 2019, p. 56-57). A competência crítica em informação seria assim uma “ampliação do conceito e do papel social da competência em informação” (BEZERRA, 2019, p. 59), em sentido semelhante ao que o autor defende quando fala em competência em História.

Apresentamos a seguir a tradução do texto *Of fake news and fake History*, de Jason Steinhauer. As citações feitas no texto original foram traduzidas em conjunto com o restante do texto e mantidas no formato utilizado pelo autor. As palavras em negrito representam destaques feitos pelo autor no texto original. Optamos por não traduzir as expressões *fake news* e *fake History* por entender que a primeira já está incorporada ao português como conceito, e para manter um paralelismo entre as duas.

### **Sobre fake news e fake History: a crise das fake news**

Parece que estamos em meio a uma crise de informação – ou melhor, uma crise de desinformação. A epidemia foi apelidada de “*fake news*”, um termo inicialmente cunhado pelos meios de comunicação para descrever artigos publicados na internet por sites de integridade questionável. O termo foi então voltado contra a própria mídia, pelo menos nos EUA, pelo conservadorismo político instituído – incluindo o atual<sup>3</sup> presidente Donald Trump que sustenta acusações de “imprensa tradicional de *fake news*” contra empresas como *CNN*, *Washington Post*, *New York Times*, entre outros. Agora temos uma constante ida e vinda na esfera pública: a mídia tradicional acusa os noticiários online de ser falsos, e os políticos, a seu turno, acusam a mídia de ser falsa.

Para a mídia, o termo *fake news* é um conveniente espantalho para uma indústria agarrando-se ao próprio futuro. De janeiro de 2001 a setembro de 2016<sup>4</sup>, a indústria de jornais impressos dos EUA perdeu mais da metade de seus empregados, de 412000 para 174000. Em contraste, o emprego em portais de publicações e busca na internet subiu de

---

3 Donald Trump ainda era presidente dos EUA no momento da publicação do texto original.

4 Conforme <https://www.bls.gov/opub/ted/2017/newspaper-publishers-lose-over-half-their-employment-from-january-2001-to-september-2016.htm>.

67000 em janeiro de 2007 para 206000 em setembro de 2016. Como defender a própria existência se a tecnologia pode estar tornando-a obsoleta? Proclamando-se que os competidores são “fake” – sem credibilidade, não confiáveis, inferiores – e clamando para si o título de “reais”: autênticos, veneráveis, defensores de normas e valores institucionais. Mark Thompson, presidente e CEO do *The New York Times Company*, apresentou essa argumentação no Clube Econômico de Detroit em dezembro de 2016. O tema de sua apresentação era *fake news*. Sua solução? Assinar o *Times*, *Washington Post*, *Wall Street Journal*, e outros. “Se o cidadão é preocupado com *fake news*, que ponha o dinheiro onde sua boca está e pague pelo produto autêntico”, ele concluiu<sup>5</sup>.

A preocupação da imprensa norte-americana com *fake news* é, em parte, manifestação de uma ansiedade dos editores da imprensa tradicional na batalha contra a influência de *Facebook*, *Google*, *Twitter* e outros portais de notícia online. Sempre houve *fake news*, muito antes dos jornais modernos nascerem, e continuará existindo *fake news* mesmo após seu fim. Assinar o *New York Times*, por si mesmo, não resolverá o problema. Em 1807 o presidente norte-americano Thomas Jefferson reclamou<sup>6</sup> sobre a veracidade dos jornais numa carta para John Norvell, afirmando que “Não se pode acreditar em nada que se vê em um jornal” e que “o homem que nunca olha um jornal é mais bem informado que aquele que os lê”. Isso nos lembra que na época de Jefferson os jornais dos EUA não tinham pretensão de ser objetivos: ao contrário, eram porta-vozes de interesses políticos e, na verdade, jornais partidarizados que auxiliaram Jefferson a vencer a presidência sobre John Adams em 1800 – frequentemente utilizando práticas que Jefferson posteriormente condenaria. Nos anos 1830, houve um famoso “boato lunar”, do jornal *New York Sun*, que afirmara ter evidências da vida na lua. Esse foi, talvez, o epítome das *fake news*. Apesar disso, ajudava a vender jornais. E aqueles que conhecem a guerra Hispano-americana sabem que os jornais norte-americanos da época estavam recheados de relatos falsos de crueldade espanhola em Cuba, sem mencionar reportagens enganosas sobre a explosão do navio *USS Maine*. Suas reportagens ajudaram a impulsionar os EUA à guerra contra a Espanha. Mesmo antes dos jornais, em sociedades em que o letramento não era

---

5 Conforme <https://www.nytc.com/press/mark-thompson-delivers-speech-on-fake-news/>.

6 Conforme [https://press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/amendI\\_speechs29.html](https://press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/amendI_speechs29.html).

amplamente disseminado, desinformação, informação falsa e “*fake news*” circulavam por rumores, histórias orais, canções, cartas, panfletos, imagens e relatos<sup>7</sup>. Nos EUA, as *fake news* não estão confinadas apenas ao mundo gráfico; por uma geração, programas de rádio e televisão espalharam teorias da conspiração e informações de integridade questionável, tanto que ajudaram a criar um gênero satírico de “*fake news*” dando origem a formatos como os de *The Onion*, *The Daily Show* e *The Colbert Report*. Informação falsa, disseminada para alcançar objetivos políticos, ideológicos, financeiros ou humorísticos não é novidade e irá continuar a despeito do meio de comunicação utilizado.

A crise de nossa geração com as *fake news* é uma questão tecnológica – semelhante à maneira como a imprensa, os tabloides, o rádio e a televisão alteraram o cenário informacional antes de nós. Nossa tecnologia é a internet, e é a penetração, viralidade e velocidade da Rede Mundial de Computadores (*World Wide Web*) que engendrou nossa urgência sobre as *fake news* hoje em dia. A rede e as mídias sociais são ferramentas poderosas que podem espalhar *fake news* por todo planeta em um instante. Elas também podem espalhar os fatos que as refutam. Como qualquer ferramenta, o desafio é garantir que se possa educar as pessoas que a utilizam, mesmo durante o aperfeiçoamento da própria ferramenta. Em 2016, o Grupo de Educação Histórica de Stanford publicou uma pesquisa de 18 meses com mais de 7000 estudantes norte-americanos que revelou que a capacidade dos alunos de raciocinar sobre a informação da internet é desoladora. Os estudantes não conseguiram distinguir uma matéria de um jornalista de uma peça publicitária, e, de modo geral, não tomam tempo para investigar se um site ou uma conta de mídia social tem inclinações ou interesses ocultos. A questão, parece, é menos o que fazer sobre as *fake news*, e mais o que fazer com cidadãos que não possuem os instrumentos ou habilidades para reconhecê-las – ou pior, preferem-nas porque se alinham ou reforçam seus pontos de vista. Para citar o filósofo Michael Lynch, a internet é “tanto o melhor verificador de fatos do mundo quanto o maior reafirmador de preconceitos do mundo – frequentemente ao mesmo tempo”.

---

7 Ver, por exemplo, Krisna Ruethe-Orihuela & Cristina Soriano, “Remembering the Slave Rebellion of Coro: Historical Memory and Politics in Venezuela,” *Ethnohistory* 63:2 (Abril 2016) doi 10.1215/00141801-3455331.



### **Fake history: A crise menos conhecida**

As consequências das *fake news* são muito reais. Informações imprecisas ou propositadamente enganosas nos meios de comunicação têm o poder de influenciar nossa política, nossos governos e as políticas que criamos para o futuro. No longo prazo, contudo, é a informação sobre o passado que tem o poder para moldar nossas identidades, nossas nações, nossas instituições e nossas opiniões sobre outros. Todo zelo para combater as “*fake news*” tem que ser complementado com um igual – senão maior – zelo para enfrentar a “*fake History*”. “*Fake History*” é um fenômeno de longo prazo que tem emergido ante nossos olhos. E de modo distinto de como as “notícias reais” contrapõem-se às “*fake news*” todo dia na esfera pública, a “história real” que se contrapõem à “*fake History*” desapareceu gradualmente da vista do público.

Para destacar esta discussão, gostaria de lembrar um artigo opinativo do colunista do *New York Times* Nicholas Kristof em fevereiro de 2014. No artigo intitulado “*Professors, We Need You!*”<sup>8</sup>, Kristof lamentava que os acadêmicos são largamente invisíveis na esfera pública. Sua invisibilidade não é, segundo Kristof, um problema para os próprios acadêmicos. É um problema para os EUA. Para Kristof, os EUA – as instâncias decisórias do Estado e a nação em sentido mais amplo – necessitam das mentes acadêmicas para formulação de políticas sensatas e ajudar a resolver problemas sociais urgentes. Ao confinar sua sabedoria aos periódicos científicos e enterrar suas ideias sob um linguajar inacessível, os intelectuais fizeram um desserviço a si mesmos, ao planejamento de políticas públicas e ao povo norteamericano. A sociedade teria muito a enriquecer-se com a contribuição das melhores mentes do país lidando com as questões mais iminentes da nação.

A coluna de Kristof tornou público um sentimento que vem crescendo há bastante tempo na última geração: notadamente que a academia tornou-se tão especializada e cheia de jargões que deixou de ter real conexão com o mundo. A História acadêmica não é uma exceção. Ao longo de uma geração, os historiadores deslocaram-se para a hiperespecialização, pesquisando assuntos de limitado (ou nenhum) atrativo para

---

8 Conforme [https://www.nytimes.com/2014/02/16/opinion/sunday/kristof-professors-we-need-you.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2014/02/16/opinion/sunday/kristof-professors-we-need-you.html?_r=0).

o público; e consumidos por revisões por pares e provas de títulos às expensas do interesse público. Não coincidentemente, a produção acadêmica de história praticamente desapareceu da esfera pública. Os historiadores publicam fervorosamente, mas cada vez menos público não especializado está lendo. A média de vendas de uma monografia acadêmica é atualmente estimada em algumas centenas de cópias<sup>9</sup> — no melhor dos casos<sup>10</sup>. Um estudo de 2014 chegou à conclusão que em média um artigo acadêmico era lido integralmente por 10 pessoas. Quase 1,5 milhões de artigos revisado por pares são publicados anualmente – 82 por cento dos de humanidades não são citados nenhuma vez. Ninguém faz referência a 32 por cento dos artigos revisados por pares em ciências sociais. Por mais brilhante que seja a pesquisa acadêmica, sua visibilidade e influência no mundo afora é, infelizmente, quase sempre mínima<sup>11</sup>.

Uma decorrência dessa retração é uma indiscriminada escassez de “competência em História” na sociedade. Eu evito falar em “perda” de competência em História porque não estou convencido que nós nos EUA já tenhamos tido muito disso no passado, nem estou preparado para dizer que o nível atual de competência em História nos EUA é menor que o de gerações anteriores. Mas do mesmo modo que a imprensa escrita está em estado de ansiedade em relação aos padrões que está lutando para manter, também a História está num estado semelhante. Os norte-americanos simplesmente não sabem – ou não se esforçam para reconhecer – “boa” História da “ruim”, pesquisa acadêmica séria de mitos populares. Como resultado, o que queremos dizer com a palavra “História”, o que a palavra significa, o que ela abrange, o que se apresenta como História, e, de maneira mais crítica, como ela é comunicada, todos esses elementos estão movendo-se rapidamente sob nossos pés. O que a História passou a significar desde sua organização como profissão na segunda metade do século XIX – uma disciplina interessada no criterioso uso de evidências para tecer comentários interpretativos sobre o passado – está evoluindo ante nossos olhos.

---

9 Conforme <https://academicmatters.ca/reflections-on-university-press-publishing/>.

10 Harnum afirma que as vendas por monografia estavam entre 300 e 400 cópias em 2007; estima-se que sejam ainda menores hoje.

11 Estatísticas tiradas de “Prof, no one is reading you,” The Strait Times, 11 de abril de 2015. Acesso em 2 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/news/opinion/more-opinion-stories/story/prof-no-one-reading-you-20150411>.

Para entender isso é necessário que façamos a distinção entre o passado e a História. O passado compreende o infinito número de eventos que ocorreram antes do momento atual. Ao ler essa frase, estamos no presente. E agora? A leitura daquela frase anterior está no passado. O passado – o que os humanos fizeram até este momento – continua um tópico de infinito interesse para os seres humanos. O problema é que passado e história, apesar de não serem sinônimos, são usados de modo intercambiável nos EUA de hoje. A História lida com a interpretação de coisas que ocorreram no passado. Mais precisamente, a História lida com a interpretação de coisas que **de fato** aconteceram. Historiadores chamam essas coisas de fatos. Os historiadores comprovam os fatos com **evidências**: documentos ou outros elementos que provam com alguma certeza que eventos de fato ocorreram. A História tem interesse em evidências: apresentá-las e explicá-las. E eis onde surge o obstáculo. Pois nem todos irão olhar os fatos e evidências e propor a mesma explicação sobre como e porque uma coisa aconteceu da maneira que aconteceu. Historiadores no futuro podem achar cópias de meus escritos e usá-las como evidência para sugerir que, de fato, durante minha vida, eu escrevi sobre História. Mas esses historiadores do futuro podem discordar sobre a **razão** pela qual eu escrevia. Alguns podem considerar a hipótese que foi minha carreira na Biblioteca do Congresso que me motivou. Outros podem dizer que, na verdade, foi a experiência de minha família no Holocausto. Cada um desses argumentos estaria baseado em **evidências**, e ofereceria uma interpretação do **fato** de minha escrita no **contexto** maior de minha vida e do mundo à minha volta. Assim, como escreveu John Arnold, “A História é acima de tudo um debate. Debates são importantes, eles criam a possibilidade de modificar as coisas”<sup>12</sup>. Como a História lida com interpretações de eventos passados balizados em evidências – e como novos eventos estão sempre acontecendo e novas evidências são sempre encontradas – a História é um debate contínuo e dinâmico que busca compreender a infinidade de ações humanas que ocorreram antes do momento atual e tiveram um efeito determinante em nossa situação de hoje. Apesar de ambos terem seu valor e serem interessantes, a História é bem mais que uma mera narrativa sobre o que aconteceu no passado.

---

12 John H. Arnold. *History A Very Short Introduction*. Oxford University Press (Oxford: 2000), p.13.

Eu sugeriria que muitos norte-americanos não conseguem diferenciar passado e História. Isso é evidente na televisão, na qual temos nos EUA um canal de História cuja programação agora inclui “*Pawn Stars*”, “*Swamp People*”, “*Counting Cars*”, “*Ax Men*” e “*The Marijuana Revolution*”<sup>13</sup>. Uma porção significativa da programação do *History Channel* é, em verdade, histórias de pessoas que vivem no presente, e há muito pouca interpretação baseada em evidências. Na rede, existem contas de mídias sociais como @HistoryInPics que ostenta mais de 4 milhões de seguidores<sup>14</sup>. @HistoryInPics publica fotos tiradas no passado sem interpretação, com legendas muitas vezes informais e nem sempre baseadas em evidências, e em algumas oportunidades imagens que são verdadeiramente ficcionais, e portanto não são história porque não representam interpretações de eventos que tenham de fato acontecido<sup>15</sup>. Nossos navegadores têm uma ferramenta de “histórico de navegação”, que é simplesmente uma lista de sites que visitamos no passado (isso pode parecer uma crônica, definida pelo Dicionário *Webster* como descrição de eventos na ordem em que ocorreram, mas na realidade lembra mais o que chamamos de lista). Nossas contas de Gmail têm uma função “arquivo” – mas um arquivo funciona conforme práticas bem estabelecidas de integridade arquivística e é organizado e descrito segundo rígidos padrões arquivísticos. O Arquivo Nacional dos EUA descarta mais de 90 por cento do material que coleta, enquanto o Gmail, contraditoriamente, afirma que seus usuários jamais terão que apagar qualquer coisa. A função “arquivo” do Gmail é na verdade o oposto de arquivamento de muitas maneiras. A função “arquivo” seria melhor nomeada como “mover” – i. e. você move seus e-mails de um espaço de armazenamento virtual para outro.

Há razões para que os navegadores usem o termo “história”, para que o Gmail use o termo “arquivo”, e por que o @HistoryinPics não tenha escolhido o nome @ThePastInPics. Existe uma razão pela qual os famosos escritores norte-americanos David McCullough (jornalista de formação), Michael Beschloss (que tem um título em negócios por Harvard) e Doris Kearns Goodwin (uma ex-agente do governo norte-

---

13 Séries e filmes veiculados no canal History Channel

14 Contagem de seguidores em 19 de junho de 2017. Fonte: <https://www.Twitter.com/HistoryInPics>.

15 Um exemplo: @HistoryInPics publicou uma foto de John Lennon tocando violão com Che Guevara. Não existe indício que os dois tenham se conhecido, e foi confirmado que a fotografia foi manipulada.

americano) chamam a si mesmos de historiadores e não, simplesmente, escritores. É porque a terminologia de História carrega conotações de autoridade, credibilidade e reverência. Mesmo assim, ironicamente muito do que envolve o passado na cultura convencional norte-americana não seria considerado histórico – pelo menos não no sentido que a profissão de historiador define. Não coincidentemente, pouco do que envolve o passado na cultura convencional envolve os historiadores. Mesmo que o trabalho de um historiador encontre visibilidade pública, em geral não é o historiador a pessoa celebrada por isso. Normalmente é um jornalista ou dramaturgo que guia a conversa – alguém que tenha uma plataforma pública, acesso a uma audiência, e credibilidade comunicativa com sua audiência. Celebidades da mídia como Glenn Beck e Bill O'Reilly têm livros de história campeões de venda, que em muito superam aqueles escritos por historiadores acadêmicos<sup>16</sup>. Empresas da lista Fortune 500 usam fotografias antigas – algumas em domínio público, outras não – visando manipular as interações na rede, aumentar os acessos e maximizar os dólares gastos em propaganda. Governos e mandatários classificam suas políticas como sendo “históricas” numa maneira de pré-certificar sua relevância duradoura. A História está aparentemente em todo lugar e em lugar algum. Essa é a “História” hoje em dia nos EUA. Consequentemente, não deveria ser surpresa que muitos norte-americanos não tenham a habilidade de distinguir a História boa da ruim.

### **Comunicação em História**

A História – a interpretação analítica do passado baseada em avaliações críticas de evidências – está sendo transformada por nossa revolução das comunicações. Num mundo em que recebemos a maior parte das informações de meios visuais como a web, a televisão, e aparelhos de telefonia móvel – e no qual cedemos aos criadores e usuários dessas plataformas a autoridade para ditar aquilo que devemos ou não dar atenção – o que passa por História é, no mais das vezes, fragmentos de informação sobre o passado difundidos na web, tirados de contexto, desprovidos de análise, e direcionados a

---

16 Esta observação foi apontada no encontro anual de 2015 em New York da Associação Histórica e repetida no mesmo encontro em 2016. Para fontes, ver a listagem do Bookscan dos maiores best-sellers de História de 2014. A lista inclui também Howard Schultz, CEO da Starbucks.

promover interesses políticos, ideológicos, financeiros ou pessoais. Do mesmo modo que esse ambiente teve um efeito transformador naquilo que se convencionou chamar jornalismo e notícia, também teve um efeito transformador naquilo que se convencionou chamar História. Ele cria as condições para a “*fake History*” crescer. Se os historiadores quiserem reivindicar a definição de História e inculcar competência em História em nossas populações, terão que vagar brava e confiantemente por este complexo ambiente de comunicação. Muitos já estão fazendo isso, tentando resgatar a História real da *fake History* do mesmo modo que jornalistas estão tentando resgatar notícias reais das *fake news*.

Combater essa situação não será fácil e irá demandar uma estratégia de múltiplas vertentes. Muitas das estratégias utilizadas para identificar e sinalizar matérias com *fake news* também podem ser efetivas para identificar *fake History*. Quase todas essas estratégias estão sendo dirigidas por profissionais de tecnologia; empresas como *Google* e *Facebook*, ou vigilantes como os *Baltic elves*<sup>17</sup> identificam desinformação na rede e a refutam – uma abordagem reativa. Mas os historiadores e intelectuais também têm um papel: uma abordagem proativa. Temos que saturar a televisão, a web e mídias sociais com História real e trabalho acadêmico honesto. Não é suficiente para historiadores escrever uma monografia de 400 páginas e confiar que representantes eleitos e demais cidadãos a lerão. Os historiadores precisam adaptar-se aos deslocamentos sísmicos na comunicação e às novas formas pelas quais as pessoas comunicam-se via TV, web e dispositivos móveis. Os historiadores precisam reconquistar quotas no mercado de ideias e no mercado da atenção do público – e para fazê-lo será necessário modificar como e onde comunicamos nossa produção intelectual, ao mesmo tempo que replicarmos nosso conhecimento através de múltiplos meios e liberando-o das barreiras econômicas do acesso pago. Numa era em que constantes demandas colocam-se sobre o tempo, as mentes e os globos oculares das pessoas, as regras de mercado infelizmente aplicam-se à História. E historiadores acadêmicos têm uma porcentagem muito pequena da fatia do mercado de informação nos EUA. *Wikipedia*, *Google*, Glenn Beck, Michael Beschloss e

---

17 Nome pelo qual são conhecidos os grupos de voluntários de países bálticos que se dedicam a combater propaganda e fake news de suposta origem russa na web (Nota dos Tradutores).

@HistoryInPics têm mais – e tomados em conjunto têm consideravelmente mais. Para reconquistar as quotas, os historiadores devem comunicar conteúdo de maneira apropriada ao meio e que dialogue com audiências além da academia. Mais significativamente, toda uma geração de nativos digitais necessita que lhes seja demonstrado de que consiste a boa História. É preciso mostrar a eles que o conhecimento bom e honesto, que interpreta criticamente os eventos passados, vale seu tempo e atenção – e que se ocupar deste material os fará mais espertos, mais bem informados e mais aptos a tornar o mundo melhor. Tal é a espantosa tarefa com que se deparam agora os historiadores.

Como a História é comunicada terá um efeito determinante sobre o futuro da profissão. Por mais que nós historiadores valorizemos as monografias e artigos científicos, também teremos que adotar vídeos na web, listas, conhecimento colaborativo, *GIFs*, memes, *podcasts*, *blogs*, mídias sociais, imagens, *emojis* e mais – e incentivar e premiar historiadores por usarem esses meios. Por esta razão, eu e outros propusemos que a História necessita de comunicadores em História, e criamos o campo da Comunicação em História. Da mesma forma que a ciência tem comunicadores em Ciência, os comunicadores em História, como seus equivalentes da área científica, são historiadores que vão além dos muros das universidades e instituições para participar de debates públicos; envolvem-se em conversas com formuladores de políticas públicas e com o público; comunicam a História num tom envolvente que desperte interesse massivo transversalmente, seja em meio impresso, vídeo ou áudio; e militam por decisões políticas instruídas por pesquisa histórica. Comunicadores em História ensinam competência em História: a análise crítica das fontes, argumentação e contra argumentação, como avaliar evidências e como provar uma hipótese. Mais importante, comunicadores em História defendem a História contra simplificação, desinformação ou propaganda, e explicam conceitos históricos básicos que nós da profissão tomamos por óbvios. Comunicadores em História são historiadores e comunicadores hábeis. Eles são cativantes. São dinâmicos. Contam histórias, manejam metáforas e analogias de modo eficaz, são sucintos e são capazes de depurar ideias complexas em linguagem acessível. São retóricos habilidosos, brilhantes oradores, e têm a capacidade de conectar-se tanto emocionalmente quanto intelectualmente com as plateias. São hábeis nos modos de persuasão, não

somente recorrendo à lógica e ao raciocínio, mas também ao caráter, valores e emoções das audiências. São capazes de comunicar-se por diversos meios e têm uma forte presença em mídias sociais. Eles são diversificados, tanto em idade, etnia e aparência. São um tipo de historiador diferente do que a profissão produziu até hoje.

### **Uma chamada para ação**

Já vimos o que ocorre quando há uma carência generalizada de competência em História numa população. Não é somente que membros do governo e candidatos a cargos políticos falem descuidada e perigosamente sobre o passado, ou que agentes do Estado utilizem falsidades para deliberadamente semear instabilidade numa região. É também o fato de cidadãos terem falta de habilidade, motivação, e autoconfiança intelectual para desembaraçar mito de fato, ideologia de pesquisa honesta. É isso que deve nos compelir a agir. Da mesma forma que as *fake news* nunca deixarão de existir, a *fake History* também não vai desaparecer. Autoritários e demagogos continuarão a usar o passado como meio de incitar e dividir a sociedade. Precisamos de História real que confronte essa situação, comunicada ampla, popular e efetivamente – e a sabedoria para poder diferenciar entre os dois.

### **Considerações finais dos tradutores**

O artigo do professor Steinhauer toca em questões importantes sobre as *fake news* e a *fake History*, em especial sua força no contexto informacional vigente e as possíveis ações para mitigar seus impactos e suas possíveis consequências na estrutura social e nos meandros do debate político. A desinformação, seja sobre questões do presente, seja sobre o discurso sobre o passado, assume cada vez mais um caráter ativista em nome de interesses político-ideológicos pouco afeitos à veracidade e à integridade dos fatos e aos dados de pesquisa disponíveis.

A discussão sobre competência em História, entendida como parte integrante da discussão mais ampla sobre competência em informação, é de fundamental importância para o atual quadro de guerra de narrativas no meio político e social ocasionado pela nova configuração do regime de informação e pela estrutura sociotécnica que se vem construindo a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.



O maior compartilhamento de informações legítimas oriundas de pesquisa criteriosa, o alcance e a visibilidade do discurso acadêmico qualificado e seu impacto no debate público, são fundamentais para uma discussão salutar e honesta sobre os mais variados temas. Porém, esse maior impacto da discussão acadêmica no debate público exige que a produção acadêmica seja melhor comunicada ao público não-especializado. Desse modo, o autor Steinhauer sustenta a necessidade de formação de um novo tipo de profissional no cenário da relação entre a produção acadêmica e a arena pública: o comunicador histórico. Esse novo profissional, parte comunicador parte historiador, armado tanto com a fluidez e as estratégias comunicacionais adequadas à nova realidade dos regimes de informação atuais e da cultura de compartilhamento das mídias sociais, quanto com os elementos argumentativos do discurso acadêmico legítimo, é um agente fundamental na intermediação entre a academia e a sociedade.

No atual cenário brasileiro, em que recentemente o revisionismo histórico vem ganhando tanta força e em que obras de divulgação sem embasamento científico ajudam a moldar a identidade e a competência em História, é forçoso que a academia recupere a legitimidade e a autoridade sobre o discurso histórico, sem, contudo, descuidar da linguagem e das estratégias comunicacionais adequadas à nova realidade informacional. A luta pela valorização da Universidade e da produção científica não pode descuidar das linguagens atuais e da competência em informação (ou em História) do conjunto da sociedade, que vem sendo assolada por informações pseudocientíficas e pseudojornalísticas que assumem cada vez mais caráter de legitimidade. A atual onda orquestrada de desinformação, a serviço de interesses políticos e ideológicos, tem contaminado o debate público de forma avassaladora. Segundo os argumentos de Steinhauer, esta nova e ameaçadora realidade precisa ser duramente combatida na mesma moeda, com uma comunicação ágil, fluida e em consonância com o quadro atual do desenvolvimento tecnológico e do regime de informação. Só assim, na visão do autor, seria possível reagir à epidemia de *fake news* e *fake History* que vivemos atualmente.

Em sua chamada para ação, Jason Steinhauer propõe aos historiadores que reassumam o protagonismo perdido para as mídias sociais no discurso sobre as interpretações do passado, entendido como central na questão da identidade e das visões possíveis de alternativas de futuro. O debate social e político, que hoje se encontra

fortemente preso ao debate sobre a veracidade das informações disponíveis, carece de maior interlocução com o debate científico e acadêmico que deve servir de base e insumo para a formulação de políticas públicas e para a conformação de discursos.

## Referências

BEZERRA, Arthur. **Teoria crítica da informação**: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, Arthur; *et al.*. *iKritica: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 15-72.

DUDZIAK, Elisabeth. **Políticas de competência em informação**: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In: ALVES, Fernanda; CORRÊA, Elisa; LUCAS, Elaine (orgs.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-50.

FOREIGN POLICY RESEARCH INSTITUTE. **A Nation Must Think Before it Acts: Of Fake News and Fake History** Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2017/06/fake-news-fake-history/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

FROHMANN, Bernd. **Taking information policy beyond information science**: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta. *Proceedings...* Alberta, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n.3, 2012.

VILLANOVA UNIVERSITY. **About Villanova University**. Disponível em: <<https://www1.villanova.edu/villanova/artsci/lepage/about.html>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

## Ana Regina Rêgo: uma rede para combater a desinformação

*Ana Regina Rêgo: a network to fight disinformation*

*Ana Regina Rêgo: una red para combatir la desinformación*

Rogério CHRISTOFOLETTI<sup>1</sup>

### Resumo

A professora Ana Regina Rêgo, da Universidade Federal do Piauí, coordena a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), coletivo de iniciativas acadêmicas, profissionais e ativistas que produzem e apresentam soluções para enfrentar boatos, narrativas enviesadas e falsidades. Nesta entrevista, feita em junho de 2021 por e-mail, a pesquisadora descreve o funcionamento desse coletivo que já tem mais de 120 parceiros espalhados pelo país, e aponta alguns dos principais desafios no combate às mentiras e à manipulação informativa, como as estratégias do capitalismo de vigilância, adotadas pelas grandes plataformas digitais.

**Palavras-chave:** Desinformação. Big techs. Capitalismo de vigilância.

### Abstract

Ana Regina Rêgo is a professor at the Federal University of Piauí and heads the National Network to Combat Disinformation (RNCD), a hub of academic, professional and activist initiatives that face rumors, biased narratives and falsehoods. In this interview, carried out in June 2021 by email, the researcher describes the functioning of the network, which already has more than 120 partners throughout Brazil, and points out some of the main challenges in combating lies and informational manipulation, such as the strategies of capitalism in surveillance, adopted by the big techs.

**Keywords:** Disinformation. Big techs. Surveillance capitalism.

### Resumen

Ana Regina Rêgo es profesora de la Universidad Federal de Piauí y lidera la Red Nacional de Combate a la Desinformación (RNCD), un colectivo de iniciativas académicas, profesionales y activistas que producen y presentan soluciones para enfrentar rumores, narrativas sesgadas y falsedades. En esta entrevista, realizada en junio de 2021 por correo electrónico, la investigadora describe el funcionamiento de este colectivo, que ya cuenta con más de 120 socios en Brasil, y señala algunos de los principales desafíos en el

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq (PQ-2). E-mail: rogerio.christofoletti@ufsc.br. ORCID 0000-0003-1065-4764.

combate de la mentira y la manipulación informativa, como las estrategias del capitalismo de vigilancia, adoptado por las grandes plataformas digitales.

**Palabras clave:** Desinformación. Plataformas digitales. Capitalismo de vigilancia

### **Apresentação**

A difusão massiva de conteúdos que distorcem, falseiam e desorientam tornou-se uma das principais preocupações sociais da atualidade. Se boatos simples já causavam transtornos coletivos, campanhas bem-estruturadas e amplamente distribuídas podem contribuir com o espalhamento do caos, o aumento dos discursos inflamatórios e o esgarçamento do tecido social. O alerta sobre o perigo da desinformação já soou nas empresas, nos governos e entre cidadãos mais comprometidos e atentos à deterioração da democracia e de valores como a verdade factual, o conhecimento científico e a informação jornalística de interesse público.

Não se trata de uma ameaça restrita a um país nem circunscrita a um modo de vida. Sob os rótulos da “pós-verdade” ou da “desordem informativa”, o fenômeno tem volume, dinâmica e capilaridade inéditos, contaminando todas as geografias, infiltrando-se e corrompendo comportamentos e culturas. Pior ainda: replicou o DNA do capitalismo, apropriando-se de suas características mais nefastas, convertendo-se numa forma de exploração e de extração de rentabilidade de grande parte da população mundial. O capitalismo de vigilância está por trás do sucesso dos maiores conglomerados digitais do planeta, e ele se aproveita dos dados pessoais dos sujeitos, gerando perfis sociais, políticos e de consumo, todos monitoráveis e todos controláveis por meio de sofisticadas estratégias de manipulação informativa e indução comportamental.

Se a vida contemporânea quase não pode mais ser sustentada *off-line*, como escapar de armadilhas que sequestram nossos dados, monetizam nossas vidas, e desviam nossos olhares para miragens e mentiras? Como enfrentar um cenário coalhado por um sólido e opaco ecossistema de desinformação? Que soluções podem ser pensadas a partir dessa realidade?

Os questionamentos são angustiantes e inadiáveis e, por isso, recorreremos a uma resposta concreta e atual: a Rede Nacional de Combate à Desinformação. Criada em 2020

por um punhado de pesquisadores, hoje reúne mais de 120 iniciativas de dentro e fora da academia, que fazem um corajoso enfrentamento das narrativas mentirosas e dos discursos inflamatórios. A professora Ana Regina Rêgo coordena a RNCD e, na entrevista a seguir, conta como funciona a rede e que resultados vem-se colhendo com o trabalho de revelar, desmentir e contrapor.

**R.CHRISTOFOLETTI:** *Como surgiu a ideia de uma rede de combate à desinformação nesses moldes?*

**A.R.RÊGO:** Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para a entrevista. É sempre muito bom ter espaço para uma boa interlocução, assim como, para divulgar, não somente o trabalho da RNCD, mas o que a rede representa e sua conformação em parcerias.

A Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD) nasceu inicialmente de um primeiro desenho que surgiu ao longo da pesquisa que fiz para o Pós-Doutorado na UFRJ em 2019. Os resultados da pesquisa que deram origem ao livro *A construção intencional da ignorância* apontavam para o fato de que era e ainda é necessária uma reação em cadeia ao fenômeno social da desinformação em nosso país. Algo que tem provocado transformações políticas complexas e que se aproxima do *Ur-fascism* no sentido de Umberto Eco (2018), e, que em outra frente, neste momento de pandemia, tem levado pessoas a evitar medidas que poderiam salvar vidas.

Posteriormente, terminei inserindo a ideia da rede no que seria um passo inicial para um projeto de pesquisa maior desenvolvido para o CNPq e que, apesar de aprovado, ficou entre os que não foram contemplados com recursos. No início de 2020, tentei criar uma rede de monitoramento e checagem de fatos no Projeto Mandacaru, onde atuei por alguns meses na condição de voluntária e que era um projeto vinculado ao Comitê Nordeste de Combate à Covid, que por sua vez, era uma iniciativa do Consórcio de Governadores do Nordeste. Não obtive êxito por lá e resolvi retornar ao campo da Comunicação onde amigos e muitos conhecidos

abraçaram a ideia, que consiste na simples intenção de um “dar as mãos”, unir os trabalhos que já desenvolvemos em nossos lugares, dando a conhecer em uma dimensão muito maior, formando uma corrente de enfrentamento ao ecossistema da desinformação.

**R.CHRISTOFOLETTI:** *Como a rede pode contribuir para o enfrentamento da desinformação no Brasil?*

**A.R.RÊGO:** Antes de falar das contribuições da RNCD Brasil, vou entrar rapidamente em uma discussão conceitual de que se ocupa a academia no momento e que eu, particularmente, procuro respeitar todos os pontos, contudo, tendo como horizonte a visibilidade da desinformação não como conceito e sim como fenômeno social que em si, se interliga ao fenômeno da informação, se localizando como seu outro lado, o que consegue sucesso exatamente quando se passa por seu lado de “luz”, a informação, que em si, deveria se consumir como conhecimento comunicado e não como veículo de propagação de narrativas que constroem (RÊGO; BARSOSA, 2020) ou mantêm (BURKE, 2021) um tipo específico de ignorância social coletiva. É certo que alguns pensadores como Igor Sacramento (2021) e Wilson Gomes (2021) esclarecem sobre a importância de não se perder de vista a nomenclatura *fake news*, mas mesmo assim, me sinto muito mais inclinada a manter as *fake news* como parte do fenômeno, mantendo ainda uma concordância com Peter Burke (2018) que já alertava para a potencialização da mentira. No Reino Unido, Wardle e Derakhshan (2017) cunharam uma tríade de conceitos para dar conta do que denominaram de “desordem informacional” e que, a meu ver, ainda não são suficientes. Eles tratam de “disinformation”, “misinformation” e “mal-information”, visto que o fenômeno possui lugares e morfologia mutantes. No que concerne ao *locus* de produção, há um mercado pujante e lucrativo; há ainda uma grande parcela da população que, dominando os meios de produção de conteúdos, também se dedica a produzir desinformação e há, sobretudo, uma grande parcela da população brasileira que consome desinformação sem praticar

nenhum movimento mínimo de criticidade ou de levantamento da dúvida. Quanto à morfologia, temos observado a complexidade na composição das narrativas cada vez mais híbridas. Não se trata mais, como em 2018, de somente criar uma narrativa sobre uma ficcional mamadeira de piroca, ou, um kit gay, mas de mesclar fatos com fraude, com fatos descontextualizados que podem se misturar ainda com narrativas ficcionais que podem vir, por exemplo, a compor uma teoria mundial da conspiração, nos moldes do QAnon.

Então, diante do cenário mencionado acima, em que o fenômeno da desinformação se apresenta complexo, veloz e com potencial crescente em nosso país, retorno à pergunta de como a RNCD pode contribuir para minimizar os efeitos da desinformação e começo afirmando que se trata de uma iniciativa que até o presente momento, não possui nenhum investimento financeiro, sendo, portanto, uma organização virtual informal que se caracteriza pelo voluntariado em diversos níveis e que possui muitos parceiros em situação similar e que, em comum, possuem a vontade de compreender e combater o ecossistema da desinformação.

Dito isso, vale pensar a RNCD como uma organização virtual coletiva que, para mim, enquanto pesquisadora do campo da comunicação e do jornalismo há mais de duas décadas, se configurou como uma total quebra de paradigma, visto que os caminhos da rede nos levaram para diversas áreas das ciências e do conhecimento, para além de diversos lugares de atuação, em que se trabalha de algum modo tentando desconstruir a desinformação circundante ou contribuindo para a disseminação do conhecimento.

Nesse sentido, a contribuição da rede parte da possibilidade de - ao unir projetos, instituições, coletivos, laboratórios, observatórios, museus, ONGs, movimentos populares, aplicativos etc. - aproveitar a forma com a qual cada um dos atuais 120 parceiros já trabalham para seus públicos em seus lugares e potencializar a visibilidade das temáticas com as quais os parceiros trabalham, fazendo chegar por diversos meios, tipos e modalidades de narrativas, o conhecimento necessário a uma parcela muito maior da população brasileira.

Para clarificar, destaco que temos vários parceiros das ciências (imunologia, farmácia, biologia...) que trabalham com divulgação científica e uma temática em que estamos atuando muito fortemente é a da conscientização sobre a importância da vacinação. Esta é uma temática trabalhada de forma contrária pelo mercado da desinformação e pelo que denominamos de movimento antivacina que retornou com grande força durante a pandemia e que tem plantado muitas dúvidas na população brasileira.

Um exemplo: recebemos uma denúncia ou dúvida de um cidadão através do aplicativo *Eufiscalizo Fiocruz* sobre os efeitos de alguma vacina, ou se a vacina vai matar a todos em até dois anos, ou se a vacina implanta um chip 5G. Repassamos a questão para um parceiro da checagem jornalística que retorna com uma matéria, comumente grande e que não é exatamente a melhor narrativa para fazer circular nas redes sociais e aplicativos de mensagem. Essa matéria é publicada nos sites do aplicativo e no parceiro de checagem e devolvida aos usuários do aplicativo. Todavia, neste caso, os parceiros de divulgação científica trabalham *cards*, vídeos, conteúdos para TikTok, e fazem circular uma mensagem esclarecedora por diversos meios, fazendo chegar até os grupos de família e de religiões que são considerados grande fruidores de *fake news* no Brasil. Então, a ideia é que cada parceiro em seu lugar atenda a seu público com uma mensagem que circula entre muitos parceiros, conforme suas próprias programações e formas de produção, e isso provoca reações em cadeia que envolvem projetos e iniciativas que não são parceiros da rede, mas que se aproximam pelas mídias sociais e que passam a compartilhar conteúdos e marcar parceiros e a própria RNCD quando as temáticas são de interesses múltiplos.

Portanto, no que concerne a uma efetiva contribuição da rede neste momento, avaliamos que ainda esteja em um estágio inicial e pequeno, principalmente quando comparamos com o mercado da desinformação, mas com grande potencial de crescimento ao longo dos próximos meses e anos.



**R.CHRISTOFOLETTI:** *Professora, uma rede costuma operar de forma aleatória, espalhada e descontínua. Essas características podem ser positivas para aumentar a visibilidade de iniciativas menores e para ampliar a capilaridade dessas ações. Mas isso também pode resultar num trabalho mais próximo de uma colcha de retalhos. Como fortalecer a rede no sentido de uma ação mais organizada?*

**A.R.RÊGO:** Essa pergunta é muito importante e interessante porque traz um grande paradoxo que aproxima e opõe reticularidade e liberdade, por um lado, com coordenação e organização estratégica, por outro.

Quando criamos a RNCD, não tínhamos nenhuma intencionalidade de intervir na ação dos parceiros e, portanto, a coordenação seria mínima e simbólica. Obviamente, isso talvez vá contra a minha própria experiência de longa data como gestora organizacional em uma grande estatal brasileira, e, embora eu venha eventualmente sendo pressionada por alguns parceiros para que a RNCD coordene ações holísticas que envolvam todos os parceiros ou a maioria deles, deflagrando ações coordenadas, nosso caminho não nos leva até o presente momento a esse tipo de atuação mais organizacional.

Como já disse, a rede tem sido uma total quebra de paradigma não somente no que concerne à percepção de que o fenômeno da desinformação é de interesse de todas as áreas do conhecimento, mas também, pelo modo como cada parceiro atua e como cria redes paralelas potencializando as articulações que se iniciam em seus lugares e que posteriormente chegam até a RNCD e ganham a sociedade.

Efetivamente, não temos a intenção de criar uma estrutura vertical ou mesmo horizontal de gestão que venha a interferir na ação dos parceiros. O que estamos criando é uma mínima estrutura que nos ajude a conhecer melhor os parceiros da rede e, desse modo, potencializar as interações entre parceiros que possuem metas e temas comuns.

Hoje, a RNCD tem a coordenação geral – que ainda está comigo, mas que temos a intenção de fazer rodízio futuramente –, tem as coordenações de pesquisa – que

foi assumida pelo Edgar Rebouças que possui dois projetos na rede –, a de formação – que está com Pollyana Ferrari – e a coordenação de eventos – que a Rachel Bertol assumiu recentemente. A ideia é realizar programações que não venham a interferir nas ações dos parceiros, mas que possam somar e dar visibilidade aos trabalhos, visto que a RNCD, em menos de um ano, se tornou maior do que a maioria das instituições do campo da Comunicação e precisa de uma orientação mínima.

Pensando nesses moldes, na pesquisa, pretendemos o quanto antes abrir uma página na plataforma para publicar estudos já publicados de parceiros e não-parceiros sobre a temática, como também, projetos de pesquisa no campo da desinformação que estejam em andamento.

No campo da formação, a ideia é fazer com que parceiros contribuam com a formação dos demais pares e até do público externo que tenha interesse. Concluímos recentemente a oficina “Monitoramento do debate público nas redes sociais” apresentada pela Diretoria de Análises de Políticas Públicas – DAPP-FGV, que é nossa parceira com o projeto Democracia Digital. A oficina foi oferecida apenas internamente e teve a adesão de 40 parceiros. Agora no segundo semestre, estão previstas oficinas com Instituto Devir Educom, Vaza Falsiane e Instituto Palavra Aberta, mas qualquer parceiro pode propor algo do tipo.

A coordenação de eventos está programando atividades mensais até o final do ano com temáticas que envolvem parceiros em suas áreas, procurando juntar os que possuem atuação similar. No primeiro semestre, tivemos um evento com a DAPP-FGV, outro com três parceiros de divulgação científica e outro com o historiador Peter Burke sobre a complexa temática da ignorância na política.

Mesmo com essa mínima organização, ainda somos adeptos da total liberdade dos parceiros para compor novas redes e formar mais parcerias internas e externas, visto que nossa intenção é chegar a um público cada vez maior. Cito dois exemplos. O primeiro é a campanha #todospelasvacinas (<https://www.todospelasvacinas.info/>), lançada em janeiro e que teve adesão de muitos artistas famosos, chegando a uma grande visibilidade e adesão. Nossos

parceiros – UP Vacinas, Observatório Covid-BR e Rede de Análise da Covid-19 – se juntaram a outras instituições e projetos que não estão na rede e realizaram uma iniciativa de grandes proporções que continua no ar, com muito material disponível para qualquer pessoa baixar e usar em suas redes pessoais. Neste caso, a RNCD trouxe a campanha para também se tornar uma parceira e deu total apoio na divulgação. A outra iniciativa veio da parceira ANDA News: o #parepelomeioambiente (<https://parepelomeioambiente.org/>). Consistiu em um documento, assinado por personalidades e instituições, que foi enviado para o Parlamento Europeu, o presidente dos Estados Unidos e o Mercosul, denunciando os desmandos do governo brasileiro no meio ambiente, e, por outro lado, se materializou em um evento realizado em 5 de junho com a adesão de muitos artistas. Então, a contribuição da RNCD está intimamente ligada à potência de contribuição de seus parceiros. A RNCD é sinônimo de parcerias.

**R.CHRISTOFOLETTI:** *Um dos grandes problemas de iniciativas de pesquisa e extensão é a sua sustentabilidade financeira. Algumas big techs têm destinado recursos para combater a desinformação, mas essas corporações também são acusadas de promover conteúdos enganosos e discursos de ódio. Há uma questão ética embutida nisso. Como a RNCD vê isso? Há alguma orientação para os membros da rede?*

**A.R.RÊGO:** Novamente, chegamos a um grande paradoxo – sustentabilidade necessária e ponderação em relação a parcerias com as plataformas digitais, sobretudo, pelas questões éticas – que envolve e opõe apoio financeiro ao modelo de negócios predatórios das plataformas.

O modelo de negócios das *big techs*, como nos mostra claramente Shoshana Zuboff (2020), conforma e atualiza constantemente o atual estágio do capitalismo de vigilância, que coloca o usuário no *core business* das plataformas, explorando-nos de todas as perspectivas possíveis, e que tem como valor principal o que denominam de capital de predição comportamental que se forma a partir da

vigilância holística dos usuários em seus perfis digitais. Na outra ponta, esse processo revela ainda o complexo modelo de estratégias de investimento em visibilidade de conteúdos com potencial lucrativo e silenciamento de conteúdos de perfis que se recusam a aderir às imposições das redes sociais.

A desinformação, fenômeno de grande potencial de circulação e de formação da opinião, aproveita a arquitetura de segregação de narrativas, utilizadas pelas plataformas e termina por agregar pessoas com pensamentos, valores e crenças similares em câmaras de eco, invisibilizando as narrativas que circulam para além das câmaras, limitando o acesso à informação contrária e isolando os indivíduos em suas visões restritas de mundo.

É exatamente essa potência para a adesão da opinião pública que se consolida através da grande fruição e visibilidade que é explorada pelas plataformas visto que estas vendem, além do nosso comportamento futuro, a nossa atenção, em um processo de economia da atenção que nos mantém reféns da biosvirtual, mantendo-nos presos à atualização de conteúdo constante (RÊGO, 2021), seja ele qual for, o que torna a desinformação muito atrativa e lucrativa.

Segundo o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), as narrativas falsas ou fraudulentas possuem potencial de circulação 70% maior do que as informações jornalísticas e ou científicas (NOTÍCIAS..., 2018). Por isso, a desinformação é tanto lucrativa para os perfis, sites e canais que a produzem quanto para as plataformas digitais e para os anunciantes que fazem contratos diretamente com as plataformas, não sabendo, muitas vezes, onde sua logomarca vai parar, visto que o contrato é cego pelos dois lados e o valor investido é direcionado ao perfil de maior audiência. Temos então um círculo pernicioso à informação, ao conhecimento e ao jornalismo, que não conseguem competir com as dimensões do mercado da desinformação.

Vale ponderar que os perfis do Sleeping Giants no Brasil e nos Estados Unidos têm trabalhado incessantemente para desvelar tais negociações, informando às empresas que canais e perfis de desinformação estão patrocinando, atuando para a sua desmonetização.

Desse modo, a RNCD vê com muita cautela tais associações, como as que estão em vigor entre plataformas digitais, sobretudo com o Facebook, considerado pela pesquisadora Carissa Véliz (2020) um *abutre de dados*. Visualizamos, no entanto, caminhos para o diálogo em parcerias com agências de checagem que podem reduzir os efeitos e os danos que a desinformação vem causando à democracia e à saúde do povo brasileiro, desde que haja margem de negociação e de liberdade entre os patrocinados e as plataformas patrocinadoras, o que não é lá muito fácil ou mesmo comum.

Não há uma orientação da RNCD para seus parceiros sobre isso, pois prezamos pela liberdade de atuação, desde que dentro de princípios não-fascistas, não-homofóbicos, não-racistas, não-misóginos etc.

Por fim, creio que teremos que pensar em como conviver não somente com as plataformas, mas dentro das plataformas, como já vivemos, de modo crítico, atuante e partícipes das decisões que incluam a vida em sociedade.

**R.CHRISTOFOLETTI:** *Quem se aventura a combater a desinformação acaba enfrentando também resistência de grupos violentos que difundem também discursos de ódio e de segregação. A RNCD já provou desse sabor amargo, e teve seu site derrubado por ataques cibernéticos. Como contornar essas agressões e continuar esse trabalho?*

**A.R.RÊGO:** Considero bem difícil e complexo o processo híbrido em que desinformação e discurso de ódio se intercambiam em uma simbiose muito perigosa para as sociedades na atualidade. Com motivações múltiplas, os agentes da desinformação são também agentes do ódio e podem levar algumas pessoas a ações extremas como vimos na Inglaterra durante a campanha do Brexit em 2016, quando a deputada Jo Cox, que defendia a permanência na União Europeia, foi assassinada por um simpatizante da extrema direita britânica, incitado pelas narrativas que destilavam ódio na campanha dos que defendiam a saída da UE.

Esse é somente um exemplo do que tem ocorrido em vários países, inclusive no Brasil, onde as campanhas de ódio têm levado parlamentares, personalidades, pesquisadores e cientistas a deixar o país, quando perseguidos pelo que se denomina por aqui, genericamente, de “milícias digitais”, que ameaçam, perseguem e chegam a cometer violências físicas em diversos momentos.

No final de janeiro deste ano, a plataforma da RNCD, com somente quatro meses de atuação, sofreu um ataque de hackers e ficou um mês fora do ar, até que conseguíssemos resolver todos os problemas de segurança. Contudo, vivemos sobressaltados, pois somos, como dito, uma organização virtual informal e não temos patrocinadores, não temos recursos para investir em uma arquitetura de segurança máxima. Os custos, nesse ambiente, como em outros, em geral, sou eu mesma que pago e conto com a ajuda da empresa que nos assessora e que cobra valores bem menores do que o mercado, pois acredita e apoia a iniciativa.

Acreditamos que, no momento atual, não podemos recuar. Obviamente, todos os cuidados devem ser tomados, mas temos limites de investimentos. Então, também devemos articular no âmbito político junto ao Congresso na construção do PL 2630/2020, que parece que está retornando à pauta, além de apoiar e fazer denúncias junto à CPI das Fakes News (que está parada no momento) e à CPI da Covid-19 que está a pleno vapor... Todas essas iniciativas do Congresso Nacional são de máxima importância, tanto para a visibilidade do problema que envolve o fenômeno da desinformação e do ódio, como para apontar soluções legislativas que possam proteger a sociedade brasileira.

**R.CHRISTOFOLETTI:** *A vida em rede tem facilitado a criação de câmaras de eco e o embotamento das pessoas em grupos que reverberam suas idiossincrasias. Combater a desinformação, muitas vezes, é enfrentar resistências cognitivas. O que podemos fazer para não nos limitarmos a pregar para os convertidos?*

**A.R.RÊGO:** Existem controvérsias no que concerne às câmaras de eco e bolhas digitais. Se por um lado, há inúmeros estudos e até depoimentos dos cientistas que

formataram as estratégias mais recentes das plataformas digitais que apontam para o direcionamento crescente dos algoritmos e para a construção de experiências tranquilas para os usuários com *feed* de notícias onde só encontramos concordantes; por outro, há estudos como o de Seth Flaxman, pesquisador da Universidade de Oxford, e Elizabeth Dubois, da Universidade de Ottawa, que apontam para o fato de que existem bolhas e câmaras de eco, mas que a dieta de mídia é bem mais variada do que se pensa (POR QUE..., 2018).

Contudo, vale pensar que, mesmo que uma grande parte da população com criticidade e educação midiática pulverize seus modos e lugares de consumo de conteúdo, uma parcela ainda bem considerável se mantém refém de conteúdo produzido para redes sociais e aplicativos de mensagens, reforçando os espaços que fazem reverberar ideologias complicadas e que podem acionar o ódio coletivo.

Nesse contexto, a atuação das plataformas e suas arquiteturas de orientação ao usuário têm sido fundamental, como no caso do Facebook que, para Franklin Foer (2018), trabalha de modo paternalista para direcionar seus usuários para perfis, lugares e opiniões que considera, a partir da programação de seus algoritmos, “melhor” para o público, mas que, em verdade, são escolhas da própria plataforma com vistas a potencializar o crescente superávit comportamental, como nos diz Shoshana Zuboff (2020), prática iniciada pelo Google, mas seguida pelas demais *big techs*. Ou seja, o agrupamento dos perfis digitais dos usuários por opinião e valores termina formando bolhas, já que os algoritmos não permitem que vejamos em nosso *feed* de notícias o restante da esfera virtual. Contudo, a formação das câmaras de eco ideológicas tem sido denunciada por muitos analistas, uma vez que elas potencializam o desentendimento político, adotado aqui na visão de Jacques Rancière (2018), dificultando o diálogo entre pensamentos divergentes, considerando que só conversamos com pares.

Vale destacar que o desentendimento na visada de Rancière não é provocado pelo desconhecimento puro, nem pela imprecisão das palavras, mas ocorre quando um

ou mais interlocutores manifestam um efeito de simples ignorância ou dissimulação, acarretando com que um não reconheça o que o outro diz.

É bem verdade que já existe uma pressão pela quebra dos movimentos estratégicos dos algoritmos, objetivando abrir as vias que limitam o debate digital permitindo uma amplificação do debate para além das bolhas.

Por outro lado, há que se pensar que as argumentações construídas dentro de um ecossistema da desinformação, reverberadas nas câmaras de eco, possuem uma formatação que envolve inacessibilidade a padrões cognitivos pessoais, dificultando o agir comunicativo como caminho para o diálogo imparcial, a inclusão e visualidade completa da oposição, liberdade de opinião e facilidade de interação com o outro, conforme explica Habermas (2019) ao definir tal modo de agir. É nesse caminho que, em uma investigação anterior publicada em parceria com Marialva Barbosa (2020), apontamos para as dificuldades e resistências cognitivas que terminam por reforçar o desejo de permanecer na ignorância.

Não falar somente para os pares é um desafio que pressupõe uma ação direcionada para o ouvir, ouvir o outro, para a partir de então compreender o seu processo de interpretação do mundo. Reconheço o imenso desafio que isso representa para nós no momento atual. É muito mais fácil praticar o julgar do que o ouvir. Julgamos, vociferamos e afastamos amigos e familiares com os quais poderíamos tentar dialogar. O ouvir pressupõe não ser tomado pela raiva na hora em que recebemos um comentário violento em nosso perfil pessoal sobre algum posicionamento político externado. Significa deixar o outro falar de suas angústias e inquietações, para posteriormente verificar o que foi pautado em experiências negativas, em narrativas desinformantes e/ou em discursos de ódios, com o intuito de abrir caminho para o diálogo. Às vezes, o mais importante é atuar de forma estratégica, repassando conteúdos que podem contribuir positivamente para o debate sem partir para o confronto direto.



**R.CHRISTOFOLETTI:** *No âmbito legal, a seu ver, que tipos de regulações deveriam ser adotados para combater a desinformação sem comprometer a liberdade de expressão?*

**A.R.RÊGO:** O cenário ao qual nos referimos nas respostas anteriores, de paulatino avanço das plataformas digitais na extração e mineração de dados de seus usuários, assim como na intervenção e direcionamento de conteúdos e potencialização da desinformação, tem levado não somente à preocupação de governos e sociedades, tendo em vista, principalmente, fatos como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a Campanha do Brexit na Inglaterra, como também tem levado a verdadeiras batalhas judiciais, além de tentativas legais de regulação da atuação das plataformas em diversos países.

Atualmente, existem modelos de regulação distintos, com predominância da autorregulação, o que mantém efetivamente o poder de decidir, por exemplo, em temas relacionados à desinformação, dentro de cada plataforma, embora estas constantemente estejam modificando sua política de transparência e tentando prestar contas à sociedade prejudicada; o que verdadeiramente acontece é que tais medidas de transparência e ética são em sua maioria unilaterais e nada transparentes, e que terminam, por exemplo, a incentivar uma cultura de cancelamento que pode ser motivada por questões justas ou de incitação ao ódio. O que o capital de predição que é considerado o novo ouro mercadológico, para além dos dados, nos aponta é para uma grande ameaça à liberdade de expressão, liberdade de pensamento ou simplesmente direito à privacidade, que aliás, como nos diz Zuboff (2020), faz muitos anos que o Facebook não mais respeita. Ao contrário, considera como um grande *plus* a vigilância completa dos usuários, já que tal vigilância permite não somente a mineração, mas a composição do capital de predição ao qual nos referimos anteriormente. Lembrando que o Google é ainda o maior e principal *player* atuante nesse mercado.

Por outro lado, eventos políticos da última década e que têm interferido nos rumos da democracia em muitos países no ocidente foram impulsionados pelo

ecossistema desinformativo de forma intencional, o que levou a uma preocupação direta dos governos com formas de regulação das plataformas, visto que o modelo de negócios destas é interveniente no processo de potencialização da desinformação e, conseqüentemente, está implicado no processo de desestabilização democrática em várias partes do planeta.

Contudo, as intervenções governamentais também não podem ser pensadas ou aplicadas de modo simplista, sob pena de prejudicar ainda mais a população, empoderar ainda mais as plataformas ou instaurar sistemas de gerenciamento e controle de conteúdo com o objetivo de fiscalizar ideologicamente os usuários e censurar sua atuação.

Entre a regulação estatal e a autorregulação existe um hiato que deve ser negociado de modo amplo e transparente entre sociedade civil, governo, parlamento e plataformas. Em 2020, ocupando ainda a presidência da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação (SOCICOM), nós apoiamos a iniciativa do Observatório Latinoamericano de Observación dos Medios y Convergencia (OBSERVACOM) e do Coletivo Intervozes, que elaboraram um documento denominado *Padrões para uma regulação democrática das grandes plataformas que garanta liberdade de expressão online e uma internet livre e aberta*<sup>2</sup>, que propõe tanto co-regulação como regulação pública das plataformas por meio de legislação que consiga abarcar as questões intervenientes, atendendo aos anseios da sociedade e dos usuários, e em que a atuação das plataformas seja a um tempo autorregulada e direcionada por um processo legal, que preveja as determinações legais e concernentes à transparência, processos de usuários e prestação de contas à sociedade. A ideia é que a lei, a ser votada em cada país, venha a ser incluída como direcionamento para as políticas das plataformas, servindo de guia para a atuação destas e também para a fiscalização dos usuários e órgãos governamentais competentes, objetivando ainda facilitar o acesso dos usuários prejudicados

---

2 Disponível em <https://www.observacom.org/wp-content/uploads/2020/08/Padr%C3%B5es-para-uma-regula%C3%A7%C3%A3o-democr%C3%A1tica-das-grandes-plataformas.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

eventualmente por uma medida unilateral de uma plataforma, ao processo que o cancelou.

A regulação das plataformas, a meu ver, não prevê somente um combate ao mercado da desinformação, mas também e, principalmente, deve prever questões que prejudicam a sociedade de forma holística, sobretudo no que concerne a questões da vigilância, extração e venda de dados, assim como, o direito à liberdade de expressão e pensamento.

### Referências

- BARBOSA, M; RÊGO, A. R. **A construção intencional da ignorância**: o mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.
- BURKE, P. **Manipulating the media**: a historian's view. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 7, n.1, p. 7-19, 2018.
- ECO, U. **Fascismo Eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FOER, F. **O mundo que não pensa**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- GOMES, W. Palestra na mesa redonda: **Desinformação, populismo e desinformação**. Belo Horizonte: COMPOLÍTICA, 2021, 24 mai. 2021.
- HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- NOTÍCIAS falsas circulam 70% mais do que as verdadeiras na rede. **Veja**, 10 mar. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/fake-news-circulam-70-mais-do-que-as-verdadeiras-na-internet/>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- POR QUE a crença de que vivemos em bolhas talvez seja um mito. **BBC Brasil**, 22 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-44829514>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 2018.
- RÊGO, A. R. **Vigilância, controle e atenção**. Revista Organicom, v. 17, n. 34, p. 82-92, 2020.
- SACRAMENTO, I. Palestra na mesa redonda: **Comunicação, Infodemia e combate à desinformação**. São Paulo, Abrapcorp, 08 jun. 2021.
- VÉLIZ, C. **Privacy is power**- Why and How You Should Take Back Control of Your Data. London: Transworld Publishers, 2020.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe Report DGI, 2017. Disponível

em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c> . Acesso em: 15 ago. 2020.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

## Fernando Buen Abad Domínguez: epistemologia de combate e semiótica crítica

*Fernando Buen Abad Domínguez: Combat Epistemology and Critical Semiotics*

*Fernando Buen Abad Domínguez: Epistemología de Combate y semiótica crítica*

Marco SCHNEIDER<sup>1</sup>  
Marco Antônio BONETTI<sup>2</sup>

### Resumo

O filósofo mexicano Fernando Buen Abad Domínguez é professor e diretor do Instituto de Cultura e Comunicação da Universidade Nacional de Lanús (Buenos Aires, Argentina). Nesta entrevista, realizada em setembro de 2021 por e-mail, Buen Abad Domínguez discorre sobre sua teoria da semiótica crítica, forjada na batalha epistemológica e ideológica mais ampla contra a dominação simbólica que trava dentro e fora da academia. Integrante de diversas associações internacionais, como a Rede de Intelectuais e Artistas Independentes em Defesa da Humanidade, fundada por Fidel Castro, Buen Abad entende que o problema da desinformação está relacionado à perpetuação da dominação de classe, cujo enfrentamento requer a democratização substantiva da comunicação. Mantivemos as respostas de Buen Abad Dominguez em seu idioma original para preservar a força e a potência de sua verve.

**Palabras-clave:** Dominação simbólica. Ideologia. Fake news.

### Abstract

Mexican philosopher Fernando Buen Abad Domínguez is professor and director of the Institute of Culture and Communication of the National University of Lanús (Buenos Aires, Argentina). In this interview, carried out in September 2021 by electronic mail, Buen Abad Domínguez analyzes his theory of critical semiotics, forged in the epistemological and ideological battle against the symbolic domination within and outside the framework of the academy. Member of several international associations, such as the Network of Independent Artists and Intellectuals in Defense of Humanity,

---

<sup>1</sup> Professor do departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Pesquisador do CNPq (PQ-2). Bolsista do Nosso Estado Faperj. E-mail: marcoschneider@ibict.br. ORCID: 0000-0001-5053-9491.

<sup>2</sup> Professor do departamento de Fundamentos e Contextos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-doutorando do Ibict. Email: marcobonetti@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-0130-0054.

founded by Fidel Castro, Buen Abad Domínguez understands that the problem of disinformation is related to the perpetuation of class domination, whose confrontation requires an effective democratization of communications. We kept Buen Abad Domínguez's responses in their original language to preserve the strength and power of his verve.

**Keywords:** Symbolic domination. Ideology. Fake news.

### Resumen

El filósofo mexicano Fernando Buen Abad Domínguez es profesor y director del Instituto de Cultura y Comunicación de la Universidad Nacional de Lanús (Buenos Aires, Argentina). En esta entrevista, realizada en septiembre de 2021 por correo electrónico, Buen Abad Domínguez comenta su teoría de la semiótica crítica, forjada en la batalla epistemológica e ideológica más amplia contra la dominación simbólica que se libra dentro y fuera de la academia. Miembro de varias asociaciones internacionales, como la Red de Intelectuales y Artistas Independientes en Defensa de la Humanidad, fundada por Fidel Castro, Buen Abad entiende que el problema de la desinformación está relacionado con la perpetuación de la dominación de clases, cuya confrontación requiere la democratización sustantiva de la comunicación. Mantuvimos las respuestas del Buen Abad Domínguez en su idioma original para preservar la fuerza y la fuerza de su brío.

**Palabras-clave:** Dominación simbólica. Ideología. Fake news.

### Presentación

Fernando Buen Abad Domínguez es director de cine, graduado en la *New York University*, licenciado en Ciencias de la Comunicación, es máster en Filosofía Política y doctor en Filosofía. Miembro del Consejo Asesor de TeleSur, de la Asociación Mundial de Estudios Semióticos, de la Red de Intelectuales y Artistas en Defensa de la Humanidad y el Movimiento Internacional de Documentalistas, desarrolló actividades de investigación y docencia universitaria en México, Argentina, Venezuela, Bolivia, Ecuador y Estados Unidos. Es colaborador de *Rebelión* y otras revistas digitales. Fue presidente del Jurado del Festival Documental Trêz Continentes y miembro del jurado del Festival de Producción de Televisión Al Jazeera (Qatar 2006), entre otros. Fue Jefe del Departamento de Programas Culturales de XEIPN (canal de televisión del Instituto Politécnico Nacional) en la Ciudad de México. Ha escrito y dirigido 19 obras audiovisuales y cinematográficas en México, Houston, Nueva York y Argentina y es miembro de varias organizaciones artísticas y de investigación. Ha publicado más de 17

libros en México, Venezuela, España y Argentina, entre los que se destacan Filosofía de la Comunicación (2001), Filosofía de la Imagen (2003), Imagen, Filosofía y Creación (2004), Semiótica para la Emancipación (2009), Filosofía de Responsabilidad Socialista en la Comunicación (2012) y Filosofía del Humor y de la Risa (2013). En la siguiente entrevista se abordan asuntos teóricos y políticos de forma entrelazada, en torno al problema de la desinformación en su conjunto y, particularmente, de las fake news, las cuales son situadas por el entrevistado en el marco más amplio de la lucha de clases y la dominación simbólica.

### Entrevista

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *¿Cuál es la diferencia entre su propuesta de una semiótica crítica y las corrientes tradicionales de la semiótica? ¿Cómo llegó a su formulación?*

**F.ABAD:** Proponemos la creación de una corriente científica no subordinada. Proponemos el combate, la beligerancia epistemológica, la lucha contra la dominación simbólica y contra las “máquinas de guerra ideológica” monopolizadas por el capitalismo. Proponemos la batalla contra los paradigmas de la ideología de las clases dominantes. Aquí se entiende por semiótica una praxis para desactivar las máquinas de guerra ideológica que sea una herramienta de construcción hacia una semiosis emancipadora. Esto no es una “disciplina” para el regodeo de embrollos terminológicos, ni una plataforma para la contemplación – puramente descriptiva – sobre las “maromas” de la “semiosis” hegemónica que domestica conciencias. Entendemos que sobrevivimos en un campo semiótico minado y problemático. Entendemos que hay una disputa, a la que llamamos “disputa por el sentido”, la lucha de clases en el campo de la semiosis. Interpelamos el “sentido común” hegemónico de la permisividad absoluta para que un sector de una clase social se adueñe de la riqueza que produce la inmensa mayoría de las personas, ese es el sentido común aceptado, legitimado y legalizado.

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *¿La reflexión filosófica sobre las nociones de verdad y de mentira es relevante para comprender las modalidades contemporáneas de desinformación?*

**F.ABAD:** La verdad es un objeto de estudio crítico permanente, cuyo requisito indispensable es la participación de todas las miradas. La verdad es una entidad social malherida por la lucha de clases, porque mientras para unos el concepto de verdad se agota en las pruebas que tiene a la mano, hay sectores muy amplios de la población que, sin tener evidencias, resienten las consecuencias de algunas verdades hegemonizadas, esto todavía es muy abstracto. Quizá la verdad de todas las verdades, hoy por hoy, es la desigualdad, como es verdad que el capitalismo ha destruído a la humanidad y al planeta de manera incluso irreversible.

Falsificar la realidad es una actividad sistémica del capitalismo, una “religión” en la que las falacias son esencia y necesidad vital, de ellos, para poner fuera de la vista de la clase trabajadora, los modos y los medios de hurto contra el producto del trabajo y la enajenación de conciencias. No sólo invisibilizan la plusvalía, además nos embriagan con ilusiones o espejismos que hacen de las víctimas cómplices solidarios de sus verdugos. La producción de embrutecimientos, borracheras y anestias simbólicas tiende a expandirse y a producir mutaciones aberrantes, afamadas porque son muy rentables. A cualquier costo. No nos cansaremos de repetirlo. El capitalismo es una fábrica de falacias.

Conquistar la verdad es un trabajo... es una lucha. La verdad no es una moneda que pueda darse y recibirse, sin más, en el mercado de la información. No nos cuenten que la verdad es “incognoscible”, o subjetiva, porque el estado actual del conocimiento esté “limitado”, mientras fabrican escondites, o mentiras retorcidas, para dificultar el camino del saber. La verdad se alcanza, y se defiende, con el esfuerzo militante del pensamiento y la acción críticos y organizados. Se alcanza en la dialéctica tensional entre el error y la certeza. En el debate capital-trabajo. Al margen de reduccionismos. El problema de la verdad (tanto



como la mentira) es un problema filosófico y humanista de nuestro tiempo. Sólo se resuelve en la praxis.

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *¿La mentira es un problema ético, político o epistemológico? ¿O atraviesa estos tres campos?*

**F.ABAD:** Todo revuelto y programado. Una de las “joyas” más perfeccionadas y cotizadas, en el paraíso neoliberal globalizado, son las operaciones masivas de engaño. Armas de Distorsión Masiva que ha proliferado con gran velocidad y ubicuidad. Se desplazan globalmente con la protección, la unilateralidad discursiva, las pocas trincheras de réplica y las masas de corifeos que repiten, en simultáneo, cualquier ficción que les disfracen de noticias. Fake News a toda hora, con modalidades diversas, en horarios discriminados y efectos rentables. Con la bendición de los gobiernos neoliberales y un no pequeño público anestesiado bajo los placeres del engaño que se ahorran el trabajo de pensar y se envuelven en emociones mórbidas y morbosas.

Y, mientras tanto, cuando los pueblos han encontrado fuerzas y caminos para derrotar al neoliberalismo, a sus engendrados empresariales y gubernamentales, a sus “máquinas de guerra ideológica” disfrazadas como “medios de comunicación”, nos abruma una pandemia planetaria aprovechada jugosamente por el neoliberalismo y que no cesa en el maltrato burgués contra la humanidad. Nunca la avaricia de las cloacas financieras arremetieron con tanta furia falsaria.

El neoliberalismo es, patéticamente, una emboscada ideológica (en el sentido de la “falsa conciencia” que explicó Marx) desarrollada para disputar e imponer el “sentido común” de ciertos intereses capitalistas en su fase imperial. Es una máquina trituradora de derechos sociales adquiridos; una demoledora de los principios humanistas solidarios; una “picadora de carne humana” en los centros laborales, educativos y sanitarios; es una aplanadora de instituciones y una fenomenal maquinaria de humillaciones, depresiones y desmoralización... todo eso

al servicio de un sector peligrosamente desquiciado por la usura, el individualismo más tóxico y la meritocracia supremacista de los amos en alianza con sus cómplices. Un infierno de corrupción y crimen que debe ser tipificado como etapa histórica “de lesa humanidad”. La mezcla explosiva de neoliberalismo, Fake News y procesos electorales es una industria de la destrucción social altamente sofisticada.

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *Continuando con el problema de la desinformación, ¿qué tiene de específico nuestro momento histórico?*

**F.ABAD:** En la historia de la humanidad, em las disputas por el poder para las clases dominantes, está la mentira, con todas sus variedades complejas e interdependientes, rehaciendo dinámicamente sus significados formales, en multiplicidad de procesos, para “dar formas” a la mente, para organizar, jerarquizar, subordinar, disciplinar, instruir, enseñar... a conjuntos de relaciones sociales en condiciones históricas concretas. “Anestesiar” a los subordinados. Demorar sus rebeliones.

No es suficiente un retrato sobre el estado actual de la mentira con sus “fake news” se trata de generar herramientas y fuerzas para la emancipación de la producción de información falsaria, en su sentido ideológico opresor, amplio y contemporáneo; en su sentido jurídico-económico; en su sentido ético y estético; en su sentido instrumental-tecnológico; en su sentido “bio-genético”, en el “neuro-científico” y en su sentido político organizacional, territorial e inmediato. No es una historia del “passado” es el presente mismo.

Una larga Historia recrudecida en el presente por una guerra económica, política y simbólica descomunal desatada por el capitalismo en su fase imperial, al mismo tiempo en crisis. Es imprescindible armarnos críticamente, luchar contra a los ejes teórico-metodológicos predominantes en la disputa global por el control de la información, a su praxis y contra el papel histórico de una concepción del poder que fabrica

falacias para mantenerse. Eso no es nuevo aunque tenga novedades tecnológicas y creativas para mentirnos.

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *La creciente cantidad de fake news en los últimos tiempos suele estar asociada a una supuesta polarización política. Sin embargo, pensamos que se trata más bien de un fenómeno vinculado al crecimiento de la extrema derecha, tanto en América Latina como en varias partes del mundo. ¿Cuál es su opinión acerca de esto?*

**F.ABAD:** En las “Fake News” se establece claramente una fractura que corrompe el carácter objetivo y social de la verdad. Los comerciantes de falsedades pasan horas pergeñando qué estrategia del desfalco cognitivo es más funcional a sus intereses sin tener que someter sus “Fake” a la prueba de los hechos. Eso convierte al “consumidor de falacias” en un glotón de embutes dis-funcional y sofisticado. Mientras tanto, la producción de mentiras genera relaciones de producción que, para sostenerse, requiere de extinguir la verdad objetiva. Sitúa a los grupos sociales como animales de noria – como si fuese su destino – para motorizar el saber de lo falso. Desfigura las verdades objetivas y la práctica colectiva que las sustenta. El plan de la derecha y de la extrema derecha. Como en el nazi-fascismo. Aunque algunos se esmeran en reducir las “Fake News” al solo campo de los expertos en lo “comunicacional”, para que pontifiquen diagnósticos y pronósticos, la dimensión del problema ha escalado latitudes de gravedad inusitada. ¿Están haciéndonos adictos a lo falso? Informarse es un derecho transversal a múltiples derechos y responsabilidades. Incluye a la educación, a la democracia, a la justicia... a la política. La información y su relación con la verdad no pueden ser marionetas del circo mercantil mediático, servil a la manipulación ideológica de algunos Gobiernos y empresarios oligarcas. Es inaceptable, se lo mire desde donde se lo mire, y cada caso de falacias mediáticas constituye una agresión a la realidad, a sus protagonistas y a la historia

de los pueblos. Al modo de conocer y al modo de enunciar la realidad. Nada menos.

Aunque la moral burguesa tenga, para sí, un repertorio amplio de justificaciones a la hora de mentirnos. “El problema de si al pensamiento humano se le puede atribuir una verdad objetiva, no es un problema teórico, sino un problema práctico. Es en la práctica donde el hombre tiene que demostrar la verdad, es decir, la realidad y el poderío, la terrenalidad de su pensamiento. El litigio sobre la realidad o irrealidad de un pensamiento que se aísla de la práctica, es un problema puramente escolástico” (Marx).

La demolición de la verdad objetiva, se genera para negar la posibilidad de conocer el mundo y con ello la posibilidad de transformarlo. Atenta contra el derecho humano fundamental de crear condiciones mejores de existencia y desarrollo de capacidades, sin límite, gracias al goce de las riquezas naturales y las del producto del trabajo. Hasta ese punto la pandemia de “Fake News” intoxica la vida y las culturas. Es escandaloso. Entre las agresiones perpetradas por las máquinas de falacias mediáticas, que desempeñan un papel considerable, están los tipos de quiebres decisivos en el punto de vista de la vida que convierte al “auditorio” en holgazán sin pensamiento crítico y lo reduce (a los ojos de la burguesía y sus cómplices) en inútil, incómodo e impertinente. La pandemia de falacias aplasta al raciocinio libre y lo hace adicto a cualquier chatarra idealista; la adicción a las falacias aplasta todo lo que de ingenioso o profundo tiene el pensamiento crítico.

Por lo general las “Fake News” son extravagancias de la irracionalidad que, como todas las extravagancias, desfiguran a la experiencia. Hay quienes borran con falacias mediáticas la propia vivencia y la sepultan bajo los escombros del “sinsentido” común hegemónico. Despojados de nuestros derechos, mutamos y nos hacemos parásitos de generalizaciones abstractas y especulaciones subjetivas que obran como “verdades” placebo. Es la burocratización de la verdad.

Despojarnos del derecho a informarnos no sólo es privarnos de “datos”, es sepultar una necesidad social que reduce el acto de informar al capricho convenenciero de una guerra ideológica alienante. Eso implica una ofensiva contra la conciencia emboscada con una realidad deformada, desfigurada, desinformada. Es un fraude de punta a punta. No es una “omisión” más o menos interesada o tendenciosa...no es una “falla” del método; no es un accidente de la lógica narrativa; no es un incidente en la composición de la realidad; no es una “peccata minuta” del “descuido”; no es una errata del observador; no es miopía técnica ni es, desde luego, “gaje del oficio”. Es lisa y llanamente una canallada contra el conocimiento, un delito de lesa humanidad. Es como privar a los pueblos de su Derecho a la Educación.

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *¿Qué iniciativas en curso para combatir la desinformación usted destacaría y qué queda por hacer?*

**F.ABAD:** Democratizar la comunicación comenzando por su democracia interna. No es difícil estar de acuerdo en defender la “democracia”, tampoco es difícil acordar la importancia de perfeccionarla, ampliarla, profundizarla, justamente con métodos democráticos. Lo difícil es hacerlo, y la historia reciente de los pueblos que la aceptan da pruebas claras de las distancias entre los dichos y los hechos. Eso enfrenta al problema, democrático también, de transparentar el financiamiento de la política, hacerla transparente a la ciudadanía, de manera efectiva y participativa, a todos los ciudadanos. Democratizar, pues. el financiamiento de la política es transparentar el financiamiento de la comunicación toda.

De manera desigual y combinada, con avances y retrocesos, la democracia que goza de “buena fama” no siempre ha servido para el desarrollo real de los países. Aunque se acepta que los sistemas políticos de América Latina han logrado retrotraer la “época de las dictaduras” eso no ha impedido la comisión de golpes de estado y en lo que va del siglo XXI contamos ya con varios en la región. Los ciudadanos y ciudadanas

reconocen ser demócratas casi exclusivamente para períodos electorales, espasmódicamente, el resto de la vida pasa de espaldas a la democracia en las casas, las oficinas, las fábricas, las aulas... donde es imperceptible la práctica democrática. Mandan los jefes sin consultar a las mayorías. No es sólo asunto de “mantener las reglas del juego” en el tiempo sino de perfeccionarlas. ¿Cuántas personas ejercen efectivamente su derecho a participar democráticamente de comunicación y de la información. ¿Qué controles reales hay sobre los publicistas y las empresas mediáticas que han probado ser influencia decisiva en muchos procesos electorales y en muchas estructuras democráticas. Qué democracia existe al interior de esas estructuras? Democratizar los modos de producción en comunicación y las relaciones de producción.

**M.SCHNEIDER e M.BONETTI:** *¿Cómo puede el pensamiento de Marx ayudarnos a afrontar este conjunto de problemas?*

**F.ABAD:** En la práctica cotidiana de mi trabajo pretendo que la Semiótica sirva para acercarnos, rápido, ese momento, que pensó Marx, para terminar con el modelo opresor-oprimido y tengamos otras realidades, otras verdades, otros valores para poner en común y otras formas de relacionarnos y de producir. Todo eso está por construirse no dogmáticamente. Urge afianzar el modo de poner en común, la posibilidad de que todos vivamos en condiciones de igualdad, y no solamente “igualdad de oportunidades”, sino también en igualdad de condiciones. El método de Marx es de gran ayuda.

Tengo en mi escritorio una buena cantidad de anotaciones hacia una Semiótica marxista. Perdónese lo pretencioso. ¿Es posible tal cosa? ¿En dónde dijo, sugirió o indujo Marx algo que habilite a endilgarle una Semiótica? Creo que es necesario interpelarnos sobre las herramientas de producción signica, sus modos de producción y relaciones de producción de signos. Com que médios y modos se impone “La ideología de la clase dominante” que estudiaron Marx y Engels. Por ejemplo: la mercancía

que sintetiza el “sentido” del sistema que la produce, síntesis debe hacerse visible en todas sus dimensiones y, para eso, debe servir la Semiótica también.

Se trata de intervenir, ayudados por el método de Marx, para generar una herramienta de doble uso que, por una parte, desmantele aparatos de dominación simbólica (o sígnica) y por otra parte sin disociarse, ayude a organizar un modo emancipador de producir sentido emancipado y emancipador. Enfrentar una tarea ardua. A la, ya acosada por calumnias sin freno, metodología de Marx le sumamos la, no poco obscurantista andanada terminológica, que acosa a la Semiótica y la convierte en inexpugnable y odiosa. Creo que de la mano de Marx se perfecciona la manera de luchar contra todo aquello que denote y connote, bajo cualquier recurso o emboscada, la ofensiva de clase para convencer a los “esclavos” de ser “felices” dándole la razón a su amo, cuidando sus ideas y propiedades y atesorando la ideología del opresor como la máxima herencia para su prole. Pero, principalmente, contribuir al desarrollo de denotaciones y connotaciones, producción de signos y relaciones de producción, que además de emancipadas sean emancipadoras hacia una semiosis revolucionaria como estrategia indispensable para, además de librarnos de toda canallada opresiva dispónganos de mentalidades y semiosferas en rebelión permanente.

No se puede consolidar un poder social emergente sin una corriente de sentido capaz de superar al “sentido común” hegemónico. Siempre y cuando el poder económico dominante también sea sometido a disputa y sea derrotado. Concluido.

## Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder

*Psychopolitics: neoliberalism and new power technique*

*Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*

Jadson MAIA<sup>1</sup>  
Patricia SILVA<sup>2</sup>  
Cristina ALMEIDA<sup>3</sup>

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018b.

### Introdução

“Proteja-me do que quero” é o aviso sutil inerente ao capitalismo contemporâneo, explica Byung-Chul Han (2018b, p. 28) em *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Embora seja característico desse filósofo sul-coreano ser breve na exposição de seus pensamentos, não é seu perfil oferecer uma leitura tranquila — ele acaba por conceber doses homeopáticas de desconforto. Ensaísta radicado na Alemanha, Han leciona na Universidade de Berlim. Sua elaboração teórica é voltada para a relação entre o neoliberalismo e a vida psicológica dos indivíduos, como

1 Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Estudos da Mídia, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem especialização em Propaganda e Marketing na Gestão de Marcas pela UFRN e é graduado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade & Propaganda pela Universidade Potiguar (UnP). E-mail: jadsonmaia@ufrn.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0148-3975>.

2 Graduada (2015) e mestre (2019) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é doutoranda e bolsista (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Pesquisadora do Grupo Marginália (Grupo de Estudos Transdisciplinares em Comunicação e Cultura). E-mail: patriciarilrn@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-1345-5536.

3 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bacharel em Comunicação Social, habilitações Radialismo e Jornalismo, pela mesma instituição. E-mail: cristinaalmeida@ufrn.edu.br. ORCID: 0000-0001-7787-6471.



podemos observar em obras como *Sociedade do cansaço* (HAN, 2015), *No enxame: perspectivas do digital* (HAN, 2018a) e *O que é poder?* (HAN, 2019). No livro objeto desta resenha, o autor dirige proposições cirúrgicas para pensar como “a liberdade e a comunicação ilimitada se transformaram em monitoramento e controle total” (HAN, 2018b, p. 19).

O argumento fundamental é a autoexploração como aspecto paradoxal da nossa condição no regime neoliberal, pois, conforme o autor desenvolve: “é a exploração da liberdade que produz o maior lucro” (HAN, 2018b, p. 12). O sentimento de liberdade atual consiste no esboço de projetos individuais e livres que se reinventam incessantemente. Tal sensação se estabelece no ínterim de uma forma de vida à outra. Assim, “a liberdade terá sido episódica” (HAN, 2018b, p. 9), porque, inevitavelmente, uma nova forma de sujeição sobrevém. Não se trata exatamente de coerção no sentido disciplinar, mas, sim, de uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição, uma vez que o “eu”, como projeto, se submete às coações internas construídas pelo desempenho e pela otimização permanentes. “Vivemos em um momento particular, no qual a própria liberdade provoca coações” (HAN, 2018b, p. 9) e, embora acreditemos ser livres, exploramos voluntariamente a nós mesmos, assegura o pensador.

No contexto político e econômico presente, o sujeito é um empreendedor de si mesmo, inclinado a agir sempre individualmente e, dessa maneira, não é capaz de estabelecer relações livres de propósito, já que, segundo Han (2018b), entre sujeitos neoliberais não se cultiva amizade desinteressada. Nesse aspecto, o filósofo acena mais uma provocação: liberdade e amigo possuem a mesma raiz indo-europeia, isto é, a palavra liberdade remete, em sua origem, a estar entre amigos. Isso implica dizer que o isolamento exacerbado, característico do neoliberalismo, é contraditório com a essência relacional da liberdade. Han (2018b) traz Karl Marx para o diálogo, ao afirmar que a liberdade individual representa uma astúcia do capital. A produção é otimizada através da liberdade individual; o capital multiplica-se enquanto competimos e interiorizamos suas dinâmicas de acumulação. Em outras palavras, o capital explora a liberdade para se reproduzir e, desse modo, o indivíduo pode ser descrito, usando os termos cáusticos do autor, como “órgão genital do capital”. A tal liberdade individual, segue provocando Han (2018b), serve ao capital como subjetividade automatizada para a produção.

O autor argumenta que, diferente do pensamento marxiano, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é insuperável. Assim, destaca que o capitalismo sempre se reinventa e afirma ainda que não foi o comunismo que eliminou a exploração alheia da classe trabalhadora, foi o neoliberalismo. O que está em questão é efetuar uma crítica que tenta dissolver um paradigma da esquerda clássica. O servo e o senhor são figuras incorporadas na mesma pessoa; a luta de classes passa a ser uma luta interior consigo mesmo; é equivocado acreditar que o sujeito atual faça parte de uma *multitude* (termo usado pelo autor com base na obra de Antonio Negri) cooperante e capaz de finalizar o império parasitário, instaurando uma ordem social comunista. A partir dessa autoexploração e do isolamento do sujeito do desempenho, não é possível se formar um “nós” político ou um agir comum. Não há meios para questionar o sistema, pois somos os responsáveis por qualquer fracasso — a vergonha de si avança ao passo que qualquer iniciativa de resistência é sufocada. Não à toa, nesse regime de autoexploração não existem revolucionários, apenas depressivos que se julgam insuficientes pelas suas autocobranças.

Ademais, construímos e participamos voluntariamente do que Han (2018b) chamou de pan-óptico digital, distinto do pan-óptico desenvolvido pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, em 1785 — um tipo de penitenciária ideal, na qual muitos são vigiados por poucos. Porém, nesta última, há diversos pontos cegos e se destina, sobretudo, a disciplinar os corpos. No pan-óptico digital, que estrutura as redes sociais digitais, por exemplo, e atualiza essa lógica, o indivíduo se expõe voluntariamente, sem a necessidade de coação externa, entregando seus dados. Han (2018b) considera que a sociedade de controle faz, portanto, uso da liberdade e da transparência como seus dispositivos principais.

As mídias sociais são os exemplos de pan-ópticos atuais, com arquitetura imaterial e acesso privilegiado ao psíquico e à subjetividade. Se o modelo benthamiano opera pelo confinamento e pela repressão externa, a sofisticação da vigilância contemporânea converte a negatividade da alteridade em positividade<sup>4</sup>. O pan-óptico

---

4 Byung-Chul Han usa os termos positividade e negatividade como dimensões conceituais da condição humana. A positividade compreende o poder fazer e o desempenho que alimenta a vida moderna, fluida e sem interrupções, enquanto a negatividade corresponde à capacidade de hesitar ou de um parar interior que, embora seja fundamental para nossa vida psíquica, é suprimida no neoliberalismo.

digital estimula a comunicação e o consumo irrestritamente, a conexão e a comunicação são totais. Cria-se, assim, um efeito nivelador, sob o qual nos vigiamos mutuamente antes mesmo de qualquer vigilância secreta: “é uma vigilância sem vigilância” (HAN, 2018b, p. 21). Han (2018b) afirma que a comunicação em rede é uma positividade que carece de interioridade, facilitando sua hipercirculação com autonomia em relação ao contexto, em que o segredo e a alteridade são como barreiras à positividade do fluxo. O reflexo disso na política é a formação de uma democracia de espectadores a serem escandalizados — eles participam reclamando como consumidores e não como cidadãos engajados em um agir político comum. Transformados em mero público e sujeitos atomizados, apenas reclamam passivamente, como faz um consumidor quando não está satisfeito com um produto ou serviço.

A era da psicopolítica digital e dos *big data* compreende um conhecimento de dominação capaz de intervir na psique e de influenciá-la em um nível pré-reflexivo; suas inferências possibilitam prognósticos do comportamento humano, de modo que, para Han (2018b), representa o fim do livre-arbítrio. O próprio uso do *smartphone* corresponde a um aparato de subjetivação comparável a um rosário, pois “ambos envolvem autocontrole e exame de si. *Curtir* é o amém do digital” (HAN, 2018b, p. 24), além disso, “o sujeito submisso nunca é consciente da sua submissão” (HAN, 2018b, p. 26). Podemos até achar um pensamento drástico, mas não é fácil apresentar argumentos contra o fato de que “a psicopolítica digital transforma a negatividade da decisão livre na positividade de um estado de coisas” (HAN, 2018b, p. 23).

O poder não se opõe a liberdade, esclarece Han (2018b). Pelo contrário, a necessidade de violência em si já é uma demonstração de pouco poder e sua expressão máxima está onde este não é em evidência — o poder “se dá sem ter que apontar ruidosamente para si” (HAN, 2018b, p. 25). Sua eficiência consiste em não agir pela proibição, mas pela emoção e pela satisfação; não se almeja indivíduos obedientes, mas dependentes; o poder inteligente produz emoções positivas e as explora, “se plasma à psique, em vez de discipliná-la e submetê-la a coações e proibições” (HAN, 2018b, p. 27). A psicopolítica digital nos convida a compartilhar, a participar, a dar opinião, expressar nossas necessidades, desejos e preferências. Dito isso, já podemos acender o

alerta de que é sim possível: “o poder inteligente lê e avalia nossos pensamentos consciente e inconsciente” (HAN, 2018b, p. 28).

Nesse sistema baseado na auto-organização e na otimização pessoal, Deleuze (1992, apud Han 2018b) sublinha que vivenciamos uma crise generalizada institucional e de seus ambientes de reclusão, tais como família, escola, prisão, hospital, fábrica etc. Isso sugere que há uma profunda transformação em curso do que Michel Foucault (1977) denominou de sociedade disciplinar, segundo a qual os indivíduos são organizados no espaço e no tempo. A técnica de governança da sociedade disciplinar é a biopolítica que, segundo a analogia animalesca feita pelo autor, comporta-se como uma toupeira, e usa-se a estatística demográfica para administrar a população como massa de produção, controlando, por exemplo, a taxa de natalidade e de mortalidade. Porém, tal rigidez é incompatível com a sociedade do controle — quer dizer, com o neoliberalismo e seu modo de produção imaterial. Nessa última, é a psicopolítica, comparada a uma serpente pelo autor, que assume a condição de técnica de governança predominante e utiliza-se dos *big data* como instrumento de controle da psique. Diferentemente da estatística utilizada na biopolítica, os *big data* ou dataísmo fornecem um psicograma individual e coletivo, e, talvez, um psicograma do inconsciente, especula Han (2018b).

Portanto, “o disciplinamento corporal dá lugar à otimização mental” (HAN, 2018b, p. 40), isto é, a psicopolítica garante que o próprio indivíduo reproduza a submissão dentro de si e compreenda isso como liberdade. É dessa forma que coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração, e, funda-se a era do esgotamento, afinal, “hoje se explora a psique” (HAN, 2018b, p. 46). A sociedade de controle oferece uma espécie de cura, experiências motivacionais e treinamentos de inteligência emocional, um bem-estar transitório em prol da eficiência e do desempenho, no entanto, mais uma vez, Byung-Chul Han (2018b) joga suas pílulas de perturbação ao afirmar que “a otimização pessoal permanente, que coincide em sua totalidade com a otimização do sistema, é destrutiva. Ela conduz ao colapso mental” (HAN, 2018b, p. 46). Essa indústria da consciência destrói a alma humana e a “cura se torna assassinato” (HAN, 2018b, p. 48).

Mais uma vez, o filósofo e ensaísta justifica a precisão do seu ponto de vista para analisar a contemporaneidade marcada pelas mutações do capitalismo. Em diálogo com

a obra *Doutrina de choque*, de Naomi Klein (2008), Han (2018b) compreende que o olhar da autora, assim como o de Foucault, permanece ainda preso nas técnicas de poder da sociedade disciplinar. A terapia de choque é genuinamente disciplinar, seja os experimentos de eletrochoque coordenados pelo psiquiatra canadense Ewen Cameron, na crença de banir completamente o mal dos pacientes, ou do teólogo neoliberal Milton Friedman, que enxergava o momento de pós-catástrofe<sup>5</sup> como oportunidade para reprogramar toda a sociedade segundo novos desígnios econômicos. A ausência de sutileza, sofisticação e positividade fazem dela uma técnica explícita de coação externa.

O foco desse poder não é mais administrar o passado, mas, sim, o controle psicopolítico do futuro. É fundamental ressaltar ainda que a transparência e a informação não são sinônimos de verdade para Han (2018b); pelo contrário, elas substituem a verdade. Dessa maneira, “a comunicação coincide inteiramente com o controle, cada um é o pan-óptico de si mesmo” (HAN, 2018b, p. 58). Isso se expressa no uso ilimitado da liberdade e da multiplicação de palavras, “nesse pan-óptico digital não se é torturado, se é tuitado ou postado” (HAN, 2018b, p. 56), em contraste com a sociedade totalitária ilustrada pelo clássico da literatura universal de George Orwell, intitulado *1984*, no qual os delitos do pensamento são reprimidos com a redução das palavras como, por exemplo, o próprio termo liberdade, que deixa de existir.

Fala-se muito no excesso de sentimentos e emoções na sociedade do controle, entretanto, Han (2018b) chama a atenção para a confusão conceitual entre emoção, afeto e sentimento. Diferentemente do afeto e da emoção, o sentimento apresenta uma profundidade narrativa; é constitutivo, haja vista que podemos dizer “tenho o sentimento de...”. O mesmo não pode ser dito sobre o afeto e a emoção, pois ambos não são constitutivos, são performativos e remetem a ações intencionais e finalistas. Nem o afeto nem a emoção são narráveis, não abrem nenhum espaço, apenas procuram uma via linear para serem descarregados. Assim, muito bem adaptados à temporalidade do *médium* digital, as “*shitstorms* são correntes de afetos e são características da comunicação digital”

---

5 Catástrofe aqui pode ser um desastre ambiental, uma severa crise econômica ou política, seu sentido é amplo. Porém, o que interessa é que a desestabilização social que a catástrofe realiza é pensada por Friedman como um momento oportuno para empregar os princípios do regime neoliberal.

(HAN, 2018b, p. 60). Em suma, no capitalismo da emoção, estamos imersos em um mar de afetos e o que vivemos hoje é uma crise dos sentimentos.

A essa altura da leitura, já é notório que é um equívoco subestimar o presente livro pelo seu tamanho. Porém, ainda há mais provocações ácidas, o autor acrescenta que o capitalismo da emoção também se apropria das dinâmicas do jogo, ao passo que isso mobiliza e dramatiza o trabalho, criando mais motivação. É por meio da sensação de realização e do sistema de recompensas que o jogo gera mais desempenho e rendimento, pois o jogador se envolve muito mais do que o trabalhador meramente funcional que age no nível racional. Assim, trata-se do que o autor chama de *gamificação* do trabalho, processo no qual nos submetemos às relações de dominação enquanto jogamos. Essa lógica se evidencia na comunicação social, através de *likes*, de amigos ou de seguidores. Desse modo, a *gamificação* da comunicação implica na sua comercialização. Todavia, a liberdade só pode ser esperada no outro do trabalho, ela só pode existir em uma força totalmente diferente da força de trabalho, totalmente improdutiva ou do ócio: “nosso futuro dependerá de sermos capazes de fazer uso do inutilizável para além da produção” (HAN, 2018b, p. 72).

O homem é uma criatura do luxo, analisa Han (2018b), mas no sentido original do termo, a saber, uma forma de vida que está livre da necessidade, e isso faz do luxo uma condição íntima da liberdade. Entretanto, o luxo na contemporaneidade é monopolizado pelo consumo excessivo e recai na falta de liberdade. Bem como o jogo, o luxo só pode coadunar com a liberdade se não estiver relacionado com o trabalho e com o consumo. “A verdadeira felicidade se deve ao extravagante, ao exuberante, ao abundante, ao esvaziado de sentido, ao excedente, ao supérfluo, ou seja, àquilo que desvia da necessidade, do trabalho, do desempenho, da finalidade” (HAN, 2018b, p. 73), logo, a *gamificação* como meio de produção arruína o caráter emancipatório do jogo. Este é capaz de nos livrar da teologia e da teleologia do capital por meio da profanação, que significa devolver ao homem o livre uso daquilo que pertencia aos deuses, que era sagrado e espiado. O que aconteceria se profanásemos o dinheiro, se o tornássemos um brinquedo profano?

De acordo com Han (2018b), profanação é uma prática da liberdade; ela nos liberta da transcendência e das formas de subjetivação e abre um espaço de jogo da

imanência. Trata-se de um espaço-acontecimento, no qual suprimimos qualquer modo de subjetivação e de trabalho. No entanto, o dataísmo, a crença na mensurabilidade e na sua eficiência vigilante, pode espionar até a psique. O preço disso é que “o si mesmo é desmanchado em dados até que se torne insignificante” (HAN, 2018b, p. 84), pois, mesmo que sejam abundantes, os dados não são capazes de produzir autoconhecimento. “O dataísmo, ao contrário, esvazia o automonitoramento (*self-tracking*) de qualquer ética e verdade e o transforma em mera técnica de autocontrole” (HAN, 2018b, p. 85). Transforma-se, portanto, em uma prisão de memória total, já que nossos hábitos digitais fornecem uma representação muito exata de nossa alma. Os *big data* são, em última análise, um grande negócio — nossos rastros digitais são comercializados à medida em que somos tratados como pacotes de dados.

Para finalizar, Deleuze (2008, apud Han, 2018b), faz um elogio ao idiota. Este seria aquele que se nega a se conformar, tem um corpo hipersensível e está aberto à alteridade, ao outro. Então, o filósofo seria o idiota por excelência. O poder encontra na figura do idiota uma negatividade que deve ser combatida, pois é um obstáculo às técnicas de vigilância e controle que anseiam ser totais. O idiota, assim, encarna a pura imanência da vida, não sendo um mero sujeito, mas alguém que se deixa perpassar pela potência e talvez escape de se subjetivar pela psicopolítica digital. Com efeito, é conveniente retomar ao início: “proteja-me do que quero”, afinal o paradigma emergente de poder embaralha as cartas do que é liberdade e opressão.

## Referências

- HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018b.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

## **Autoras e Autores desta edição**

*Álvaro Laranjeira*  
*Ana Carolina Campos*  
*Ana Carolina Pontalti Monari*  
*Antonio Brotas*  
*Carlos Alberto Zanotti*  
*Carolina Toscano Maia*  
*Cláudia Thomé*  
*Cristina Almeida*  
*Danielly Bezerra dos Santos*  
*Esther Gomes de Oliveira*  
*Gabriela Machado Ramos de Almeida*  
*Iago Porfírio*  
*Igor Sacramento*  
*Ivan Paganotti*  
*Jadson Maia*  
*Jeaniel Magno*  
*João Paulo Malerba*  
*Josenildo Soares Bezerra*  
*Luciana Soares de Moraes*  
*Luisa Massarani*  
*Madja Elayne da Silva Penha Magno*  
*Marcello Carvalho*  
*Márcia Cristina Rocha Costa*  
*Márcia Gomes Marques*  
*Marcio da Silva Granez*  
*Marco André Feldman Schneider*  
*Marco Antônio Bonetti*  
*Marialva Barbosa*  
*Miguel Luiz Contani*  
*Nattalia Todeschini Vieira*  
*Patricia Silva*  
*Rebeca Illiana Arévalo Martínéz*  
*Rodrigo Aldeia Duarte*  
*Rogelio del Prado Flores*  
*Rogério Christofolletti*  
*Rosali Fernandez de Souza*  
*Rosangela Fernandes*

---





**ISSN: 2178-602X**

Universidade Federal Fluminense

Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano

*Revista Mídia e Cotidiano*, Niterói-RJ, v. 15, n. 3, set./dez. 2021

---

---